

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA HAUSER DE CASTILHO

APADRINHAMENTO AFETIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: uma análise sobre as vivências
de atores envolvidos.

Maringá
2019

MARIANA HAUSER DE CASTILHO

APADRINHAMENTO AFETIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: uma análise sobre as vivências
de atores envolvidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito
e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto
Tomanik

Maringá 2019

Maringá
2019

CATALOGAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C352a

Castilho, Mariana Hauser de

Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional : uma análise sobre as vivências de atores envolvidos / Mariana Hauser de Castilho. -- Maringá, PR, 2019.
346 f. : il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2019.

1. Apadrinhamento afetivo - Crianças - Brasil. 2. Apadrinhamento afetivo - Adolescentes - Brasil. 3. Afeto. 4. Acolhimento institucional. I. Tomanik, Eduardo Augusto, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 362.7

MARIANA HAUSER DE CASTILHO

Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional: uma análise sobre as vivências de atores envolvidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski
PPI/Universidade Estadual de Maringá



Profa. Dra. Lilian Rodrigues da Cruz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UERGS

Aprovada em: 23 de agosto de 2019..

Local da defesa: Bloco 10 – sala 10, Campus da UEM.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Carlos Henrique que me acompanha e apoia em todos projetos e sonhos.

Aos meus pais, Adriano e Úrsula, por terem me dado o presente de ser amada desde o primeiro minuto de vida.

Aos meus irmãos, Anna Luiza e Henrique e à Rosane (mãe do coração), que me acolheram carinhosamente em suas casas nas frequentes viagens que fiz à Maringá por ocasião das aulas do mestrado.

Aos meus amigos psicólogos do fórum de Presidente Prudente, por toda compreensão e apoio ao longo da difícil tarefa de conciliar o mundo do trabalho com a vida acadêmica.

Ao meu orientador e amigo, por toda paciência e dedicação, pelo exemplo de integridade e de zelo com a produção científica em psicologia.

Às professoras Lilian e Silvana, por aceitarem participar da banca avaliadora e por sua colaboração na construção deste trabalho.

Aos participantes desta pesquisa, que me permitiram a honra e a responsabilidade de reconstruir sua história com o apadrinhamento afetivo.

Às instituições de acolhimento, Lar Santa Filomena e Lar dos Meninos, que sempre se mostraram abertas para promover espaços de reflexão e construção de conhecimento.

À minha psicoterapeuta, Creuzenir de Freitas Cerávolo (in memoriam).

Aos tantos encontros e pessoas queridas que contribuíram para o meu desenvolvimento emocional e acadêmico nestes 32 anos de vida e 14 anos de dedicação à psicologia.

*“Il faudrait que tout le monde réclame
auprès des autorités,
Une loi contre toute notre indifférence,
Que personne ne soit oublié,
Et que personne ne soit oublié.
Tout le monde est une drôle de personne,
Et tout le monde a une âme emmêlée,
Tout le monde a de l'enfance qui résonne,
Au fond d'une heure oubliée”*

Tout le monde – Carla Bruni

Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional: uma análise sobre as vivências de atores envolvidos.

RESUMO

Palavras-chave: Apadrinhamento afetivo; Afeto; Acolhimento Institucional; Criança; Adolescente.

As práticas de apadrinhamento afetivo surgem no Brasil como alternativa à garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional com poucas perspectivas de serem reintegradas à família de origem ou de serem adotadas. Visando contribuir para a compreensão/aperfeiçoamento dos processos de apadrinhamento afetivo, o presente trabalho tem como objetivo conhecer e analisar as vivências, os afetos e os efeitos produzidos pelos processos de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em uma instituição de acolhimento em uma cidade do interior de São Paulo. Os resultados da pesquisa estão divididos em duas partes. Na primeira apresentamos a de revisão de literatura na qual buscamos informações sobre a assistência à infância e o apadrinhamento afetivo na realidade brasileira, bem como apresentamos contribuições de A. Heller e L. S. Vigotski sobre os afetos, as vivências e o desenvolvimento emocional. Na segunda parte apresentamos a pesquisa de campo que tomou como referência a pesquisa qualitativa proposta por González-Rey e na qual tive contato com dois adolescentes e seus respectivos padrinhos que passaram pelo processo de apadrinhamento afetivo. Apresentamos também indicadores que emergiram ao longo da pesquisa que nos permitiram refletir sobre o direito à convivência familiar e comunitária, as vivências, os afetos e o desenvolvimento emocional, os desafios e possibilidades para as práticas de apadrinhamento afetivo. Nossas reflexões nos conduziram a pensar que os processos de apadrinhamento afetivo, apesar de complexos e desafiadores, podem contribuir para construção de vínculos, a melhora da autoestima, a construção de projetos de vida, o sentimento de pertença e também para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes acolhidos. Todavia, também pode representar outra experiência de sofrimento, rejeição e abandono. Diante disso, entendemos ser necessário investir em pesquisas que possam melhor elucidar este processo, bem como em políticas públicas que possam garantir a preparação e acompanhamento dos sujeitos envolvidos, visando minimizar possíveis impactos negativos às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Affective sponsorship of children and adolescents in institutional care: an analysis of the experiences of the actors involved

ABSTRACT

Keywords: Affective sponsorship; Affection; Institutional Reception; Child; Teenager.

The practices of affective sponsorship arise in Brazil as an alternative to guaranteeing the right to family and community coexistence of children and adolescents in an institutional reception situation with little prospect of being reinstated to the family of origin or of being adopted. Aiming to contribute to the understanding / improvement of the processes of affective sponsorship, the present work aims to know and analyze the experiences, affections and effects produced by the processes of affective sponsorship of children and adolescents in a host institution in a city of the interior from Sao Paulo. The search results are divided into two parts. In the first one we present the literature review in which we seek information on child care and affective sponsorship in Brazilian reality, as well as present contributions of A. Heller and L. S. Vygotsky on affections, experiences and emotional development. In the second part we present the field research that took as reference the qualitative research proposed by González-Rey and in which I had contact with two adolescents and their respective godfathers who went through the process of affective sponsorship. We also present indicators that emerged during the research that allowed us to reflect on the right to family and community coexistence, experiences, affections and emotional development, challenges and possibilities for affective sponsorship practices. Our reflections have led us to think that affective sponsorship processes, although complex and challenging, can contribute to the building of bonds, the improvement of self-esteem, the construction of life projects, the sense of belonging and also the emotional development of children and adolescents. However, it can also represent another experience of suffering, rejection and abandonment. Therefore, we believe it is necessary to invest in research that can better elucidate this process, as well as in public policies that can guarantee the preparation and follow-up of the subjects involved, in order to minimize possible negative impacts to children and adolescents in an institutional reception situation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE: A fase teórica da pesquisa	14
CAPÍTULO 1. As práticas de assistência à infância no Brasil: um retrato das nossas desigualdades sociais	15
1.1 Da Colônia à República: sub-gentes e chaves para o céu	18
1.2 O Brasil se moderniza: sub-gentes e trabalhadores	25
1.3 O Brasil neoliberal: tudo muda, ou quase não	33
1.4 O apadrinhamento afetivo e o contexto local	45
CAPÍTULO 2. Estudos sobre o apadrinhamento afetivo no Brasil	52
2.1 Os textos nacionais que abordam o apadrinhamento afetivo	53
2.2 Abandono e institucionalização: prejuízos e possibilidades	55
2.3 A construção de vínculos através do apadrinhamento afetivo	57
2.4 Apadrinhamento afetivo, preconceito e autoestima	59
2.5 Apadrinhamento afetivo e adoção	60
2.6 Pessoas envolvidas no apadrinhamento afetivo: expectativas e dificuldades	62
2.7 Considerações sobre os afetos no apadrinhamento afetivo	64
CAPÍTULO 3. Os afetos e o desenvolvimento afetivo à luz de A. Heller e L. S. Vigotski	68
3.1 Os afetos e o desenvolvimento afetivo segundo A. Heller	68
3.2 Emoções, vivências e desenvolvimento emocional segundo L. S. Vigotski	75
SEGUNDA PARTE: A fase de campo da pesquisa	83
CAPÍTULO 4. O Alienígena de gelo: Marcos	84
CAPÍTULO 5. Estrelas também nascem do caos: Estela	104
CAPÍTULO 6. Discussões	126
6.1 O direito à convivência familiar e comunitária	126
6.2 Apadrinhamento afetivo, possibilidades e desafios	129
6.3 Apadrinhamento afetivo, apadrinhamento religioso e adoção	134
6.4 Apadrinhamento afetivo e família de origem	135
6.5 Os afetos no apadrinhamento afetivo	136
6.6 Acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo e desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes	143
6.7 Avaliação e preparação dos pretendentes ao apadrinhamento (crianças/adolescentes e padrinhos)	146
CAPÍTULO 7. Considerações finais	149
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE 1. Levantamento Bibliográfico	162
APÊNDICE 2. Declaração de Livre e Esclarecido	245
APÊNDICE 3 Transcrição de Entrevistas	246
ANEXO 1 Projeto de Apadrinhamento Afetivo do Lar Santa Filomena	338

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce de encontros e angústias vivenciadas em minha atuação profissional como psicóloga clínica e judiciária na cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.

Desde o final do ano de 2014 venho acompanhando crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, sendo que alguns deles chegaram em meu consultório particular (pois na cidade de Presidente Prudente eles possuem plano de saúde privado) e outros foram acompanhados através da Vara da Infância e da Juventude. No ano de 2016 passei a compor a comissão que elaborou e vem monitorando o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária da cidade de Presidente Prudente, o que também contribuiu para que iniciasse minhas reflexões sobre a garantia desse direito.

No contato com os adolescentes acolhidos e também nas reflexões promovidas nesta comissão, eu e outros profissionais das instituições de acolhimento nos deparamos com o seguinte desafio: como garantir o direito à convivência familiar e comunitária de adolescentes que têm poucas perspectivas de retornarem às suas famílias de origem ou de serem encaminhados para adoção?

Foi assim que passei a me interessar pela prática do apadrinhamento afetivo, como uma alternativa à garantia deste direito. Mas de pronto muitas perguntas me surgiram: o que é e como funciona este apadrinhamento? O que é afeto? O que pretendemos ao promover estas práticas?

Diante destas inquietações, busquei ajuda na literatura, o que me deixou um tanto desapontada: embora várias publicações científicas citassem a ocorrência das práticas de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes acolhidos, pouco havia escrito especificamente sobre o assunto.

Foi então que pensei que, tendo contato com adolescentes e padrinhos, poderia produzir contribuições que viessem se somar àquelas que já tinham sido produzidas.

Esta decisão impôs a necessidade de lidar com uma situação de muita angústia: à época eu estava acompanhando uma situação frustrante de apadrinhamento afetivo, na qual um adolescente, Marcos¹, tinha sido abandonado pelos padrinhos depois de um ano de convivência.

¹ Todos os nomes dos demais participantes diretos da pesquisa mencionados ao longo do texto foram alterados.

Inicialmente tratei desta angústia me afastando dela: decidi que iria conhecer outras histórias de apadrinhamento afetivo para a elaboração deste trabalho.

Felizmente a elaboração de uma dissertação não se faz de maneira solitária e, após o exame de qualificação, eu e meu caro orientador decidimos que não seria preciso conhecer outras histórias de apadrinhamento afetivo: bastava refletir sobre aquelas que eu já conhecia!

Assim, não pude mais fugir da angústia que a história de Marcos me causava. Tive que encontrá-lo novamente e ouvir que ele chorava todas as noites de saudades dos padrinhos. Como nós, psicólogos, aprendemos a não chorar quando nos deparamos com situações como essas, é coisa que, confesso..., nunca entendi. Talvez porque saibamos que existem outras formas de manifestar nossa solidariedade, que não se restringem a assistir a realidade, mas passam também por contribuir para modificá-la.

Foi então que deixei a tristeza e a angústia de lado e passei a me dedicar à pesquisa, com a esperança de que estas páginas pudessem ser úteis a outras pessoas que, como eu, também se angustiam ao acompanhar crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional que vivenciam os processos de apadrinhamento afetivo.

Entendendo que as práticas do apadrinhamento afetivo no Brasil ainda estão e provavelmente sempre estarão em processo de construção e que os conhecimentos produzidos no âmbito da psicologia podem contribuir para melhor compreendê-las, neste trabalho tive como proposta produzir conhecimentos complementares àqueles já produzidos pela literatura, tendo como objetivo conhecer e analisar as vivências, os afetos e os efeitos produzidos pelos processos de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em uma instituição de acolhimento em uma cidade do interior de São Paulo.

Para alcançar este objetivo mais amplo, foi necessário atingir alguns outros: buscar informações sobre as práticas de apadrinhamento afetivo; refletir sobre a garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; analisar e discutir as possibilidades do apadrinhamento afetivo como prática alternativa para garantia do direito à convivência familiar e comunitária; caracterizar as crianças e adolescentes que estão participando do processo de apadrinhamento afetivo; buscar conhecer as vivências e os afetos experienciados por estas pessoas no decorrer de suas vivências antes e durante seu acolhimento e no decorrer do processo de apadrinhamento; procurar refletir sobre possíveis impactos destas vivência e afetos sobre seu desenvolvimento afetivo e, por fim, elaborar análises e reflexões que possam contribuir para o aprimoramento da prática do apadrinhamento afetivo.

Cabe mencionar que o penúltimo objetivo representou o maior desafio para nossa pesquisa, tendo em vista que não representa o alvo de qualquer um dos trabalhos produzidos até o momento sobre o assunto. Apesar de desafiadora, esta discussão parece necessária para que possamos pensar a viabilidade de investimentos na continuidade e/ou ampliação destas práticas, assim como para que se possa refletir sobre a possibilidade de virem a se tornar parte das políticas públicas.

Além das contribuições da Teoria dos Sentimentos de A. Heller, e das proposições de L. S. Vigotski sobre o desenvolvimento afetivo, para definição dos pressupostos metodológicos do presente trabalho, eu e meu orientador nos apropriamos das contribuições de F. González-Rey acerca da pesquisa qualitativa e do trabalho de campo.

González-Rey (2011) sugere que o pesquisador se relacione com as teorias produzidas previamente de um modo que não se ocupe em verifica-las ou comprova-las, porque isso poderia converte-las em doutrinas. Para o autor, “. . . a teoria representa um processo vivo, em desenvolvimento e construção.” (p. 61). Assim, cabe ao pesquisador questionar e reconstruir as teorias previamente postuladas, sendo a revisão bibliográfica “. . . um momento essencial na produção das ideias que terão expressão progressiva no curso da pesquisa.” (p. 73).

Para o autor, a produção de conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo e interativo, o que implica na ideia de que o pesquisador e o sujeito pesquisado ocupam lugar ativo como “produtores de pensamento” e de que “. . . as relações pesquisador-pesquisado são uma condição para o desenvolvimento das pesquisas nas ciências humanas.” (González-Rey, 2011, pp. 33-34). Deste modo, o conhecimento se produz através do diálogo formal e/ou informal estabelecido ao longo da pesquisa entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados.

Sobre as entrevistas, partilhamos da ideia que devem ocupar um espaço legítimo na produção de novos conhecimentos, consistindo “. . . em um espaço dialógico, perpassado pelos significados co-construídos pelos participantes, ou seja, pelo entrevistado e pesquisador.” (Melo, 1996; Valsiner, 1997 como citado em Madureira e Branco, 2001, p. 72).

Dentro desta perspectiva, entendemos a “significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento” de modo que “a informação expressa por um sujeito concreto pode converter-se em um aspecto significativo para produção do conhecimento sem que tenha que repetir-se necessariamente em outros sujeitos.” (González-Rey, 2011, p. 35). Além disso, concebemos a teoria como “. . . um processo

vivo, em desenvolvimento e construção”, de modo que pode ser confrontada e enriquecida pelo momento empírico. (González-Rey, 2011, p. 61).

Partindo do pressuposto de que não se pode ter acesso direto às vivências de outras pessoas, segundo Heller (2004), na presente pesquisa buscamos obter informações sobre elas através de diálogos abertos entre pesquisador e pesquisado.

Considerando tais pressupostos metodológicos, para elaboração do presente trabalho percorremos alguns caminhos.

Partimos de um detalhamento sobre as fases da assistência à infância na realidade brasileira, depois passamos a buscar informações sobre as práticas do apadrinhamento afetivo no Brasil e na cidade de Presidente Prudente-SP, através de revisão bibliográfica e contato com as coordenadoras das instituições de acolhimento desta cidade.

Na sequência, retomei dois casos de apadrinhamento afetivo com os quais tinha tido contato previamente em minhas atividades profissionais. Busquei reconstruir a história dos adolescentes Marcos e Estela, apresentando também a história de seus respectivos padrinhos: Hélio e Leila, Henrique e Marta². No contato com os padrinhos, madrinhas e afilhados, apresentei os objetivos da presente pesquisa, bem como solicitei que os sujeitos permitissem a utilização de informações obtidas em entrevistas anteriores, bem como para que pudessem realizar uma nova entrevista que seria gravada. Os dois casais de padrinhos e os dois adolescentes concordaram em participar da pesquisa e assinaram declaração de livre e esclarecido (APÊNDICE 2). Para elaboração das entrevistas busquei estabelecer um diálogo/conversação, evitando o formato de perguntas e respostas, conforme sugerido por González-Rey (2005, 2011).

Posteriormente, elaborei indicadores a partir das reflexões realizadas ao longo da pesquisa, os quais, para González-Rey (2011, p. 112) são “. . . elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador.” (González-Rey, 2011, p. 112).

Os indicadores . . . são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. Os indicadores são produzidos com finalidade explicativa, não descritiva. (González-Rey, 20011, pp. 113-114).

Para isso, após os contatos com os participantes, destaquei os trechos das entrevistas que me permitiram refletir sobre suas vivências, afetos e sobre possíveis consequências para o desenvolvimento emocional daqueles adolescentes.

² Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os nomes mencionados são fictícios.

Em seguida, elenquei elementos que emergiram ao longo da pesquisa e que me permitiram pensar sobre a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, os afetos no apadrinhamento afetivo e suas possíveis implicações para o desenvolvimento emocional, as práticas de apadrinhamento afetivo, bem como sobre alguns aspectos que podem contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Percorridos estes caminhos, espero que tenhamos, ao menos, um bom começo.

PRIMEIRA PARTE

A FASE TEÓRICA DA PESQUISA

CAPÍTULO 1 - As práticas de assistência à infância no Brasil: um retrato das nossas desigualdades sociais

No Brasil, a existência de desigualdades de direitos e de deveres, de tratamentos e de expectativas é e vem sendo uma constante. Desde nosso passado colonial, diferenças entre nobres, plebeus e escravos; proprietários e desprovidos de posses; cristãos, ateus e hereges; europeus, negros e índios, homens e mulheres foram consideradas como naturais e justificadoras da existência de direitos desiguais e, em muitos casos, até mesmo da inexistência total de direitos.

Vários séculos e mudanças sociais depois, modalidades de tratamentos desiguais persistem e continuam a ser justificadas em argumentos tão frágeis e enganosos quanto os do passado.

A existência, as condições de vida e os modos de tratamento das crianças e dos adolescentes que não podem, por muitas razões, contar com uma estrutura familiar e econômica que lhes garanta condições minimamente dignas de existência e de desenvolvimento representa uma das facetas daquele contexto de desigualdades e é por ela que vamos iniciar nossas reflexões.

Tabela 1

Assistência à infância na realidade brasileira

Fase	Tipo de assistência	Período	Cenário político	Ideologia predominante
Caritativa	Informal -(crianças sendo criadas por outras famílias). A maior parte das crianças era atendida nesta modalidade.	Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX ³	Brasil Colônia, vinda da Família Real para o Brasil, Proclamação da Independência, Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado	Cristianismo

³ Pode-se dizer que esta forma ocorra até os dias atuais, mas é necessário mencionar que se trata de uma ilegalidade já que o ECA prevê a necessidade de se formalizar o termo de guarda à família que acolhe a criança/adolescente.

	Formal – Convênios entre Câmaras Municipais e Santas Casas de Misericórdia Crianças eram assistidas com o intuito de serem encaminhados às famílias.	Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX	Brasil Colônia, vinda da Família Real para o Brasil, Proclamação da Independência, Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado	Cristianismo
	Formal - Roda dos Expostos e Recolhimento para Meninas Pobres Sistema Asilar: Acolhia um pequeno número de crianças e também buscava sua colocação em famílias. As crianças eram deixadas na Roda anonimamente e encaminhadas para as amas-de-leite mercenárias.	Séculos XVIII, XIX e início do século XX	Últimos anos do Brasil Colônia, Proclamação da Independência, final do regime escravagista, lei do ventre-livre, Primeiro Reinado, Regência, Segundo Reinado e República. Foi extinta apenas após o Código de Menores de 1927.	Cristianismo
Filantropia	Assistência através de asilos a entrega anônima deixou de ser aceita, surgem as casas de amamentação.	Final do século XIX até meados do século XX	Final da República, Estado Getulista, Início do Período Democrático (Presidente Dutra, Presidente Vargas, Presidente Juscelino Kubitschek)	Liberalismo, Positivismo, Higienismo,
Bem-Estar do Menor	Orfanatos e prisões controlados e custeados pelo Estado.	1960 a 1990	Final do governo de Juscelino Kubitschek, período do Regime Militar (1964-1985) e de redemocratização.	Liberalismo, Positivismo, Higienismo.
Nova Filantropia	Instituições de Acolhimento	1990 até os dias atuais	Período de redemocratização; após a	Neoliberalismo

na maior parte dos casos de responsabilidade de Organizações Não Governamentais - ONGs), Famílias Acolhedoras (ONGs em parceria com a sociedade civil), Instituições Socioeducativas para adolescentes autores de atos infracionais (Estado), serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e suas famílias (ONGs e instituições governamentais).	promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.
--	--

Fontes: Marcílio (1998), Fausto (1996), Filgueiras (2006) e Brasil (1990).

A Tabela 1 contém uma apresentação resumida das diversas fases pelas quais passaram os processos de atenção às crianças e adolescentes, ao longo de nossa história. Cada uma destas fases será detalhada ao longo dos itens 1.1, 1.2 e 1.3.

1.1 Da Colônia à República: sub-gentes e chaves para o céu

Tomando como referência os trabalhos de Marcílio (1998) e Priore (2016) é possível perceber que, ao longo da história do Brasil, crianças e adolescentes receberam tratamentos diferenciados, conforme a posição social que ocupavam, sendo que apenas uma pequena parcela deles contava com alguns privilégios. A história das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes está vinculada à história das crianças e adolescentes que, desde o processo de colonização, foram vítimas de exclusão e violência.

No século XVI, a Coroa Portuguesa tinha interesse em ocupar as terras brasileiras, especialmente porque àquela época a França não se submetia aos tratados de partilha do mundo, “sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse” (Fausto, 1996, p. 24). Assim, para assumir o controle das terras brasileiras e viabilizar a exploração das riquezas (como o ouro e a madeira), Portugal iniciou o processo de colonização (por volta dos anos 1530), dividindo o território em capitanias hereditárias:

Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. (Fausto, 1996, p. 24)

Neste momento de colonização do território brasileiro, no século XVI, Ramos (2016) aponta para as diferentes condições de vida das crianças nas embarcações náuticas que chegavam ao país: os grumetes, as crianças judias, os pajens, as órfãs do rei e os passageiros.

Os grumetes eram crianças e adolescentes cujos pais viviam em condições de pobreza e que as colocavam nas embarcações com o objetivo de obter dinheiro para subsistência da família. Nas embarcações, os grumetes realizavam as mesmas tarefas que os homens adultos (trabalhos pesados e perigosos), embora recebessem a metade da remuneração e do alimento destes. (Ramos, 2016).

As crianças judias, por sua vez, eram embarcadas após terem sido retiradas à força de suas famílias de origem, sendo submetidas às mesmas condições de vida e trabalho dos grumetes. Os pajens eram membros da nobreza e, embora também se submetessem ao trabalho, “. . . tinham um cotidiano um pouco menos árduo, e muito mais chances de alcançar os melhores cargos da Marinha, sobretudo servindo a algum oficial da embarcação.” (Ramos, 2016, pp. 29-30).

As órfãs do rei eram pessoas do sexo feminino reunidas em orfanatos de Lisboa e do Porto, tinham de 14 a 30 anos e eram de origem pobre. Encaminhadas ao Brasil com o objetivo de contribuir para a constituição de famílias brancas, muitas vezes o faziam por imposição da coroa portuguesa e sem qualquer garantia de direitos ou de bons tratamentos. “Como o estupro de meninas pobres, maiores de 14 anos, dificilmente era punido . . . as meninas embarcadas como órfãs poderiam ser violadas por grupos de marinheiros mal-intencionados que ficavam dias à espreita em busca dessa oportunidade.” (Ramos, 2016, p. 34).

As crianças consideradas como passageiras eram aquelas que embarcavam com seus pais ou familiares e,

. . . apesar de terem pago sua passagem, estavam condicionadas ao mesmo regime alimentar de um simples grumete. Só aquelas pertencentes às elites podiam ter acesso a uma complementação alimentar proporcionada pelo mercado negro ativo nas naus. Ficavam igualmente sujeitas, em qualquer idade, mas sobretudo quando pertencentes às classes subalternas, a estupros coletivos praticados pelos marinheiros ou soldados. (Ramos, 2016, pp. 36-37).

Para Ramos (2016, p. 49),

o menor mal que [uma criança] podia sofrer após viver alguns meses no mar, quando tinha sorte, era o de sofrer um grande trauma e deixar de ser criança; ver seu universo de sonhos, esperanças e fantasias desmoronar diante da cruel realidade do cotidiano das naus do século XVI; perder sua inocência para nunca mais recuperá-la.

Segundo Marcílio (1998) o hábito de abandonar crianças era uma prática europeia que não se registrava entre africanos e indígenas. Da mesma forma, como registrou Ramos (2016), foram os portugueses que permitiram que seus filhos embarcassem sozinhos para o Brasil, sendo que os africanos o fizeram apenas mediante imposição e sequestro. Tal costume europeu não se justifica apenas pelas condições precárias de vida e consequente dificuldades de garantir a subsistência para seus filhos, mas também pela cultura religiosa que condenava as mulheres que davam à luz filhos denominados ilegítimos – filhos gerados fora do matrimônio. Temos que considerar ainda que, com o surgimento e fortalecimento da classe burguesa, a preocupação com a hereditariedade era uma forma de restringir os direitos às propriedades privadas.

As diferenciações entre filhos legítimos e ilegítimos ainda são uma preocupação atual e podemos trazê-las para refletir sobre a ideia de adoção que, como veremos, permeia os processos de apadrinhamento afetivo. Atualmente, em casos de adoção (e também em casos de filhos havidos fora do matrimônio), a criança adquire a condição de filho legítimo e, portanto, de herdeiro de todos os bens da família adotiva. O mesmo não

acontece nos casos de apadrinhamento afetivo. Neste ponto já podemos pensar porque crianças/adolescentes que não são aceitas enquanto filhos/filhas adotivas (devido à idade, cor da pele, condição de saúde), conseguem se colocar enquanto afilhados. Podemos dizer que certamente, do ponto de vista econômico, o apadrinhamento afetivo é menos ameaçador da estabilidade formal e dos arranjos familiares do que a adoção.

Voltando ao período de colonização do território brasileiro, tomando as considerações de Ramos (2016), podemos perceber que nas embarcações marítimas portuguesas já estavam presentes crianças abandonadas, que ficavam completamente vulneráveis às adversidades e tinham condições de vida ainda piores que as crianças que estavam acompanhadas de seus familiares. Percebe-se ainda que nenhuma forma de assistência era oferecida a estas crianças nas embarcações, sendo que representavam apenas mais um tipo de mão-de-obra ou objeto de procriação.

No ano de 1549, de acordo com Chambouleyron (2016), desembarcavam no Brasil os primeiros jesuítas (padres da Companhia de Jesus) que se encarregaram de ensinar às crianças chegadas ao Brasil os preceitos religiosos da igreja católica, recomendando, inclusive, castigos físicos como forma de correção. A população indígena, por sua vez, via com estranhamento o uso de violência física, muito embora muitos índios tenham levado seus filhos para participar do catecismo, trazendo-os de volta à tribo e aos costumes indígenas ao atingirem a puberdade.

No século XVI, os jesuítas fundaram a primeira instituição para órfãos, com o objetivo de doutrina-los e leva-los a auxiliar na doutrina de outras crianças. (Chambouleyron, 2016). A preocupação maior, neste caso, era a disseminação do catolicismo, e não a assistência às crianças abandonadas.

Segundo Marcílio (1998), os jesuítas

. . . nunca criaram uma única instituição destinada a educação da infância desvalida e desamparada. Nunca nenhum pequeno exposto pôde ser admitido nos colégios dos jesuítas.

No período colonial nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados. Ambos atuaram indiretamente, apenas com o controle legal e jurídico, apoios financeiros esporádicos e estímulos diversos. Na realidade, foi a sociedade civil organizada ou não, que se compadeceu e se preocupou com a sorte da criança desvalida e sem-família.

A assistência destinada à infância desvalida do período colonial até meados do século XIX foi denominada por Marcílio (1998) como sendo a fase caritativa. Segundo Fausto (1996), nestes séculos ocorreram mudanças socioeconômicas importantes no

território brasileiro: instalação do governo geral, o início do uso de mão-de-obra escrava⁴ especialmente africana, o início da atividade econômica açucareira, as invasões holandesas, a exploração de ouro e diamantes, a crise do sistema colonial e o fim do regime da escravidão, a independência do Brasil. Apesar disso, para a Marcílio (1998), tais transformações não chegaram a produzir mudanças importantes em relação ao modo como se prestava assistência à infância.

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas. (Marcílio, 1998, p. 134).

Conforme descreve Marcílio (1998), a assistência caritativa se divide em duas categorias formais e uma informal.

Para Marcílio (1998), o sistema informal de proteção às crianças desvalidas foi o mais comum ao longo da história do Brasil: “Famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos deixados nas portas de suas casas ou de igrejas ou em outros locais e, por diversas razões, decidiam cria-los.” (Marcílio, 1998, p. 136).

Para a autora, estas práticas diferenciam o Brasil de países europeus quando se trata da assistência prestada à infância abandonada, já que na Europa sempre predominou o sistema asilar. “No Brasil, o costume de criar um filho alheio nas famílias foi amplamente difundido, aceito e valorizado.” (Marcílio, 1998, p. 136).

A ideia de criar um filho não-biológico sempre foi bastante difundida, sendo inclusive estimulada pela igreja católica, que incentivava “. . . a prática da *caritas*, do amor ao pobre e às criancinhas, prometendo a salvação futura para os que a praticavam.” (Marcílio, 1998, p. 137, grifo da autora).

Segundo Marcílio (1998, p. 137), não apenas o apelo religioso influenciava este comportamento, mas também o regime escravagista (não assalariado) instalado no Brasil Colônia, no qual se tinha a preocupação em encontrar mão-de-obra. Assim, criar um exposto era uma forma de obter mão-de-obra para os trabalhos domésticos ou agrícolas,

⁴ Segundo Fausto (1996) a preferência pela mão-de-obra escrava se deu especialmente porque pessoas livres dificilmente concordariam em vender sua força de trabalho, existindo tantas possibilidades de ocupar e produzir para si mesmo em sua própria terra.

“... mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento.”

Ainda abordando o período colonial, a violência que marcava as relações entre senhores e escravos também era transposta para a relação com os expostos que se tornavam filhos de criação em uma família. Também se registravam situações graves de maus-tratos contra os expostos. Os filhos de criação, na fase caritativa, muitas vezes se confundiam com os escravos e raramente herdavam o patrimônio familiar como os filhos biológicos. (Marcílio, 1998).

A primeira forma de assistência formal aos expostos, segundo Marcílio (1998, p. 137) foi desenvolvida nos séculos XVI, XVII e XVIII pelas Câmaras Municipais, que realizavam convênios com outras instituições e, principalmente, com as Santas Casas de Misericórdia. As

... Ordenações Manuelinas obrigaram os Conselhos Municipais, usando suas rendas próprias, a criar os órfãos e os desvalidos. Quando não tinham rendimentos suficientes para arcar com a criação dos pequenos abandonados, a lei os autorizava a “lançar fintas” (impostos especiais ou a criar loterias para esse fim). Eles não podiam deixar os expostos morrer à míngua, sem batismo e sem assistência.

Através destes convênios, buscava-se encontrar uma família para os expostos, sendo que as famílias que os acolhiam recebiam uma quantia em dinheiro das Câmaras Municipais para cria-los. Segundo Marcílio (1998) o custeio dos expostos causava grande impacto financeiro às Câmaras Municipais, sendo que com a Lei dos Municípios de 1828,

... algumas municipalidades do Império deixaram de contribuir com as Misericórdias ou com as famílias para subsidiar a criação dos expostos e desamparados. Além disso, em algumas províncias logo se passou a responsabilidade dos expostos para a Misericórdia local, criando nela a Roda de Expostos, e liberando a Câmara dessa responsabilidade.

Após 1828, portanto, as Santas Casas de Misericórdia deixaram de receber apoio das municipalidades e, “diante das dramáticas e constantes penúrias materiais das Rodas⁵ de expostos e da relutância das municipalidades em auxilia-las, as Assembleias Provinciais acabaram por subsidiar as Misericórdias nessa função.” (Marcílio, 1998, p. 135). Neste contexto as Misericórdias passaram a estar sob o controle do Estado (Província) e, portanto, perderam parte de sua autonomia e de seu caráter caritativo.

⁵ “O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local sem ser reconhecido.” (Marcílio, 1998, p. 57).

Sobre os expostos assistidos pelas Câmaras Municipais, Marcílio (1998, p. 141) afirma que aquelas “. . . que não encontrassem famílias que as criassem eram encaminhadas à Câmara, que deveria arranjar uma criadeira, pagando-a por esse serviço.”

Independente da classe social, o ciclo de vida da criança e do adolescente, nos séculos XVI e XVII era dividido em dois períodos: a puerícia e a adolescência. A puerícia se dividia em três etapas: a primeira ocorria desde o nascimento ao fim da amamentação, a segunda até os sete anos (na qual as crianças começavam a acompanhar os pais nas atividades do dia-a-dia) e a terceira dos 7 aos 13 anos, na qual as crianças já eram inseridas no mundo do trabalho ou nas atividades de estudo, conforme sua condição social (as mais pobres começavam a trabalhar mais cedo). Já a adolescência ocorria dos 14 aos 24 anos. (Priore, 2016).

As más condições de higiene e de alimentação, resultantes da inexistência do conhecimento da contaminação e de condições adequadas para armazenamento dos alimentos contribuíam para uma alta taxa de mortalidade infantil, que assolava especialmente as crianças e adolescentes que eram filhos de escravos e viviam em situação de pobreza e opressão. (Priore, 2016).

As crianças negras, filhas de escravos, muitas vezes cresciam dentro da casa de seus senhores e conviviam com as crianças brancas. Apesar disso, desde muito pequena a criança negra recebia tratamento diverso, sendo que inclusive nas brincadeiras deveria se submeter aos desejos e ordens das crianças brancas. (Priore, 2016).

Segundo Marcílio (1998, p. 144),

. . . durante a fase da assistência caritativa, as Câmaras Municipais, responsáveis pelas crianças sem-família, foram omissas ou parciais nessa sua obrigação. Contratando diretamente os serviços de amas-de-leite mercenárias ou estabelecendo convênios com as Misericórdias, as Câmaras Municipais raramente assistiram a todas as crianças expostas em seu território. Em sua maioria, essas crianças dependeram da caridade de famílias que as criaram gratuitamente, ou morreram precocemente, ou, ainda, circulando de uma casa para outra, acabaram por aumentar o número dos pequenos que perambulavam pelas ruas, em busca de proteção, de auxílio, de sobrevivência. Para muitas delas, as probabilidades de sobrevivência limitaram-se à mendicância, à prostituição ou ao crime.

Mesmo sendo inseridas nas famílias como mão-de-obra barata, de acordo com Marcílio (1998), estas crianças ainda viviam em melhores condições que aquelas que se encontravam institucionalizadas. Apesar disso, eram vítimas constantes de violências praticadas no âmbito doméstico e sua condição era bastante ambígua: “. . . ora eram aceitos como filhos da família, ora se confundiam com os serviçais da casa onde eram criados.” (Marcílio, 1998, p. 139).

A Roda dos Expostos foi a segunda forma de assistência formal às crianças abandonada, segundo Marcílio (1998), sendo a primeira instituição destinada exclusivamente para elas e se desenvolveram entre os séculos XVIII e XIX.

As Rodas dos Expostos acolhiam bebês abandonados e os encaminhavam às amas-de-leite mercenárias até os 3 anos de idade. Depois disso, ficavam nas Casas dos Expostos até os 7 anos, quando se buscava encaminhá-los para inserção em famílias da comunidade. Quando não era possível inserir as crianças em famílias, buscava-se prepará-las para sobrevivência através da profissionalização. No Brasil existiram 15 Rodas dos Expostos, sendo que sua justificativa era a de evitar o aborto e o infanticídio. (Marcílio, 1998).

A primeira Casa de Recolhimento para Meninas Pobres foi instalada no estado da Bahia no ano de 1700. Sua finalidade era a de proteger a sua honra, “. . . dar-lhes alguma instrução e treinamento profissional; e, fornecer-lhes um dote, propiciando-lhes, assim, um destino, por meio do casamento.” (Marcílio, 1998, p. 163). As casas de recolhimento para meninas recebiam aquelas que não tivessem conseguido se inserir em uma família. Neste local, permaneciam à espera de colocação familiar ou de um casamento. A assistência prestada era bastante precária, já que não aprendiam a ler e escrever, vestiam-se mal e não aprendiam as normas de convivência social.

Em relação aos meninos deixados nas Rodas, após retornarem da casa das amas-de-leite, praticamente não recebiam amparo. Segundo Marcílio (1998), alguns deles retornavam à casa de suas mães ou parentes, outros poucos continuavam sob os cuidados de suas amas-de-leite que deles se compadeciam. A maioria, no entanto, acabava se tornando escravo de suas próprias amas-de-leite. Também ocorria de bebês escravos serem deixados na Roda dos Expostos e posteriormente serem reivindicados por seus senhores.

De acordo com Marcílio (1998) apenas no século XVIII surgiram propostas para amparar os meninos das rodas dos expostos, como asilos, orfanatos, seminários e companhias de aprendizes marinheiros. Apesar disso, poucas iniciativas de fato se efetivaram no território nacional, como a Casa Pia e Seminário de São Joaquim, na Bahia, o Seminário de Santana em São Paulo e o Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro.

Em meados do século XIX surgiu a Escola Normal que proporcionou uma alternativa de educação e profissionalização às meninas das casas de recolhimento, algo que não era proporcionado aos meninos expostos. (Marcílio, 1998).

Percebemos neste ponto, alguma diferença no tratamento prestado à infância relacionado ao sexo: enquanto as meninas precisavam ser protegidas e encaminhadas a uma família ou a um casamento, os meninos eram lançados precocemente à própria sorte, devendo encontrar meios de sobrevivência.

Para Marcílio (1998), a base da assistência à infância só irá se alterar com o início da república ao final do século XIX. Para a autora, esta transformação está associada a mudanças na estrutura social brasileira.

1.2. O Brasil se moderniza: sub-gentes e trabalhadores

Tendemos a dividir os momentos históricos a partir da eleição de datas ou de acontecimentos tidos como marcantes. As mudanças históricas, no entanto, ocorrem de modo mais continuado, processual, e mesmo que alternem momentos de transformações mais intensas com outros, de ritmo mais lento, não ficam circunscritos a marcos temporais. Além disso, processos semelhantes ou associados podem ocorrer em momentos diferentes, em diferentes países ou regiões.

Por tudo isto, quando se procura referências históricas sobre processos diferentes, é comum que os marcos adotados para a narração ou as tentativas de compreensão de um daqueles processos não sejam os mesmos dos adotados para outro.

Em nosso caso, quando tentamos elaborar breves resumos visando a contextualização dos momentos políticos e econômicos do país, para tomá-los como base para a compreensão das mudanças ocorridas nos processos de acolhimento e assistência às crianças e adolescentes, encontramos divisões cronológicas que nem sempre são coincidentes, embora sejam úteis para nossas intenções.

Voltemos, então, à nossa trajetória. Mesmo que isto aparentemente promova uma espécie de quebra em nossas reflexões, vamos traçar uma breve descrição sobre o capitalismo, de modo geral, e sua introdução no Brasil, para tentar contextualizar as mudanças que ocorreram, à partir daí, no fenômeno que é o nosso centro de interesse.

Para Dobb (1983) dois momentos foram decisivos para o surgimento do modo de produção capitalista: em um primeiro momento um grupo de pessoas passou a ter alguma independência em relação aos senhores feudais, como pequenos artesãos, comerciantes e camponeses. Em um segundo momento, estas pessoas foram desapropriadas de seus meios de produção (terras, animais, utensílios), sendo obrigadas a vender sua força de trabalho, como única forma de sobrevivência. Para o autor, este processo se iniciou no século XII na Inglaterra.

A servidão contrasta com o capitalismo no sentido de que, sob este último, o trabalhador, em primeiro lugar (como sob a escravidão), não é mais um produtor independente, mas acha-se divorciado de seus meios de produção e da possibilidade de prover sua própria sobrevivência, mas, em segundo (diversamente da escravidão), sua relação com o proprietário dos meios de produção que o emprega é puramente contratual (um ato de venda ou assalariamento terminável a curto prazo): perante a lei, ele é livre tanto para escolher como para trocar de patrão, não tendo nenhuma obrigação, a não ser a imposta por um contrato de serviço, de contribuir com trabalho ou pagamento para um patrão. (Dobb, 1983, pp. 27-28).

Tem-se então, o embrião para o desenvolvimento do capitalismo que irá se consolidar especialmente a partir do século XVIII com a revolução industrial. De acordo com Catani (1980, pp. 41-42), a chamada Revolução Industrial, na qual

inovações técnicas que submetiam a potência mecânica - primeiro, a energia hidráulica, depois o vapor - à produção, transformou o processo de produção, transferindo-o da casa ou da oficina artesanal para a fábrica, tornando-o processo coletivo de dezenas e, mais tarde, de centenas de trabalhadores.

Estas transformações favoreceram a acumulação do capital, muito embora, já no século XVI existissem “. . . aperfeiçoamentos técnicos em algumas indústrias, que tinham lançado as bases para algo como a produção em escala de fábrica.” (Catani, 1980, p. 42).

Era agora necessário capital para financiar o equipamento complexo requerido pelo novo tipo de unidade de produção; e criara-se um papel para um tipo novo de capitalista, não mais apenas como usurário ou comerciante em sua loja de armazém, mas como capitão de indústria, organizador e planejador das operações da unidade de produção, corporificação de uma disciplina autoritária sobre um exército de trabalhadores que, destituídos de sua cidadania econômica, tinham de ser coagidos ao cumprimento de seus deveres onerosos a serviço de outro pelo açoite alternado da fome e do supervisor do patrão.

Essa transformação foi tão crucial em seus diversos aspectos que mereceu integralmente o nome de revolução econômica. (Dobb, 1983, p. 187).

Segundo Mancebo (2002, p. 9, grifos meus), a consolidação do modo de produção capitalista “. . . pressupôs não somente mudanças estritamente econômicas, no plano da produção material, como o desenvolvimento de um ideário de *liberdade e igualdade*.” Assim, enquanto se propunha a livre circulação de mercadorias, os homens que, ao longo da Idade Média, tinham suas vidas determinadas por Deus e pelos interesses dos senhores feudais, passam a ser considerados livres para tomar suas próprias decisões e para escolher a quem venderiam sua força de trabalho. Segundo a autora, era esta a visão liberal capitalista que se estendeu por todo século XIX.

No liberalismo clássico, “. . . havia um apelo à razão sob a forma de um individualismo que privilegiava o sujeito racional, cognoscente, como a fonte de todo conhecimento, significação, autoridade moral e ação.” (Mancebo, 2002, p. 41).

No Brasil, ao longo do século XIX, com o avanço do liberalismo e da secularização da sociedade, o espírito de caridade da época colonial – de se deixar em testamento legados ou a doação de benefícios para a criação dos expostos – foi também diminuindo. As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública. As Misericórdias perderam gradativamente sua autonomia, para entrar na órbita e dependência financeira dos governos, que passaram a impor as políticas e os controles a serem adotados e os rumos a tomar. (Marcílio, 1998, p. 161).

Segundo Marcílio (1998) no final do século XIX a situação das casas de expostos era de calamidade (as crianças viviam malvestidas, mal alimentadas, com aparência de desânimo), sendo que autoridades civis e religiosas passaram a atacar

dois setores que eram os sustentáculos do sistema da Roda. Em primeiro lugar, o sistema de amas mercenárias – acusado de ser a principal causa da alta mortalidade infantil dos expostos – foi sendo abolido. Em segundo lugar – e vencendo sérias resistências – adotou-se nas Casas de Expostos o sistema dos escritórios de admissão aberta (que permitia conhecer os pais, ou pelo menos a mãe, da criança). (Marcílio, 1998, p. 200).

A abolição da escravidão e a Lei do Ventre Livre, em 1871, trouxeram ainda mais preocupação às elites que temiam ficar sem mão-de-obra barata e esse “. . . temor levou-as a repensar as políticas e as formas de proteção à infância desvalida e aos ingênuos (filhos livres de mães escravas . . .) preparando-os para o serviço doméstico.” (Marcílio, 1998, p. 206).

Ocorreu também a cisão entre a Igreja e o Estado, já que a ordem medieval sustentada pelo cristianismo se diluiu com a ascensão da burguesia, do pensamento liberal e do modo de produção capitalista. Segundo Marcílio (1998), nos últimos quinze anos do século XIX o Brasil começou a se industrializar (o que ocorreu aqui de maneira tardia, se comparado ao processo de industrialização europeu) e isto proporcionou o crescimento da economia e a migração de pessoas da zona rural para as cidades, “. . . provocando uma crescente urbanização e, depois, o aparecimento das megacidades, com o êxodo de migrantes das regiões pobres para áreas mais atraentes” (Marcílio, 1998, p. 191). Além disso, o Brasil recebeu na mesma época um grande contingente de imigrantes que abandonaram seus países de origem em busca de melhores condições de vida.

A modernização era a preocupação dos governantes desde o início da República, tendo sido criadas as escolas públicas e privadas, as primeiras Universidades e Institutos de Pesquisa. Apesar disso, o

... crescimento demográfico, a urbanização galopante e a construção de indústrias determinaram o lado perverso desse desenvolvimento. A pobreza aumentou e tornou-se ainda mais visível nos centros urbanos. Multiplicaram-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços nas grandes cidades. Esses mesmos fatores favoreciam a exploração da mão-de-obra urbana e despreparada, remunerando-a com salários aviltados e, principalmente, explorando o trabalho feminino e o trabalho infantil.

...

Legiões de crianças maltrapilhas, desamparadas, tornaram-se uma constante nas grandes cidades. Surgia a chamada “questão do menor” que exigia políticas públicas renovadas. Mas, desde o final do Império, as políticas sociais adotadas limitaram-se quase que tão-somente à mera transposição de experiências bem-sucedidas, sobretudo na França, na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos. (Marcílio, 1998, pp. 192-193).

Segundo Santos (2016), a mão-de-obra foi sendo redirecionada das plantações para as indústrias, passando-se do trabalho escravo para a venda da força de trabalho, nos moldes capitalistas. Assim, com o início da industrialização, o Brasil vai se inserindo na ordem burguesa e capitalista que pressupõe a liberdade do trabalhador para escolher a quem vender sua mão de obra, a competição como elemento propulsor do progresso e a acumulação do capital. Embora no plano ideológico existisse uma preocupação com a igualdade, em termos práticos o capitalismo nunca prescindiu da acumulação desigual das riquezas e, conseqüentemente, da ampliação da pobreza.

Como vimos, a formação da estrutura social brasileira sempre foi desigual: antes havia um abismo socioeconômico entre senhores e escravos, depois entre os donos dos meios de produção (indústrias) e os trabalhadores. Desta forma, a produção e reprodução da pobreza e da desigualdade também trouxeram, como consequência, um grande número de crianças desassistidas e desamparadas.

Em 1855 surgiu o primeiro projeto de política pública da fase filantrópica-científica, que promoveu a criação de Asilos de Educandos nas capitais regionais brasileiras. “A ideologia que fundamentou essas novas instituições incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas . . . Baseava-se na ideia de tirar o educando dos asilos da ociosidade, levando-o a participar do trabalho . . .” (Marcílio, 1998, p. 193).

Segundo Marcílio (1998), os médicos, os juristas e as ideias positivistas também tiveram participação importante neste contexto. Os médicos higienistas se puseram a combater as doenças e a mortalidade infantil, empreenderam campanhas sobre os cuidados com o corpo, com a higiene e a saúde pública. Tinham como pressuposto a ideia de que uma infância saudável era essencial ao progresso de uma nação.

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país.

...

Em 1923, no I Congresso Brasileiro de Higiene, os principais articuladores do movimento da higiene social tomaram para si a tarefa de proteger higienicamente a coletividade, em nome da ordem, e contra a anarquia do liberalismo, dos ideais igualitários, da promiscuidade e decadência urbanas. Considerou sua atribuição a criação dos hábitos sadios, o combate às “taras sociais” e a realização das grandes aspirações sanitárias do Estado: a robustez do indivíduo e a virtude da raça. Segundo a concepção higienista, não era possível fazer uma grande nação com uma raça inferior, eivada pela mestiçagem, como eram os brasileiros. Nesta questão, o higienismo se fundamentava na Eugenia.

Eugenia foi o termo “inventado” por Francis Galton (1822-1911), fisiologista inglês, para designar a ciência que trata dos fatores capazes de aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana. Afirmava ele que os seres humanos, assim como os animais, poderiam ser melhorados através da seleção artificial. (Mansanera & Silva, 2000, p. 118-119)

Segundo Santos (2016), as elites estavam à procura de um trabalhador ideal, hostilizando não apenas as crianças que perambulavam pelas ruas, mas também os negros (que representava o passado que se queria esquecer) e pessoas que lideravam reivindicações populares.

Os juristas se interessaram pelo tema da infância, entendendo que era necessário impedir o envolvimento na criminalidade. As ideias positivistas e higienistas “. . . propunham a separação da infância problemática, desvalida, delinquente, em grandes instituições totais, de regeneração ou correção dos defeitos, antes de devolvê-la ao convívio da sociedade estabelecida.” (Marcílio, 1998, p. 194).

É neste contexto que se modifica a maneira de nomear a infância empobrecida: de infância santa, abandonada, exposta, passou-se ao termo “menor”. “A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.” (Marcílio, 1998, p. 195). Nota-se que esta também é uma consequência das preocupações higiênicas, que propunham a segregação dos degenerados como forma de impedir que viessem a contaminar os demais.

Podemos notar que, apesar do empenho em apresentar soluções, o movimento higienista das elites não fazia qualquer reflexão sobre o processo histórico que produziu a exclusão e o abandono da população infantil, incumbindo-se apenas de segregá-la, na expectativa de evitar que proliferassem seus modos de vida não normatizados e adequá-la para o exercício do trabalho útil como mão de obra barata.

A transposição do modo de produção escravagista para o modo de produção industrial capitalista exigiu a produção de saberes que o consolidassem no plano das ideias. Assim, a ideologia cristã-medieval não mais servia para dar respostas ao novo mundo capitalista e em processo de industrialização. A ciência passa a ser, então, a principal forma de conhecer, explicar e propor soluções aos problemas do mundo (Figueiredo, 2016). A assistência caritativa, baseada nos princípios cristãos da caridade ao próximo como meio de salvação, já não podia mais ser predominante na realidade brasileira.

De acordo com Marcílio (1998, pp. 195-196), a “... filantropia surge para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados.”

Neste momento, a existência da Roda passou a ser questionada, especialmente pelos médicos higienistas, que passaram a combatê-la ao denunciarem a alta taxa de mortalidade entre as crianças que nela eram deixadas. (Marcílio, 1998).

Os positivistas criticavam a falta de organização e método no cuidado com as crianças nos Asilos da Roda dos Expostos. Iniciaram ainda um debate sobre a moralidade da Roda, questionando até que ponto a preservação dos costumes e da honra da família poderiam justificar o abandono anônimo e a morte de crianças:

Esses debates sobre a moralidade da Roda de Expostos podem, pois, ser entendidos como resultantes de ideias iluministas, e fazem parte de um amplo processo de liberalismo – econômico, social, político, cultural -, que traz em seu bojo a ideia de progresso contínuo; a oposição entre barbárie e civilização; a luta pela laicização da assistência; a ideia, enfim, de que os sentimentos humanitários fazem parte da natureza humana. (Marcílio, 1998, p. 196).

O entendimento filantrópico era o de que

... a educação da mulher passasse a ser considerada como fator primordial para a boa formação das novas gerações e a prevenção do crime e do abandono. O Estado começava a tomar consciência de sua responsabilidade na educação e na beneficência; surgiam, assim, os primeiros ensaios em políticas sociais e em programas de assistência à infância desvalida. (Marcílio, 1998, p. 198).

Passou-se a pensar também que para evitar o abandono era necessário “. . . criar serviços de proteção à mãe, para que esta chegasse ao término de sua gestação e não abandonasse o filho, ao nascer.” (Marcílio, 1998, p. 200).

Segundo Marcílio (1998), na década de 1850 ocorreu um aumento significativo de órfãos e de abandonados nas cidades litorâneas, devido às epidemias de febre amarela e cólera. Neste mesmo período, em 1855, foi proibido o tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós, o que fez com que as famílias abastadas se preocupassem em ficar sem mão-de-obra doméstica e passassem a se interessar ainda mais pela mão-de-obra das crianças expostas.

Diante desta situação, surgiu em 1855 o primeiro Programa Nacional de Políticas Públicas para assistência às crianças desvalidas, inaugurando-se muitos asilos com o objetivo de prepara-las para “. . . uma atuação ordeira e produtiva na sociedade.” (Marcílio, 1998, p. 202).

O plano geral destas instituições calcava-se na introdução de Estatutos estruturadores da organização interna, da distribuição dos espaços especializados das normas do ensino elementar e da difusão do ensino profissionalizante. Os governos provinciais foram seus grandes promotores, tendo, também, de suportar o peso financeiro maior dessas novas instituições assistenciais que criaram. (Marcílio, 1998, p. 203).

Surgiram a partir daí, segundo Marcílio (1998, p. 207), “. . . grandes estabelecimentos totais de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes carentes e sem-família. . . O Código Penal de 1890 incluía em seus artigos a premência da criação de instituições preventivo-correcionais, de grande porte.” De acordo com Santos (2016), as estatísticas da época apontavam para maiores índices de criminalidade na zona urbana o que, para os juristas, justificava que as instituições correcionais fossem implantadas na zona rural.

Neste período, entendia-se que, retirada

. . . da família e da sociedade, nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho. Pelo menos essas eram as expectativas utópicas dos teóricos filantropos. . . . A filantropia tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado. (Marcílio, 1998, p. 207).

Foi a partir de então que se começou a pensar a separação de crianças abandonadas e crianças delinquentes em instituições diferentes. “O ensino agrícola e a vida segregada em fazendas eram vistos como a fórmula ideal para retirar o jovem abandonado ou

infrator das ruas, com o fim de instruí-lo e capacitá-lo para o mundo do trabalho.” (Marcílio, 1998, p. 214). A sociedade da época preocupava-se em fornecer às crianças pobres apenas a instrução necessária para que pudessem exercer algum tipo de trabalho útil. As antigas instituições caritativas, no entanto, existiam paralelamente às novas instituições que foram sendo fundadas.

Sobre os pequenos infratores, criou-se “. . . um verdadeiro projeto de prisão-modelo . . . de acordo com os valores e as normas científicas propostos pelo filantropismo, segundo os quais os meios fundamentais de recuperação eram a educação, o trabalho e a disciplina.” (Marcílio, 1998, p. 219).

Para o Código Penal de 1890, os menores de 9 anos não eram considerados responsáveis por seus atos, os que tivessem entre 9 e 14 anos podiam ou não ser responsabilizados por seus atos (deviam ser punidos aqueles que tivessem discernimento sobre o ato ilícito praticado)⁶ e os maiores de 14 anos eram sempre considerados responsáveis. (Santos, 2016).

Segundo Santos (2016, p. 220), a circulação de crianças pelas ruas (onde transitavam entre atividades lícitas e ilícitas) era vista pelas elites como uma ameaça à ordem pública, que entendiam que “. . . a solução para o problema passava não só pela escola como também pela fábrica, repousando na pedagogia do trabalho uma solução eficaz e ao mesmo tempo rentável para o problema da delinquência infantil.”

A criminalidade infantil estava quase sempre condicionada ao que se convencionou chamar crime de “vadiagem”, previsto nos artigos 399 e 400 do Código Penal. As ruas da cidade, repletas de trabalhadores rejeitados pelo mercado formal de mão de obra e ocupados com atividades informais, era palco de inúmeras prisões motivadas pelo simples fato de as “vítimas” não conseguirem comprovar, perante a autoridade policial, sua ocupação. Boa parte dessas prisões arbitrárias tinham como alvo menores, que perambulando pelas ruas, eram sistematicamente capturados pela polícia. (Santos, 2016)

Depois de capturada pela polícia, a criança pobre era submetida aos Tribunais para Menores, que se incumbiam de combater a criminalidade infanto-juvenil, encaminhando-as às instituições correcionais filantrópicas.

Segundo Marcílio (1998), três marcos legais foram importantes para produção de mudanças na assistência à infância desvalida no Brasil: O Código de Menores de 1927, O Código de Melo Matos, também de 1927 e a Constituição de 1939 que passaram a delegar ao Estado a responsabilidade pela educação e assistência à infância.

⁶ Aparentemente isto ficava a critério da interpretação judicial, sendo que um dos indícios de capacidade de discernimento seria a tentativa de ocultar as provas do crime. (Santos, 2016)

O código de menores de 1927, produzido pela ação conjunta de médicos e juristas, tinha como preocupação exclusivamente as crianças e adolescentes abandonados e delinquentes. Ou seja, não fazia menção às crianças de famílias de melhores condições socioeconômicas. Este dispositivo teve como proposição a extinção da Roda dos Expostos (o que ocorreu de maneira paulatina), passando a promover admissões através de consignações diretas e substituindo as amas-de-leite pelas Casas de Amamentação. (Marcílio, 1998).

Apesar de ter sido proposta já no Código de Menores, a responsabilização do Estado pela educação e a assistência à infância só começou a ser efetivada com o Estado de Bem-Estar Social, inaugurado no final da década de 1960. (Marcílio, 1998). A partir de então é inaugurada a terceira fase de assistência à infância na realidade brasileira, denominada fase do Bem-Estar do Menor, na qual o Estado passou a ser visto como o principal responsável. Como iremos perceber, trata-se da continuidade dos princípios higienistas e positivistas, mas agora executados principalmente pelo Estado e não por instituições filantrópicas. A tomada do poder pelos militares em 1964 estabeleceu um governo autoritário que centralizou as ações destinadas à infância na figura do Estado.

No momento histórico da fase de Bem-Estar do Menor, as crianças e adolescentes ganharam espaço na sociedade, sendo que a infância rica passou também a receber atenção “. . . das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepara-la para dirigir a Sociedade”, enquanto as crianças pobres passaram a ser alvo de vigilância e punições, sendo estigmatizadas como violentas e perigosas. (Marcílio, 1998, p. 224).

1.3 O Brasil neoliberal: tudo muda, ou quase não

Após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, as figuras dos Estados mais importantes se encontravam enfraquecidas, após estes investirem grandes quantias no sistema bélico. Neste momento histórico, segundo Dobb (1983) ocorreram períodos de retrações nas atividades econômicas o que, para Mancebo (2002) também era resultado do esgotamento do modo de produção fordista⁷. A estrutura capitalista e a elite burguesa passaram a ser ameaçadas também, segundo Harvey (2008), pelo avanço das ideias socialistas em todo o mundo.

⁷ Segundo Ribeiro (2010) o fordismo é uma forma de racionalização da organização de trabalho na qual se passou a fazer uso de esteiras rolantes nas linhas de produção pela primeira vez ao longo da história. Também pode-se considerar uma característica do fordismo a disciplina excessiva do corpo e da vida, o que passou a provocar revolta por parte da classe trabalhadora.

Segundo Harvey (2008, p. 10) “o único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade”. Neste contexto foram construídos acordos internacionais e criados Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional.

Neste cenário passa a se estruturar o que Mancebo (2002, p. 35) denomina como capitalismo financeiro, capitalismo monopolista de Estado, capitalismo desorganizado ou neoliberalismo:

O neoliberalismo, como arcabouço teórico e ideológico, na realidade, não é algo novo. Nasce com o combate implacável, no início dos anos 40, às teses keynesianas, ao ideário do Estado-Providência, ao Estado planificador, desenvolvendo críticas implacáveis aos direitos sociais e aos ganhos de produtividade auferidos pela classe trabalhadora. Naquele momento histórico, no contexto da devastação provocada pela guerra, esse ideário não encontrava suportes políticos e sociais para se apresentar como uma alternativa econômica. Tal fato só se dá . . . [a partir da década de 70], quando o neoliberalismo firma-se como uma necessidade global de restabelecimento da hegemonia burguesa, trazendo implicações não só para a vida econômica, mas também para as diversas relações que se estabelecem entre os homens.

O princípio básico dessas orientações é o princípio do mercado, que adquiriu pujança sem precedentes, extravasou do econômico e procurou colonizar o próprio Estado e a sociedade. Sob esse ideário, as relações de mercado competitivas e otimizadoras, constituem-se num princípio necessário e capaz não apenas de limitar a intervenção estatal, mas também de racionalizar o próprio governo.

No entanto, as formas neoliberais atuais diferem das formas anteriores de liberalismo, pois não sustentam o mercado como uma realidade “quase-natural”, já existente, assegurada pela livre conduta dos próprios indivíduos e supervisionada à distância pelo Estado.

No neoliberalismo, o Estado deixa de se comprometer com a garantia dos direitos humanos, promovendo um agravamento das desigualdades sociais, o que, para Harvey (2008), é parte estrutural do projeto neoliberal como um todo. Para Mancebo (2002, p. 38) o Estado passa a “. . . devolver à sociedade civil competências e funções, assumidas no período do Bem-Estar . . .”

Para o alcance desses objetivos, para Mancebo (2002, p. 39), é necessário impor aos trabalhadores que deixem de reivindicar a garantia e a ampliação dos direitos conquistados no período do capitalismo organizado e passem a introjetar “. . . o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação do mundo.” No neoliberalismo tem-se a valorização do indivíduo competitivo e capaz de estabelecer relações utilitaristas com vistas a alcançar seus próprios interesses e objetivos.

Para Mancebo (2002, p. 43) o neoliberalismo aprofunda a preocupação com a liberdade proposta do liberalismo clássico “. . . a partir de suas teses em defesa de um Estado não-planificado, que possibilite aos indivíduos uma conduta plenamente livre.” Este aprofundamento não se dá em relação à preocupação com a igualdade, haja visto que o neoliberalismo pressupõe a desigualdade como única forma de promoção do progresso.

Diante do avanço da perspectiva neoliberal e do consequente desamparo provocado pelos altos índices de desemprego, da desigualdade e da ausência de políticas públicas que se contraponham a estes problemas, as relações humanas passam a ser essencialmente utilitaristas, competitivas e voltadas para a luta pela sobrevivência individual, em detrimento de preocupações com a coletividade. (Mancebo, 2002).

Para Lasch (1983, pp. 68-78), neste contexto histórico desenvolveu-se nos Estados Unidos uma *cultura do narcisismo*, que constitui um conjunto de valores amplamente difundido: a permissividade global; a estimulação e a perversão dos impulsos infantis e a falência da autoridade parental; a vida enquanto “. . . sucessão de imagens . . .” ou de “. . . sinais eletrônicos . . .” que prejudicam o senso de realidade; a intrusão na vida cotidiana do “. . . olho que tudo vê . . .”; a sociedade do espetáculo; a “. . . reprodução mecânica da cultura”; a preocupação em atravessar cada estágio da vida no tempo e na hora certa com o mínimo de sofrimento; a procura interminável por sintomas de velhice e doença; a crença de que a sociedade não tem futuro; a incapacidade de identificar-se com a posteridade ou de se sentir pertencente ao fluxo da história; a ética da autopreservação imposta pela guerra econômica, pelo declínio das esperanças, pelas altas taxas de criminalidade e pelo caos social. “As pessoas deixam de sonhar com a superação de dificuldades, mas simplesmente passam a sobreviver a elas.” Além disso, o outro (o vizinho, o estrangeiro, o diferente) passa a ser visto como mau e perigoso, como aquele que pode impedir a sobrevivência.

Uma sociedade que teme não ter futuro, muito provavelmente dará pouca atenção às necessidades da geração seguinte, e o sempre presente sentido de descontinuidade histórica – o câncer de nossa sociedade – cai, com efeito particularmente devastador, sobre a família. (Lasch, 1983, p. 76).

Para Roso e Guareschi (2007, p. 47), a cultura do narcisismo também vem sendo disseminada na sociedade brasileira através dos meios de comunicação de massa e das redes sociais. Nela “. . . impera a ansiedade, a ameaça representada pelo outro, desejos sem limites e atitudes sexuais mais permissivas do que puritanas.”

Lasch (1983) define este momento como era das esperanças em declínio, na qual não existe mais expectativa de solução para os problemas da coletividade e a busca pela

sobrevivência diária tornou-se eminente, não apenas para os mais pobres, mas também para a classe média.

Como parte deste quadro de mudanças, os processos nacionais de assistência às crianças e adolescentes também vêm passando por mudanças.

Devido ao seu teor autoritário, o código de menores foi revisado em 1979, por violar a Declaração Universal dos Direitos da Criança promulgada pela Organização das Nações Unidas, fato que vinha impondo prejuízos econômicos e políticos ao país, que tinha sua imagem prejudicada no cenário internacional. (Cella, 2007).

Segundo Cruz (2006, p. 42), o Estatuto do Menor de 1979 mantém a visão de que “menor = criança + pobreza”, mas traz como nova a preocupação de oferecer tratamento ao adolescente.

Através do Estatuto do Menor de 1979, pela

. . . primeira vez o instituto da adoção foi minuciosamente regulamentado. Compreendia-se, por intermédio dele, que é no seio da família (ainda que esta seja substituta) que a criança pode completar o complexo processo de socialização, adquirir os valores de seu grupo, desenvolver a auto-estima e se capacitar para o desempenho das funções sociais. (Marcílio, 1998, p. 226).

Na fase de assistência do Bem-Estar do Menor, segundo Cruz (2006), surgiu a Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que previa a prevenção da marginalidade infanto-juvenil através de tratamentos biopsicossociais. Como parte desta Política, em 1964 o governo militar criou a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – que passou ser responsável por formular e implantar a política nacional destinada aos menores, coordenando e fiscalizando as entidades que a executassem.

Apesar disso, instituições como a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) no estado de São Paulo, logo começaram a se mostrar ineficientes na recuperação de adolescentes envolvidos em atos ilícitos.

A partir do processo de abertura política, [em 1985] a PNBEM começou a sofrer severas críticas, sendo a FUNABEM identificada como uma *escola do crime*. Tornava-se visível a eficiência do Estado na produção de *menores abandonados, menores de rua, menores em situação de risco*, mediante políticas/práticas de exclusão social. (Cruz, 2006, p. 42, grifos da autora).

Em 1990 o Brasil se insere na nova ordem econômica mundial da globalização e do neoliberalismo, segundo Filgueiras (2006a). Para o autor, o capital financeiro brasileiro só se organizou para se adequar ao mundo globalizado porque sentiu-se ameaçado pelas mobilizações populares e sindicais que ocorreram no final da década de

1980: o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo Filgueiras (2006a), as primeiras adequações ao neoliberalismo ocorreram no governo Collor, através de abertura da economia e privatizações de órgãos estatais.

A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, re-configurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros. (Filgueiras, 2006a, p. 183).

Segundo Marcílio (1998) a dificuldade do Estado em propor ações eficazes destinadas à infância e à juventude, também provocou a pressão popular, entre os anos de 1988 e 1990, para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), com o objetivo de estruturar políticas públicas de atendimento para todas as crianças e adolescentes do território nacional e não somente para aquelas que se encontrassem em situação de abandono ou delinquência. A constatação da ineficácia de ações correcionais da FUNABEM fez com que a nova legislação trouxesse também medidas que pudessem ser preventivas.

O ECA, que ainda é legislação vigente, propõe a distinção de etapas do desenvolvimento infanto-juvenil: são consideradas crianças aquelas que tem de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas de 12 anos a 18 anos incompletos. Diferente do Código de Menores que permitia imputar responsabilidade por atos ilícitos a crianças de apenas 9 anos, o ECA prevê sanções apenas a partir dos 12 anos.

A criança e o jovem se transformam em prioridades de Estado. A legislação pretende protege-los da família desestruturada e dos maus-tratos que venham sofrer; quer garantir educação, políticas sociais, alimentação e bases para o exercício da cidadania. Recomenda que a internação seja evitada, utilizada apenas como um recurso derradeiro, e pretende superar a associação pobreza-delinquência que estigmatizou grande parte de crianças e jovens como “menores”. (Passeti, 2014, p. 366).

Pela primeira vez, as crianças e adolescentes deixaram de ser vistos como objeto e passaram a ser entendidas como sujeito de direitos, sendo criados os Conselhos Tutelares, que seriam órgãos incumbidos de zelar pela garantia dos direitos previstos na nova legislação. (Marcílio, 1998).

A partir do ECA, ficaram estabelecidas medidas socioeducativas e medidas protetivas, destinadas às crianças e adolescentes. As medidas socioeducativas são aplicadas pelos juízes das Varas da Infância aos adolescentes (de 12 a 17 anos) autores de atos infracionais, priorizando-se as intervenções não restritivas da liberdade. Estão previstas seis modalidades de medidas socioeducativas: a advertência; a obrigação de reparar o dano; a prestação de serviço à comunidade (os adolescentes são encaminhados a executar atividades úteis à comunidade em órgãos públicos ou em organizações não governamentais, em carga horária de até 8 horas semanais, sempre sob a supervisão de um orientador) e a liberdade assistida (na qual a vida do adolescente é monitorada por um orientador que irá zelar por sua frequência e aproveitamento escolar e pelo seu encaminhamento à atividades culturais e profissionalizantes, informando periodicamente sua situação à autoridade judiciária), nas quais não há restrição da liberdade. O cumprimento destas medidas é acompanhado pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Já na inserção em regime de semi-liberdade o adolescente é encaminhado a uma instituição da qual só poderá sair para frequentar atividades educativas, culturais, artísticas e profissionalizantes, mediante autorização. Existe ainda a possibilidade de adoção da medida de internação, que estabelece a restrição da liberdade do adolescente, que pode permanecer por até 3 anos numa instituição onde deve ter acesso à escolarização e profissionalização.

Apesar de estar previsto que a internação não deve ser a principal sanção, quando identificamos a superlotação de instituições de internação como a Fundação Casa, notamos que, na prática, a restrição da liberdade ainda é utilizada com frequência, o que sugere a persistência e a permanência dos modos de pensar típicos das concepções punitivistas e higiênicas, presentes no Código de Menores.

As medidas protetivas são aplicadas a qualquer criança ou adolescente (de 0 a 17 anos) que venha a ter seus direitos violados (por negligência; violência física, sexual e ou psicológica; abandono; por ação ou omissão da família, da sociedade ou do estado), cabendo destacar que, na maioria dos casos, as medidas de proteção também são aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais. O ECA (Brasil, 1990) prevê 9 tipos de medidas de proteção:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

- IV - Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

Os serviços que promovem as medidas de proteção são executados tanto por órgãos públicos quanto por organizações não governamentais. A escolarização, os serviços de saúde e parte dos programas de orientação (como os grupos de orientação para pais oferecidos pelos CREAS) são ofertados pelo Estado.

O serviço de acolhimento institucional em geral é executado por organizações não governamentais, fiscalizadas pelo Estado e pela autoridade judicial. De acordo com o ECA, as crianças e adolescentes só deverão ser encaminhadas para as instituições de acolhimento em situações graves, nas quais já se tenham esgotado todas as alternativas (como encaminhamento a tratamentos de saúde, inserção em serviços de convivência ou atividades socioeducativas, inserção em unidade escolar ou acompanhamento especializado).

A autoridade judicial pode determinar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes desde que constatado que estejam em situação de grave desproteção⁸. Para verificar se esta ou outras medidas de proteção são necessárias, a autoridade judicial pode solicitar relatório de estudo psicológico e social à equipe do serviço técnico judiciário (assistente social e psicólogo), bem como solicitar informações à rede socioassistencial: Conselho Tutelar, Centros de Referência de Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, Escolas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que conhecem a situação da família. Os acolhimentos institucionais também podem ser realizados pelos Conselhos Tutelares em situações emergenciais, com o fato sendo comunicado à autoridade judicial em até 24 horas. De igual modo, existe um esforço para que a rede socioassistencial fortaleça a família de origem para que, sempre que possível, a criança possa permanecer ou voltar ao convívio familiar o mais rápido possível.

5 Crianças/adolescentes que não podem ficar, temporária ou permanentemente, sob a responsabilidade de seus genitores (ou porquê já faleceram ou não apresentam condições físicas e/ou psicossociais de cuidar e proteger seus filhos naquele momento) e que também não tenham outras pessoas da família extensa ou de seu círculo de vínculos socioafetivos que possam acolhê-las.

Embora seja permitido e estimulado que a criança permaneça com pessoas com quem já tenha vínculos, na experiência da autora na cidade de Presidente Prudente, muito raramente pessoas da comunidade (padrinhos, vizinhos, amigos da família) se dispõem a acolher uma criança, o que indica a fragilidade das relações sociais, na atualidade.

Ainda sobre a realidade de Presidente Prudente, podemos mencionar que boa parte dos acolhimentos está relacionada ao uso abusivo de álcool e outras drogas por ao menos um dos membros do grupo família. Quando convivem com familiares alcoolistas ou usuários de drogas, as crianças comumente têm suas necessidades afetivas e materiais negligenciadas, sofrem agressões físicas e psicológicas.

A colocação em família substituta é feita mediante determinação judicial, sendo que cabe às Varas da Infância e da Juventude e, em especial, às equipes do Serviço Técnico Judiciário (formadas por assistentes sociais e psicólogos), avaliar e preparar os pretendentes à adoção. No processo de avaliação, a equipe de psicólogos e assistentes sociais do Serviço Técnico Judiciário busca informações sobre, por exemplo, sua capacidade de exercer a paternidade/maternidade, suas expectativas, sua capacidade de tolerar frustrações e suas condições materiais para acolher uma criança. Além disso, a autoridade judicial solicita o levantamento da ficha criminal dos interessados. As crianças que são colocadas em adoção também são avaliadas previamente pela equipe técnica das instituições de acolhimento e pela equipe do Serviço Técnico Judiciário, que visam analisar se a adoção atende suas expectativas e pode trazer-lhes algum benefício.

Também cabe à Vara da Infância produzir uma lista de pretendentes à adoção em cada Comarca, que serão acionados mediante necessidade. Quando este cadastro local de pretendentes não dispõe de interessados que possam acolher a criança/adolescente disponíveis para adoção, é possível acionar o Cadastro Nacional ou Internacional de Adoção.⁹ Conforme o ECA (Brasil, 1990), a adoção é uma medida de proteção que só deve ser tomada em situações extremas, nas quais tenham sido esgotadas todas as possibilidades de preservação dos vínculos da criança ou adolescente com a família de origem (pai e/ou mãe) ou extensa (avós, tios, primos).

Já o acolhimento familiar é uma parceria entre o Estado, as instituições de acolhimento e pessoas da sociedade civil, na qual estas últimas recebem uma quantia mensal em dinheiro para acolher em sua residência crianças/adolescentes que foram retirados de suas famílias devido à exposição de situações de risco, tais quais as que se

⁹ Mais informações podem ser encontradas no site do Conselho Nacional de Justiça <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>

encaminham às instituições de acolhimento. Esta alternativa vem sendo colocada como sendo menos danosa ao desenvolvimento infantil do que a institucionalização, uma vez que permite à criança a convivência em uma família.¹⁰

Segundo Passeti (2016, p. 367) o Estatuto da Criança e do Adolescente “redimensiona o papel do Estado em relação às políticas sociais. Em âmbito nacional, ele permanece orientando e supervisionando as ações, mas reduz sua atuação na esfera do atendimento facilitando o aparecimento, em larga escala, das organizações não governamentais.” Trata-se da atuação mínima do Estado, proposta pelo modelo neoliberal.

A redução das políticas sociais deixou mais evidente a pobreza existente e durante o acomodamento à nova situação uma nova escalada do crime ganhou as manchetes de jornais, rádios e televisões. Mais uma vez pobreza e criminalidade são associados e outra diversificação da indústria do controle do crime se prepara para acontecer. Ampliam-se os ramos de vigilância e armamentos graças à informatização em nome da segurança privada, crescem as milícias particulares e os grupos de extermínio e se exigem ações jurídicas cada vez mais penalizadoras para os infratores. Os pobres, entretanto, permanecem vistos como infratores em potencial e, por conseguinte, como delinquentes emergentes. (Passeti, 2016, p. 367).

Cruz (2006, p. 45) faz uma crítica ao ECA ao afirmar que não é suficiente para garantia dos direitos das crianças e adolescentes, à medida que não trata do enfrentamento à pobreza:

Sabemos que a tutela está na contramão da cidadania, uma vez que aquela não emancipa o sujeito. Contudo, diante deste cenário, as famílias não podem dispensar os aparatos da assistência social. Assim, de nada adianta os abrigos para as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, se suas respectivas famílias também se encontram “em risco”. E como a pobreza é, via de regra, um fenômeno familiar, o suporte a esta parece essencial. Estudos e pesquisas, ao longo do tempo, têm demonstrado que a grande maioria das crianças e dos adolescentes têm famílias, com dificuldades complexas, onde a questão material não é única e sim elemento importante no agravamento de outras questões, intensificando-as, ou seja, pela urgência do sobreviver, constitui um estado constante de alerta, desgaste de energia emocional, como se a rotina fosse “a crise”.

As considerações de Cruz (2006) são compatíveis com a experiência da autora do presente trabalho junto à Vara da Infância e da Juventude de Presidente Prudente: na maioria dos casos atendidos, a garantia de direitos da família poderia ter evitado a violação de direitos das crianças e adolescentes que são atendidos. Por exemplo, um pai

¹⁰ Mais informações sobre o programa de famílias acolhedoras podem ser encontradas no site do Conselho Nacional de Justiça, disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85134-cnj-servico-o-que-sao-familias-acolhedoras>

de família que tem precárias condições de trabalho e remuneração (subemprego, trabalho penoso ou mesmo o desemprego) tem mais dificuldade de garantir boas condições de alimentação, saúde e moradia aos filhos, mais dificuldade de acompanhar sua vida escolar (e de exercer a função protetiva de forma geral), maiores chances de desenvolver um quadro de alcoolismo¹¹ e, conseqüentemente, de praticar agressões contra os filhos que, dependendo da situação, podem precisar ser encaminhados às instituições de acolhimento. Assim, concordamos com a autora que a garantia dos direitos da criança e do adolescente, dentre eles o direito à convivência familiar e comunitária, não pode prescindir do enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e da garantia dos direitos dos demais membros das famílias.

Para Passeti (2016, p. 367), no final do século XX inaugura-se o que denominou *nova filantropia*, que envolvia

. . . a contenção de programas sociais de Estado com parcerias não governamentais; a ação jurídico-policia de encarceramento de infratores como medida de prevenção geral contra violências levando à proliferação de prisões e à diversificação das penas como medidas socioeducativas; e a disseminação da ação contra violentadores de crianças e adolescentes.

Na nova filantropia, portanto, o estado reduz os investimentos na assistência à infância e à adolescência, delegando às organizações não governamentais, como as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, a execução das políticas públicas. Diferente da antiga filantropia, agora o empresariado realiza doações, na maioria das vezes, como forma de eliminar pagamentos ao Estado (água, luz e outros impostos, por exemplo). Passeti (2016, p. 368) busca esclarecer quais são as conseqüências desta mudança para a vida das crianças e adolescentes:

Não há dúvida que alguns programas atingem os objetivos propostos. Muitas vezes eles conseguem reduzir as condições do sofrimento viabilizando creches, adoções, famílias substitutas para crianças que sofrem violências físicas e sexuais, atendimento a crianças hospitalizadas, moradias para os que vivem perambulando pelas ruas. Entretanto, depois de tantas décadas não há como deixar de constatar, também, que eles atingem apenas uma parte ínfima dos necessitados e que os resultados objetivos são praticamente insignificantes ante os numerosos programas e projetos que falharam. Entretanto, a filantropia promove a restauração da moral dos chamados homens de bem e a ampliação de empregos no Estado como investimento no “social”.

¹¹ Ministério da Saúde. (2001). *Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos 114*. Brasília. Recuperado de http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/seguranca%20e%20saude%20no%20trabalho/Saude_dotrabalhador.pdf

Apesar de todas as mudanças registradas ao longo da história brasileira, no que diz respeito à assistência à infância pobre e desvalida, até a atualidade convivemos com expressões das diferentes fases que atravessamos. A visão caritativa ainda se expressa porque a cultura cristã ainda está bastante presente em nossa realidade e, portanto, ainda existem pessoas e instituições que se dedicam à infância pobre como forma de expressão da caridade e da busca pela salvação divina. Os adolescentes entrevistados nesta pesquisa, por exemplo, estão acolhidos em uma instituição cujo nome faz menção a uma entidade católica (Santa Filomena – considerada protetora dos inocentes), muito embora não seja uma instituição fundada ou coordenada por religiosos, mas sim por membros da sociedade civil (conforme ANEXO 1 – Projeto Apadrinhamento Afetivo do Lar Santa Filomena).

Apesar disso, as instituições que prestam serviços à infância, mesmo aquelas religiosas, estão submetidas às preconizações do ECA e são fiscalizadas pelo Estado e pela autoridade judicial competente.

Ainda da fase caritativa, herdamos a informalidade como forma de assistência à infância abandonada, especialmente em regiões onde o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente ainda não está estabelecido. Na cidade de Presidente Prudente posso dizer que o acolhimento informal de crianças é bastante raro, porque em geral a rede socioassistencial realiza monitoramento, exigindo que o responsável receba um termo de guarda da criança mediante autorização judicial, conforme previsto no ECA. Na capital do mesmo estado, por outro lado, sabe-se que muitas crianças ainda moram nas ruas, não tendo sequer o direito à habitação e à segurança garantidos e tampouco se pode esperar que a rede de proteção socioassistencial tenha condições de garantir que não sejam acolhidas por vias informais/ilegais ou que não sejam vítimas de outras violações graves como o trabalho infantil ou a exploração sexual.¹² Aqui cabe mencionar que apenas com a Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009 (Brasil, 2009) foi estabelecido que as adoções só poderiam ocorrer mediante preparação e cadastramento dos pretendentes à adoção junto às Varas da Infância.

De igual modo, a visão higienista e filantrópica permanecem muito fortalecidas, pois, como vimos, apesar da promulgação do ECA e das políticas para a infância surgidas

¹² Em uma reportagem do mês de dezembro de 2017, uma ONG teria relatado um número de aproximadamente 1800 crianças morando nas ruas de São Paulo-SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/12/pesquisa-com-criancas-de-rua-no-centro-de-sp-revela-fome-e-violencia.html>

a partir dele, muito pouco se pôde avançar em termos de ações concretas destinadas à infância: apesar de prever o mesmo tratamento à todas as crianças e adolescentes, sabemos que a infância negra e pobre ainda é a que mais sofre com a desassistência, a violência, o preconceito e a que mais é segregada, sendo encaminhada para as instituições de acolhimento e de internação. De igual modo, ainda permanece a preocupação de mantê-las à distância das elites (para as quais ainda representam ameaças à ordem e à segurança) e de prepara-las para uma vida ordeira em sociedade. Podemos dizer também que o termo *menor*, rediscutido e alterado a partir do ECA, ainda é comumente utilizado no meio jurídico, nos meios de comunicação em massa e na vida cotidiana, dando continuidade a um processo discriminatório que imputa à infância pobre o estigma da delinquência.

É neste contexto, portanto, que se inscreve a presente pesquisa, na *nova filantropia*, com o Estatuto da Criança e do Adolescente em vigência há quase 30 anos, em contato com adolescentes colocados em uma instituição de acolhimento parcialmente subsidiada pelo Estado, dependente do trabalho voluntário e de doações da comunidade.

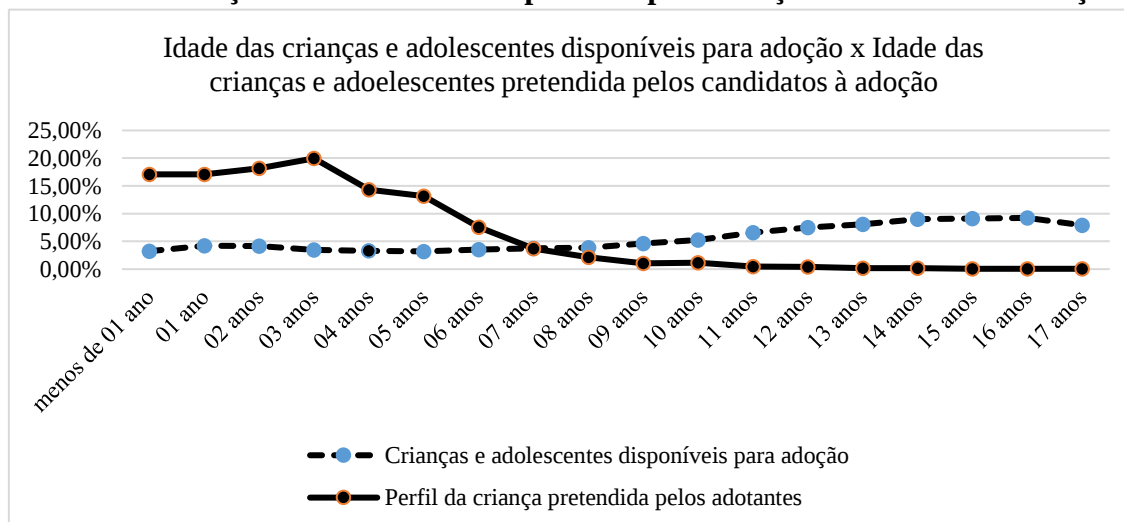
Conforme o artigo 19 do ECA (Brasil, 1990), inseridos em uma instituição de acolhimento, a criança e o adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos, devendo-se promover sua reinserção comunitária, seja pelo retorno à família de origem, seja pela colocação na família extensa ou família substituta.

Apesar disso, a prática cotidiana da autora no contato com as instituições de acolhimento, bem como os dados estatísticos fornecidos pelo Cadastro Nacional de Adoção apontam para desafios no que diz respeito à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Devido a uma diversidade complexa de fatores (históricos, socioeconômicos, psicossociais, condições de saúde dos membros da família, por exemplo) nem sempre é possível que a criança retorne a sua família de origem ou família extensa. Além disso, o perfil da criança que é aceita pelos pretendentes à adoção é muito diferente daquele da maioria das crianças e adolescentes disponíveis para adoção.

O Gráfico 1 apresenta a disparidade entre a idade das crianças e adolescentes disponíveis para adoção e a daquelas pretendidas pelos candidatos à adoção. Esta triste realidade contribui para que diversas crianças e adolescentes sejam submetidas a um longo tempo de institucionalização, o que tem reflexos negativos para seu desenvolvimento psicossocial:

Gráfico 1

Idade das crianças e adolescentes disponíveis para adoção x Idade das crianças e adolescentes pretendida pelos candidatos à adoção



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção: Relatório de Dados Estatísticos gerado no dia 07 de setembro de 2016.

Diante das dificuldades de garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária a estas crianças, que ficam longos períodos em instituições de acolhimento, surgem as práticas de apadrinhamento afetivo no território brasileiro.

1.4 O apadrinhamento afetivo e o contexto local

O apadrinhamento afetivo vem sendo utilizado como alternativa para garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional com pouca chance de retornar à família de origem ou extensa ou de colocação em família substituta. Tal prática consiste em fornecer, às crianças e adolescentes, referências de atenção e cuidado, através da figura dos padrinhos e ou madrinhas. Os padrinhos/madrinhas são pessoas da comunidade, que tenham disponibilidade para acompanhar a vida de seus afilhados, realizando visitas, levando-os para passar os finais de semana e períodos de festas em suas casas, para atividades comunitárias, religiosas, recreativas, entre outras.

Sobre o apadrinhamento, Sousa (2010, p. 15) afirma que

... significa um modo de se estabelecer relações entre crianças institucionalizadas e visitantes da instituição, de tal modo que os padrinhos, como são chamados alguns visitantes, vão até as crianças, caracterizando a visita, e as levam para passear, seja em suas casas, seja em outros lugares, sempre conotativos de lazer e prazer. Alguns, entretanto, levam para outras atividades importantes como atendimentos médicos, psicológicos e odontológicos. Há um padrinho para cada criança, normalmente um não pode ser padrinho ou madrinha de duas crianças ao

mesmo tempo. Apenas uma é levada, a não ser que tenha irmãos e que o padrinho queira levá-los também.

A prática do apadrinhamento afetivo vem se desenvolvendo na atualidade nacional especialmente a partir das proposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que considera a convivência familiar e comunitária como um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes. No artigo 92 do ECA (Brasil, 1990) está previsto que as instituições de acolhimento devem ter como princípios a participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade local, bem como a participação de pessoas da comunidade em seus processos educativos.

O Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA, CNAS, 2006, p. 99) entende que uma das ações necessárias ao reordenamento dos serviços de acolhimento institucional é a elaboração “. . . de parâmetros para criação de Programas de apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.”

Apesar de previsto nestes documentos (Brasil, 1990 e CONANDA, CNAS, 2006), as práticas de apadrinhamento afetivo não são padronizadas no território nacional; não existem definições sobre como devem acontecer e nem um levantamento sistemático sobre estas práticas no território nacional ou nos territórios estaduais. Assim, os critérios de seleção, a preparação, a maneira de promover o encontro com os padrinhos, as formas de acompanhar os participantes e de monitorar possíveis irregularidades não estão previstas na legislação. A legislação também não especifica quais devem ser os responsáveis e, diante deste vazio normativo, existem programas de apadrinhamento afetivo promovidos pelas próprias instituições de acolhimento, como existem ações, no mesmo sentido, promovidas pelos Tribunais de Justiça.

Segundo o provimento 36/2014 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, o apadrinhamento afetivo é uma prática de garantia do direito à convivência familiar e comunitária:

Art. 2º - Apadrinhamento afetivo é um programa para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, com poucas possibilidades de serem adotados, que tem por objetivo criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando, assim, as oportunidades de convivência familiar e comunitária. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2014).

Já o provimento 40/2015 da Corregedoria Geral de Justiça (Tribunal de Justiça de São Paulo, 2015) estabelece que, na medida do possível, as Varas da Infância e da Juventude devem instituir programas de apadrinhamento afetivo, seguindo algumas

diretrizes que podem ser assim resumidas: a identificação de crianças e adolescentes que tenham perfil para o apadrinhamento; a preparação de crianças, padrinhos, madrinhas e profissionais das instituições de acolhimento através de entrevistas individuais e pequenos grupos de reflexão; o estabelecimento de critérios a serem avaliados nas pessoas que pretendem apadrinhar; a criação de um espaço de esclarecimento e escuta para as crianças e adolescentes que desejam ser apadrinhados; a avaliação sistemática do programa; a organização para que se estabeleça uma convivência gradual e planejada; a criação de estratégias de divulgação do programa.

O apadrinhamento afetivo proposto pelos provimentos 36/2014 e 40/2015 caracterizam uma tentativa da Corregedoria Geral de Justiça de estimular que as Varas da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo proponham um único programa de apadrinhamento afetivo em cada município, através da articulação da rede socioassistencial.

Na cidade de Presidente Prudente tal proposta ainda não foi implantada, e cada instituição de acolhimento localizada no município (Lar Santa Filomena e Lar dos Meninos) desenvolve separadamente seu próprio programa de apadrinhamento afetivo, sendo que ambos foram sistematizados no ano de 2016.

O Lar Santa Filomena (no qual estão os adolescentes que participaram desta pesquisa) é uma instituição não-governamental fundada em 10 de novembro de 1960 na cidade de Presidente Prudente-SP, que executa um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Abrigo Institucional. A entidade tem capacidade para acolher 35 crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos.

Em contato com a coordenadora do Lar Santa Filomena, fui informada de que não existem registros sobre a prática anterior de apadrinhamento na instituição, sendo que os contatos entre a população acolhida e as pessoas da comunidade ocorriam de maneira informal. Pessoas da comunidade podiam levar os internos para suas casas, nos finais de semana ou se tornarem padrinhos religiosos dos mesmos.

Apenas no ano de 2016 a instituição teria formalizado o projeto de apadrinhamento afetivo, após ter sido notificada pelo poder judiciário. Apenas a partir daí a instituição passou a sistematizar a preparação e o acompanhamento dos processos de apadrinhamento afetivo. O projeto elaborado e adotado então consta no ANEXO 1 - Projeto Apadrinhamento Afetivo do Lar Santa Filomena.

O magistrado da Vara da Infância e da Juventude de Presidente Prudente que decidiu oficializar a instituição o fez após sugestão da autora deste trabalho, que constatou

que aquela entidade não estava atendendo às recomendações da Corregedoria Geral de Justiça relativas aos cuidados necessários aos processos de apadrinhamento afetivo.

Em um dos diálogos com uma profissional que trabalhou por 25 anos na outra instituição de acolhimento da cidade¹³, obtive informações interessantes sobre a história local dos processos de acolhimento institucional e apadrinhamento afetivo.

O Lar dos Meninos foi fundado em 14 de fevereiro de 1957, por membros da comunidade, e ficou sob a administração dos Padres Palotinos. Nesta época a pessoa que nos prestou as informações ainda não trabalhava na instituição, mas imagina que a permanência na mesma “. . . não era algo muito legal para as crianças . . .”, dada a ausência de profissionais para acompanhá-las e da falta de legislação que protegesse seus direitos. De 1982 até 1989 a instituição funcionava como uma modalidade de apoio para famílias que não tinham onde deixar os filhos enquanto trabalhavam. As crianças passavam a semana na instituição e iam para a casa dos pais aos finais de semana. Não havia interferência do judiciário, nem tampouco legislação a respeito, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado apenas em 1990 e a concretização das ações relacionadas às instituições de acolhimento ainda levou alguns anos para acontecer.

A partir de 1989 iniciou-se o apadrinhamento, especialmente através do batismo: a paróquia anunciava a quantidade de “órfãos” que precisavam de alguém para batizá-los. O que ocorria é que as crianças eram batizadas, mas a maioria acabava não tendo convivência com seus padrinhos. Segundo a profissional, a religião das crianças ou de suas famílias não era respeitada, já que todas eram batizadas na igreja católica. Ela precisou insistir muito, e apenas depois de alguns anos esta prática foi abandonada. Outras pessoas da comunidade também podiam retirar crianças para passear, mediante a assinatura de um termo de compromisso.

Após 1998 o contato com a comunidade foi limitado e, a partir de então, só poderiam apadrinhar aquelas pessoas que já tinham envolvimento anterior com a instituição (pessoas que colaboravam voluntariamente com a mesma). Nesta época priorizava-se o contato dos acolhidos com membros da comunidade.

A partir de 2006, a preocupação de promover a manutenção dos vínculos familiares passou a ser prioridade e a instituição começou a investir em seu

¹³ Embora esta profissional não tenha trabalhado na instituição de acolhimento em que vivem os adolescentes que participaram desta pesquisa, achamos interessante relatar as informações prestadas por ela, pois se trata de uma das pessoas que acompanhou por mais tempo a realidade das instituições de acolhimento de Presidente Prudente.

fortalecimento. Na época, os profissionais envolvidos tinham a impressão de que o apadrinhamento trazia mais benefício para os padrinhos do que para as crianças e adolescentes apadrinhados. Também observavam que os padrinhos entravam em conflito com os genitores. Neste período já havia a exigência de profissionais na instituição (como assistentes sociais e psicólogos), e estes começaram a ser mais exigentes quanto ao apadrinhamento: procuravam saber quem era a pessoa que queria apadrinhar, faziam orientações sobre a vida da criança/adolescente, procuravam avaliar se a criança estava gostando do processo. Antes disso este cuidado não era possível porque atendiam um número muito maior de crianças/adolescentes e não havia composição de equipe mínima para atendimento das necessidades de cada um.

De acordo com a entrevistada, poucas pessoas concordavam em se submeter às exigências da instituição, como por exemplo, de que o contato com a criança ou adolescente não ocorresse apenas em festas de finais de ano, mas que fosse uma convivência mais frequente. A maior parte das pessoas queria passar apenas alguns momentos com a criança ou adolescente, mas não concordava em assumir qualquer compromisso mais duradouro.

Após 25 anos trabalhando na instituição, ela observou que os padrinhos querem saber do comportamento das crianças e adolescentes antes de apadrinhá-los e que a maioria desiste do contato com a criança depois da ocorrência de qualquer problema, por menor que seja. São raros os casos em que o apadrinhamento se prolonga, por isto tem certo receio da promoção desta prática.

Em 2016 o Lar dos Meninos e o Lar Santa Filomena decidiram sistematizar o apadrinhamento afetivo: divulgaram o programa, fizeram encontros preparatórios para os pretendentes a padrinhos, fizeram orientações às crianças e adolescentes que tinham perfil para participar do programa (aqueles que não tem perspectiva de retornar às famílias de origem ou de serem colocados em família substituta).

O relato da profissional mostra algumas transformações acompanhadas por ela em suas atividades cotidianas na instituição de acolhimento. Permite notar ainda que ela não tem uma visão muito otimista sobre o apadrinhamento afetivo, o que me deixou ainda mais instigada a buscar informações sobre o tema, pois, em 2016, ano em que iniciei minhas leituras sobre o assunto, o Tribunal de Justiça de São Paulo estava estimulando a sistematização destas práticas.

A instituição de acolhimento na qual se encontram os adolescentes com os quais a autora teve contato executa um programa próprio de apadrinhamento afetivo que é organizado nas seguintes etapas:

- Definição de parcerias: VIJ, MP, SAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR;
 - Divulgação do projeto Apadrinhamento através da mídia;
 - Evento de lançamento;
 - Cadastramento de madrinhas e padrinhos;
 - Seleção e formação das madrinhas e padrinhos;
 - Seleção e formação dos afilhados;
 - Entrevista e entrega de documentos;
 - Encontro semestral com a equipe técnica através de oficinas, dinâmicas, orientações, troca de experiências, entre outros;
 - Frequência, estágio e convivência da família com as crianças/adolescentes durante os sábados, das 9h00 às 11h00, no período de 03 meses.
 - Acompanhamento com as famílias, de forma periódica, podendo ser realizado através das visitas ou por procura espontânea na entidade. (Lar Santa Filomena, 2016 – ANEXO 1).

O projeto da instituição prevê ainda os documentos a serem apresentados pelos interessados em apadrinhar, bem como os direitos e deveres dos padrinhos e os procedimentos para o apadrinhamento afetivo Lar Santa Filomena, 2016 – ANEXO 1):

PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS

- Cadastro na Sociedade Lar Santa Filomena;
- Apresentação da documentação exigida;
- Respeitar o processo de seleção e entrevista;
- Visitas técnicas nas residências;
- Aproximação dos cadastrados com a criança/adolescente de forma natural, respeitando a flexibilidade, o limite e o vínculo já estabelecidas por ela;
 - Frequência, estágio e convivência da família com as crianças/adolescentes durante aos sábados, das 9h00 às 11h00, no período de 03 meses.

DIREITOS E DEVERES DOS PADRINHOS

- Tenha o desejo real de compartilhar sua vida com uma criança/adolescente;
- Disponibilidade e comprometimento;
- Seja capaz de oferecer escuta qualificada;
- Saiba dialogar e respeitar a condição peculiar de cada criança/adolescente;
- Facilidade de lidar com imprevistos nas relações interpessoais;
- Saiba a reconhecer momentos de fragilidade e buscar auxílio técnico;
- Participar de encontros agendados com a equipe técnica responsável pelo projeto;
- Respeitar as regras e normas do projeto Apadrinhamento afetivo;
- Sempre que realizar passeio fora da cidade avisar com antecedência a entidade para que sejam tomadas as providencias cabíveis;
- Os padrinhos deverão promover o bem-estar da criança/adolescente;

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CADASTRO

- Apresentação da cópia dos documentos pessoais – Carteira de Identidade, CPF, Certidão de casamento (casado) ou certidão de nascimento (solteiro) de todos os membros que residem na casa;
- Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);
- Comprovante de rendimento ou declaração equivalente (holerite, declaração de IRPF, declaração do empregador);
- Antecedentes criminais.

Com o projeto de apadrinhamento afetivo de 2016, a instituição passa a sistematizar as exigências em relação aos que pretendem apadrinhar, diminuindo a informalidade desta prática. A autora teve contato com dois adolescentes, um deles passou pelo apadrinhamento afetivo antes da sistematização do projeto (Marcos) e outro após sua sistematização (Estela).

CAPÍTULO 2 - Estudos sobre o apadrinhamento afetivo no Brasil

Nesta parte do trabalho, pretendo sintetizar algumas contribuições teóricas realizadas por outros autores brasileiros que se debruçaram sobre o tema do apadrinhamento afetivo.

Para elaboração deste capítulo, utilizei o sistema *Google Acadêmico*, filtrando os materiais que tivessem a expressão exata *apadrinhamento afetivo* e pelo menos uma das palavras *criança* ou *adolescente*. Esta busca resultou em 107 documentos, que foram classificados em quatro categorias: a) trabalhos que abordavam diretamente o tema do apadrinhamento afetivo de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional; b) trabalhos que abordam o tema da adoção; c) trabalhos que abordam temas relacionados à crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (mas não tratam do tema do apadrinhamento afetivo nem da adoção); d) trabalhos que, embora contenham as palavras de busca, não abordam o tema do apadrinhamento afetivo, o tema da adoção, nem o da criança/adolescente em situação de acolhimento institucional. No Apêndice 1, está registrada a listagem completa dos textos encontrados.

Os trabalhos que abordam diretamente o tema do apadrinhamento afetivo, totalizaram 9: dois artigos, uma dissertação e um capítulo de livro na área da Psicologia, dois trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social, um artigo em Direito e outro em área não especificada e uma dissertação na área da Antropologia. Percebe-se um número escasso de publicações sobre o tema do apadrinhamento afetivo, existindo, até o momento do levantamento, apenas uma dissertação em Psicologia (cujo referencial teórico-metodológico é psicanalítico) sobre o assunto.

A segunda categoria de trabalhos incluiu 28 documentos, demonstrando que o tema da adoção tem sido mais explorado que o do Apadrinhamento Afetivo, não apenas pela psicologia, mas também por outras áreas do conhecimento.

Os trabalhos que abordam o tema das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, totalizam 67 documentos.

Os trabalhos que integram a quarta categoria, totalizam 3 documentos.

Após o levantamento, realizei a leitura e síntese dos textos que abordavam diretamente o tema do apadrinhamento afetivo, bem como li os resumos dos demais trabalhos.

Na sequência, eu e meu orientador optamos por apresentar as sínteses dos textos que abordam diretamente o apadrinhamento afetivo, tendo como preocupação não

apresentar simplesmente o resumo de cada trabalho. Seguindo a perspectiva de González-Rey (2011) segundo a qual a revisão bibliográfica também é um momento de construção e reflexão, buscamos sistematizar as contribuições da seguinte forma: apresentamos inicialmente o objetivo, a metodologia e a área do conhecimento de cada trabalho publicado, agrupando aquelas pesquisas que foram feitas na mesma instituição. Depois, percebendo que os resultados e conclusões dos autores tratavam de alguns temas em comum, apresentamos estes temas e as considerações dos autores sobre eles em blocos distintos.

2.1. Os textos nacionais que abordam o apadrinhamento afetivo

O artigo publicado por Bittencourt (2014) não é fruto de uma pesquisa formal e aparentemente reflete as preocupações da autora derivadas de sua atuação em um programa de apadrinhamento afetivo. No texto, a autora fala sobre a importância de garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, indicando o apadrinhamento afetivo como uma das alternativas possíveis. Como a autora não desenvolveu uma pesquisa sistematizada sobre o tema, o texto não menciona objetivos, referência metodológica ou resultados. Para ela, “a ideia simples e singela de apadrinhamento afetivo é a de ter um afilhado/afilhada que mora em um serviço de acolhimento da mesma maneira que temos um afilhado em nossa família.” (Bittencourt, 2014, p. 9). Apesar disso, defende que é necessário planejar e acompanhar os processos de apadrinhamento, como forma de evitar situações de sofrimento às crianças e adolescentes.

Oliveira (1999) e Rabelo (1999) elaboraram reflexões a partir de seu estágio em Serviço Social junto as Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, localizadas no bairro de Coqueiros da cidade de Florianópolis-SC. Ambas as autoras não citam ou discutem as bases metodológicas de seus trabalhos, embora apresentem os procedimentos utilizados.

Tendo como objetivo compreender como o apadrinhamento pode contribuir para construção de vínculos de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional com pessoas da comunidade, Oliveira (1999) realizou entrevistas com padrinhos e crianças/adolescentes participantes do projeto de apadrinhamento afetivo das instituições.

Já a pesquisa desenvolvida por Rabelo (1999) buscou verificar se a vivência do apadrinhamento afetivo promovia alterações em relação à autoestima das crianças/adolescentes apadrinhados. Para atingir tal objetivo, a autora analisou três entrevistas semiestruturadas com crianças e adolescentes apadrinhados.

Dantas (2011) e Goulart e Paludo (2014) desenvolveram suas pesquisas junto ao Instituto Amigos de Lucas, cuja sede se localiza na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e que é uma ONG que promove práticas de Apadrinhamento Afetivo.

Através do método etnográfico, da pesquisa de campo e de entrevistas com membros da ONG, profissionais das instituições, padrinhos e afilhados, Dantas (2011, p. 7) desenvolveu sua dissertação de mestrado tendo como objetivo discutir “. . . a possibilidade de ‘criar parentesco’ entre pessoas e classes distintas, através de uma forma institucionalizada de apadrinhamento. . .”

No artigo que publicaram em uma revista de Psicologia, Goulart e Paludo (2014) descrevem a realização de um estudo documental e retrospectivo junto à mesma ONG, no qual entrevistaram 25 afilhados que ainda se encontravam acolhidos e aplicaram um questionário junto aos seus padrinhos, tendo como objetivo analisar a evolução do Programa de Apadrinhamento Afetivo e identificar o seu significado para os afilhados e padrinhos/madrinhas.

O capítulo de livro produzido por Noal e Neiva-Silva (2007) toma como referência a Psicologia Positiva e se ocupou em descrever fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de crianças e adolescentes através de pesquisa bibliográfica. Em suas considerações, apontam o apadrinhamento afetivo como um dos fatores de proteção.

Tendo como objetivo “. . . buscar uma compreensão dos mecanismos psíquicos envolvidos nos modos de vinculação constituídos e constituintes do processo de apadrinhamento”, Sousa (2010, p. 6) realizou análise de um caso clínico de uma criança apadrinhada e de entrevistas com madrinhas, tomando como referência o método psicanalítico. O trabalho da autora é a única dissertação de mestrado em Psicologia sobre o tema do apadrinhamento afetivo.

A pesquisa desenvolvida por Zerbinatti e Kemmelmeier (2014) foi publicada em forma de artigo em uma revista de Psicologia e Saúde e teve como objetivo “. . . compreender como padrinhos afetivos vivenciam o processo de Apadrinhamento, buscando entender as motivações e expectativas, a relação mantida e a aproximação entre padrinhos, afilhados e instituição.” (p. 85). Tendo como referência metodológica a investigação qualitativa proposta por Pádua (1997), as autoras realizaram entrevistas junto a um casal de padrinhos e uma madrinha e posteriormente desenvolveram análise de conteúdo.

O artigo publicado por Leal (2015), é vinculado à área de conhecimento do Direito, é de cunho bibliográfico e “visa unir ao arcabouço teórico da adoção

homoparental e do apadrinhamento à visão do Superior Tribunal de Justiça, para verificar como o estabelecimento e vínculos afetivos entre o casal homoafetivo e a criança ou o adolescente institucionalizado por meio do Programa de Apadrinhamento pode funcionar efetivamente como um auxiliador para adoção por casais do mesmo sexo, na busca pela garantia dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil.” (p. 128). Segundo a autora, as práticas de apadrinhamento afetivo veem sendo desenvolvidas nos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul, tomando como referência a Lei Portuguesa nº 103, de 11 de setembro de 2009¹⁴ (Legislação Internacional, 2009) já que no Brasil ainda não existe legislação específica a este respeito, apesar de já existirem recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (2006) e iniciativas de implementação em algumas comarcas.

Na parte seguinte apresentamos aqueles que consideramos ser os principais resultados e contribuições das pesquisas localizadas em nosso levantamento bibliográfico.

2.2 Abandono e institucionalização: prejuízos e possibilidades

Segundo Noal e Neiva-Silva (2007), na maioria das vezes as crianças/adolescentes institucionalizados já vivenciaram uma situação de abandono afetivo anteriormente, ou seja, suas figuras parentais não puderam oferecer proteção, supervisão e não atendiam suas demandas afetivas e desenvolvimentais. Para os autores, o processo de institucionalização também pode se configurar como uma forma de abandono, porque muitas instituições não se mostram capazes de suprir as necessidades da população atendida.

Sousa (2010, p. 33) menciona que o abandono afetivo pode provocar algumas consequências negativas: “. . . angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, conseqüentemente, culpa e depressão.”

Para Rabelo (1999, p. 37) “a institucionalização é antagônica ao desenvolvimento da autoestima, pois nega ao sujeito a capacidade de confiar, gostar e acreditar em si mesmo e nos outros.”

¹⁴ A Lei Portuguesa nº 103, em seu 2º artigo, define o que se denomina “apadrinhamento civil: . . . uma relação jurídica, tendencialmente de caráter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil. (Legislação Internacional, 2009 como citado em Leal, 2015, p. 144).

No artigo publicado por Bittencourt (2014) a autora menciona uma das principais dificuldades vivenciadas por crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional: a falta de pessoas a quem recorrer, especialmente em momentos de dificuldade. Para a autora, a ausência de uma rede de apoio para auxiliar na superação de situações difíceis (como o desemprego) acaba contribuindo para que, ao atingir a maioridade, parte desta população passe a morar na rua e se envolva em atividades ilícitas como forma de garantir a sobrevivência.

Noal e Neiva-Silva (2007, p. 40) também abordam esta mesma dificuldade:

Tem-se observado cotidianamente que os adolescentes que entram no processo de institucionalização permanente terminam chegando à idade de 18 anos e sendo obrigados a sair das instituições de abrigamento por força da lei. Neste momento, parte dos jovens retorna para as ruas, agora na condição de ‘adultos’ de rua, com baixa escolarização, sem capacitação profissional adequada, sem emprego e o principal, sem uma vinculação afetiva estável com algum integrante da família ou outra pessoa que possa representa-la.

Apesar de se tratar de uma realidade desafiadora para as políticas públicas e para aqueles profissionais que trabalham para superação destas dificuldades, a literatura aponta algumas alternativas possíveis.

Tendo o pensamento de Bowlby (1990 como citado em Noal & Neiva-Silva, 2007, p. 19) como referência, os autores entendem que é “. . . por meio das relações afetivas, seguras e duradouras, com outros seres humanos – os cuidadores – que a criança se torna capaz de vinculações baseadas no amor e no afeto durante toda sua vida.” Neste sentido, para Noal e Neiva-Silva (2007) um dos fatores de proteção importantes para crianças/adolescentes institucionalizados é a construção de vínculos estáveis e duradouros entre as próprias crianças/adolescentes e entre eles e os funcionários da instituição.

Sousa (2010) também entende que a construção de vínculos seja imprescindível ao desenvolvimento saudável:

Como todo ser humano, elas necessitam construir e manter laços vinculares, relações significativas com pessoas que se enderecem a elas e a quem elas possam também se endereçar. É necessário que advenham desses vínculos experiências de afeto, de gratificações e de frustrações, que, combinadas, possam permitir a simbolização desses laços no imaginário das crianças. (p. 13).

Entende-se, assim, que a construção de laços afetivos é necessária para que se possa “. . . alcançar formas subjetivantes, desejantes, almejantes de sonhos, de crescimento e de amadurecimento.” (Sousa, 2010, p. 13). A autora afirma ainda que outras pessoas, que não apenas os genitores (como pessoas da comunidade,

padrinhos/madrinhas, funcionários da instituição) podem exercer as funções paterna e materna, favorecendo a construção de sentidos de existência à população infanto-juvenil institucionalizada.

Para Noal e Neiva-Silva (2007), a adoção é o melhor direcionamento para crianças/adolescentes institucionalizados e vítimas do abandono, tendo em vista a possibilidade de formalizar o exercício de funções parentais. Apesar disso, em virtude dos padrões estéticos estrangeiros presentes em nossa cultura, a maioria dos pretendentes à adoção deseja ter filhos com características físicas diferentes daquelas das crianças disponíveis para adoção. Além disso, em alguns casos a adoção pode ser contraindicada, como diante de “... diagnósticos graves, como déficits cognitivos e sintomas psicóticos, até que o contexto familiar que irá recebê-la possa ser devidamente trabalhado e acompanhado por profissionais especializados.” (Chaves, 2001 como citado em Noal e Neiva-Silva, 2007, p. 23).

Diante dos fatores limitantes relacionados à adoção, o apadrinhamento afetivo vem se mostrando uma alternativa de proteção para crianças/adolescentes em situação de acolhimento, sendo extremamente importante no momento em que elas atingem a maioridade e ocorre o desligamento da instituição. (Dantas, 2011; Sousa, 2010; Zerbinatti & Kimmelmeier, 2014; Bittencourt, 2016; Oliveira, 1999; Rabelo, 1999; Goulart & Paludo, 2014; Noal & Neiva-Silva, 2007).

2.3 A construção de vínculos através do apadrinhamento afetivo

Parece consenso, para a literatura consultada, que o principal objetivo do apadrinhamento afetivo é proporcionar a construção de vínculos entre a população acolhida e membros da comunidade, buscando minimizar os prejuízos causados pelo abandono e pela institucionalização. Oliveira (1999), por exemplo, percebeu que as crianças e adolescentes não conviviam apenas com seus padrinhos e madrinhas, mas com outras pessoas de suas famílias (irmãos e filhos dos padrinhos e madrinhas, por exemplo) e com outros membros da comunidade (amigos dos padrinhos), que as tratavam com respeito e as convidavam para participar de outras atividades.

Dantas (2011, pp. 19-20) discorre sobre as possibilidades de construção de vínculos de parentesco através do apadrinhamento afetivo. Segundo a autora, os estudos antropológicos clássicos indicavam que a construção do parentesco era dada pelos laços consanguíneos, já os estudos antropológicos contemporâneos afirmam que na prática “... .

. as pessoas ressignificam esses papéis e, ao que parece, substituem e/ou complementam valores de ‘sangue’ pela centralidade do ‘afeto’ construído e vivenciado no dia-a-dia.”

Leinaweaver (2008 como citado em Dantas, 2011) realizou uma pesquisa nos Andes, na qual identificou o compadrio como uma forma de construir parentesco no caso de crianças e adolescentes que perambulavam pelas ruas.

Brugger (2004 como citado em Dantas, 2011) identificou relações de compadrio nas quais se estimulava a solidariedade entre escravos e ex-escravos: “na maioria dos casos, se buscavam padrinhos livres, que tivessem recursos financeiros, políticos e de prestígio.” (Dantas, 2011, p. 24). Desde então as palavras madrinha e padrinho estariam associadas à ideia de “benfeitores”. Meira (2008 como citado em Dantas, 2011), por outro lado, identificou relações de apadrinhamento involuntário, já que a população indígena estudada nem sempre podia escolher seus padrinhos.

Lomnitz (1994 como citado em Dantas, 2011, p. 26) realizou sua pesquisa junto a pessoas da classe média no Chile e identificou relações de compadrio informais e relações de compadrio estabelecidas através de rituais, como o batismo. A autora

. . . explica que o compadrio é formado por um código moral, que limita os favores possíveis; quando o contrato diádico é vertical, ou seja, quando há desigualdade entre as duas pessoas, este pode se converter em subordinação, fundante das relações padrões-clientes em que as manifestações dessas lógicas morais (lealdade, confiança, etc.) se refletem no âmbito de instituições como a família.

Lanna (2009 como citado em Dantas, 2011, p. 26)

. . . sugere o estudo do compadrio como fundador da vida comunal e de relações de troca, não apenas um mecanismo de extensão de relações sociais. Nessa concepção, o compadrio adquire um aspecto sacrificial, onde o dom parte sempre do lado hierarquicamente inferior, muitas vezes, materializado na forma de trabalho . . .

No mesmo sentido, Dumont (1980 como citado em Dantas, 2011) entende que o compadrio não apenas expressa a desigualdade, mas também contribui para sua produção. Esta situação de desigualdade é verificada no contexto do apadrinhamento afetivo, já que os padrinhos normalmente possuem melhores condições socioeconômicas do que as famílias de origem dos afilhados.

Nos relatos analisados por Dantas (2011, p. 137) “. . . o programa ‘Apadrinhamento Afetivo’ promove uma relação difusa e, em muitos casos, duradoura, que pode indicar uma ‘conexão’ de parentesco, ainda que nos discursos essa relação seja comumente caracterizada enquanto amizade.”

Para Dantas (2011, p. 21) a construção do parentesco não é um processo natural, mas sim um processo que se dá nas relações sociais. Em sua compreensão, “. . . talvez seja no momento em que o jovem passe a ser chamado de ‘afilhado’ e o adulto de ‘padrinho’ que poderemos identificar um dos sintomas de produção de relações de parentesco.” Assim, é possível “. . . pensar na experiência do Apadrinhamento Afetivo enquanto uma conexão que gera diferentes relações, que contínuas e duradouras, podem ser entendidas como de parentesco.” (Dantas, 2011, p. 25).

Para a presidente da ONG pesquisada por Dantas (2011) o apadrinhamento afetivo representa uma forma de possibilitar não apenas o contato com um padrinho/madrinha, mas também uma maneira de viabilizar adoções tardias. Sobre as desistências dos padrinhos/madrinhas, a presidente entendia que eram provocadas pela idealização da criança ou adolescente apadrinhados.

Para Sousa (2010, pp. 88-89) a construção do vínculo entre padrinhos e afilhados é marcada pela sedução: “A madrinha precisa seduzir a criança, para que ela a reconheça como boa mãe, boa pessoa, exaltada e amada, enquanto que a criança se faz seduzir pela madrinha para que ela a deseje, a ame, a exalte e a adote.”

Nos relatos obtidos pelos autores em suas entrevistas, parece ficar claro que são vários os desafios para se construir uma relação duradoura e, segundo Sousa (2010), a equipe das instituições não tem condições de prever que tipo de vínculo será estabelecido, nem se ele será duradouro ou não. Por este motivo é que se faz necessário acompanhar o processo de aproximação entre os envolvidos (Dantas, 2011; Bittencourt, 2016, Sousa, 2010), o que também é um desafio para as instituições, que muitas vezes não contam com recursos financeiros suficientes para a contratação de um número suficiente de profissionais.

Outro desafio para construção de vínculos identificado por Dantas (2011) é o fato de que as crianças e adolescentes costumam colocar o amor de seus padrinhos/madrinhas à prova, porque a falta de autoestima os impede de se sentir dignos de ser amados e cuidados. Neste sentido, é comum que no processo de aproximação os afilhados façam algo que desagrade seus padrinhos/madrinhas o que muitas vezes contribui para a ruptura do vínculo.

2.4 Apadrinhamento afetivo, preconceito e autoestima

Rabelo (1999) entende que a autoestima é a possibilidade de se sentir valorizado, de pertencer a um grupo e de aceitar a si mesmo.

A institucionalização de crianças e adolescentes sempre foi uma prática destinada àquelas que provinham de famílias pobres e marginalizadas, as quais sempre foram vítimas de preconceito e discriminação. (Rabelo, 1999; Marcílio, 1998; Priore, 2016). Neste contexto, morar em uma instituição frequentemente produz mais um impacto negativo na autoestima das crianças e adolescentes. (Rabelo, 1999; Zerbinatti & Kemmelmeier, 2014; Dantas, 2011).

Através de entrevistas com crianças e adolescentes que tinham sido apadrinhados, Rabelo (1999) percebeu que o apadrinhamento afetivo contribuía para o sentimento de pertença e aceitação, para a quebra da rotina institucional, para a ampliação da rede social, para o surgimento de relações de intimidade e para melhora da autoestima.

As crianças adquirem através do apadrinhamento uma ligação afetiva forte, que se caracteriza pelo mostrar que é valorizado e que também valoriza, principalmente porque alguém se importa com elas, ou seja, se estabelece uma relação onde os membros se preocupam uns com os outros. (Rabelo, 1999, p. 51).

Rabelo (1999, p. 57) percebeu que o apadrinhamento afetivo “. . . resgata a possibilidade de fazer planos para serem executados no futuro, principalmente em relação a projetos pessoais e profissionais.” Além disso, considerou que “os padrinhos contribuem com as Casas-Lares na tarefa de orientação e repasse de informações sobre vários assuntos, como condutas morais e éticas, aspectos educacionais, etc.”

A partir de seu contato com pessoas envolvidas no apadrinhamento afetivo, Oliveira (1999) entendeu que a prática do apadrinhamento afetivo contribuía para diminuir o preconceito da comunidade em relação às crianças e adolescentes institucionalizados, diminuía a incidência de fugas da instituição e produzia uma melhora no acompanhamento da vida escolar.

Apesar de existir a compreensão de que o apadrinhamento favorece a desconstrução dos preconceitos em relação às crianças/adolescentes institucionalizados, é preciso não perder de vista que, tendo sido historicamente produzida, esta forma de preconceito ainda está muito longe de ser superada e merece a atenção daqueles que pretendem se debruçar sobre o assunto ou se colocar a trabalhar (profissional ou voluntariamente) junto a esta população.

2.5 Apadrinhamento afetivo e adoção

Considerando as contribuições dos autores que se debruçaram diretamente sobre o tema do apadrinhamento afetivo (Bittencourt, 2014; Oliveira, 1999; Rabelo, 1999; Dantas, 2011; Goulart e Paludo, 2014; Noal & Neiva-Silva, 2007; Sousa, 2010; Zerbinatti

& Kemmelmeier, 2014 e Leal, 2015) é possível apreender que o apadrinhamento afetivo e a adoção são vivências que se entrelaçam em muitas situações, muito embora atualmente não seja possível que os pretendentes estejam ao mesmo tempo no cadastro de adoção e participando de programas de apadrinhamento¹⁵.

Parece existir um consenso entre os autores supramencionados de que a melhor maneira de garantir o direito à convivência familiar e comunitária é a possibilidade de conviver em uma família onde se ocupe um lugar de filho (seja na família de origem ou em uma família substituta). Por este motivo, padrinhos/madrinhas podem se sentir insuficientes (por serem padrinhos e não adotantes) e os afilhados podem experimentar sentimentos de rejeição, idealizando a condição de filho amado que não conseguem alcançar. (Sousa, 2010).

Sousa (2010) aponta para ambiguidades em relação às palavras *padrinho* e *apadrinhar*. De acordo com a autora,

. . . padrinho é um termo de cunho religioso que significa pais e mães espirituais, que exercem a função de segundo pai e segunda mãe, de proteção. . . Na raiz de seu significado, diz sobre proteção, segundo pai e segunda mãe, vínculos, que até na semântica da palavra, remete ao pai, autoridade, soberano; palavra que tem força moral, atravessada por um longo processo histórico, social, cultural e religioso, que deixou marcas, vestígios, que perduram até os dias de hoje com novas roupagens. (p. 15).

Por outro lado, quando desmembramos a palavra *a-padrinhar*, temos a negação daquilo “. . . que está implícito, não ser padrinho, não ser substituto de pai e/ou mãe.” (Sousa, 2010, p. 92).

Neste sentido, vemos que a própria palavra utilizada para definir a forma de relação que se pretende construir através do apadrinhamento, indica um movimento de aproximação/afastamento em relação à maternidade/paternidade e, conseqüentemente, à adoção. Assim, parece compreensível que profissionais, padrinhos e afilhados estejam sempre às voltas com a ideia de adoção. Assim, entendemos que tal preocupação necessita de acolhimento e elaboração, de modo a evitar desencontros e desilusões.

Na pesquisa de Dantas (2011) a autora obteve o registro de que, embora os padrinhos/madrinhas fossem orientados de que não seriam pai/mãe de seus afilhados, ou

¹⁵ Esta possibilidade vem sendo evitada com a preocupação de que os pretendentes se utilizem do apadrinhamento afetivo como forma de conseguir atalhos nas filas para adoção. Apesar disso, atualmente tramita o Projeto de Lei 221/2018 que tem como objetivo alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

seja, de que o apadrinhamento era diferente da adoção, havia uma expectativa, por parte dos membros da instituição, de que eles viessem a se tornar pais adotivos. A expectativa criada não é apenas uma fantasia, sendo que uma pequena parcela de casos de apadrinhamento de fato se encaminha para adoção: no levantamento feito por Goulart e Paludo (2014), em 59 casos de apadrinhamento afetivo, aproximadamente 8% se transformaram em adoção. Uma das entrevistadas por Dantas (2011) também relatou que o apadrinhamento afetivo facilitava adoções tardias na instituição pesquisada, ou seja, adoções de crianças com mais de 6 anos.

A pesquisa de Leal (2015) também aborda o apadrinhamento afetivo como facilitador da adoção. Para a autora, o apadrinhamento facilita a superação de preconceitos e estigmas, permitindo que crianças/adolescentes com dificuldades de encontrar famílias substitutas possam ser adotadas por casais homoafetivos.

Considerando as pesquisas de Sousa (2010), Dantas (2011), Goulart e Paludo (2014) e Leal (2015), podemos concluir que enquanto os pretendentes à adoção possuem clareza de que querem se tornar pai/mãe ou filhos adotivos, os atores envolvidos no apadrinhamento afetivo se veem muitas vezes tomados por incertezas sobre que tipo de relação estão construindo, o que pode comprometer o processo. Esta especificidade precisa ser considerada pelos profissionais que se incumbem de promover as práticas de apadrinhamento afetivo, visando minimizar o sofrimento dos envolvidos, oferecendo acolhimento e orientações sempre que necessário.

2.6 Pessoas envolvidas no apadrinhamento afetivo: expectativas e dificuldades

Como vimos, a possibilidade de viabilizar a adoção através do apadrinhamento afetivo é uma das principais expectativas vivenciadas, especialmente pelas crianças/adolescentes e pelos profissionais da instituição. Apesar disso, na maioria dos casos registrados pela literatura, a adoção não se constitui, sendo que para alguns sujeitos tal frustração é superada (Dantas, 2011), enquanto para outros é causadora de intenso sofrimento. (Sousa, 2010). Na situação estudada por Sousa (2010), nota-se que a dificuldade em aceitar a impossibilidade de ser adotada acabou contribuindo para que o próprio apadrinhamento afetivo se tornasse inviável.

Além do desejo de ter alguém a quem chamar de pai e mãe, as crianças/adolescentes apadrinhados esperam ter oportunidade de fazer passeios, de receber atenção, afeto e presentes. (Oliveira, 1999; Sousa, 2010).

De acordo com Sousa (2010), padrinhos e madrinhas tem expectativa de que seus afilhados tenham bom desempenho escolar, que sua dedicação seja reconhecida e que possam compensar as ausências deixadas pela família de origem e pela instituição.

Assim, há sempre alguém querendo suturar o espaço deixado por outro, e vamos vivendo um impasse. Queremos dar conta de algo que alguém não deu, de fazer o que não foi feito por outrem. As instituições que lidam com essa complexidade querem dar conta do que a família de origem não deu, os padrinhos querem resolver o que as instituições não resolveram, e assim por diante. Como é difícil sustentar essas tentativas de resolver problemas. Cada um deixa uma fenda que não conseguiu suturar e o outro se apossa dela e, mais uma vez, desiste e passa para outro, em um ciclo de indefinições, perdas e fracassos. (Sousa, 2010, p. 73).

Os membros das instituições esperam que os padrinhos/madrinhas sejam pessoas interessadas em ajudar ao próximo, que estejam dispostas a dar sem receber, que acolham e/ou auxiliem seus afilhados quando completarem a maioridade, bem como esperam conseguir contribuições financeiras para a instituição. (Dantas, 2011). Segundo Sousa (2010), eles também têm expectativa de que o vínculo entre padrinhos e afilhados seja duradouro e positivo, pois esperam que as crianças/adolescentes não vivenciem situações que as remetam a um novo abandono.

Colocando-se enquanto profissional que lida com crianças e adolescentes institucionalizados, Sousa (2010, p. 74) afirma que

. . . existe todo um movimento de se buscar aquilo que é melhor para a criança. Somos convocados a nos responsabilizar pela situação de ‘risco’ a que estão submetidas. Nesse caminho, encontramos mais uma ‘captura’. Por nos apossarmos de um lugar de poder em que podemos e devemos dizer o que é melhor ou pior, colocamos a criança em uma condição de coitada, limitada de quaisquer meios de amadurecimento emocional próprio, a não ser que nós, em nossa onipotência, tracemos um plano para livra-las dos infortúnios de suas vidas . . .

Neste ponto identificamos a necessidade de um novo olhar em relação às crianças/adolescentes institucionalizados. É preciso se dispor a percebê-los enquanto sujeitos capazes de construir sua própria história, de enfrentar dificuldades e tolerar frustrações, abandonando a ideia de que sejam objetos frágeis a serem protegidos de uma realidade cruel e implacável.

Para Dantas (2011, p. 140) é necessário mudar também as expectativas em relação às figuras de cuidado e aos afilhados:

. . . os aspirantes a padrinhos, assim como os técnicos, partem de uma premissa convencional de família. Imaginam uma relação em que as pessoas se “doam” numa relação afetiva de reciprocidade. O apoio, antes de tudo moral e carinhoso dos padrinhos, teria como recompensa a felicidade e realização do jovem apadrinhado.

Há, apesar de tudo, um tipo de aposta – uma esperança de que os padrinhos, através de seus investimentos (mais uma vez, principalmente afetivos), conseguirão ‘garantir um futuro melhor’ para o apadrinhado. Essa maneira de conceber a infância e o papel dos cuidadores se remete a noções bastante tradicionais de família. . . E certamente, encontramos casos de pessoas que desistiram do programa justamente porque a realidade não correspondeu às suas expectativas.

À luz das contribuições de Dantas (2011), Sousa (2010) e Oliveira (1999) podemos perceber que os atores envolvidos nos processos de apadrinhamento afetivo vivenciam expectativas e dificuldades muito diferentes, o que certamente representa um grande desafio à construção e manutenção dos vínculos.

Recentemente estive em contato com pessoas de outras comarcas da Região de Presidente Prudente para discutir as práticas de apadrinhamento afetivo, sendo que uma colega me perguntou: “Uma criança que acompanho iniciou as visitas aos padrinhos, mas eles acharam estranho porque ela demonstrou expectativa de poder andar de carro e de visitar sua família extensa. Os padrinhos ficaram desconcertados com esta atitude da criança que parecia não estar interessada em se aproximar deles”.

Este tipo de expectativa não foi mencionado pelos autores que se debruçaram sobre o tema do apadrinhamento afetivo até o momento. Esta conversa com a colega fez com me atentasse para o fato de que, embora seja possível que em algum momento tenhamos conseguido conhecer as expectativas mais comuns entre os atores envolvidos nos processos de apadrinhamento afetivo, jamais poderemos perder de vista que seres humanos são sempre singulares e, portanto, sempre irão ter expectativas e dificuldades diferentes, ainda que vivam processos muito semelhantes.

2.7 Considerações sobre os afetos no apadrinhamento afetivo

Embora o estudo dos afetos no apadrinhamento afetivo não tenha sido o alvo principal de qualquer uma das pesquisas encontradas, foi possível encontrar menções aos afetos vivenciados neste processo.

Oliveira (1999) identificou que a relação estabelecida era de amizade e respeito; que os afilhados se envolviam também na relação com a família extensa de seus padrinhos/madrinhas e que isso resultou em outra forma de se relacionar com a vida: o desejo de receberem a aprovação de seus padrinhos levou-os a fugir com menor frequência da instituição e a se dedicarem mais aos estudos.

Rabelo (1999) afirma que a vida na instituição é rotineira e massificada, o que segundo Heller (2004) pode provocar uma diminuição da intensidade de afetos universais

como o medo, a raiva, a alegria e a tristeza. Esta baixa intensidade afetiva pode resultar em um estado de apatia, falta de interesse pela vida, pelos estudos e pelo futuro.

Considerando o trabalho de Rabelo (1999), podemos pensar que a falta de proximidade com outras pessoas pode produzir um envolvimento negativo com o mundo: desconfiança e de baixa autoestima. O apadrinhamento afetivo, segundo Rabelo (1999), pode proporcionar outra forma de envolvimento com a vida: sentimentos de confiança em si mesmo, nos outros e no futuro, apreço por si mesmo, sentimento de pertença e aceitação.

Sousa (2010) também concorda que a impossibilidade de se endereçar a outras pessoas pode impedir que as crianças e adolescentes se envolvam com a construção de um projeto de vida.

Considerando a contribuição de Sousa (2010), na prática do apadrinhamento, a criança apadrinhada sempre vivencia o desejo de ser adotada, ainda que nem sempre esta preocupação ocupe o centro de sua atenção.

Na situação analisada por Sousa (2010) a adolescente apadrinhada envolveu-se de maneira negativa com seus padrinhos, sentindo-se rejeitada, desanimada, desesperançosa e desconfiada. Após o afastamento dos padrinhos, ela se sentiu culpada, angustiada e com saudades.

Outros elementos também ocupam o foco da atenção da criança/adolescente apadrinhados: a imagem idealizada dos padrinhos/madrinhas e a preocupação em obter retribuições materiais (presentes). Se, em períodos anteriores da história, a preocupação em obter recompensas materiais esteve ligada às condições mais elementares de sobrevivência, hoje ela pode ser considerada também uma expressão da mercantilização da vida descrita por Lasch (1983).

Os padrinhos vivenciam um tipo de envolvimento bastante semelhante ao dos adotantes, segundo Sousa (2010). Tal envolvimento seria marcado pelo medo, a culpa, a pena e a onipotência: eles temem que os afilhados não consigam superar os traumas sofridos na família de origem, que acabem seguindo os maus exemplos que tiveram; ao mesmo tempo sentem-se culpados por sentirem que tiram proveitos do sofrimento de seus afilhados, os quais são dignos de pena. Já o sentimento de onipotência (de que se é perfeito) representaria uma forma de retirar a culpa e o medo do centro de suas atenções, acreditando que poderão reparar todos os problemas sofridos pela criança anteriormente. De igual modo, os profissionais envolvidos no processo também vivenciam a onipotência ao se sentirem responsáveis por garantir o melhor às crianças/adolescentes.

Os estudos de Noal e Neiva-Silva (2007) e de Dantas (2011) parecem reforçar a ideia de que os padrinhos vivenciam o sentimento de medo no processo de apadrinhamento: ambos os estudos apontam que os padrinhos preferem crianças (em detrimento dos adolescentes), saudáveis, brancas e sem deficiência. A preferência pela criança parece estar atravessada pelo medo de que não seja possível corrigir os erros da família de origem, já a preferência pela cor branca e pela ausência da deficiência parece estar marcada pelo medo das diferenças (que pode ser considerado um componente afetivo da atitude de racismo e de capacitismo¹⁶).

Podemos perceber que, apesar do esforço de estabelecer uma relação mais íntima através do apadrinhamento afetivo, o medo e a desconfiança do outro (do diferente), descritos por Lasch (1983), também estão presentes neste processo.

Aparentemente, o medo não é vivenciado apenas pelos padrinhos/madrinhas. Segundo Goulart e Paludo (2014), muitas crianças/adolescentes apadrinhados se comportam de maneira agressiva devido ao medo de se aproximarem de seus padrinhos e posteriormente sofrerem com um novo abandono.

De acordo com Sousa (2010, p. 71), “. . . relacionar-se com o outro esperando que ele satisfaça nossos desejos e anseios, temer que o outro nos abandone, que o outro não nos queira mais, tudo isto são angústias percebidas nas relações entre padrinhos e crianças institucionalizadas.”

Para Sousa (2010) ser padrinho de uma criança rende prestígio social. Desta forma, podemos esperar que alguns padrinhos tenham maior envolvimento com a criança/adolescente apadrinhado e que outros possam estar mais envolvidos com a obtenção de prestígio social, sendo que, conforme a teoria de Heller (2004), estes elementos podem ocupar o foco da atenção dos sujeitos de maneira alternada, o que irá variar de acordo com a história e com as preocupações de cada pessoa.

Na compreensão de Sousa (2010), os padrinhos e madrinhas não se envolvem diretamente com seus afilhados, mas sim com a idealização que fazem deles. Por este motivo, a maioria dos padrinhos abandonaria o relacionamento, posto que as idealizações logo são colocadas à prova.

Assim como Lasch (1983), Sousa (2010, p. 82) também aborda os elementos narcísicos quando trata do tema do apadrinhamento. Como vimos, na atualidade estamos a atravessar uma realidade de busca pela sobrevivência e de empobrecimento das relações

¹⁶ Capacitismo é o termo que designa o preconceito contra pessoas com deficiência.

afetivas que não poupa as relações entre pais e filhos e, muitas vezes, resulta em carências afetivas que se estendem por toda vida. Tornar-se padrinho/madrinha, segundo Sousa (2010), pode representar uma forma de buscar receber o amor e a admiração que lhe foram negadas ao longo da vida, especialmente pelos seus pais.

Suas próprias carências são pontos de partida para se tentar tamponar o que lhes falta, apadrinhando crianças. . . Ao oferecer tudo que podem, sentem que estão praticando o bem, e ainda diminuem a sensação de desamparo perante a retribuição afetiva das crianças. (Sousa, 2010, p. 94).

Como veremos no próximo capítulo, para Heller (2004), estamos sempre envolvidos/afetados com diferentes objetos, embora estes afetos e os objetos que os provocam nem sempre ocupem o centro de nossa atenção. Tomando esta premissa como ponto de partida e, tendo em vista a contribuição de Dantas (2011), pode-se perceber que o apadrinhamento afetivo pode ter como pano de fundo um envolvimento com a manutenção da desigualdade e não com a superação dela.

Tendo em vista ainda a contribuição de Dantas (2011), pode-se entender que, apesar de estar permeado pela lógica neoliberal descrita por Mancebo (2002) e Lasch (1983), o apadrinhamento afetivo pode caminhar para a superação do medo e das relações de desigualdade e para construção de relações de amizade e até de parentesco.

Após esta breve síntese sobre os afetos no apadrinhamento afetivo, podemos dizer que diferentes sentimentos, preocupações e interesses atravessam o processo do apadrinhamento afetivo, e estes nem sempre condizem com os objetivos daqueles que elaboram e promovem o programa (amor, carinho, amizade, confiança). Nota-se que, apesar de um aparente compromisso em fazer o bem ao próximo (no caso dos padrinhos/madrinhas) ou de receber a atenção e carinho de alguém (no caso dos afilhados), podem-se estabelecer relações superficiais, mercantis e idealizadas, as quais estão enraizadas no contexto sócio histórico no qual estão sendo produzidas.

Conforme a contribuição dos autores mencionados, construir uma relação amorosa na atualidade se mostra um desafio também no caso do apadrinhamento.

Considerando as reflexões aqui realizadas, pode-se identificar um grande obstáculo a ser superado por aqueles que se propõem a ser padrinhos/afilhados: retirar do foco de sua atenção o medo e os afetos de cunho mais egoístico para que possam ser vividos o amor, a solidariedade e a esperança.

CAPÍTULO 3 - Os afetos e o desenvolvimento afetivo à luz de A. Heller e L. S. Vigotski

Na construção do presente trabalho, debrucei-me inicialmente sobre as contribuições de Heller para pensar os afetos nos processos de apadrinhamento afetivo. Posteriormente, meus contatos com os adolescentes apadrinhados e os questionamentos levantados a partir desta experiência me conduziram a buscar refletir também sobre os possíveis impactos das práticas de apadrinhamento afetivo para o desenvolvimento emocional daqueles que foram apadrinhados.

Diante desta preocupação, além das contribuições de A. Heller, decidi buscar informações sobre os afetos e o desenvolvimento emocional a partir de L. S. Vigotski, uma vez que o autor enfatiza as relações sócio-históricas na constituição do psiquismo humano, sem desconsiderar a existência e as funções de um arcabouço biológico.

3.1 Os afetos e o desenvolvimento afetivo segundo A. Heller

De acordo com Heller (2004, p. 15), afeto¹⁷ significa “. . . estar envolvido com algo.” Este envolvimento pode se dar nas relações com outras pessoas ou consigo mesmo, nas relações com o passado, o presente ou o futuro, assim como pode se dar na relação com algo que seja material ou imaterial. É possível que o envolvimento seja ativo (quando, por exemplo, buscamos resolver um problema), reativo (como quando assistimos a um telejornal e reagimos apenas àqueles temas que nos interessam), positivo (como quando se acredita que algo dará certo), negativo (como quando se acredita que um objetivo não poderá ser alcançado), direto ou indireto (como quando se quer resolver um problema para ganhar um prêmio: há envolvimento direto com a ideia de ganhar o prêmio e indireto com a resolução do problema).

Para Tomanik (2015, *online*), que também faz suas reflexões à luz das contribuições de Heller (2004), os afetos são

. . . processos complexos. Cada um deles envolve dimensões neurofisiológicas, históricas, ideológicas e linguísticas; em cada um estão presentes, simultaneamente, elementos culturais (típicos dos grandes grupos) representacionais (produzidos a partir das vivências e dos problemas enfrentados pelos pequenos grupos e que servem para a compreensão e a escolha de alternativas de ações diante destas dificuldades) e individuais. Por isto, são fenômenos que não podem ser adequadamente compreendidos fora de seus contextos históricos, culturais e econômicos.

¹⁷ Aqui cabe mencionar que, embora Heller (2004) descreva as diferenças entre afetos, emoções e sentimentos (como apresentaremos mais adiante), no presente trabalho estes termos serão utilizados indistintamente, assim como feito por Tomanik (2015).

Os seres humanos sempre estão afetados e frequentemente se veem afetados por vários objetos ou processos de maneira simultânea. A intensidade do afeto é o grau do envolvimento do sujeito com determinado objeto. Nas atividades repetitivas ou quando se trata de uma informação irrelevante para o sujeito, o grau de envolvimento será quase nulo. Quando, pelo contrário, o grau de envolvimento é alto, o afeto poderá atingir seu limite biológico (esse limite varia de acordo com cada organismo) e inclusive levar o sujeito à morte. Teoricamente a intensidade dos afetos poderia variar de zero ao infinito, mas isto não ocorre na prática porque o aparato fisiológico não permite. (Heller, 2004).

Por vezes o afeto vivenciado ocupa o centro de nossa atenção, outras vezes, o objeto que o provoca é quem ocupa o foco. Deste modo, alternam-se os focos das preocupações do sujeito, de acordo com os problemas que ele se coloca para resolver, seus interesses e necessidades. (Heller, 2004).

Para Heller (2004), ao nascer, recebemos através do código genético apenas as condições para que venhamos a nos tornar humanos, o que só poderá se efetivar através das relações que iremos estabelecer com as pessoas que estiverem à nossa volta.

O ser humano começa a apropriar-se das tarefas do mundo a partir de seu próprio organismo no momento do nascimento. É o mundo que fornece as tarefas que devem ser apropriadas. Tudo o que eu me aproprio (“íntegro” dentro do eu) torna-se o Ego, e no futuro será cada vez mais a projeção do Ego que abrirá o caminho para a futura apropriação do mundo. É assim que se desenvolve a relação entre sujeito e objeto que caracteriza o ser humano e somente o ser humano. Como diz Marx, ao contrário do animal, o homem está relacionado com o mundo. Essa relação inclui o processo de apropriação, bem como a objetivação e a expressão de si mesmo. Ou, melhor dizendo, apropriação, objetivação e expressão do eu são vários aspectos do mesmo processo. . .

Apropriação, objetivação e expressão do eu são igualmente, atuar, pensar e sentir. (Heller, 2004, p. 32¹⁸).

De acordo com Heller (2004, pp. 33-34),

. . . o Ego não apenas seleciona, mas também cria ativamente seu próprio mundo. Quando atuo, percebo, penso, não me limito a ‘selecionar’ o que é decisivo e fundamental para mim, o que ameaça a preservação, extensão e continuidade de meu Ego; mas também me realizo, faço coerente meu próprio mundo e coloco minha própria marca em tudo que faço, percebo e penso.

Abordando o papel dos sentimentos no desenvolvimento humano, Heller (2004, pp. 34-35) afirma que:

Para que a criança aprenda a falar é necessário: a) que exista a fala como parte de seu entorno e que esteja presente a objetivação (“essência própria da espécie”); b)

¹⁸ Nesta citação assim como nas demais, as transcrições são traduções minhas do texto em espanhol de Heller (2004).

que tenha nascido com a predisposição do “caráter mudo da espécie” (em primeiro lugar, com um cérebro programado para pensar); c) que sinta a necessidade de falar, que venha a estar envolvido em falar.

De acordo com Heller (2004), estamos sempre convocando uns aos outros a nos sentirmos desta ou daquela maneira (por exemplo: não fique triste! Ou ainda: respeite teu pai e tua mãe!). A repetição de exortações, especialmente na infância, pode suscitar sentimentos, interferindo na compreensão moral, ou seja, levar o sujeito a se apropriar das normas sociais previamente definidas pela cultura.

Para Heller (2004, p. 32), sentimento, pensamento e ação, “. . . caracterizam todas as manifestações da vida humana, os quais só podem ser separadas funcionalmente.” O sujeito humano seleciona as tarefas demandadas pelo mundo de modo a garantir sua sobrevivência enquanto ser biológico e social. “O envolvimento é a função reguladora do organismo social (o sujeito, o Ego) em sua relação com o mundo. Isso é o que ‘guia’ a preservação da coerência e continuidade do mundo subjetivo, a extensão do organismo social.” (Heller, 2004, p. 34).

Segundo Heller (2004), os sentimentos possuem três funções homeostáticas: a regulação da tensão, a preservação social do sujeito e sua extensão/desenvolvimento.

A regulação da homeostase antropológica e sociológica inclui a regulação da homeostase biológica, mas não existe sociedade, por mais primitiva que seja, em que a primeira não seja muito mais ampla e variada que a segunda. Pois não se trata simplesmente de mantermos a nós mesmos, mas também que devemos nos manter em um contexto social determinado, devemos adquirir atitudes em relação ao trabalho, a habilidade de manejar os objetos, o sistema de costumes e normas, a linguagem, etc., . . .

A proporção das funções de preservação e extensão varia de acordo com a estrutura social. Nas sociedades estagnadas predominam a preservação e a manutenção, enquanto nas dinâmicas domina a extensão. A função que desempenha um papel dominante e o grau de seu domínio determinam em grande medida que tipos de sentimentos vão se desenvolver e também em que medida vão se diferenciar. . .

Sem a extensão o Ego não pode chegar a ser: assim, em toda sociedade, a extensão desempenha um papel básico no processo de crescimento (e outra coisa é que esse processo dure 12 ou 24 anos). Nas sociedades abertas e orientadas para o futuro essa extensão não termina quando se torna adulto, mas se faz permanente, ainda que em um nível distinto. Nem sequer nas sociedades primitivas cessava totalmente este processo: de um lado porque nestas sociedades a aquisição de experiências significava uma expansão do Ego e, de outro lado, porque as tarefas sociais variam com a idade. (Heller, 2004, pp. 49-50).

Sobre a regulação das tensões, Heller (2004, pp. 52-53) afirma que o estado de tensão é imprescindível à homeostase social:

A necessidade desse estado de tensão vem a ser uma condição geral para nossa ação e pensamento, e, porque não dizer, de nossas relações interpessoais, nossas comunicações. Sem dúvida, não se pode viver em um estado de tensão constante. A tensão dirigida a uma atividade, relação ou pensamento tem que dissolver, suprimir ou relegar ao fundo a tensão dirigida a outra ação, etc. Todo estado específico de tensão tem que descrever uma curva até que a tensão diminua para ser substituída – ainda que só relativamente – por um estado de falta de tensão, ou deixar espaço para o desenvolvimento de uma tensão orientada para outro objeto (que por sua vez deverá dissolver-se). Essa curva de tensão, sem a qual seria impossível a homeostase social (em parte porque as atividades ou relações não operam simultaneamente) é a que eu defino com as categorias de tensão e redução de tensão. . .

. . . Um ódio constante representaria uma tensão que impossibilitaria todas as demais atividades, incluídas as que nada tem a ver com a pessoa odiada. . . A curva tensão-redução é sempre a autorregulação do sentimento.

Ao nascer, o mundo proporciona tarefas ao Ego, mas aos poucos o Ego também passa a impor tarefas ao mundo e a si mesmo.

A investigação ou a formulação de um problema (aos outros ou a mim mesmo) sempre deriva de algum sentimento: pode ser a admiração, a curiosidade, ou simplesmente o sentimento de ‘estar intrigado com algo’, mas sua forma mais alta é a sede de conhecimento . . . (Heller 2004, p. 56).

Para Heller (2004) a função homeostática dos sentimentos também participa do armazenamento da memória, uma vez que, a partir dos sentimentos, definimos aquilo que é importante para nós, aquilo que será lembrado e aquilo que será esquecido. A autora faz um paralelo com a primeira tópica freudiana, afirmando que o reservatório de memórias é inconsciente ou pré-consciente.

Para Heller (2004), consciente é aquilo que no momento ocupa o lugar de figura, ou seja, aquilo a que estamos prestando atenção neste momento (o foco da atenção). Já o pré-consciente seria aquilo que ocupa o lugar de fundo, ou seja, conteúdos/informações armazenadas que não estão em foco, no momento. Só há armazenamento quando se está implicado em armazenar, ou seja, quando se sente que aquele fato ou processo é algo importante. Os conteúdos pré-conscientes podem ser retomados (se tornarem conscientes ou figura) desde que haja implicação em fazê-lo. Para autora, às vezes estamos implicados em esquecer, o que não quer dizer que este conteúdo seja inconsciente, sendo que a necessidade de preservação do eu é quem pode impor a resistência ao recordar. Os únicos conteúdos que são de fato inconscientes são aqueles que foram armazenados sem conceitualização. Ou seja, apesar de terem sido considerados importantes para o eu, não puderam ser classificados ou não foi possível dar um significado a eles (como ocorre na experiência sexual infantil).

Assim, Heller (2004) aponta seu distanciamento em relação ao pensamento de Freud no que diz respeito ao armazenamento da memória: para ela o pré-consciente é mais importante para o armazenamento da memória do que o inconsciente, exceto em pessoas com quadros psicopatológicos (como aqueles estudados por Freud).

Percebemos assim que, para Heller inconsciente e pré-consciente são apenas reservatórios de memória, enquanto o pensamento freudiano dá maior ênfase ao inconsciente, entendendo-o como um aspecto determinante da personalidade. Heller, por outro lado, entende que o que determina a constituição do eu e dos conteúdos conscientes/pré-conscientes e inconscientes, é o envolvimento. Ou seja, para autora, é o envolvimento com o mundo que determina o que colocamos em foco, aquilo que armazenamos e esquecemos. Segundo Heller (2004) os sentimentos também exercem a função de informação, à medida que sinalizam a importância que determinado objeto tem para nós.

Heller (2004) classifica os sentimentos com base em uma abordagem antropológica e segundo graus crescentes de complexidade em sua elaboração: sentimentos impulsivos, afetos, sentimentos orientativos e emoções (ou sentimentos cognoscitivo-situacionais).

Os *sentimentos impulsivos* são aqueles que sinalizam os estados de nosso organismo (como a fome, o frio e a sede) e nos levam a buscar uma solução imediata, sendo imprescindíveis para a preservação biológica.

Os impulsos, ou sua intensidade, não diminuem com o hábito. E isto em três sentidos. Em primeiro lugar, não me acostumo a presença do impulso, por exemplo, não me acostumo a sentir calor ou sede. . . Em segundo lugar, não posso me habituar com os impulsos não satisfeitos. Se não posso descansar, sinto-me cada vez mais cansado. . . Finalmente, não posso habituar-me ao impulso em relação com um objeto específico determinado: se como sempre o mesmo prato, o afeto dirigido à comida (o apetite) pode diminuir, mas não o impulso, e se tenho fome, irei comê-lo. . .

A satisfação de um impulso não pode substituir a satisfação de outro: um impulso não pode ser reprimido por outro. . . Se estou cansado, de nada me serve beber água, pois isso não diminuirá a fadiga. (Heller, 2004, p. 87).

Para a preservação da vida, todos os impulsos precisam ser satisfeitos. Apesar disso, a maneira pela qual cada impulso poderá ser satisfeito sempre será determinada socialmente.

Com exceção da dor, os sentimentos impulsivos não se expressam. Estes sentimentos, segundo Heller (2004, p. 93) “. . . são resultado da demolição de reações animais instintivas a estímulos internos . . .” Ou seja, após o nascimento, os instintos do

bebê serão rapidamente convertidos em sentimentos impulsivos, haja visto que só poderão ser satisfeitos conforme as normas sociais vigentes em seu entorno.

Os *afetos*, conforme as definições de Heller (2004), resultam da demolição de reações instintivas a estímulos externos e são importantes para a homeostase social. Como exemplos de afetos, temos o medo, a raiva, a alegria e a vergonha.

Heller (2004) atribui treze características aos sentimentos que integram a categoria dos afetos:

- 1) o estímulo que o suscita precisa estar presente de maneira concreta (imaginar ou lembrar não é suficiente para provocar um afeto);
- 2) “todos os afetos são expressivos: através de expressões faciais, entonação da voz e gestos.” (Heller, 2004, p. 95);
- 3) estão presentes em todas as estruturas sociais. Ou seja, são universais e não são adquiridos;
- 4) sua forma de expressão é universal e espontânea, muito embora seja possível imita-las e manipula-las;
 - 5) o objeto dos afetos (o que provoca o afeto) não é específico, salvo nos casos de afetos construídos sobre impulsos. Podemos ter medo, raiva, ou nos encontrarmos desgostosos por objetos, acontecimentos e pessoas diversas. Em contrapartida, só podemos ter fome de comida, sede de bebida, etc. . . . (Heller, 2004, p. 97);
- 6) “enquanto no caso dos impulsos nunca procuramos a tensão, a tensão nos afetos pode ser buscada.” (Heller, 2004, p. 97);
- 7) o hábito pode provocar a diminuição do afeto;
- 8) “é possível diminuir intencionalmente o afeto, retirando a atenção do objeto que o provoca.” (Heller, 2004, p. 97);
- 9) os afetos estão sempre ligados à fantasia;
- 10) é possível que um afeto venha a reprimir outro;
- 11) os afetos podem ser canalizados ou sublimados, ou seja, podem ser redirecionados para outros objetos ou outras situações, de modo a não infringir as normas sociais. Por exemplo, o impulso sexual pode ser convertido em amor fraterno ou em ações de caridade, o sentimento de raiva pode ser desligado da figura materna e ligado a um oponente em um esporte de lutas.
- 12) “os afetos são contagiosos.” (Heller, 2004, p. 98);
- 13) os afetos não precisam ser satisfeitos necessariamente;

Os *sentimentos orientativos*, descritos por Heller (2004, p. 108), são “. . . sentimentos afirmativos ou negativos a respeito de qualquer aspecto da vida, incluindo a

ação, o pensamento, o juízo, etc.” Os sentimentos orientativos são aqueles que guiam nosso comportamento em situações em que não dispomos de prescrições claras de conduta social. Eles sempre se baseiam em conhecimentos e experiências prévias, são resultado da demolição total dos instintos e são universais. No senso comum os sentimentos orientativos costumam ser chamados de “intuição” ou “instinto”. Por exemplo, quando sentimos que é melhor pegar a entrada da direita.

Para Heller (2004, p. 119), os *sentimentos cognoscitivos-situacionais* ou *emoções* propriamente ditas, assim como os sentimentos orientativos, são “puramente sociais.” Embora todas as culturas tenham emoções,

. . . nem todas emoções estão presentes em todas as culturas, algumas se desenvolvem em certas estruturas sociais e outras se desenvolvem melhor em outras condições. Por exemplo, os sentimentos de consciência pesada, devoção, o desejo de independência, a humildade, o amor pela humanidade não existiram sempre.

Para Heller (2004) as emoções apresentam algumas características:

- 1) não são essenciais à sobrevivência;
- 2) são sempre cognoscitivas e situacionais;
- 3) com frequência não se sabe ao certo que se está sentindo: “. . . precisamente porque o conhecimento forma parte do próprio sentimento, a qualidade do sentimento experimenta uma mudança quando a pessoa constata o que sente realmente.” (Heller, 2004, p. 123);
- 4) não precisam de estímulo para serem experimentadas, podendo se referir ao passado ou ao futuro;
- 5) “não podemos dizer que o hábito incrementa ou míngua as emoções porque algumas delas se reforçam com o hábito, outras se debilitam, e o hábito pode reforça-las em uma pessoa e diminuí-las em outra, ou em outra ocasião.” (Heller, 2004, p. 124);
- 6) as normas éticas podem regular as emoções, mas isto não ocorre com todas elas e em todas situações;
- 7) “a diferenciação de nossas emoções, é, ao mesmo tempo, a acumulação de nossa riqueza humana.” (Heller, 2004, p. 125);

Para a autora, todo “. . . conceito emocional é uma categoria; um agrupamento de um número infinito de emoções específicas qualitativamente distintas” que varia de acordo com a linguagem, ou seja, em cada cultura teremos grupos diferentes de emoções. (Heller, 2004, p. 125).

Buscar conhecer os afetos de uma pessoa ou grupo de pessoas é uma forma de obter informações sobre seus valores e crenças, seus interesses, suas expectativas e necessidades, sua história de vida, sua maneira de se relacionar com os outros e com o mundo. Além disso, pode representar uma maneira de construir informações sobre o momento histórico em que vivemos, sobre os modos de vida e de relação que nele se constituem.

A autora não chega a abordar explicitamente a ideia de *desenvolvimento afetivo* ou *desenvolvimento emocional*. Apesar disso, podemos apreender que ela identifica os afetos que estão mais próximos daqueles experimentados pelos animais, ainda que já sejam mediados por processos de aprendizagem (classificados como sentimentos impulsivos), até aqueles puramente determinados pela cultura (classificados como emoções). Assim, percebemos que considera que as emoções mais complexas são aprendidas a partir do contato com outras pessoas, das vivências anteriores de sentimentos mais simples, bem como a partir das atividades desenvolvidas ao longo da vida.

Além disso, como vimos, não apenas a realidade impõe tarefas ao sujeito, como também o sujeito humano impõe mudanças ao mundo, agindo de maneira criativa e transformando a realidade à sua volta.

3.2 Emoções, vivências e desenvolvimento emocional segundo L. S. Vigotski

Ao retomar as contribuições de Vigotski sobre os afetos e sobre o desenvolvimento afetivo, logo deparei-me com um problema: embora tenha feito várias menções aos afetos em sua obra, o autor não pôde concluir sua própria teoria sobre as emoções. Ao consultarmos o livro “Teoría de las emociones: Estudio histórico-psicológico” (Vigotski, 2004), percebemos que se trata de uma obra que não pôde ser concluída antes do falecimento precoce do autor bielo-russo. Apesar disso, é possível encontrar nesta e em outras obras do autor, bem como em obras de estudiosos de sua teoria, elementos para pensarmos sobre as emoções.

Para Vigotski, segundo Silva (2011), apenas as reações instintivas humanas são inatas e ocorrem em todos os seres humanos, independentemente de sua cultura, assim como nos animais. Com esta visão o autor se contrapõe ao pensamento darwinista, entendendo que as emoções humanas não podem ser compreendidas da mesma forma que os instintos animais.

Vigotski (2007) entende que a construção da linguagem permitiu que os seres humanos dessem um importante salto qualitativo em relação aos demais animais; a partir

dela o ser humano pôde estruturar formas mais complexas de pensamento, memória e também passou a poder planejar e organizar o seu próprio comportamento, assim como o comportamento de outras pessoas que estivessem à sua volta. Vigotski recorre aos estudos de Kohler com macacos antropoides, registrando que sua maneira de resolver os problemas era bastante semelhante ao de crianças em fase pré-verbal. Segundo o autor, os macacos antropoides e as crianças pequenas resolvem problemas a partir dos elementos que estão dentro de seu campo visual (como usar uma vareta para alcançar um objeto). Os seres humanos que já se apropriaram da linguagem, por outro lado, apresentam condições de resolver seus problemas a partir de conhecimentos memorizados previamente, da busca de informações no contato com outros seres humanos, de sua capacidade de raciocinar e de criar e recriar o mundo a partir de seus conhecimentos prévios. Assim, de posse dos bens culturais historicamente produzidos, os seres humanos se desprendem da realidade imediata, podendo desenvolver novas formas de pensar, agir e sentir diante do mundo.

No mesmo sentido, Silva (2011) afirma que ao longo de sua evolução histórica e a partir de sua relação com o ambiente, os seres humanos desenvolveram novas formas de adaptação e sobrevivência, complexificando suas estruturas e funções cerebrais (o surgimento do córtex cerebral que é necessário às formas mais elaboradas de autorregulação e planejamento), bem como suas formas de se relacionar com os outros e com o mundo. A produção de ferramentas, a elaboração de signos e da linguagem e as mudanças nas formas de interação social, seriam exemplos da atividade adaptativa dos seres humanos. Assim, para sua adaptação e sobrevivência, os seres humanos desenvolveram funções psicológicas superiores – a memória, o pensamento, as emoções, a linguagem - como forma de se adaptar e sobreviver às adversidades do ambiente.

Mencionando a compreensão de Márkus (1974), Silva (2011, p. 137) afirma que

. . . como todo animal, o homem é limitado pela natureza. Todavia, possui habilidades que lhe permitem a superação destas limitações e a subordinação da natureza ao seu poder e à sua atividade vital, que é distinta da do animal. Este produz apenas o que é necessário à sua satisfação imediata e à sobrevivência de sua espécie, o que reduz sua atuação ao ambiente natural em que vive. O homem, por sua vez, estabelece ações mais amplas, que permitem que suas atividades adquiram um caráter de produção universal, por meio de seu trabalho.

Segundo Prestes e Tunes (2018, p. 91):

O meio é a fonte de desenvolvimento dessas características e qualidades especificamente humanas, em primeiro lugar, no sentido de que é nele que existem as características historicamente desenvolvidas e as peculiaridades inerentes ao homem por força de sua hereditariedade e estrutura orgânica. Elas existem em

cada homem pelo fato de ele ser membro de um grupo social, ser uma unidade histórica que vive numa determinada época e em determinadas condições históricas.

No livro “Teoría de las emociones: Estudio histórico-psicológico”, Vigotski (2004) consegue levar a cabo apenas um de seus intentos: refutar a teoria sobre as emoções de James e Lange, sob o argumento de que esta era reducionista e organicista, já que seus autores desprezavam as condições materiais de vida dos sujeitos, bem como sua relação dialética com o contexto sócio histórico e cultural em que estavam inseridos. O autor defende a construção de uma teoria monista das emoções, que pudesse compreender os seres humanos enquanto unidade dialética biopsicossocial, rejeitando a visão cartesiana, que embasava as teorias de James e Lange e que cindia corpo e mente. Para o autor bielorusso, as emoções humanas não poderiam ser reduzidas a meras alterações biológicas já que, ao longo de seu desenvolvimento, os seres humanos deram um salto qualitativo em relação aos demais animais.

Realizando um levantamento sobre as publicações científicas relacionadas às emoções e desenvolvendo reflexões sobre a atuação de psicólogos e educadores no Brasil, Silva (2011) percebeu que as críticas realizadas por Vigotski à psicologia e às ciências de sua época permanecem atuais: permanece uma tendência a compreender os processos afetivos de uma forma biologizante, que desconsidera os determinantes sócio históricos e culturais. Resultado desta forma de compreender as emoções humanas é a administração indiscriminada de medicamentos tanto para adultos quanto para crianças.

Este ponto, mencionado por Silva (2011), parece-me bastante marcante na realidade de Presidente Prudente, pois, atuando junto às políticas públicas e também em consultório particular, tenho observado com frequência que sujeitos que fazem uso de medicamentos psiquiátricos, em sua maioria, sequer chegam a ser encaminhados para outros tipos de tratamentos, como a psicoterapia. Notadamente estão chegando ao meu consultório, e aos de outras colegas de trabalho, pacientes que sofrem dos mais diversos sintomas (angústia, depressão, ansiedade, sentimento de vazio e solidão, síndrome do pânico, fobias e ideias suicidas), e cujos tratamentos medicamentosos vêm se mostrando ineficazes, porque pouco responde às necessidades dos sujeitos, já que não consideram a complexa constituição daqueles quadros de sofrimento.

O uso exacerbado de medicamentos é uma resposta biologizante às angústias e às dificuldades de adaptação resultantes das incertezas, da falta de perspectivas para o futuro, da deterioração das relações humanas, que são produtos dos tempos em que

vivemos. Segundo Silva (2011) é necessário que os profissionais possam realizar intervenções a partir de uma visão de homem mais ampla, como a proposta por Vigotski, que nos permite compreender os seres humanos em sua unidade e síntese biológica, social, psíquica, histórica e cultural.

Como dissemos, embora Vigotski tenha concluído uma argumentação consistente sobre o motivo pelo qual refutava as teorias biologizantes sobre as emoções, não pôde levar a cabo a construção de sua própria teoria. Assim, buscamos na tese de doutorado de Toassa (2009) a possibilidade de prosseguir em nosso intento de compreender os afetos e o desenvolvimento afetivo na obra vigotskiana. Em seu trabalho a autora reconstrói as contribuições de Vigotski sobre as vivências, as emoções, o desenvolvimento emocional humano, retomando toda a extensa obra científica do autor.

Toassa (2009) menciona que, na obra vigotskiana, o autor não chega a distinguir os termos *emoção*, *afeto* e *sentimento*, utilizando-os indistintamente, tal como optamos por fazer ao longo deste trabalho.

Para Vigotski os instintos animais são o antecedente filogenético dos sentimentos humanos, sendo que a necessidade de adaptação exigiu outras formas de reações, mais complexas e produtivas, baseadas no acúmulo de experiências (individuais e coletivas). (Toassa, 2009). Assim, o autor entende que a educação poderia contribuir para a conversão dos instintos em sentimentos humanos, proporcionando “. . . o desvio de certas tendências naturais para atividades socialmente úteis.” (Vigotski, 1926/2001c como citado em Toassa, 2009, p. 135).

Entendendo os instintos como impulsos mediadores, mas também como tipos de comportamento, Vigotski apresenta três etapas do desenvolvimento instintivo que se incluem na categoria de funções psicológicas inferiores, que estão presentes tanto na filogênese quanto na ontogênese.

a) Instintos: modos inatos de comportamento. Sequências comportamentais geneticamente programadas, com função de autopreservação e reprodução. Nem todos os instintos amadurecem precocemente – é o caso dos que se ligam à reprodução. Servem como meios de adaptação a situações ambientais mais ou menos constantes.

b) Adestramento/treinamento/reflexos condicionados: provém da experiência individual do animal, da associação de reações inatas, mas se transforma num mecanismo de adaptação mais flexível. Formas simples de adestramento podem ser encontradas em insetos, embora sejam típicas de vertebrados.

c) Intelecto ou reações intelectuais: vinham sendo identificadas entre macacos antropóides. Conforme Vigotski, Karl Bühler desenvolveu a ideia desta etapa pela similaridade entre suas observações de crianças e os experimentos de

Köhler com primatas. Este último sustentava que os primatas apresentavam reações inteligentes, ausentes em outras espécies, como a utilização de objetos para alcançar outros objetos; reações possíveis pela sua associação no interior de um determinado campo visual, consistindo numa modalidade de comportamento não aprendida pelo animal. (Toassa, 2009, pp. 136-137)

Para Vigotski, as emoções estariam relacionadas a uma quarta etapa do desenvolvimento, sendo exclusividade dos seres humanos (os instintos estariam presentes apenas em animais e recém-nascidos) uma vez que são resultado das mediações culturais. Em suas formulações finais sobre o assunto, aquele autor considera que as emoções são funções psíquicas superiores/culturizadas, que são funções mentais “. . . cujas formas e conexões biológicas, inferiores, são transformadas pela vida social e cultural.” (Toassa, 2009, p. 283).

Para compreender o que seriam as mediações culturais, penso que seja interessante retomar o conceito de desenvolvimento proximal, que representa aquilo que a criança consegue realizar desde que tenha a ajuda de uma outra pessoa, ou seja, desde que alguém mais experiente possa mediar o contato com um conhecimento novo. Já o desenvolvimento real é representado pelas atividades que a criança já consegue realizar sozinha. (Vigotski, 2007). Partindo desta compreensão do autor, podemos pensar que também as emoções podem ser aprendidas através dos processos de mediação.

Para Vigotski, as emoções ocupam “. . . um lugar funcional e dinâmico no desenvolvimento” da pessoa como um todo, sendo que, assim como as demais funções psicológicas superiores (como a memória, o pensamento, a imaginação) exige um certo nível de capacidade de autocontrole e autorregulação. (Toassa, 2009, p. 140). As emoções exigem uma forma de regulação indireta, uma vez que sofrem influência do córtex cerebral (embora também se relacionem a estruturas cerebrais subcorticais – mais antigas em termos filogenéticos):

Para ele, não temos poder direto sobre os sentimentos como sobre os movimentos ou os processos associativos desencadeados voluntariamente, mas somente indireto, através da criação de um *sistema* complexo de ideias, conceitos e imagens de que a emoção é uma parte. (Toassa, 2009, p. 147, grifo da autora).

Para Vigotski, segundo Silva (2011, pp. 153-154), as emoções humanas se desenvolvem conjuntamente com as demais funções psicológicas, que se modificam ao longo do desenvolvimento

. . . a partir das mudanças que ocorrem em diferentes períodos da vida, sendo estas motivadas pelo contexto em que está inserido o indivíduo. Estas mudanças geram crises que o impulsionam na busca de novas habilidades para atender suas necessidades, as quais se tornam cada vez mais complexas em suas relações

sociais. Tal como as demais funções, a emoção também está presente em cada uma dessas fases de maneiras diferentes, pois os períodos de transição e crise, tal como ressaltado por Vigotski (1996b), fazem com que ela, assim como as outras funções psíquicas, adquira mudanças significativas. . .

Toassa (2009) corrobora a afirmação de Silva (2001), de que, assim como o desenvolvimento da consciência e da personalidade, o desenvolvimento das vivências e emoções, acompanham os momentos de crise¹⁹ do desenvolvimento. Segundo Toassa (2009), nas formulações finais de Vigotski, o autor entendia que vivenciar é apreender, reproduzir e recriar o mundo, as pessoas e a nós mesmos. Em sua compreensão, as vivências se dão no encontro entre as características pessoais de cada sujeito (sua personalidade) e o mundo à sua volta. Ou seja, para os autores, em cada momento do desenvolvimento, as vivências dos sujeitos se modificam, assim como se modificam suas formas de pensar e sentir.

Silva (2011, pp. 158-159) retoma contribuições de Leontiev (1983 e 2004) – que trabalhou com Vigotski na elaboração da teoria histórico-cultural - para explicar a relação entre a atividade e as emoções. Segundo o autor, toda atividade humana seria estimulada por uma necessidade.

A necessidade é, portanto, um pré-requisito para a atividade e se transforma ao ser iniciada a ação do sujeito. A necessidade depende de seu conteúdo objetivo e não pode ser compreendida sem ser considerada a natureza concreta do objeto ao qual corresponde. A atividade é composta por ações direcionadas a um objeto específico e consciente, constituindo-se, portanto, a partir de uma necessidade do sujeito que acarretará na internalização deste objeto. Das necessidades e objetivos diante do objeto, constituem-se os motivos para ação do sujeito. Estes podem ser conscientes para o indivíduo ou constituir-se em algo totalmente cindido, que o impede de identificar os motivos dessa ação e de ter, conseqüentemente, controle sobre sua própria conduta – mesmo quando envolvem ações repetitivas, que constituem as operações.

A atividade envolve processos que estão em constante transformação e, quando se perde o motivo que lhe deu origem ou este não coincide com o objeto, torna-se apenas uma ação. O motivo constitui-se como o objetivo e é marcado por emoções e sentimentos que movimentam o indivíduo para a ação, na busca por atingir o objeto desejado. Este, por sua vez, encontra-se revestido de significados que foram constituídos na história da sociedade e, para um determinado sujeito, ele terá um sentido singular. Isto faz com que os sentidos e motivos estejam unidos nos processos subjetivos e caracterizem a maneira como as pessoas buscam a satisfação de suas necessidades.

¹⁹ “a) A incorporação do adulto como centro da situação de desenvolvimento, no primeiro ano de vida e a formação do “proto-nós” (a comunicação emocional é a principal atividade trocada entre criança e adulto). b) A crise dos três anos e o surgimento de um sujeito claramente independente do meio; c) A crise dos sete anos de vida e as vivências atribuídas de sentido. d) A adolescência (13 a 17 anos).” (Toassa, 2009, p. 239).

Assim, percebemos que as emoções são propulsoras da atividade e, portanto, também propulsoras do desenvolvimento do psiquismo. Ou seja, os sujeitos sentem que precisam se apropriar de determinados conhecimentos, interagir com outras pessoas, transformar o mundo à sua volta, e isso determina suas ações. Ao nascer, as atividades humanas estão ligadas exclusivamente às necessidades de sobrevivência, sendo que posteriormente se tornam mais complexas e relacionadas às necessidades sociais. De igual modo, as emoções se tornam mais complexas à medida que se desprendem das demandas fisiológicas e passam a se relacionar com as novas atividades desenvolvidas e com os conhecimentos internalizados a partir delas.

Depois de retomar as contribuições de Heller e Vigotski, percebemos que consideram que os afetos são aprendidos nas relações sociais a partir do nascimento. Ou seja, os sentimentos são resultado do processo de apropriação cultural de cada pessoa e dependem do contexto em que está inserida e da qualidade das relações que estabelece. Os autores também nos levam a pensar que o desenvolvimento afetivo e as vivências se relacionam de maneira dialética com o desenvolvimento da pessoa como um todo, sua maneira de interpretar os fenômenos à sua volta e sua maneira de agir no mundo.

Assim, considerando que se trata de uma forma de interação social, podemos pensar que os processos de apadrinhamento afetivo podem contribuir para que os sujeitos se apropriem de novas formas de vivenciar, sentir, interpretar e recriar a si mesmos e o mundo à sua volta. Devemos considerar, no entanto, que o desenvolvimento afetivo não se encaminha necessariamente para o estabelecimento de uma relação saudável consigo mesmo, com os outros e com a vida. A história de cada pessoa, suas vivências e suas relações podem contribuir para que se torne mais confiante e solidária, mas também podem contribuir para que se relacione de maneira destrutiva consigo mesma, com os outros e com a realidade à sua volta.

Concluindo nossa revisão bibliográfica sobre a assistência à infância, o apadrinhamento afetivo, os afetos, vivências e desenvolvimento emocional, na sequência, passamos às informações da pesquisa de campo.

Para realização da pesquisa de campo foram resgatadas duas histórias de apadrinhamento afetivo com as quais tive contato ao longo de minha experiência profissional. Considerando que, segundo Heller (2004), não podemos ter acesso direto aos afetos de outras pessoas, devo esclarecer que os registros que obtive não refletem exatamente os fatos daquilo que aconteceu entre os envolvidos, mas são registros de suas interpretações sobre o que lhes aconteceu.

Segundo Gonzalez-Rey (2005, 2011), a pesquisa qualitativa implica em um processo criativo no qual o pesquisador constrói e reconstrói sentidos a partir de sua apropriação dos conteúdos teóricos e de seu contato com o objeto de pesquisa. Assim, embora tenha como principais referências as contribuições de Heller e Vigotski, boa parte das minhas interpretações são resultado do impacto que estes relatos produziram em mim, enquanto pessoa e pesquisadora. Para o autor, não é possível pesquisar a partir de um lugar de neutralidade e, portanto, é necessário reconhecer que não somos capazes de retratar a realidade tal como é ou se manifesta. Ou seja, uma pesquisa não envolve apenas o objeto pesquisado, mas também aquele que pesquisa, suas implicações, interesses e sua capacidade de interpretar e reconstruir aquilo que está investigando.

SEGUNDA PARTE

A FASE DE CAMPO DA PESQUISA

CAPÍTULO 4 - O alienígena de gelo: Marcos.

“Tia, fala pro juiz que eu preciso de uma família que me agunte, porque eu preciso de carinho”. Esta foi uma das frases de Marcos em uma de nossas conversas na instituição de acolhimento onde mora desde 2015.

Marcos é um adolescente que conheci através de minha atuação junto à Vara da Infância e da Juventude de Presidente Prudente. Os psicólogos e assistentes sociais do Serviço Técnico Judiciário realizam acompanhamento da situação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e, o apadrinhamento de Marcos, ocorreu da seguinte forma: a equipe técnica da instituição de acolhimento entrou em contato comigo (na condição de psicóloga judiciária) dizendo que o adolescente estava recebendo visitas de um casal que gostaria de apadrinha-lo, solicitando que o serviço técnico judiciário verificasse a possibilidade de que eles levassem Marcos para passear.

Mas antes de falar do apadrinhamento afetivo de Marcos, vamos falar um pouco sobre ele e sobre sua história de vida.

Conforme os relatos fornecidos ao Serviço Técnico Judiciário, seu genitor teria terminado o namoro com sua genitora quando descobriram que ela estava grávida dele. Seu genitor não chegou a registra-lo formalmente, era usuário de maconha e teria sido assassinado no ano de 2008.

No quarto mês de gestação, sua genitora, Célia, casou-se com João, que assumiu a paternidade de Marcos. Célia era do lar e João trabalha como segurança. O relacionamento entre Célia e João durou aproximadamente 9 anos, sempre permeado por conflitos e rupturas. O casal residia em São Paulo, capital, sendo que se mudaram para Presidente Prudente apenas em 2011, quando foram morar na casa da mãe de João (avó paterna de Marcos). Juntos, João e Célia tiveram outras duas filhas: Maria e Marina.

João relatou ao Serviço Técnico que a Célia não fez acompanhamento pré-natal e não levava o filho às consultas de puericultura. Assim, ele acabou assumindo os cuidados do filho, embora a genitora não exercesse atividade laboral. João também informou que Marcos apresentou atraso significativo para andar e falar (por volta dos 3 ou 4 anos).

Depois de chegarem em Presidente Prudente, os pais de Marcos se separaram porque Célia teria se envolvido em um relacionamento amoroso com o vizinho, Sílvio. Célia mudou-se para casa do companheiro com os três filhos, sendo que logo engravidou da quarta filha, Alice. O casal residia em um único cômodo sem banheiro, nos fundos de um terreno no qual residiam outras 17 pessoas da família de Sílvio.

O relacionamento entre Célia e Sílvia era conturbado, sendo que ela sofria violência física do companheiro que era usuário de maconha e de crack.

Neste contexto, Marcos e suas irmãs teriam passado por situações de maus-tratos (agressões físicas e psicológicas – agressões verbais e também o fato de que os presentes que ganhavam de João eram destruídos), negligência e violência sexual (a genitora mantinha relações sexuais com Sílvia na frente dos filhos). A genitora também teria visto Marcos e o padrasto sem roupas na cama, mas informou ao serviço técnico que se tratava apenas de uma “brincadeira”. Uma das irmãs de Marcos chegou a relatar situação de trabalho infantil, mencionando que a genitora a chamava de empregada, impondo a ela os cuidados da irmã mais nova.

Segundo uma das irmãs de Marcos, neste período ele passava o dia na rua, mal frequentava a escola e chegou a assediá-la sexualmente.

Diante desta situação, Marcos e suas irmãs Maria e Marina foram morar com João e sua então madrasta, Larissa. Marcos teve bom relacionamento com a madrasta no começo, mas logo começaram a ter conflitos, sendo que Marcos batia em Larissa e nas irmãs. Marcos também começou a assediar sexualmente as irmãs enquanto estavam dormindo. Diante disso, João procurou a ajuda do Conselho Tutelar e do Ministério Público, alegando que não sabia como proteger as filhas do comportamento de Marcos.

Larissa manifestou-se no sentido de que poderia ajudar a cuidar de Maria e Marina, desde que Marcos não estivesse mais na casa, pois tinha medo dele. Do contrário, abandonaria o relacionamento com João e o deixaria sozinho com os cuidados dos filhos. Diante disso, João considerou que não conseguiria cuidar dos filhos sem a ajuda de Larissa e, assim, solicitou que Marcos pudesse ficar na instituição de acolhimento enquanto ele e a esposa cuidavam de Maria e Marina. Caso contrário, perderia o apoio de Larissa e não poderia cuidar de nenhum dos filhos.

Foi neste contexto que Marcos foi acolhido no Lar Santa Filomena em agosto de 2015 e entrou em contato com o Serviço Técnico Judiciário. Foi investigado junto à família a possibilidade de encaminhamento para família extensa, o que não se mostrou possível. Sua avó paterna chegou a cogitar assumir sua guarda, o que entendeu não ser possível porque apresenta quadro de depressão e HIV.

Desde então Marcos está na instituição de acolhimento, sendo que inicialmente recebia apenas visitas do pai, mas atualmente também vai visitá-lo aos finais de semana. João relata que não pode deixar Marcos sozinho com as irmãs, pois recentemente saiu para comprar pão e uma de suas filhas se queixou novamente de assédio sexual do irmão.

Marcos realiza acompanhamento no CAPSi, apresenta dificuldades de relacionamento (agride outras pessoas verbal e fisicamente), e ainda não sabe ler e escrever, necessitando de um professor auxiliar exclusivo, bem como frequenta sala de recursos. Marcos também participa de um serviço de convivência (Projeto Caê) ofertado pela própria instituição de acolhimento, bem como faz aulas de natação. Apesar da nítida dificuldade de aprendizagem, a instituição que acompanha pessoas com deficiência cognitiva (Núcleo Tterê) avaliou que não podia contribuir com o adolescente, pois seu quadro psicopatológico se sobrepunha à sua deficiência. Além da conduta agressiva, Marcos já relatou ouvir vozes, algo que não acontece mais atualmente. Uma das professoras de Marcos chegou a pedir afastamento do trabalho depois de ter tido problemas na relação com ele.

No ano de 2016, a equipe técnica do Lar Santa Filomena entrou em contato com a autora, enquanto psicóloga do Serviço Técnico Judiciário, comunicando que um casal (Leila e Hélio) estava fazendo visitas a Marcos e que queriam apadrinha-lo já que na época a instituição não dispunha do programa de famílias acolhedoras.

Neste período a instituição também não havia formalizado o projeto de apadrinhamento afetivo, sendo que no contato com o casal, percebi que estavam bastante confusos sobre o que era o apadrinhamento afetivo e tinham como principal objetivo, obter autorização para levar Marcos para passear com eles aos finais de semana.

Logo que se conheceram, Marcos passou a chamá-los de pai e mãe e eles a chamá-lo de filho. Questionados sobre suas condições de manejar as dificuldades do adolescente, o casal relatou não ter conhecimento delas, pois Marcos se comportava bem em sua presença. Informados sobre as dificuldades do adolescente (cognitivas e relacionais), Leila se mostrou incrédula no início, entendendo que seriam capazes de lidar com ele. Leila trabalhava 14 horas por dia e logo apontei que seria difícil que ela pudesse ter a disponibilidade necessária ao adolescente com uma carga horária de trabalho tão intensa. À época, o casal entendeu que poderia cuidar de Marcos, pois Hélio tinha um pouco mais de disponibilidade de tempo e poderia se dedicar a acompanhá-lo de maneira mais próxima.

Apesar disso, depois de um ano de convivência os padrinhos decidiram interromper a convivência com ele, sem se despedir. Como justificativa, alegaram que Marcos estaria contando muitas mentiras e que não sabiam lidar com isso. Marcos relatou muita tristeza pela perda dos padrinhos.

Desde então, Marcos convive apenas com o pai, João, sem qualquer perspectiva de voltar a morar com ele ou de ser adotado. No ano de 2018, Marcos ficou um tempo sem poder visita-lo, pois João ficou desempregado e estava dormindo no próprio carro, enquanto as irmãs estavam morando com a avó paterna. Questionado sobre o motivo de não ter ido também para casa de sua mãe, João relatou que não poderia, pois tem conflitos com o marido dela. Algum tempo antes desta situação, João recebeu auxílio aluguel através de determinação judicial. Apesar disso, este benefício foi interrompido e João não conseguiu se manter no imóvel após perder o emprego. Neste cenário, Marcos ficou meses sem poder ir para casa do genitor.

Para elaboração da pesquisa, fiz contato com Marcos e seus padrinhos e pedi para que relatassem como teria sido sua experiência com o apadrinhamento, as quais foram registradas no APÊNDICE 3.

Apesar de se tratar de um tema difícil para ele, Marcos se mostrou bastante disponível para falar sobre sua experiência com o apadrinhamento afetivo.

No início da conversa, Marcos falou sobre sua trajetória até chegar ao acolhimento institucional, sendo que de alguma forma se sente responsável por estar institucionalizado: “*eu fiz bagunça*”.

Depois de insistir para compreender melhor a situação, Marcos relatou que ficava trancado por ter feito bagunça e que então sua tia fez denúncia ao Conselho Tutelar que o encaminhou para instituição de acolhimento.

Aqui cabe mencionar que nos primeiros contatos que fiz com o pai de Marcos, através da Vara da Infância, João fazia questão de enfatizar que não era pai biológico dele, na tentativa de justificar o fato de achar melhor que ele fosse para o acolhimento. Assim, nota-se que Marcos viveu um terceiro e quarto abandono (do pai e da madrasta), que se seguiu ao abandono de seu genitor e de sua genitora. Na mesma época, a madrasta de Marcos chorava muito ao falar dele e dizia que se sentia apavorada só de falar dele, pois tinha muito medo. Disse que ele era agressivo e que pegava a faca e pedia pra que ela o matasse.

Sobre o fato de ter sido acolhido, Marcos refere que se sentiu triste, mas que depois acabou percebendo que o Lar era um lugar legal, embora ainda deseje voltar a morar com o pai e ter contato com novos padrinhos. Sobre a madrasta e o pai, relata que o tratavam bem, mas que viveu momentos difíceis na época em que viveu com a genitora e o padrasto: sua mãe o maltratava e seu padrasto teria pegado faca para ameaçar sua mãe e para ameaçar a ele.

Neste ponto percebi que Marcos levou da casa da genitora e do padrasto para casa do pai e da madrasta um padrão de relacionamento interpessoal: agressões e uso da faca. Ou seja, nota-se que a afetividade de Marcos era bastante primitiva quando foi morar com o pai e a madrasta, algo que comprometeu seu relacionamento com eles. Aqui cabe mencionar que, considerando-se que Marcos apresentou atrasos no desenvolvimento (segundo seu pai, João) entende-se que o ambiente empobrecido da casa da genitora não apresentava as mediações necessárias para que ele pudesse aprender outras formas de se relacionar. Como vimos, segundo Heller e Vigotski, os sentimentos propriamente humanos (como o amor, a compaixão e a empatia) são aprendidos através da relação com outras pessoas, sendo que no caso de Marcos isto não foi possível já que, embora tenha sido bem tratado pelo pai e pela madrasta, o período de convivência e as mediações realizadas não foram suficientes para que pudesse se apropriar de outras formas de relacionamento.

Assim, antes do acolhimento institucional Marcos apresentava formas de sentir e de se relacionar bastante primitivas, nas quais manifestava pouca capacidade de autocontrole dos impulsos agressivos e sexuais.

No contato com a equipe técnica do acolhimento, as informações sempre foram de que seu comportamento se modificava em ciclos: tinha períodos mais tranquilos, nos quais conseguia cumprir regras, atender às orientações e respeitar os colegas e momentos em que era agressivo, desrespeitoso, sendo que inclusive vomitava na frente dos colegas no refeitório. Aparentemente, Marcos faz tentativas de se aproximar das pessoas, mas encontra muita dificuldade neste processo, pois ainda não conseguiu desenvolver a capacidade de autocontrole tão necessária à convivência social. Tal dificuldade parece estar em um processo que se retroalimenta: Marcos precisa conviver com pessoas para que possa aprender a se relacionar e a desenvolver o autocontrole, mas seu padrão de comportamento afasta as pessoas, o que impede que ele tenha relacionamentos mais duradouros que o permitam aprender outras formas de sentir e agir.

É nesta condição que Marcos entra em contato com seus padrinhos Leila e Hélio: uma afetividade precária, apesar de um grande esforço em atender as expectativas deles. Leila e Hélio relataram que no início da convivência Marcos era muito solícito, obedecia as regras e agia de maneira carinhosa. Poderíamos identificar aí uma situação que poderia potencializar o desenvolvimento emocional do adolescente. E, de fato, Marcos relatou que gostava muito de estar com os padrinhos e que inclusive estava conseguindo ler e escrever com a ajuda do padrinho.

Apesar disso, não podemos nos esquecer que Marcos tinha registros recorrentes de abandono e que, muito provavelmente, logo percebeu que não conseguiria corresponder a todas expectativas dos padrinhos (que esperavam que ele administrasse os bens da família, por exemplo) e que eles poderiam vir a abandoná-lo, assim como outras pessoas o tinham feito.

Neste contexto, Marcos, parece lançar mão de comportamentos agressivos, como forma de se manter a alguma distância dos padrinhos que tanto temia perder.

É interessante que, ao falar dos padrinhos e de seu relacionamento com eles, Marcos buscou os bonecos que são “alienígenas do gelo”. Na história do desenho animado, um garoto (Ben 10) se transforma nestes alienígenas de gelo. Na explicação dada por Marcos, o alienígena arremessava o gelo para se proteger do Ben 10. Ou seja, o gelo arremessado contra os outros, era na verdade uma forma de se proteger dele mesmo, de suas próprias dores, de seus próprios medos e inseguranças.

Nosso garoto Marcos não se vê como humano, se vê como um alienígena. Esta percepção do adolescente me faz lembrar o filme *Ensinando a viver*, no qual um garoto que vive em uma instituição de acolhimento acredita ser oriundo de um outro planeta, já que não consegue se vincular às pessoas que estão à sua volta, após ter vivido situações de sofrimento em sua família biológica. Também me faz pensar na visão de Heller e Vigotski, que consideram que ao nascer somos apenas candidatos à humanidade: aquilo que nos humaniza só pode ser aprendido em nossas relações com os outros seres humanos que nos possibilitem o contato com formas mais elaboradas de sentir e conviver.

Marcos não se sente humano porque não se sentiu amado e não se sente capaz de amar. Aprendeu a agredir e a afastar e, talvez depois de tantos abandonos (da genitora, do genitor, do pai, da madrasta e dos padrinhos), acredita que não saiba agir de outra maneira. Escolheu a frieza – o lança-gelo. Escolheu a agressividade como forma de se proteger do mundo que lhe parece tão inóspito e agressivo.

A história de Marcos nos desafia a pensar sobre um possível impacto da prática do apadrinhamento afetivo em relação ao seu desenvolvimento emocional. Embora meu contato com o adolescente seja esporádico, entendo que seja relevante considerar o relato da equipe técnica do Lar Santa Filomena, segundo o qual o adolescente não alterou seu comportamento e que, o próprio adolescente relatou que só conseguia ler com a ajuda do padrinho. Assim, parece-me que apesar de ter vivenciado momentos agradáveis com os padrinhos, o período de convivência com eles não foi suficiente para que ampliasse sua afetividade. Neste ponto talvez retomar a ideia de desenvolvimento proximal de Vigotski

(2007) no sentido de que com a ajuda dos padrinhos Marcos conseguia respeitar regras e conseguia ler e escrever. Contudo, com a interrupção deste processo de mediação, também foi interrompida sua aprendizagem e, conseqüentemente, não se observou uma mudança qualitativa na maneira do adolescente se relacionar com as outras pessoas, bem como foi interrompido seu aprendizado no âmbito escolar.

No contato com o adolescente, percebemos o quão frustrante foi perder seus padrinhos: *“Eu choro todos os dias de saudade! Eu disse pra eles que eu ia voltar! Eles vão vir me visitar de novo?”* Diante disso, podemos pensar que seu apadrinhamento afetivo foi uma experiência na qual foram reproduzidas experiências anteriores: pessoas sentindo medo dele, rejeitando-o e abandonando-o. Ou seja, Marcos não pode se desenvolver já que as mediações feitas não se mostram adequadas às suas necessidades. Afinal de contas, qual o objetivo de se submeter às regras e de se apropriar da cultura, se no fundo sente que não pertence a este mundo?

Apesar disso, Marcos demonstra ainda ter alguma esperança: *“Quero voltar a morar com meu pai, quero conhecer outros padrinhos!”* Ou seja, ainda tem expectativa de aprender novas formas de sentir e de se relacionar, ainda espera encontrar quem o trate com carinho e lhe faça sentir que pode fazer parte do mundo.

4. 1 Os padrinhos Hélio e Leila

Hélio e Leila procuraram o Serviço Técnico Judiciário, no intento de poderem levar Marcos para passear com eles aos finais de semana.

Em um de meus contatos com Leila, ela relatou que era de origem humilde e que precisou batalhar muito para ter o que tinha conquistado. Em alguns momentos relatou que talvez por isso tenha feito demais pelos dois filhos, que não corresponderam às suas expectativas (estudar e ajudar a administrar os bens da família).

Leila e Hélio foram ao Lar Santa Filomena a convite de uma cliente de Leila, no intento de levar uma criança negra para passar os finais de semana em sua casa. Apesar disso, quando chegaram à instituição esta criança já não estava mais disponível (estava indo visitar outras pessoas), sendo que isto já se mostrou uma frustração para eles.

Leila trabalha aproximadamente 14 horas por dia e, por este motivo, logo pensei que não seria viável que apadrinhasse Marcos, uma vez que não tinha disponibilidade de tempo para assisti-lo em suas necessidades. Apesar disso, Marcos já estava chamando-a de mãe quando tomei conhecimento da situação, sendo que seria tarde para leva-la a repensar sobre a ideia de apadrinhar.

Hélio, também é negro e trabalha como representante comercial, tendo mais flexibilidade de horário que a esposa, sendo que logo se envolveu em ajudá-lo a aprender a ler e escrever.

Em um dos primeiros contatos com o casal, percebi que algo bastante curioso: certo dia, cheguei à recepção do fórum para chama-los e ambos estavam lá, mas sentados há vários metros um do outro. Quando realizei contato telefônico com Leila para fazer o convite para participar da pesquisa, ela pediu pra que eu ligasse diretamente para Hélio para convida-lo, diferente do que aconteceu com os outros padrinhos, sendo que Marta se incumbiu de falar com o marido sobre o assunto. Também a conversa com eles ocorreu em dias e locais diferentes: Leila preferiu ir ao meu consultório, já Hélio preferiu receber-me no escritório da esposa. Estas situações me levam a entender que havia algum tipo de distanciamento entre Hélio e Leila, que não conseguiam sequer sentar um ao lado do outro para aguardar a entrevista.

Nas entrevistas que agendei especificamente para tratar do tema da presente pesquisa, o casal demonstrou se sentir culpado por terem desistido de apadrinhar Marcos. Sendo que Hélio me disse assim que cheguei em seu escritório: “E aí? Onde foi que eu errei?”. Minha resposta a esta pergunta (antes mesmo de começar a gravar) foi a de que meu trabalho não tinha o intuito de encontrar culpados ou de apontar os erros, mas sim o de compreender os sentimentos vivenciados e refletir sobre os possíveis impactos do apadrinhamento afetivo para as crianças/adolescentes e sobre possíveis maneiras de contribuímos para o aperfeiçoamento desta prática. Leila também demonstrou que se sentia mal por não ter conseguido manter o relacionamento com o afilhado.

a) Sem amor não dá: Leila.

Na entrevista, Leila relatou que tinham ido à instituição no intuito de conhecer uma criança negra, o que não foi possível, pois esta já estaria em contato com outra família. Neste ponto, notamos a primeira frustração do casal ao procurar a instituição de acolhimento.

Depois disso, Leila menciona que a instituição não a informou de que Marcos tinha déficit cognitivo e problemas de saúde mental. Leila, que inicialmente esperava uma criança saudável, estava em contato com um adolescente “com problemas” (sic.), ou seja, o perfil de Marcos não correspondia, de maneira alguma, às suas expectativas iniciais:

Leila: *Aí o que acontece, Marcos ele tem... o que que foi errado e que não deu certo, a entidade não contou todas as coisas do Marcos para nós, nós pegamos, começamos esse contato que eu falei pra você porque o que foi colocado para nós era que ninguém levava ele por ele ter 13 anos de idade.*

Mariana: *Você achava que era só pela idade, você não sabia que ele tinha dificuldades...*

Leila: *Foi, ele tinha problemas de saúde mental, além de saúde mental, com o tempo eu descobri a questão da violência que ele sofreu, né? E tem um certo atraso mental, a questão do atraso mental e da saúde mental não tem problema porque assim a medicação que ele tomava, o problema que ele tinha, depois me passaram lá o relatório do médico que ele tinha TDA, déficit de atenção, dificuldade de aprendizado.*

Como vimos, os sentimentos vivenciados em uma situação dependem da expectativa que se tinha previamente. Assim, se nossas expectativas não correspondem ao que acontece, a tendência é que fiquemos frustrados, mesmo que a realidade em si não seja tão ruim. Isto se verifica no encontro entre Leila e Marcos. Leila tinha ciência de que estaria em contato com um adolescente (o que pra ela já era algo difícil, pois achava que uma criança pequena seria mais fácil de lidar), mas não sabia que teria que lidar com as dificuldades de relacionamento e de aprendizagem dele. Neste contexto, mesmo que Marcos tenha sido carinhoso, solícito e que tenha se submetido às regras no início da convivência, de alguma forma não correspondia àquilo que Leila esperava: uma criança que pudesse incentivar a estudar e que futuramente pudesse ajudar a administrar os bens da família.

Em um outro trecho da entrevista, Leila compara Marcos à sua filha, dizendo que eles tomavam medicações semelhantes:

Leila: *Eu tenho uma filha que tinha esse problema de déficit de atenção, dificuldade de aprendizado e tomava a mesma medicação que ele tomava e graças a Deus hoje ela tem 21 anos, escreve, você faz um ditado ela copia, tudo... Sabe? Conseguiu, como posso falar, progrediu nesse problema. Tudo bem que ele com 13 anos ele não teve tudo o que a gente aplicou na minha filha, não foi aplicado nele, ela teve acompanhamento de psiquiatra, psicólogo, frequentou Kumon, foi pra Escola Adventista que tem 2/3 professores o dia inteiro, minha filha estuda de manhã, de tarde e a noite, de noite ou tava na Escola Adventista ou tinha um professor dentro de casa e aí ela conseguiu acompanhar. Mas eu estava disposta a fazer a mesma coisa, né?*

Este ponto é interessante, pois, embora Leila reconheça que Marcos recebera tratamento diferenciado de sua filha, na verdade não se conforma pelo fato de ele não ter conseguido progredir nos estudos e, embora tenha dito que estava disposta a investir em nele, durante o ano em que conviveram, não tivemos notícia de que tentou encaminhá-lo para escola particular, pagar seu tratamento ou matriculá-lo em algum curso.

Leila se mostra muito confusa ao falar de sua vivência de estar em contato com Marcos, relatando vários aspectos que a levaram a se afastar dele.

O primeiro daqueles aspectos foi a falta de orientação da instituição (que não a esclareceu previamente sobre as dificuldades do adolescente), o que não permitiu que pensasse sobre suas condições de estar em contato com um adolescente como Marcos:

Leila: *Aí eu falei pra elas: “Sabe por que não deu certo? Não vai dar certo pra mim, não vai dar certo pra ninguém se continuar assim, quando uma pessoa demonstrar interesse por qualquer adolescente aqui, por qualquer criança vocês têm que falar a verdade, porque a pessoa tem que entrar num relacionamento desse, num momento desse, sabendo toda a verdade. Esse negócio de tampar um lado e outro e outro, ou na prática vivendo... não, isso não funciona. Não funciona porque assim ó, se eu soubesse que ele tinha passado por violência doméstica, violência sexual e outras coisas mais, eles iam me dar a oportunidade de eu querer ou não estar com um adolescente desse, por outro lado a primeira coisa que eu iria fazer, era de cara buscar um acompanhamento psicológico pra mim e pra ele... pra mim, pro meu marido e pra ele. Aí o Hélio disse: ‘Eu não preciso’, falei: ‘Ah, eu preciso!’ porque lidar com um rapaz desse tamanho, depois vai virar um homem, né? Então aí eu falei com ele, então vocês assim omitiram muita coisa do Marcos na vida da gente, falou que a família não eram daqui, era de São Paulo, tá aí em Brasil Novo, a mãe dele e a vó dele, né? Falou que o menino não tinha ninguém e de repente apareceu duas irmãs e padrasto. Então tem um monte de coisa que vocês omitiram que quando a gente veio aqui e se interessou.*

E eu acho que não é assim, então eu vejo assim que muita coisa hoje, tem muito adolescente aí ou até criança que de repente não encontram... eu não falo que não encontram um lar, mas até encontre e não dão certo em função disso, depende daquele ser humano tem condições, primeira psicológica pra estar dando suporte que um adolescente, no caso o Marcos, necessitaria.

Considerando estas falas de Leila, percebemos que para ela é necessário algum preparo para se tornar padrinho e madrinha: ter um momento para pensar sobre o perfil de criança/adolescente (idade, sexo, problemas de saúde ou deficiências), ter informações precisas sobre a criança/adolescente que irão conhecer, bem como avaliar suas condições emocionais para passar pelo processo. Neste ponto, vemos que Leila reafirma impressões que também tivemos ao concluir nossa revisão de literatura sobre o assunto:

a) Os padrinhos precisam ser avaliados: para que se possa ter indícios sobre seu desenvolvimento emocional e suas condições concretas de apadrinhar uma criança. No caso de Leila, entendemos que uma breve avaliação teria sido suficiente para perceber que não tinha condições de apadrinhar uma criança: Leila trabalhava 14 horas por dia e, portanto, certamente tinha dificuldades de cuidar de si mesma e do relacionamento com o marido e os próprios filhos, restando pouco ou nenhum tempo para investir em uma nova relação.

b) Os padrinhos precisam ser preparados e acompanhados durante o processo. Como vimos, Leila e Hélio não sabiam ao certo que tipo de relação iam construir com Marcos. Inicialmente queriam ser uma família acolhedora, depois pensavam em adoção, enquanto a instituição e a Vara da Infância propunham apenas que eles fossem seus padrinhos e que pudessem manter contato com ele através de visitas na instituição ou em sua casa. Assim, acreditamos ser imprescindível o processo de preparação dos padrinhos, o que, neste caso, talvez pudesse ter evitado tantas frustrações durante o processo, bem como evitado que Marcos sofresse uma nova situação de abandono.

Leila aponta que Marcos tinha muita dificuldade para aprender e aquilo fazia com que ela sentisse pena dele:

Leila: *É, foi eu... eu e meu marido estávamos junto, eu nunca vi ele ser tão paciente e persistente naquilo que ele quer, você entendeu? Mas eu... eu não, era dois sofrimentos, quando ele ia pra mesa aprender... meu Deus o dia inteiro não dou conta, eu me colocava no lugar dele.*

Mariana: *Do Marcos? Sentia pena dele?*

Leila: *Sentia, dava vontade de pegar o papel e fazer picadinho, chegava a esconder o livrinho quando ele tava pra chegar... não, não vai ter jeito! Você conhece pessoas que são alfabetizadas só pra escrever o nome e tem profissão destreza para outras coisas? Você já viu isso? Eu já vi, esse é o Marcos.*

Hélio não sentia pena de Marcos, queria ensiná-lo sobre a importância de estudar. Hélio tinha tempo para se dedicar a ele. Mas Leila não tinha tempo nem energia pra isso e, no fundo, sentia que era inútil, pois chegara à conclusão de que Marcos nunca teria bom desempenho intelectual, mas sim que teria habilidades manuais. De alguma forma a visão de Leila reproduz o senso comum de que as atividades manuais devem ser menos valorizadas que as intelectuais: no Brasil os trabalhos manuais/braçais são bastante desvalorizados e desprestigiados; isto se reflete na remuneração deste tipo de trabalhador que normalmente mal recebe o suficiente para a própria sobrevivência.

Leila queixou-se que Marcos tinha o hábito de mentir, manipular e se automutilar, algo que a incomodava muito:

Leila: *O quê que não deu certo com o Marcos é a questão da mentira, por mais que acompanhamos ele na igreja, ele era coroinha da igreja, participava de toda a programação lá, quando não era lá, tinha programação na minha igreja que eu sou evangélica, orava com ele, conversava muito com ele, mas ele aprendeu, aprendeu a mentir e assim, a querer manipular as pessoas.*

Leila: *Aí ele inventou umas mentiras, eu não lembro qual mentira que foi que ele inventou lá dentro da instituição em relação ao João e a gente, só sei que a assistente social, psicóloga, não sei, chamou a gente e esse João também e foi tudo criação da cabeça dele, aí eu falei: “olha, pra mim... parou! Meu limite chegou, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.*

Leila: Sim, a partir do momento que eu descobri que ele não tinha interesse por estudar, aprender, querer crescer, como posso dizer... hum, na sua formação, a partir o momento que ele precisava mentir, inventar história pra poder chamar atenção “opa, tô aqui” “você tá aqui e queremos você aqui com a gente” envolvia ele em tudo, tem coisas que não fiz com os meus filhos e fiz com ele, né? Eu senti que ele tinha necessidade disso, e cada vez mais contando mentiras e principalmente, auto se mutilar. Não dou conta disso.

Mariana: O que isso mobilizava em você?

Leila: O que mobilizava?

Mariana: É.

Leila: Nossa, eu via aquilo... eu não... sabe quando você vai sentindo, olha se eu trabalhasse na área da saúde eu tava morta, uma pessoa que se machucou perto de mim, um acidente, sobe um negócio assim em mim ó, não sei o que é, vai doendo da ponta do dedo, todo o meu corpo, acho que é contração dos músculos sabe? Vai doendo tudo, tudo, tudo, eu fico super mal. Não, eu não dou conta, eu não dou conta, sem contar que eu abro o bocão a chorar, não dou conta.

Leila também queixou-se que Marcos afrontava seu marido.

Aí de uma hora pra outra ele começou a afrontar o Hélio e foi onde eu falei: “Não, eu não tô preparada pra isso”. . .

Marcos tem comportamentos considerados inadequados do ponto de vista da convivência em sociedade: mente, manipula, não se interessa por estudar e se automutila. Para Vigotsky (2007) o desenvolvimento de uma criança se dá através das mediações realizadas pelos adultos que o rodeiam. Ou seja, os comportamentos do adolescente podem são resultado de suas apropriações ao longo de sua história que, como vimos, foi marcada por sofrimento, abandono e mediações insuficientes que não lhe permitiram se apropriar da cultura e das normas de conduta. Leila relata que não sabe lidar com isso, não sabe o que fazer para ajudar Marcos e não tem tempo para se dedicar a isso. Leila parece ser tomada pela impotência e pela tristeza, que a levam a se afastar de Marcos.

Ela ainda mencionou sentir medo de que Marcos pudesse vir a fazer algum mal contra seu marido.

Leila: Marcos, fala pra mim o Hélio faz tudo pra você, põe você pra dormir, conta história” é verdade “se preocupa em que você”... (telefone toca) gente do céu, menina... É assim, “pra você ser o primeiro a aprender as coisas, tudo ele separa do bom e do melhor pra você em primeiro e depois é pro Lincon e pra Livia porque você é o caçula. Qual é o seu problema com ele?” Sabe o que ele respondeu? Foi aí que eu desisti... “Porque você só liga pra ele, você só faz carinho nele, só ele pode deitar no seu colo, só ele pode ficar abraçado com você.

. . .

Leila: Ele tava com ciúme do Hélio.

Mariana: Ah, de você com o Hélio.

Leila: Entendeu? E daí o Hélio escutou tudo isso e aí ele falou: “não vai dar certo” “olha, tem uma certa idade que o filho tem o complexo de Édipo” “opa,

não é teu filho, vai saber... esse moleque tá com 13 anos, entra numa paixão aí e acontece coisa pior, ou com você ou comigo”.

...

Leila: *Eu vou ser franca com você, você já viu esses adolescentes que surta, pega uma faca e vai, agride, comete homicídio em momento de surto...*

Mariana: *Você tinha medo de que ele matasse o Hélio...*

Leila: *É, de fazer alguma coisa...*

Mariana: *Você tinha esse medo...*

Leila: *Os dois iam pro sítio sozinho, lá tinha enxada, pá, você entendeu? Aí quando ele começou a desfazer, falou um negócio desse, mudou o comportamento dele, né?*

Nesse trecho, Leila demonstra que, apesar de chamarem Marcos de filho, não era isso o que sentiam. Marcos estava tendo avaliada sua capacidade de se tornar filho deles. Marcos não era seu filho e por isso não podia ter sentimentos de filho, como o ciúme de uma das figuras parentais. Leila é tomada pelo medo: medo de que Marcos interfira negativamente na relação do casal, medo de que ele cause algum mal ao seu marido. Leila encontra dificuldade em explicar a origem de seu medo, fazendo-nos lembrar daquilo que disse Lasch (1983) sobre as desconfianças em relação às outras pessoas na atualidade. Marcos não ameaçou e nem agrediu ninguém. Marcos não era agressivo verbalmente com os padrinhos. Mas seu apadrinhamento afetivo acontece em um contexto sócio-histórico específico, o neoliberalismo, onde o outro é visto como uma ameaça e onde precisamos competir. Para Leila, Marcos pode ser perigoso e não tem condições de competir (porque não tem bom desempenho escolar). Assim, Marcos não se adequa às expectativas de Leila, assim como não se adequa ao processo competitivo estimulado pelo neoliberalismo. Neste sentido, Marcos não pode se prestar ao papel de filho. Marcos não é seu filho e nem será.

Em meu encontro com Leila, tive impressão de que se sentiu insegura ao descobrir que Marcos ainda tinha relações com o pai biológico.

O Marcos falou que o João foi procurar ele e que ia lutar na justiça pra ficar com ele, mas qual motivo pra isso? Tanto é que a gente foi lá no Lar pra saber como tava a situação lá. Aí a menina de lá, a Paula, disse que realmente o João assim de uns tempos pra cá estava mais presente, procurando saber da vida do Marcos, queria saber quem tava com ele, qual era a família que tava com ele, daí vai daqui, vai dali, vi quem era dentro do fórum e tal, mas não cheguei de conversar nem nada. Daí o Marcos falou assim: “ó mãe, meu pai vai vim me buscar e eu vou com ele, não adiantou você brigar comigo na justiça” “eu não vou brigar com você na justiça, você tem direito de ficar com quem você quer, se você tem uma família, se você tem as suas duas irmãs e quiser ficar com as suas irmãs, não vai ser eu que vou falar que não. E eu tenho tentado, Marcos, a hora que você quiser ir com as suas irmãs, minha porta tá aberta” né? Aí ele inventou umas mentiras, eu não lembro qual mentira que foi que ele inventou lá dentro da

instituição em relação ao João e a gente, só sei que a assistente social, psicóloga, não sei, chamou a gente e esse João também e foi tudo criação da cabeça dele.

Considerando este trecho e as contribuições de Sousa (2010), parece-me que Leila temia que Marcos a abandonasse e a trocasse pelo pai, João. Apesar de não conseguir amar Marcos, também tem medo de perder seu amor. Leila não admite que Marcos sinta ciúme dela, mas ela própria sente ciúmes dele e esta vivência parece confusa para ela. Marcos tinha medo de ser abandonado por ela e, no intuito de se proteger, fez com que ela própria temesse ser abandonada por ele. Eis uma das armas do adolescente: abandonar antes de ser abandonado.

Ao estudar o apadrinhamento afetivo, Sousa (2010) percebeu que, assim como nos casos de adoção, a criança costuma testar o ambiente como forma de se proteger de possíveis frustrações. Citando Winnicott (1979), a autora refere que é necessário que os padrinhos sobrevivam aos ataques dos afilhados, pois só assim será possível o estabelecimento da confiança e da construção do vínculo. No caso de Leila, assim como no caso dos padrinhos estudados pela autora, os ataques não puderam ser suportados e deu-se o término da convivência.

Por fim, Leila menciona que o relacionamento com Marcos não continuou por uma fragilidade dela.

Leila: “Marcos, olha... Deus” eu explicava pra ele “uma coisa linda que Deus deu pra mim e pra você é o amor! E eu tenho amor por você, eu vejo você desse jeito eu sofro, pra que fazer isso com você? O que é que tá te faltando? O que você quer? O que você precisa?” Né? Mas eu vejo que foi assim, da minha parte... incompetência minha, ele tinha uma psicóloga que ele ia pela casa, mas eu acho que tinha que ter arrumado uma psicóloga assim, não sei... mais forte, mais fraca, mais específica eu acredito que fala mais específica né? Na idade dele, eles arrumaram pelo CRAS pra ele.

Mariana: CAPS não é?

Leila: CAPS é, isso, é

Mariana: CAPSi²⁰.

Leila: E ele tinha, eu tinha até visto pra ele, porque ele tinha o plano da UNIMED aí eu tinha visto plano de psicóloga que atende adolescente ali na José Foz pra ele, já tinha visto a questão do dentista pra ele. Um monte de coisa sabe? e depois assim, se você for em casa, a estantezinha dele, a bola, os negócios dele ele não quis levar.

. . . a gente às vezes acha que a gente tem condições de superar tudo, né? Eu posso, eu consigo e não é não, então o Marcos me mostrou que, principalmente emocionalmente a gente realmente primeiro dependemos do Senhor, certo? Até

²⁰ Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil.

porque parou tanto ele quanto eu, mas eu vejo assim com a desistência partindo de mim a fraca fui eu, a fraca fui eu... sabe?

Leila também sentia que não tinha para oferecer o amor de que Marcos necessitava.

... ele era um adolescente, uma pessoa, um ser humano que necessitava de muito, muito, mas muito mais amor do que aquele, não é que não tenho, eu até tenho, mas é um amor de uma forma diferente, aquele amor de ficar 24 horas exaltando, exaltando, exaltando e realmente não dava pra mim, você entendeu? Porque ele queria ser avaliado a todo momento de tudo o que ele fazia, balançava a cabeça, entendeu? E quando ele começou a competir com o meu marido que aí eu fui entendendo isso, eu nem esperei pra ver o que o Hélio ia reagir, sentir ou falar, eu mesmo falei “não, parei aí” porque sem amor não dá, não dá.

Segundo Heller (2004) nós, seres humanos, estamos sempre afetados por vários objetos de maneira concomitante. Leila está envolvida em ser útil, por isso trabalha muito e busca ajudar um adolescente em situação de acolhimento institucional. Neste processo de *ser útil* e de se aproximar de Marcos, Leila vivencia uma série de outros sentimentos: compaixão, pena, medo, ciúmes, desamparo, insegurança e culpa. Leila tenta amar Marcos, mas por fim reconhece que não é capaz de sentir isso por ele.

Marcos sentia que estava sendo avaliado e pedia sua aprovação o tempo todo: *“Aquele amor de ficar 24 horas exaltando”* (Leila). Este aspecto nos remete às contribuições de Sousa (2010), segundo a qual a criança apadrinhada sente que se tivesse se comportado bem na casa dos padrinhos e fosse realmente amada, não teria que retornar à instituição. Neste sentido, nota-se que Marcos também vivenciava esta frustração e por este motivo demandava tanto o reconhecimento de Leila. Inicialmente o que poderia ser uma fantasia do adolescente, acabou por se concretizar, pois de fato na avaliação de Leila ele não poderia ser seu filho, nem afilhado.

Leila sucumbe aos vários sentimentos e decide se afastar de Marcos. Leila não consegue se despedir. Aparentemente, desde o início, o sentimento que a manteve em contato com o adolescente foi a pena. Por este motivo não poderia se despedir dele: porque a pena iria impedi-la de dizer que iria abandoná-lo. Então Leila apenas o abandona. Leila também sofre, pois não pôde ser útil. Relata que o marido sentiu saudades, mas ela mesma... sentia-se frustrada por não ter sido útil. Mas porquê Leila precisa tanto ser útil?

Então não sei se é um defeito meu Mariana, mas eu acho assim que as pessoas assim têm que utilizar o tempo que elas têm, ela tem que ser produtiva, e nessa vida quando a gente acorda e dorme, no dia de hoje a gente pode ter a oportunidade de aprender muito, seja o que for, até como piscar um olho a gente tem oportunidade de aprender, você entendeu?

Neste ponto, podemos retomar a contribuição de Mancebo (2002), segundo a qual as relações utilitaristas são estimuladas pelo neoliberalismo, o que talvez explique a preocupação tão marcante de Leila, de ser produtiva e útil de alguma forma. Marcos não aproveita seu tempo, não quer estudar e por isso não é produtivo. Do ponto de vista neoliberal, Marcos deve ficar à margem, deve ser visto como um dos derrotados no processo competitivo. De certa forma a aversão de Leila por ele também reproduz a aversão capitalista em relação àqueles que não são úteis e produtivos.

De alguma forma, Leila também esperava que Marcos pudesse ser útil para ela: queria que ele ajudasse a organizar seu escritório, queria que ele ajudasse a administrar os bens da família. Ou seja, o envolvimento de Leila com Marcos estava marcado pelo utilitarismo descrito por Mancebo (2002).

Em meus contatos com Leila, no período em que estava convivendo com Marcos, era possível perceber que reproduzia o pensamento neoliberal em sua relação com ele. Embora tenhamos contado um pouco da história e das dificuldades de Marcos para ela, Leila sempre acreditou que se ele se esforçasse poderia agir conforme suas orientações. Ou seja, aí atravessada está a noção de que somos livres e que podemos nos tornar aquilo que quisermos, tão presente na ideologia neoliberal. Leila também nos trazia um certo imediatismo, no sentido de que não podia esperar que Marcos aprendesse aos poucos: ele precisava corresponder às suas orientações *agora*.

Este é um aspecto que tenho observado frequentemente em contato com pais no consultório: o imediatismo na educação dos filhos: “Doutora, eu bati nele porque falar não adianta. Falo mil vezes e ele não faz o que eu peço!” Nestas situações costumo questionar os pais se eles conseguem fazer as coisas sempre da maneira correta. Lembro-os de que todos nós às vezes fazemos do jeito errado, mesmo já sabendo o jeito certo e que isso é mais comum ainda na infância; afinal, são muitas as regras que impomos às crianças, e muitas nem sempre fazem sentido para elas.

Parece-me que este imediatismo na educação está relacionado à *cultura do narcisismo* descrita por Lasch (1983): a dificuldade em acreditar no amanhã dificulta a identificação com as gerações posteriores e, conseqüentemente, o investimento em sua educação. A necessidade de luta pela sobrevivência, levou Leila a trabalhar 14 horas por dia, o que terminou por prejudicar sua capacidade de se relacionar. Leila não tem tempo nem energia para Marcos. Leila não tem paciência, nem se sente em condições de amá-lo. Amor é investimento de tempo e de energia. Leila relata ser de origem pobre, por este motivo, investir no trabalho foi necessário à sua sobrevivência e de sua família.

Diante disso, entendemos ser importante o critério estipulado pela instituição de acolhimento, um pouco depois do apadrinhamento de Marcos: “Ter disponibilidade e comprometimento” (Lar Santa Filomena, 2016). Estar disponível parece ser algo difícil em nosso contexto histórico: significa investir na própria sobrevivência e ainda assim conseguir investir em outras pessoas. Significa uma certa capacidade de subversão, afinal, nada mais subversivo do que amar em tempos de individualismo, medo e desconfianças.

Lasch (1983) fala do medo do outro e o que temos assistido é este medo se transformar em aversão e ódio ao diferente.

Assim, podemos pensar como as mediações na atualidade estão nos ensinando a temer e odiar e não a amar as outras pessoas. Se estamos tão envolvidos com nós mesmos e com nossa sobrevivência e não temos tempo de amar nossas crianças, é compreensível que elas não aprendam o que é isto, ficando limitadas a sentimentos mais primitivos como o medo e a raiva. Esta dificuldade se acentua quando pensamos nas crianças e adolescentes acolhidos, que encontram ainda mais dificuldades em estar em contato com adultos que lhes ensinem formas mais complexas de sentimentos e de relacionamento.

Entendemos que a humanidade não pode evoluir se não puderem evoluir também os seus sentimentos. Não acreditamos em um desenvolvimento humano que prescindia de seu desenvolvimento emocional. Como nos apresentaram as teorias de Vigotski e de Heller, os afetos de uma pessoa se desenvolvem de maneira concomitante ao desenvolvimento de toda sua personalidade.

Afinal, quem terá condições de investir em cuidados com o meio ambiente e com os mais desafortunados (como as crianças e adolescentes acolhidos), por exemplo, se só tiver aprendido a sentir medo e raiva daquilo que lhe é distante ou desconhecido? Quando poderemos ter um projeto de Brasil menos desigual se só tivermos aprendido a desconfiança e a incerteza? Quando poderemos olhar para todas as crianças como se fossem nossas filhas (como propunha Herbert de Souza, sociólogo e entusiasta do ECA), se sequer conseguimos investir em nossos filhos biológicos?

b) Onde foi que eu errei? Hélio.

No contato com Hélio ele me relatou que sempre quis adotar uma criança, enquanto Leila demonstrou preocupar-se em ser útil. Aqui percebemos um descompasso entre o casal, que tinha expectativas diferentes em sua relação com Marcos. Também encontramos um elemento importante: Marcos tinha vínculo com sua família de origem, tinha dificuldades relacionais e, por este motivo, eu e minha colega assistente social

judiciária, tinham a impressão de que seria mais recomendável que ele tivesse apenas padrinhos e não que fosse adotado. Apesar disso, Hélio e Leila insistiram para levar Marcos para sua casa, mesmo quando, no início da convivência, já sinalizávamos que isso talvez não fosse interessante para Marcos, especialmente pelas dificuldades que Leila encontrava em aceitar seu quadro psicopatológico. Hélio também, de alguma forma, culpava Marcos por seus comportamentos e não se mostrava receptivo a aceitar de que se tratavam de sintomas e comportamentos aprendidos, chegando à conclusão de que Marcos não era uma pessoa confiável.

Hélio: *Chegou uma hora que não tinha como, já tava ficando um clima muito pesado.*

Mariana: *O senhor achava que ficava um clima pesado?*

Hélio: *Sim, só pelo fato de começar a aprontar na escola, o fato das mentiras... então falei não sei até que ponto que ele vai chegar com as mentiras dele, né?*

Apesar disso, Hélio demonstrou alguma capacidade de se envolver com Marcos: acompanhava sua vida escolar, tentou ensiná-lo a ler e deixou claro ter sofrido quando ele começou a falar da possibilidade de conviver com a família de origem (pai e irmãs), como podemos perceber nos trechos a seguir:

Helio: *E foi aí que desanimei totalmente.*

Mariana: *Em que sentido o senhor diz que desanimou?*

Helio: *É porque você tá com a criança, você faz tudo por ela e de repente você vai perder, vai perder o contato... então...*

Mariana: *E como que foi essa coisa de falar do pai? Dele assim... o senhor se sentiu, o que o senhor sentiu quando ele falou “vou para o meu pai”?*

Helio: *Ah, fiquei chateado porque no começo ele queria “ó, posso chamar você de pai?” então... assim você perde o chão.*

Mariana: *É.*

Helio: *E você vai lutar por uma coisa em vão também não dá.*

Segundo Heller (2004), os afetos se sobrepõem uns aos outros; alguns são colocados no centro da consciência e outros são deixados mais ao fundo. Assim, podemos notar que, apesar de envolvido com Marcos, Hélio estava mais envolvido com suas próprias necessidades; estava implicado em ter um filho adotivo, mas não estava tão envolvido em compreender as dificuldades e demandas do afilhado. Hélio demonstra que não podia aceitar que Marcos gostasse de seu pai e quisesse visitá-lo.

Parece-me que o pré-requisito estipulado pela instituição de acolhimento, em seu projeto de apadrinhamento afetivo, diz respeito a este tipo de situação: um padrinho deve ter condições de fazer uma escuta qualificada, ou seja, ter condições de ouvir a criança para além daquilo que é expresso, acolhê-la em sua maneira, nem sempre clara, de

expressar seus medos e inseguranças, como Marcos estava fazendo. Hélio assistia a conduta de Marcos e a interpretava como falta de caráter, ingratidão e rejeição e isto foi crucial para que desistisse da convivência. Acredito, portanto, que este é um aspecto fundamental a ser abordado nos cursos preparatórios de apadrinhamento afetivo: a possibilidade de entender a criança para além do que manifesta concretamente. Também entendemos que seja interessante pensar coletivamente, com os padrinhos, maneiras de enfrentar e manejar as condutas defensivas e, algumas vezes, agressivas de seus afilhados.

Voltando ao nosso padrinho Hélio, percebemos que olha para Marcos, mas nele busca atender suas expectativas: ter um filho que estude. Marcos tem qualidades, mas elas não correspondem ao Hélio que almeja.

Hélio: *Olha, ele é um menino que gosta muito de ajudar, tudo que ele visse que você ia fazer ele queria ajudar, eu falava “Marcos, não pode ajudar assim porque senão você vai se machucar” ele é uma criança prestativa.*

Helio: *No começo foi bem, depois que ele começou a ter as atitudes.*

Mariana: *Quê atitudes?*

Helio: *De querer, por exemplo: tinha a menina Livia e querer ver ela trocando de roupa.*

Mariana: *Queria ver a filha da Leila... que mais que ele fez que incomodou o senhor?*

Helio: *Várias coisas... aí começou a ter problemas na escola porque não queria estudar, queria bagunçar na escola. Aí quando tava em casa tudo bem, quando chegava no lar o pessoal tinha reclamação dele.*

Helio: *Porque se não tivesse acontecido tudo aquilo durante a viagem, o fato dele querer me irritar eu tinha adotado ele, eu tinha adotado.*

Hélio manifesta preocupação com sua esposa e com a enteada Livia. Teme que Marcos as deseje e lhes cause mal. Para ele, Marcos tem condutas que considera inadequadas e parece desestabilizar a organização de sua família. Marcos é perigoso e precisa ficar longe.

Não há como negar que as condutas de Marcos sejam difíceis de manejar: ele se automutila, faz menção a um amigo imaginário, tem dificuldade de conter seus impulsos sexuais (espia a filha da madrinha), não se aplica na escola e cria fantasias para suportar situações que lhe são desconfortáveis. Por exemplo: recentemente ele relatou à autora que estava se aproximando de um novo padrinho e que estava indo visita-lo nos finais de semana. Posteriormente, em contato com a equipe técnica da instituição de acolhimento, tive a informação de que Marcos tinha desejo de ser apadrinhado por um dos funcionários da instituição, mas que aquilo não estava acontecendo.

Diante de situações como essas, entendemos que, para apadrinhar Marcos era necessário um desenvolvimento emocional razoável (empatia, capacidade de confiar, amar, esperar e tolerar a frustração), já que os manejos com ele estão longe de serem simples. Marcos tem uma longa história de prejuízos e necessita de mediações adequadas para se apropriar da cultura e de outras formas de sentir. Infelizmente, logo no contato inicial com os padrinhos, foi possível perceber que não tinham estas habilidades, sendo que possivelmente eles mesmos não tenham convivido com pessoas que pudessem ter-lhes ensinado.

Apesar disso, também não podemos negar que a ausência de uma avaliação prévia com o casal contribuiu para construção de uma relação frustrante para os mais diretamente envolvidos (Leila, Hélio e Marcos), pois cada um deles tinha uma expectativa diferente em relação ao processo. Leila queria ser útil, Hélio e Marcos pensavam em adoção, mas desde o começo estava claro que Marcos jamais corresponderia às expectativas de seus padrinhos (ser um filho estudioso que ajudasse a administrar os bens da família), assim como Leila e Hélio não estavam preparados para lidar com as dificuldades de Marcos e, de algum modo, também não estavam implicados em fazê-lo.

Esta é uma história frustrante de apadrinhamento: não planejado, não organizado e que promoveu sofrimento, especialmente para o adolescente que se sentiu rejeitado em mais uma experiência. Hélio sente-se culpado por ter abandonado Marcos e inclusive pensa em retomar o contato com ele futuramente, na tentativa de reparar os erros que possa ter cometido.

Hélio questionou-me: *“Onde foi que eu errei?”* Mas aqui não temos intenção de encontrar os erros das pessoas. Aqui estamos a nos indagar sobre pessoas que vivem em um contexto histórico de empobrecimento afetivo e que, apesar de todas as suas dificuldades, se propuseram a construir uma relação. Fica evidente que ainda demonstram ter alguma esperança no outro, alguma capacidade de se desprender da atitude individualista de nossos tempos. Por outro lado, pensamos que esta história seja útil para que repensemos as práticas de apadrinhamento afetivo, avaliando tudo aquilo que se possa fazer para aperfeiçoá-la. Sabemos que existem outros Marcos, Leilas e Hélios por aí, e por isso, não podemos deixar de nos questionar: como contribuir para que encontros mais enriquecedores aconteçam?

CAPÍTULO 5 - Estrelas também nascem do caos: Estela.

Meu contato com Estela (14 anos) aconteceu através de meu consultório particular. Na cidade de Presidente Prudente as crianças e adolescentes acolhidas dispõem de convênio médico fornecido por um plano de saúde, que permitem que sejam encaminhados para tratamentos na rede privada de atendimento. Segundo a assistente social judiciária que acompanhava o caso, Estela iria gostar muito de mim, pois éramos parecidas: *“Ela adora estudar, igual você! Acho que vai dar certo!”*

Quando Estela foi encaminhada para o atendimento, a principal preocupação da equipe que agendou seu atendimento foi a de que ela não conseguiria cuidar e se preocupar consigo mesma, sempre priorizando e se preocupando com os irmãos mais novos.

Estela foi encaminhada com seus três irmãos mais novos à instituição de acolhimento, pois sua família não estaria conseguindo garantir que recebessem cuidados e supervisão.

À época, sua genitora fazia uso de drogas e não se dispunha a realizar seu tratamento, sua avó materna estava acamada por problemas de saúde, sua bisavó trabalhava de segunda a sábado e precisava cuidar de sua filha (avó materna da adolescente). O genitor, por sua vez, também tinha histórico de uso de drogas, bem como já tinha sido preso por tráfico (e supostamente por ter estuprado Estela)²¹; naquele momento, estava morando em um outro estado sem manter contato com os filhos.

Neste cenário, Estela, então com apenas 8 anos, entendia que precisava cuidar de seus irmãos mais novos: leva-los para escola e preparar sua comida, muito embora fosse apenas um ano e meio mais velha que uma de suas irmãs (Vanessa).

Como resultado da falta de cuidados, Estela e seus irmãos tinham muitas faltas na escola e Vanessa tinha problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem. A bisavó materna, por sua vez, reconhecia que o acolhimento institucional era a melhor forma de receberem os cuidados que precisavam, uma vez que não havia outras pessoas da família que poderiam cuidar deles.

Por ser considerada uma criança comportada pela família de origem, Estela chegou a receber proposta de ir morar com outros membros da família, mas não

²¹ Em consulta à equipe do Serviço Técnico Judiciário, soube que não havia registro de que o pai tenha estuprado Estela, sendo que sua prisão teria sido causada apenas pelo tráfico de drogas. Estela confirma que o pai nunca a violentou, mas que sua mãe teria contado isso para as pessoas do bairro e que seu pai teria sido preso também por isso e não apenas por tráfico.

concordou, porque não gostaria de deixar seus irmãos sozinhos na instituição. Assim, jamais concordou em se afastar deles, sempre se preocupando com seu bem-estar.

Diante disso, o trabalho psicoterapêutico com Estela tinha de fato como desafio estimulá-la a conseguir olhar para si, para suas necessidades e para o fato de que não poderia se responsabilizar pela maternagem dos irmãos, já que ela também era muito jovem e precisava de cuidados.

Estela chegou a ir para casa da avó paterna com a irmã Vanessa, porém, acabaram retornando à instituição de acolhimento porque Vanessa estaria sofrendo agressões físicas. Em nossa entrevista com Estela, a adolescente relatou que também não gostou de morar com a avó paterna e o marido dela, mas que só decidiu voltar para acompanhar a irmã, pois já tinha se adaptado à nova realidade.

Este é um outro ponto abordado com frequência com Estela em seu tratamento: sua dificuldade de reagir quando algo lhe faz mal. Aparentemente, os anos de sofrimento, sem uma figura de cuidado de referência, fizeram-na passar da resiliência à uma conduta quase passiva diante dos problemas. Esta dificuldade parece ter sido amenizada com o tempo: Estela se mostra fortalecida em relação a preconceitos que lhe causam sofrimento no cotidiano: situações de machismo, racismo (Estela é negra), bem como por estar institucionalizada: *“Ninguém está no Lar porque quer! As pessoas precisam entender isso!”* – frase dita pela adolescente com frequência quando se queixava que algumas cuidadoras as culpabilizavam pelo acolhimento e às vezes gritavam com elas.

Estela relatou que seus ancestrais foram escravos e faz menção ao que chamou de *quebra de afeto* entre as gerações, já que em várias situações os pais biológicos de sua família não puderam cuidar dos filhos, e que esta responsabilidade era assumida por terceiros. Estela parece estar chamando de *quebra de afeto* aquilo que poderíamos chamar de ruptura de vínculos, separações ou abandono.

Interessante pensar que, de fato, desde o processo de colonização, crianças negras foram separadas de seus pais, algo que Estela relata ter atravessado a história de sua família até os dias atuais. Isto nos permite perceber o violento impacto intergeracional provocado pelo período escravagista que se estende até os dias de hoje, uma vez que muito pouco foi feito para alterar a condição de exclusão dos negros. Muito pelo contrário, a maioria continua sendo vítima de preconceito e violência, não tendo acesso aos direitos constitucionais, vivendo em condições precárias e à margem dos bens historicamente produzidos.

No relato da adolescente sobre sua família de origem, podemos notar que seus pais biológicos não puderam assisti-la em suas necessidades materiais e afetivas (eram de origem pobre, viviam em condições precárias, sua mãe engravidou ainda na adolescência, aos 13 anos, seu pai era adolescente, ambos acabaram se envolvendo com drogas e tinham muitos conflitos entre si), o que, por algum tempo, foi suprido por uma bisavó e uma tia. Aparentemente este cuidado, apesar de temporário e insuficiente, permitiu que Estela se sentisse amada e pudesse amar os irmãos e inclusive colegas de escola e colegas que hoje vivem na instituição de acolhimento com ela. Estela está sempre preocupada com eles, com seu bem-estar, com as escolhas que fazem, com o caminho que pretendem seguir. Estela parece tentar ser para todos a mãe que gostaria de ter tido e que não pôde ter. Nota-se que teve contato com diferentes formas de se relacionar com o mundo e com as pessoas: o exemplo empobrecido dos pais e da avó que se envolveram com drogas e o comportamento amoroso da tia e da bisavó que buscaram cuidar dela na medida do possível. Estela, desde muito jovem, decidiu que poderia fazer escolhas e que poderia trabalhar para construir seu caminho, apesar de todo sofrimento que atravessava. Estela não assume a condição de vítima que talvez lhe fosse fácil de ocupar.

A adolescente também relata diferentes exemplos em suas relações na instituição de acolhimento, e mostra que também se sente em condições de fazer escolhas:

Porque lá você vive com pessoas que viveram coisas, cada uma diferente, pessoas que vieram de mundo diferente, umas que usaram droga, outras que se prostituíram, pessoas que foram abusadas, pessoas que já roubaram, que já fumaram... você vive com pessoas completamente diferentes, eu já vivi com pessoas que fumaram, mas eu não fumo, eu não sou assim. Eu tenho um caminho, assim como tem pessoas boas no lar, tem pessoas ruins...

Como vimos, segundo as contribuições de Heller, é o afeto quem determina aquilo que precisamos aprender e aquilo que precisamos esquecer. Vigotski também menciona que os motivos e necessidades determinam os conteúdos que precisam ser aprendidos e, conseqüentemente, promovem o desenvolvimento afetivo e o desenvolvimento da personalidade como um todo. No caso de Estela, notamos que sente que precisa romper com a história de sofrimento de sua família e que, para tanto, precisa se apropriar de formas adequadas de se relacionar com os outros e com o mundo. Apesar do medo de perder (Estela chorou muito quando houve a possibilidade de que sua irmã Vanessa fosse morar com a família acolhedora), Estela se implica com os irmãos, com os familiares, com padrinhos e também comigo (sua psicóloga): No início do tratamento psicoterápico, Estela manifestou preocupação com minha condição, pois meu trabalho exigia que eu

ficasse muito tempo ouvindo problemas das pessoas e aquilo deveria ser algo difícil para mim. Foi necessário insistir para que ela aceitasse que a psicoterapia era um espaço para ser cuidada e não para cuidar, algo que ela aceitou depois dos devidos esclarecimentos. Estela não quer ser abandonada, não quer abandonar. Estela quer amar e ser amada. Estela quer aprender a amar.

Podemos perceber que Estela fez um esforço imenso em uma tentativa de romper com o padrão de relacionamento familiar, marcado pelo abandono: preferiu ir para a instituição de acolhimento, ao invés de se separar/abandonar os irmãos. Em sua trajetória, Estela expressa sua indignação: “chega de abandonar as pessoas da nossa família, não precisa ser assim! Chega de ser o que esperam que os negros sejam (bandidos e perigosos), vou estudar e fazer diferente!” Estela demonstra clareza de que nasceu em um contexto caótico, mas em nenhum momento deixou de acreditar que poderia brilhar: “Eu vou estudar, eu vou fazer intercâmbio, eu vou ser médica!”

Na entrevista com Estela, percebe-se que demonstra gratidão à Assistente Social que sugeriu que ela e os irmãos fossem encaminhados à instituição de acolhimento. “*I love you, Cristina!*”. Parece que a institucionalização trouxe algum alívio para Estela, que pôde prestar mais atenção em si mesma, já que não precisava mais se preocupar com a frequência escolar e a alimentação dos irmãos e dela própria. Neste ponto, podemos considerar que, embora se trate de uma medida extrema, no caso de Estela, o acolhimento institucional foi uma medida que lhe garantiu alguma proteção e permitiu que pudesse assumir apenas as responsabilidades que eram compatíveis com a sua idade.

Mais adiante, em sua fala, Estela chega a abordar como a instituição promove certa dependência, já que as crianças e adolescentes sentem medo do que poderá acontecer quando deixarem a instituição:

Porque é que assim, querendo ou não, quando a gente tá no Lar, o Lar vira o nosso porto seguro, a gente tem medo de sair pra qualquer lugar que não seja o Lar, por que o Lar acaba sendo o que? O nosso escudo, porque a gente se sente seguro, seguro não... Seguro assim ao ponto de coisas que o mundo te oferece do que a gente já viveu a gente tá seguro, mas na verdade não seguro assim de pele, é mais seguro de sentimento. E aí pra você sair do Lar é um grande choque sair do Lar, eu percebi até pelas pessoas que saem do Lar, quando você sai, sai com receio e quando elas saem, elas querem voltar, em grande maioria elas querem voltar pro Lar. Não porque o lugar que elas estão é ruim, não, é porque elas aprendem, é como se elas criassem uma parede em volta delas pro mundo, a gente acaba sendo mais, sempre mais, como diria... eles pensam em tudo, eles colocam cada detalhe da tua vida de traz pra frente, porque eles calculam tudo, escola, quanto custa, o que pode dar errado e o que pode dar certo, o seu emocional

como vai agir com isso, o que você vai fazer porque eles te conhecem, tipo tem as tias, elas me conhecem, elas sabem como eu vou agir em tudo.

Neste ponto podemos fazer um paralelo com crianças e adolescentes que vivem com seus pais e suas mães: eles também podem se sentir inseguros de deixar o espaço da casa dos pais. Aqui um cuidado me parece necessário, tanto para os pais que cuidam de seus filhos, quanto para as instituições de acolhimento: contribuir para que se sintam em condição de construir a própria história e de exercer sua autonomia. Do mesmo modo que alguns pais podem produzir filhos dependentes e inseguros, as instituições de acolhimento também podem fazê-lo, à medida que os impeçam de aprender a fazer escolhas e a desenvolver suas habilidades. A grande diferença na passagem da vida adolescente para a vida adulta talvez esteja no fato de que os pais normalmente acolhem os filhos até que estejam em condições de garantir sua própria subsistência, enquanto as instituições de acolhimento só garantem sua proteção até os 18 anos.

Na verdade eu já tinha aceitado ficar no lar, eu falei assim vai se eu fico aqui, entendeu? Em Miracatu, nesse Larzinho a minha vida toda até os 18 anos. Porque assim, no Filomena você faz 18 anos, eles esperam você completar 18 anos, arrumam uma casa, eles fazem toda aquela estrutura pra você sair, eles planejam tudo. Lá em Miracatu você completou e saiu no mesmo dia.

No mesmo dia que saiu, não é por comportamento, não é por nada... você saiu no mesmo dia, não importa quem seja! Saiu no mesmo dia...

Então o que eu já tava pronta, pra trabalhar muito cedo mesmo, por quê? Porque eu ia sair no mesmo dia! Eu ia sair do lar e deixar a minha irmã? Então quando eu saí de lá eu já tava pronta pra ficar lá também, eu tava pronta pra ficar com a minha avó até os 18 anos também, como eu já to pronta pra ficar aqui até os 18 anos!

É, porque se eu ficar “ai não quero... ai não quero” você vai sair do mesmo jeito, se não for pra uma casa você sai pra rua!

Neste trecho a adolescente compara duas instituições de acolhimento, o Lar Santa Filomena (onde permaneceu a maior parte do tempo e residia no momento das realizações desses contatos) e uma instituição de acolhimento localizada em Miracatu, outra cidade do interior do Estado de São Paulo. Podemos perceber que as duas instituições promovem o desacolhimento institucional quando seus internos completam 18 anos, mas que o Lar Santa Filomena realiza um processo gradativo de desligamento, o que traz alguma segurança à adolescente, enquanto a instituição de Miracatu deixava-a assustada com a ideia de ser desacolhida no dia do aniversário de 18 anos, sem qualquer preparação (ao menos de acordo com a percepção e as informações de que ela dispunha).

Estela conheceu seus padrinhos através do projeto de apadrinhamento afetivo promovido pelo Lar Santa Filomena em 2017, quando já não havia qualquer perspectiva

de reintegrá-la à família de origem ou colocá-la em família substituta. Estela (hoje com 14 anos) não se queixa explicitamente de não ter sido adotada depois de tanto tempo, mas este sentimento se manifesta indiretamente quando fala de uma outra criança institucionalizada, cuja mãe engravidou aos 12 anos (praticamente a mesma idade que sua mãe tinha quando engravidou dela), sempre afirmando que a bebê deveria ir para adoção, pois do contrário nunca teria uma mãe ou uma família. Assim, Estela demonstra que desejava ter sido adotada ainda na primeira infância, já que depois isso acabou ficando inviável, pois se vinculou aos irmãos que nasceram depois dela e então acabou escolhendo permanecer com eles.

Estela e sua irmã Vanessa estavam convivendo com o casal Henrique e Marta e com as duas filhas deles (Giovana e Vanessa) há aproximadamente um ano à época da entrevista. Quando os padrinhos foram entrevistados, Vanessa tinha interrompido as visitas a eles, pois a instituição entendeu que Estela estava recebendo todas as atenções do casal (porque era mais comportada e estudiosa) e que talvez fosse mais interessante que ela pudesse encontrar uma outra família. A instituição tentou encaminhar Vanessa para o projeto “Famílias Acolhedoras²²”, mas o processo não deu certo e Vanessa voltou a frequentar a casa dos padrinhos.

Estela sempre elogia os padrinhos e demonstra sentir-se parte da família:

*a família deles família maravilhosa, eles entraram no apadrinhamento, eles pegaram a gente, mas a família deles acolheram, foi tipo assim como se **eles e a família deles apadrinhassem**. A gente chegou lá foi muito **amor**, muito **carinho**, entende? Foi muito tipo assim vem cá e tudo, tem pessoas que a gente chama de tios, tem pessoas que a gente chama de primos, fotos de primos, a gente tira foto de família se está em alguma festa, vai tirar foto tira dos tios, das filhas, dos sobrinhos, tira de todo mundo, tira dos sobrinhos tá a gente lá, tira dos filhos a gente tá lá. Tipo teve todo esse acolhimento e a gente é tratado como se fosse família, tem a vó lá que eu amo o pudim dela, então toda vez que eu vou na casa dela, ela faz pudim pra mim comê, porque é isso, ela faz comida pra mim comer.*

Estela visita os padrinhos aos finais de semana e, durante a semana, trabalha no período da manhã em um escritório de advocacia e no período da tarde frequenta escola. Em algumas sessões de psicoterapia, Estela se queixou de que tem medo que seu trabalho possa prejudicá-la nos estudos, porque quer estudar, mas tem chegado muito cansada em casa.

Sobre a relação com os padrinhos, Estela nos conta:

²² Programa no qual famílias da comunidade são cadastradas e recebem uma quantia por mês para acolherem crianças institucionalizadas em suas casas.

Ah, sei lá... eles são maravilhosos, eu amo eles, sei lá, não sei... ah eles são como mãe e pai, é como se eu morasse fora e de vez em quando eu viesse visitar minha mãe e meu pai, aí eu moro fora, estudo fora e venho visitar meu pai e minha mãe de final de semana, eu venho aqui, eu como e depois eu tenho que voltar pra casa, é muito triste, mas eu volto porque eu sei que eu vou voltar pro meu pai e pra minha mãe de novo, então...

Considerando o relato na psicoterapia e este relato na entrevista, podemos perceber que Estela entende que as filhas biológicas de seus padrinhos podem dedicar-se exclusivamente aos estudos enquanto for necessário, enquanto ela precisa trabalhar porque eles não têm obrigação de assisti-la após o desacolhimento. Assim, embora seus padrinhos digam que irão apoiá-la quando ela sair da instituição de acolhimento, Estela sente que deverá buscar garantir a própria subsistência o mais cedo possível. Apesar de se perceber em uma condição diferente das filhas biológicas dos padrinhos, Estela não deixa de considerá-los como pais.

Neste ponto, Estela rompe com os modelos ideais de pai e mãe, mencionados por Sousa (2010), ou seja, não acha necessário receber o mesmo tratamento para sentir-se filha dos padrinhos. Estela simplesmente ama seus padrinhos e se sente amada por eles, dá o seu melhor e sente que recebe o melhor que eles podem lhe oferecer: *“Eles compraram um carro de 7 lugares pra andarmos juntos!”*

A percepção da adolescente faz todo sentido, se pensarmos que em muitas famílias os filhos mais velhos precisaram abandonar os estudos para ajudar os pais a garantirem a subsistência dos filhos mais novos, que muitas vezes conseguem, graças à ajuda dos mais velhos, frequentar a escola por mais tempo. Seriam estes filhos mais velhos menos filhos que os mais novos porque tiveram menos condições de se dedicarem aos estudos? Deveria Estela se sentir menos filha porque começou a trabalhar mais cedo do que as filhas biológicas dos padrinhos? Segundo sua interpretação, não.

A concepção de que todos os filhos são tratados da mesma forma dentro de suas famílias também faz parte de um processo de idealização que precisamos superar para que possamos acreditar em outras formas de construção de vínculos, como o apadrinhamento afetivo.

Quando perguntei a Estela o que tinha aprendido com o apadrinhamento afetivo, ela respondeu:

Aprendi no sentido de família, né? Porque eles são uma família, você conhece de perto de como funciona, você vê a família no filme lá e é só love, love, love... que love, love o quê?! Eles discutem também, eles não, mas ele a Marta e a Vanessa “você tem que estudar”. A Vanessa também... tipo, no começo a gente ficava meio

assim, cada um no canto, agora eu falo que a Gi é feia e ela fala também, ela me chama de monstro e eu falo que ela é também.

Estela conta que, antes do apadrinhamento afetivo, dispunha de dois modelos de família: aquele que viveu em sua família de origem - marcado por rupturas, abandono, negligência, violência e cuidados insuficientes (uma vez que a avó e a tia cuidaram dela por alguns períodos, mas também acabaram por abandoná-la) e aquele perfeito e idealizado, que tinha conhecido através da televisão. Segundo ela, o apadrinhamento afetivo lhe permitiu aprender uma nova forma de convivência familiar, que, apesar de apresentar problemas e conflitos, é capaz de atender as necessidades materiais e afetivas de seus membros.

Como, para Heller e Vigotski, os sentimentos são aprendidos nas relações sociais, podemos pensar que o apadrinhamento afetivo de fato possa ter proporcionado a ela a vivência de novas formas de se relacionar, de outras formas de sentir. Segundo Toassa (2009), para Vigotski o desenvolvimento de novas formas de sentir acontece também implica no desenvolvimento de novas formas de pensar. Ou seja, podemos pensar que o apadrinhamento afetivo de Estela contribuiu para seu processo de humanização, para apropriação cultural e, conseqüentemente para seu desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Estela relata como foi importante estar em contato com os padrinhos, especialmente pelo fato de acreditarem em seu potencial:

Primeira coisa que a Marta e o Henrique falou foi: “eu quero ver vocês brilharem, o que eu posso fazer pra ver vocês brilharem?” Cara, ele nem me conhecia e fala “quero ver você brilhar” eles nem me conheciam, aos poucos eles foram saber coisas de mim e a gente foi se conhecendo e eles contam a história deles, que eles nunca vieram de família rica, que eles tiveram que lutar pra ter tudo o que eles tem hoje e que eles lutam pra ter mais, pra poder ser e dar futuro pra filha deles e agora pra gente também, de certa forma ajudar a gente. A pessoa olha pra você e fala assim: “olha, você vai conseguir, você quer ser o quê? Médica? Você vai ser médica!”

Outro aspecto bastante importante para Estela foi o de que seus padrinhos puderam realizar um de seus sonhos: permitir que ela frequentasse um curso de inglês. Ela relata que eles cobram que ela tenha bom desempenho, algo a que ela busca corresponder.

Para Vigotski (2007), a expectativa que se tem dos sujeitos e as mediações realizadas contribuem para a aprendizagem e o desenvolvimento. No caso de Estela, pode-se dizer que o fato de seus padrinhos terem expectativas em relação a ela e proporcionarem o contato com novos conhecimentos (através do curso de inglês)

contribui para seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

Estela nasceu em um contexto caótico, mas ainda assim, sempre encontrou algum amparo e modelos de conduta para que pudesse fazer escolhas mais saudáveis. Apesar disso, em muitos momentos Estela não teve suas necessidades atendidas, por isso nos parece plausível admitir que escolheu brilhar mesmo em tempos de escuridão (quando estava na família de origem, na casa dos avós e em momentos difíceis de sua longa história de acolhimento institucional) quando continuava estudando e perseguindo seus sonhos, apesar das condições de vida adversas.

Do caos de um buraco negro social também nascem estrelas. Estela escolheu a luz, não podemos negar. Segundo Tomanik (2008), ao mesmo tempo que estamos sempre submetidos a uma série de determinações (biológicas, socioeconômicas e históricas), também possuímos uma dimensão ativa, com a qual podemos tomar decisões, construir e reconstruir a realidade a nossa volta. Ela conseguiu desenvolver funções psicológicas superiores como o autocontrole e a capacidade de amar, apesar das situações difíceis que vivenciou²³, quando poderia ter escolhido a escuridão do consumo e talvez até do tráfico de drogas, como fizeram seus pais. Isto é claro, não foi apenas resultado de suas escolhas e sua capacidade de interferir no mundo, mas certamente das relações enriquecedoras que estabeleceram com ela ao longo de sua vida e também em sua relação com os padrinhos.

Pensando nos relatos da adolescente na entrevista e também naqueles que traz ao consultório, poderia dizer que, no caso de Estela, o apadrinhamento afetivo permitiu que ficasse ainda mais radiante: parou de se sentir tão abatida pelos problemas da instituição de acolhimento, passou a se sentir mais confiante em relação à possibilidade de alcançar seus sonhos e encontrar algum amparo após o período de acolhimento, bem como começou a acreditar que merecia atenção e cuidados e que novas formas de relacionamento eram possíveis.

O diálogo seguinte com Estela nos trouxe informações sobre o apadrinhamento afetivo. Nele a adolescente compara as relações que tem com seus padrinhos e as relações entre padrinhos e afilhados que acredita que não dão certo.

Mariana: *Eu tenho que escrever uma dissertação, né? E o tema é o apadrinhamento afetivo, os afetos no apadrinhamento afetivo.*

²³ Estela se diferencia da maioria de seus colegas de instituição que muitas vezes agem de maneira agressiva ou se alimentam de maneira exacerbada (apresentam dificuldade de autocontrole), bem como estabelecem padrões de relacionamento que reproduzem as relações de violência e abandono vividas em suas famílias de origem.

Estela: Ah, é amor, carinho, mas acontece também de ter tipo, eu to vendo agora, que as crianças estão tendo apadrinhamento agora que eles fizeram o apadrinhamento por falta de escolha, tipo aconteceu, por exemplo, um menino que a madrinha atual dele, porque o irmão dela que morreu era a cara dele... ah, mas quer dizer que não é amor, que ela tá tentando encontrar uma coisa que não tem? Já aconteceu comigo de uma pessoa falar que: “você é a cara de uma pessoa que morreu; eu, eu te amo” ... aí eu... porque tenta encontrar naquela pessoa, só porque tem uma coisa parecida ou na fala porque eu sou meio assim ... e tipo falou que eu era parecida e que me amava, “moça, nem te conheço, dá licença!”.

Mariana: Esse é o tipo de situação que você acha que não dá certo.

Estela: Aí é ... já não é amor, aí já é mais...

Mariana: Oi?

Estela: Tipo casal que “cheguei aqui, fiz todo esse curso pra sair sem nenhuma essa criança, ah tudo bem que não me agradou, mas vem você.”

Mariana: Você acha que alguns padrinhos pegaram aquela criança.

Estela: Pra pegar.

Mariana: Por falta de escolha.

Estela: Por falta de escolha ou porque a criança acaba pegando o padrinho porque não quer ficar no lar, acontece muito, tipo não querem ficar no lar.

Mariana: Você falou que o primeiro apadrinhamento tinha coisas que estavam claras que não dariam certo, esse tipo de situação que você tá falando?

Estela: É, a menina chegou pro menino e falou assim: “ah, eu tô sozinha, preciso de alguém pra me acompanhar” você tá sozinha... tô... você quer o menino só pra te acompanhar? Não porque é uma criança que precisa de amor, porque você quer amar e ser amada e quer ensinar pra ele princípios, porque você quer ver ele crescer e ser uma pessoa boa.

Ou seja, para Estela, o apadrinhamento não pode acontecer por falta de escolha, nem por parte da criança/adolescente, nem por parte do adulto que apadrinha. Também não pode acontecer como forma de compensar a perda de um ente querido (como a mulher que quis apadrinhar um garoto porque parecia seu irmão falecido). Para a adolescente o apadrinhamento também não deve acontecer para suprir necessidades dos adultos e sim para promover o crescimento e desenvolvimento do apadrinhado.

5.1 Os padrinhos Henrique e Marta

Meu contato com o casal Henrique e Marta ocorreu apenas pela ocasião da elaboração da presente pesquisa. Após conversa com a Estela e com uma das profissionais do Lar Santa Filomena, fiz contato telefônico com Marta para convidá-la a participar da pesquisa; ela conversou com o marido e depois agendou a data e horário de nosso encontro.

Chegando na casa do casal no final do dia, percebi que estavam limpando a calçada e, para que nossas conversas não atrasassem o horário de seu jantar, Marta começou a prepará-lo enquanto Henrique ficou conversando comigo. Marta e Henrique

são um casal de meia idade que tiveram duas filhas: Giovana, de 18 anos e Vanessa, de 13.

Relataram que ficaram sabendo do programa de apadrinhamento afetivo através da filha Giovana, que fazia visitas ao Lar Santa Filomena com pessoas da igreja que frequenta. Giovana os convidou para ir até a instituição e se inscreveram para participar do programa. Como vamos perceber ao longo do contato com o casal, sua experiência com o apadrinhamento foi bastante diferente daquela relatada por Hélio e Leila. Marta e Henrique foram convidados pela filha a participar do programa de apadrinhamento afetivo, tiveram encontros de preparação, encontros para conhecer as crianças da instituição, momentos de reflexão antes de decidirem sobre o perfil de quem gostariam de apadrinhar, o que, ao nosso ver, contribuiu muito para que estejam conseguindo manter o contato com as afilhadas.

Na oportunidade de nosso encontro, o casal já estava convivendo por aproximadamente um ano com Estela e sua irmã Vanessa. Apesar disso, Vanessa tinha sido encaminhada, pela instituição de acolhimento, para conhecer uma família acolhedora e estava a algum tempo sem ir visita-los. Recentemente Estela me contou que sua irmã Vanessa voltou a visita-los normalmente, pois a tentativa de sua colocação junto a uma família acolhedora não teria dado certo.

Em contato recente com a equipe do acolhimento, fui informada de que Vanessa será encaminhada para um novo processo de apadrinhamento afetivo no ano de 2019, muito embora ainda esteja em contato com Henrique e Marta.

a) O principal é você não sair da sua rotina: Henrique.

No contato com Henrique percebi que não falou abertamente de seus sentimentos ao longo de nossa conversa. Apesar disso, se mostrou bastante envolvido com as necessidades das afilhadas Estela e Vanessa; Preocupa-se com sua escolarização, sua alimentação, suas relações com a família extensa, a maneira como se sentem quando estão em sua casa, com o seu desenvolvimento e suas perspectivas para o futuro. De igual modo, Henrique se mostrou afetivo com a autora, o que demonstrou ao repetir que estava à disposição para aquilo que fosse necessário. Talvez com isto Henrique queira nos dizer sobre sua maneira de expressar os afetos: com atos e não com palavras.

***Henrique:** Então, na verdade foi a minha filha mais velha que começou a participar com o pessoal da igreja, né? Faziam visitas em final de semana e aí ela falou que tava gostando de participar e foi quando ela nos convidou para conhecer o lar.*

Mariana: *Que legal.*

Henrique: *Foi... partiu da minha filha e aí foi onde nos chamaram para participar desse primeiro apadrinhamento, fizemos alguns encontros né? Para orientar, depois foi feito os encontros com as crianças.*

Henrique nos contou também sobre como o contato com a instituição permitiu que ele mudasse sua maneira de enxergar as crianças/adolescentes que lá viviam.

Henrique: *Ah, é que no começo a gente vê que as crianças são bem carentes assim, de afeto, o lar acho que dá muito amparo assim material, né? Porque o que eu senti depois que a gente saiu, começou a cumprir com as crianças, na verdade muita gente achava “ah, eles precisam de roupa” não precisam...*

De certa forma, Henrique tem razão: as crianças/adolescentes acolhidas na instituição em questão estão sempre bem vestidas e alimentadas, mas também é verdade que a instituição passou por problemas financeiros recentemente, precisando recorrer a um empréstimo para garantir a manutenção das necessidades das crianças. Apesar disso, de fato as crianças não precisam de roupas, pois a instituição recebe muitas doações da comunidade, bem como também compra roupas, quando necessário.

Henrique nos contou também sobre como decidiram que não seria interessante para sua família que apadrinhassem alguém do sexo masculino.

Henrique: *Ah, assim... dos primeiros encontros foi indo, né? No começo quando eu entrei no apadrinhamento eu, particularmente, falei: “não quero apadrinhar homem/menino” porque eu vou levar pra minha casa e eu tenho duas filhas, então a princípio eu já fui assim e no decorrer dos encontros, das atividades, alguns meninos simpatizaram em ficar comigo.*

Mariana: *Meninos?*

Henrique: *Meninos! Porque tinha coisas de esporte e eu gosto bastante de esporte, então... só que eu falei para a psicóloga, eu não quero falar mais um não pra eles e ficar... porque a gente ficava naquela, né? Vinha pra casa e falava: “aquele rapaz, aqueles garotos num desgrudavam de mim” só que ao mesmo tempo, no meu íntimo eu não queria ficar com eles, né? Como eu já sabia que eu não queria e aí foi falado com eles e aí foi, numa boa e as meninas começaram, nós começamos a fazer as atividades e foi juntando, né?*

Mariana: *O quê que você pensava que podia acontecer se fosse um menino?*

Henrique: *São adolescentes, né? E homem assim ... eu tenho meninas em casa, então eu tinha, tenho ficava com receio.*

Mariana: *Receio.*

Henrique: *Porque alguns tem histórico de drogas, né? É homem, não conheço... então assim, como garotos de 16/17 anos, né? Minha filha mais velha fez 18 agora, a outra tem 13. Então falei: “pra ficar dentro de casa e não ficar confortável dentro de casa” não só eu, né? Quando a gente sentou para pegá-las a primeira pergunta que se fazia era para as minhas filhas, né? Não adianta eu querer só, minha esposa querer e minhas filhas não, porque é difícil... no começo é até um pouco estranho, né? Cada um tem a sua intimidade, sua forma de agir, então... mas foi normal, foi evoluindo normalmente.*

Neste trecho percebemos que Henrique teve uma preocupação semelhante à de Hélio, em sua experiência com o apadrinhamento afetivo: a de manter a harmonia da casa, em preservar a privacidade das meninas que moravam com ele (esposa e principalmente filha). Entendemos que esta preocupação é compreensível. A diferença foi que Henrique e Marta foram orientados previamente e tiveram mais tempo para pensar sobre aquilo que seria conveniente à sua família, enquanto Hélio e Leila se aproximaram tão rapidamente de Marcos que não conseguiram pensar neste aspecto, antes de leva-lo para sua casa.

Neste ponto podemos perceber como o apadrinhamento afetivo guarda semelhança com o processo de adoção: parece-me imprescindível que se respeite o perfil de criança/adolescente pelo qual a família dos padrinhos tenha interesse, pois só ela tem condições de avaliar aquilo que não irá trazer mudanças excessivas em sua rotina e gerar fatores estressantes, para além daqueles que são próprios do processo de integração de um novo membro.

Nosso diálogo também trouxe informações sobre o que Henrique acredita ser um padrinho.

Henrique: *Na verdade eu não tenho intenção nenhuma, se eu tô aqui, eu entrei nesse projeto justamente pra **dar um norte pra elas**, entendeu? Falar assim, não vai ser minha filha, não é minha filha, né? É justamente eu vi as necessidades de cada uma, nós vimos as necessidades de cada uma e tentamos orientar.*

Mariana: *E o que é ser padrinho para você?*

Henrique: *Olha, no caso desse é justamente isso que eu falei pra você, **é orientar na falta do pai, não substituir o pai**, mas era essa orientação que elas não têm no convívio de família. Pelo histórico são famílias assim ... totalmente desunida por um monte de fatores e pra mim família é que você tem... elas conviverem conosco e ver o que é uma família de verdade, né? Que você tem seus compromissos, horas de lazer, hora de falar sério, né? Então a gente sente que no começo era tudo meio que arredias, né? Uma pancada, né? A gente via que o próprio convívio com outras crianças, principalmente a Vanessinha, ela era agressiva, então esse convívio de família de como conviver com pessoas ela sempre meio que arredia em qualquer coisa. Ia brincar, se tava perdendo dava pancada mesmo. Olha não é assim né...*

Mariana: *É a maneira como ela se abria, reagia e aí vocês procuraram...*

Henrique: *Sempre pronta pra atacar, então é onde a gente começou a ver que não é assim, pois isso a gente não foi dando tanto troca “olha você faz isso e eu te dou isso” não, a gente orienta de uma forma diferente, nem com as minhas filhas eu faço isso, não tem mérito com presente, né? E a gente não faz isso e eu também não fiz isso com elas, né?*

Mariana: *E como você orientava elas?*

Henrique: *Conversando, né? Conversando.*

De todos os participantes com quem tivemos contato, Henrique parece ser o único que não está às voltas com a ideia da adoção: se vê como padrinho e tem clara sua visão

sobre o que é ser um padrinho, conseguindo desempenhar sua função, conforme foi orientado pela instituição, sem maiores dificuldades.

Apesar disso, Henrique parece dizer, nos trechos a seguir que, de alguma forma sente que deveria fazer mais pelas afilhadas. Quando fala da família extensa de Estela e de Vanessa, parece falar também sobre si mesmo: alguém que tem condições financeiras e mesmo assim as deixa morando na instituição durante a semana.

Henrique: *Sabe por quê que a gente começou, elas... a Vanessinha geralmente, faziam o facetime com as avós “vem ver minha avó” e tal e a gente não ia, um dia minha esposa se apresentou e tal, mas ficava “eu te amo, eu te amo, eu te amo” por parte de lá e tal, mas que amor é esse, né? Então, a gente falou: “não... se tem computador, celular, tem condição financeira”...*

Mariana: *Condição material, mas não afetiva.*

Henrique: *E afetiva falar que eu te amo lá de longe, que amor é esse pra uma criança. Então, falava assim ... “tá estranho”, aí começaram no WhatsApp, não sei o quê. Aí como a Vanessinha não sabe escrever gravava alguma coisa ou alguém escrevia por ela, então a gente começou a falar: “puxa, tá estranho” não é pra... então por isso a gente cortou, cortou não... limitou.*

Estes trechos podem nos levar a pensar que, assim como as famílias adotivas, Henrique também se sinta ameaçado pela família de origem das afilhadas. Segundo Schettini e Amazonas (2006, p. 286),

Em geral, as representações de família presentes no imaginário social fundamentam-se nos laços consangüíneos. A maioria das pessoas atribui a eles um grande poder, considerando-os indissolúveis, por serem os “verdadeiros laços naturais”. A mãe biológica é definida como “a verdadeira mãe” ou “a mãe de sangue”. É comum os pais adotivos alimentarem a fantasia de que seus filhos adotados, movidos pelo desejo de conhecer os pais biológicos e impulsionados pela força dos laços de sangue, os abandonem e partam em busca desses pais. O temor de que o poder dos laços sangüíneos vá determinar a preferência pelos pais biológicos está muito presente nessas situações.

Assim, podemos pensar que talvez Henrique tema perder as afilhadas e por isso tente afastá-las de seus familiares biológicos.

Como já mencionamos, é bastante interessante, do ponto de vista do desenvolvimento emocional, que a criança/adolescente apadrinhado tenha convivência com padrinhos com afetividade mais ampla e humanizada que a deles. Nesta situação, Henrique parece tentar ensinar às afilhadas aquilo que entende por amor: cuidado, dedicação, presença, participação, envolvimento, investimento. E esta nova forma de viver o amor é percebida por Estela, como vimos em seu relato. Neste sentido, podemos pensar que Henrique viveu vários sentimentos nesta situação: ao mesmo tempo que pode ter se sentido inseguro em perder o vínculo com as afilhadas, também se mostrou preocupado com elas e em ensinar-lhes outra forma de relacionamento.

Como vamos percebendo, para construção do vínculo com as afilhadas, não foi necessário deixar de levar em conta suas próprias preocupações e necessidades, mas, para além disso, conseguir enxergar as necessidades das afilhadas e buscar correspondê-las.

Henrique coloca o foco de sua atenção nas necessidades das afilhadas, embora possamos perceber outras implicações atravessando seu relato:

Henrique: *Né? Porque eu tenho duas filhas e ao mesmo tempo que eu peço o final de semana pra elas estudar, uma faz cursinho então tem que estudar mesmo, a outra tem praticamente a idade da Estela, intermediário, então quando elas estão estudando é pra estudar né?*

Henrique: *Não, ainda não. Então a gente até precisa conversar, pra mim não é chateação nenhuma porque eu tô ali pra ajudar, se não quer a minha ajuda, a nossa ajuda, oportunidade a gente tá tentando dar. Falar que “olha, não gostei de alguma coisa” não vai me chatear em nada porque eu tô aqui pra crescer algo pra elas, né? A gente sabe que com 18 anos eles tem que sair do lar, então pra que elas tenham um emprego, um encaminhamento, a única coisa que eu posso dar pra elas seria uma cultura né? Assim, o estudo! Mas se não tá querendo eu não posso fazer nada no caso, não vou ficar chateado de forma alguma, então não sei. Infelizmente ela não tá pensando assim.*

Nestes trechos podemos perceber que Henrique tem expectativas de que as afilhadas estudem e consigam um bom emprego no futuro. De igual modo, parece ter se sentido frustrado quando Vanessa demonstrou que não estava tão interessada em estudar e se afastou deles por um tempo, para tentar morar com a família acolhedora.

Apesar de nítida a integração de Estela à família de Henrique e Marta, Henrique diz que ela é “*como se fossem da família*”, ou seja, de algum modo, para ele ainda não está tão claro, como vimos no relato de Estela, que ela possa ser de fato da família. De alguma forma Henrique idealiza a visão de família: para ele uma família de verdade não permite que seus membros residam em uma instituição de acolhimento.

Henrique: *Não porque assim, você vai na casa das minhas irmãs, minha esposa tem um monte de irmãos né? E eles se reúnem lá, ela chega como se... todo mundo a cumprimenta como se já soubesse, como se fosse da família mesmo, trata ela super... parece que entrou mais um membro na família. Então ela se sente tranquila em relação a isso, vai na minha sogra, ela já pede pra fazer pudim, esses negócio... então meio que já... mas a Estela tá tranquilo, assim ... lógico que deu certo também em relação que ela quer, não é só, ela quer participar e ela quer... ela tem um futuro, ela busca.*

Sobre a construção de vínculo com Estela, podemos notar que a aproximação vem ocorrendo gradativamente e que isto se deve ao fato, especialmente, de Estela e seus padrinhos terem preocupações semelhantes: que ela possa estudar e se preparar para o futuro.

No trecho a seguir, Henrique conta sobre expectativas e comportamentos que entende que não sejam apropriadas ao processo de apadrinhamento afetivo.

Henrique: *Olha, a experiência que eu falo, eu até falei numa palestrinha lá que o pessoal me chamou porque como a gente tinha dado certo a relação, a maioria achou que tinha que agradar muito.*

Mariana: *A criança.*

Henrique: *Agradar muito no sentido de não magoar ou dar bem material, né? Lógico que a gente dá, mas não é isso, o principal é você não fugir da sua rotina, não deixar as suas filhas, no meu caso que tenho filho, não deixar desconfortável porque senão você fica... desarmoniza tudo, você vai incluir mais alguém, então... não é membro da família, acaba sendo em algumas situações, mas o que eu senti é que muitas pessoas achavam que iam substituir uma solidão da própria pessoa com aquela criança.*

Mariana: *Você achou que tinha gente lá que queria suprir suas carências.*

Henrique: *Suas carências, é...*

Mariana: *Entendi por isso não tinha dado certo pra elas, você acha...*

Henrique: *É, até numa reunião a gente ouviu umas crianças falar “eu não sou um cachorrinho pra ficar”.*

Mariana: *As crianças falaram?*

Henrique: *É, uma das crianças ouvi falando “não sou um cachorrinho pra passar tempo da outra”.*

Assim, Henrique menciona uma preocupação que compartilhamos: a de que o processo de apadrinhamento afetivo tenha como foco as necessidades da criança/adolescente e não daqueles que pretendem se tornar padrinhos e madrinhas.

Este relato de Henrique fez com que a autora recordasse de seu contato com vários pais e mães no consultório onde trabalha, os quais não se sentem capazes de dizer *não* ou de impor alguma frustração aos filhos (como impor que durmam no horário, que desliguem o *tablet*, que se alimentem adequadamente, que durmam em sua própria cama, que façam a lição de casa, etc.), pois sentem pena deles (porque algum membro da família faleceu, porque tem algum problema de saúde, porque nasceram prematuros) ou porque sentem-se culpados e com medo de perder o seu amor (porque passam horas longe trabalhando, porque não puderam amamentar seus filhos como gostariam, porque não conseguem ama-los como acham que deveriam amar...). Assim, tenho a impressão de que, quando Henrique fala de uma necessidade de “agradar” os afilhados, podemos pensar nesta mesma forma de envolvimento, marcada pela pena, a culpa e/ou o medo de perder o amor. Não tivemos contato com padrinhos que agiam desta forma com seus afilhados, mas podemos supor que as consequências possam ser semelhantes àqueles sintomas que aparecem na relação entre pais e filhos: a criança/adolescente pode apresentar intolerância às frustrações (fazendo birra ou se recusando a seguir regras, por exemplo), dificuldades

de autocontrole, insegurança, comportamentos agressivos, dificuldades de aprendizagem, dificuldades para dormir e até de controlar os esfíncteres.

Assim, Henrique parece nos trazer um alerta para pensarmos o processo de avaliação e acompanhamento de padrinhos e madrinhas: culpa, medo e pena são sentimentos que terminam por não estimular a aprendizagem e o desenvolvimento dos afilhados, uma vez que dificultam que os adultos executem algumas das mediações que são necessárias.

b) Nada mais gratificante do que ver que você vai estar bem: Marta

Logo no início de minha conversa com Marta, ela me relatou que sempre teve o desejo de ter dois filhos biológicos e um adotivo. Nos parece que esse desejo não se concretizou devido a problemas financeiros e também porque seu marido Henrique e a mãe dele nunca concordaram com a ideia.

Marta: *Então você vai pensando “por que eu tinha vontade de adotar?” Né? Eu não sei, de repente eu não concretizei isso, né? Já fechei, eu e meu marido a gente já conversou, né? Tudo... definimos, não vamos adotar ponto final, mas acho que fica aquilo, né?*

Mariana: *Ficou um filho pra trás.*

Marta: *Ficou um filho pra trás, uhum!*

Mariana: *Mas você tinha planos de ter filhos biológicos?*

Marta: *Sim! Dois biológicos e um adotado.*

Mariana: *E um adotado, e aí o quê que aconteceu que você desistiu?*

Marta: *Primeiro que tinha a dificuldade financeira, muito difícil, tive a primeira e ainda veio numa fase que a gente tava bem complicado mesmo, aí falamos “não, um só e não vai dar pra ter mais” aí vai melhorando um pouquinho e tivemos a segunda e aí você fica naquela né? Aí comecei “vamos adotar, vamos adotar” e ele não “não, não... as meninas...” “ah, então vai ser um menino... então vamos!” aí fica naquela e nunca concretiza, né? Até que um dia que ele falou assim: “não, não é isso...”*

Assim, Marta demonstra que para ela o apadrinhamento foi uma forma de compensar o desejo frustrado de poder adotar uma criança. A entrevista com Henrique deixou claro que ele não percebe a possibilidade de filiação para além da vinculação biológica, assim, o apadrinhamento afetivo foi a maneira que encontraram para que Marta realizasse seu sonho de ajudar uma criança acolhida, sem que precisassem assumir todas as despesas financeiras.

Além da resistência do marido e da sogra, Marta também mencionou que seu irmão e uma amiga a desencorajaram a se tornar madrinha afetiva, algo que ela decidiu desconsiderar, pois estava decidida a fazer isso.

Marta comentou também sobre sua vivência com o processo de preparação dos padrinhos.

Trecho 2

Marta: *Olha, eu gostei da preparação... eu acho que eles fizeram uma preparação bem legal, não sei se foram 4 ou 5 encontros, mas conversaram bastante conosco, falaram bastante de alguma forma ou outra que as crianças que as vezes estavam ali já tiveram uma perda, então se era pra gente entrar no projeto era pra entrar com vontade para não, como fala, não magoar nenhuma criança, foi tudo conversando antes.*

No contato com a instituição, soube que a maioria dos padrinhos desistiu de apadrinhar ainda no processo de preparação, algo que nos pareceu interessante, pois certamente os esclarecimentos realizados permitiram que pudessem avaliar sua própria disponibilidade para apadrinhar uma criança/adolescente. Assim, diferente dos padrinhos Leila e Hélio, Marta e Henrique tiveram a possibilidade de refletir sobre suas possibilidades reais em relação ao apadrinhamento, antes que iniciassem o contato com as crianças, algo que nos parece essencial para que o processo seja menos doloroso e frustrante para ambas as partes e para que se possa diminuir a chance de que os afilhados venham a vivenciar uma nova situação de rejeição.

Marta: *Lógico que depois que começou na prática mesmo, aí vem os ciúmes das filhas, isso aconteceu... mas... ah, do início! Daí foi assim, teve a preparação nossa, aí depois foram os encontros com as crianças aí você vai meio apreensiva, como será? E tal... mas foi muito bem preparado, o Elias fez uma brincadeira bem legal toda vez que a gente se encontrava tinha as brincadeiras então era bem... aos pouquinhos a gente ia conhecendo, tendo aquele vínculo com as crianças e automaticamente a gente acaba que escolhendo, porque logo no início que você vê, você tem vontade de pegar todos.*

Um pouco mais espontânea do que o marido, Marta nos fala sobre como se sentiu quando conheceu as crianças acolhidas, bem como menciona como foi o processo de aproximação e a primeira dificuldade enfrentada (o ciúmes das filhas em relação às afilhadas).

Marta: *Ah, no início que foi mais difícil, como eu te falei mesmo... mas por causa dos ciúmes delas, os ciúmes foi bem tenso no início porque foi muito... o encontro, né? Tudo aquilo muito gostoso no início de estar conhecendo e tal, e de repente... é que você não conhece a Vanessinha, né?*

Mariana: *Não.*

Marta: *Mas a Vanessinha é muito meiga, muito carinhosa, beija, abraça, então ela ficava né? A minha filha mais velha que é a que mais queria, nossa ela ficou com muito ciúmes de um dia chorando ela falou pra mim “eu não quero mais, não quero mais” aí e eu sempre fui muito firme na hora que eu falo, né? Daí eu falei com ela olhando nos olhos, “olha filha, você vai ter que aceitar! O que você tá sentindo, é bom que você fala, não tenha vergonha dos seus sentimentos, é o que você tá sentindo, é o que você tá falando e tem que falar! Só que não vamos*

parar, não é assim... nem que fosse um bichinho de estimação que você tivesse pego e que você não queria mais, você não poderia abandonar! São crianças que já tiveram perdas na vida delas, né? De certa forma foram rejeitadas pela família... porque se não deu certo com o pai e com a mãe, cadê a vó e a tia? Não tem ninguém pra cuidar, então são crianças que tiveram perdas na vida delas e não é assim não, você vai ter que trabalhar o seus ciúmes que a gente vai continuar” e foi.

Neste trecho podemos perceber como foi difícil para Marta manejar o sentimento de ciúme da filha mais velha. No entanto, graças a seu posicionamento, ao mesmo tempo em que impediu a descontinuidade da relação com Estela e Vanessa, também contribuiu para humanização da própria filha ao ensinar a ela que seres humanos são diferentes de objetos que devolvemos em uma loja; é preciso trata-los com respeito e consideração. Além disso, soube acolher a insatisfação da filha, sem que para isso precisasse atender ao seu desejo. Diante disso, podemos considerar que Marta seja afetivamente mais desenvolvida/humanizada, algo que certamente aprendeu e desenvolveu graças à outras relações que viveu.

Parece-me que esta postura de Marta também representou uma referência importante para Estela, que nos contou sobre as inúmeras situações de abandono em sua família de origem e, através de sua convivência com Marta, vem conseguindo conhecer outra forma de relação, na qual abandonar não é uma alternativa. Assim, nem Vanessa (apesar de não tão desejada) foi abandonada: Marta e Henrique persistem e Vanessa voltou a conviver com eles após a entrevista.

Outro aspecto que podemos identificar no relato de Marta é o de que, apesar de dizer que no começo queria apadrinhar todos, percebe que nunca houve, nem eles se dispuseram a criar espaço para mais de três filhos na casa (ela queria ter dois biológicos e adotar um). Como exemplo desta indisponibilidade podemos pensar no fato de que, embora as meninas estivessem fazendo visitas há um ano, no quarto onde eram recebidas, existia apenas uma cama que não parece ter sido pensada para duas irmãs (e sim para uma única pessoa ou para um casal).

Embora não tenhamos tido contato com Vanessa, sabemos que teve dificuldades em corresponder às expectativas dos padrinhos: tinha dificuldades nos estudos e talvez não tenha perspectiva de cursar uma faculdade, como pretendem as filhas do casal e sua irmã Estela. Marta nos conta que o apadrinhamento afetivo representou para ela uma forma de compensar a adoção de um filho que não pôde concretizar, assim, nota-se que sua expectativa inicial era de apadrinhar apenas uma criança e não duas. Neste sentido, o apadrinhamento de Vanessa parece estar mais relacionado à pena que Marta sente dela.

Tendo em vista o relato de Marta sobre sua relação com Vanessa, podemos perceber a importância de que os pretendentes avaliem de maneira realista quantas crianças pretendem apadrinhar e não apenas o perfil da criança desejada. Nota-se que Marta não refletiu bem sobre o assunto e que o desencontro com Vanessa acabou lhe trazendo sentimento de rejeição e tristeza, como percebemos nos trechos a seguir.

Marta: *Uhum, é... vamos ver... eu só sei que a Estela tá indo bem, é o que eu falo, às vezes fico com o coração apertado porque ao mesmo tempo que sem a Vanessinha foi melhor pra Estela, você fica com o coração apertado... com dó da Vanessinha.*

Marta: *Não, não... Por que da última vez foi essa vez que a gente conversou, eu cumprimento ela quando vou pegar a Estela e tal, mas ela vem correndo com o celular na mão e já mostrando as coisas... eu ainda falo pro meu marido “fui trocada por um celular”²⁴.*

Marta contou-me o que entende que seja sua função como madrinha: orientar, estimular a autonomia e apoiar quando completarem 18 anos e precisarem deixar a instituição de acolhimento.

Mariana: *E você consegue separar as coisas na sua cabeça ou às vezes pensa em adotar? Ou isso já foi deixado lá atrás?*

Marta: *Não, foi deixado, foi deixado lá atrás... não.*

Mariana: *Não é uma coisa que você pensa.*

Marta: *Não, não penso mais, eu penso assim... por exemplo a Estela que vem mais, que fica mais, acho que a Estela é meio assim igual as minhas filhas, a gente vê que né, a forma de pensar, a forma de ver... ela é estudiosa, ela tem um objetivo na vida dela, ela almeja, né? Ela vê o futuro lá na frente, então o que que nós pensamos... de estar orientando de alguma forma estar ajudando, quando ela completar 18 anos ela sabe que ela pode contar conosco, se não tiver onde ela ficar, ela fica aqui, que nem o sonho dela é de fazer medicina, a intenção nossa é de tá, eu não falo nem financeiramente, não porque eu já tenho as minhas né? Eu não tenho condições, mas ajudar como... se acontecer dela passar numa faculdade pública fora, ela vai precisar de ajuda, né? Para se manter fora, então a gente vai ajudar, nós temos essa intenção, né? Esse objetivo, então tudo vai depender dela, se ela começar a folgar a gente vai começar a orientar, empurrar falar: “Não, você tem que caminhar sozinha” da mesma forma que eu ensino as minhas filhas eu quero estar orientando ela, elas têm que caminhar sozinhas, elas tem que se manter sozinhas, elas tem que ser independentes! Né? Quer ajudar? Precisa de alguma coisa? Pode contar conosco, né? E é isso... a nossa intenção é essa, acredito que a do meu marido também seja essa.*

No início desse trecho, Marta me falou sobre seu antigo desejo de adotar. Considerando a maneira como conduz a relação com as afilhadas, noto que de fato abandonou a ideia de adotar alguém: não chama as afilhadas de filhas, não tenta

²⁴ Marta diz que sente ter sido trocada pelo celular porque Vanessa deixou de ir visita-la quando proibiu-a de usar o celular em sua casa.

convencer o marido a adota-las, não questiona a equipe do acolhimento sobre esta possibilidade. Assim, podemos perceber novamente a importância de explicitar claramente os objetivos do processo de apadrinhamento afetivo ao longo dos encontros preparatórios, não apenas às crianças/adolescentes, mas também àqueles que pretendem se tornar padrinhos.

Vemos assim que, tanto Marta como Hélio (padrinho de Marcos) tinham desejo de adotar uma criança. Apesar disso, Marta pôde ser esclarecida previamente sobre o que era ser uma madrinha e sentiu-se em condições de se adequar às exigências, algo que não foi feito na situação de Hélio. Assim, podemos pensar que o processo de preparação é também um momento de levar os padrinhos a pensarem sobre seu envolvimento com a ideia de apadrinhar. O que os levou a procurar a instituição de acolhimento? Como se sentem em relação à população acolhida? Que tipo de criança/adolescente se adaptaria mais facilmente à rotina e às expectativas de sua família? Desta forma, podemos pensar que é importante conhecer as diferentes formas de envolvimento com o apadrinhamento afetivo, ainda nos primeiros contatos com aqueles que pretendem se tornar padrinhos ou afilhados.

Bittencourt (2016) menciona que ter um afilhado em uma instituição de acolhimento seria como ter um afilhado que mora com os pais. Marta, por sua vez, faz um contraponto a esta afirmação, ao contar-nos que considera que ser madrinha afetiva é diferente de ser madrinha de batismo.

Marta: *É diferente porque a minha sobrinha tem o pai e a mãe, a minha sobrinha eu oriento quando precisa sim, mas eu não tenho a responsabilidade com a minha sobrinha, agora a Estela não, eu já me sinto responsável porque assim como ela não tem essa orientação de uma família para estar orientando, ensinando o que é o melhor, mostrando pra ela que tudo é possível e só depende dela, ela não tem, né? Então é diferente.*

Sabemos que no caso de padrinhos de batismo, não existe a exigência de fazer visitas regulares aos afilhados, sendo que em muitas situações sequer é mantido algum tipo de contato com eles após o ritual religioso. Assim, o relato de Marta nos faz pensar que, ser padrinho ou madrinha afetiva exige mais disponibilidade de tempo, mais envolvimento, mais energia e, em algumas situações, mais habilidades relacionais do que ser um padrinho/madrinha de batismo.

Marta sente que se beneficia mais do processo de apadrinhamento do que a própria afilhada. Esta afirmação nos remete à contribuição de Sousa (2010), que também encontrou padrinhos que sentiam que eram mais beneficiados que os afilhados, sendo que

isso fazia com que se sentissem culpados. No caso de Marta, parece que esta impressão não a faz sentir-se culpada, mas sim realizada como pessoa e motivada a prosseguir na relação com a afilhada.

Marta: *Demanda mais, mas é prazeroso, é gratificante, eu falo... eu penso assim que o benefício não é dela, é meu.*

Mariana: *Por quê?*

Marta: *Ah, se você pensar bem, não é só... qual é a intenção? Ajudar? Sim! Mas tem um retorno por trás, porque a gratidão que a gente sente, gratificação, aquela satisfação de você ajudar eu acho que é maior ainda do que ela tá recebendo, eu acho que seria até um pouco de egoísmo porque a gente se sente, eu pelo menos, eu me sinto tão bem, outro dia eu falei para as minhas filhas: “olha, eu tenho 48 anos e hoje eu posso falar que eu sou realizada na minha vida” porque tem coisas que a gente tem vontade de fazer e você fica na vontade, não realiza, você de alguma forma quer ajudar alguém, mas fica e passa... porque ajudar algum sobrinho... beleza, já ajudei alguns sobrinhos, mas não é a mesma coisa, eu tô ajudando um parente, tô ajudando a minha família, então o que eu tô fazendo de bom? Nada! Tô ajudando os meus, agora você ajudar uma pessoa de fora, você ter essa disponibilidade de ajudar é gratificante, muito gratificante, eu até gostaria de fazer mais, mas eu tenho que dar uma maneirada.*

Assim, Marta nos ajuda a pensar que, o estabelecimento de uma relação de reciprocidade seja importante para que o apadrinhamento afetivo se consolide. Ou seja, mesmo que não ofereçam nem recebam exatamente o mesmo, deve haver doação e fruição para os envolvidos.

Marta também me contou sobre a importância da família dela e de seu marido estarem participando positivamente do apadrinhamento afetivo, embora no início tenha dito que gostaria de apadrinhar, independente da opinião da família de origem dele.

Marta: *O engraçado que a minha família aceitou bem ela, minha mãe chama ela de neta quando vai lá “o pudim é da Estela, fiz o pudim pra Estela” a família dele, a mãe dele principalmente, quando eu tinha a intenção de adotar ela vivia falando “ai não, Marta... não adota”.*

Considerando seu relato sobre o apadrinhamento afetivo de Estela, podemos considerar que Marta vem sendo capaz de contribuir para o desenvolvimento afetivo da afilhada à medida que não considera abandoná-la, que não sente pena, nem culpa em relação a ela e, portanto, consegue tratá-la de maneira semelhante àquela que trata suas filhas: com carinho, conversando, exigindo que estude e conduzindo-a a ter autonomia.

CAPÍTULO 6 - Discussões

Tendo a preocupação com o aperfeiçoamento das práticas de apadrinhamento afetivo e a promoção do desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, nesta parte do texto apresento alguns indicadores que chamaram minha atenção e a atenção de meu orientador, ao longo da construção do trabalho.

6. 1 O direito à convivência familiar e comunitária

Nosso contato com a história de Marcos e com a história de tantas outras crianças e adolescentes acolhidos nos levaram a refletir sobre o direito à convivência familiar e comunitária. Usamos aqui a história de Marcos como ilustração, mas situações semelhantes a essa se repetem cotidianamente entre as famílias atendidas na Vara da Infância de Presidente Prudente e, certamente também são registradas em outras regiões do território nacional.

Nossas reflexões teórico-práticas nos levam a entender que não é possível garantir o direito à convivência familiar e comunitária caso não possamos garantir tantos outros direitos às famílias e aos seus filhos. Apenas com base no caso de Marcos, já podemos listar alguns desses direitos.

a) Emprego e condições dignas de trabalho

No item 1.2 refletimos sobre os impactos do neoliberalismo nas relações humanas e, assim, não podemos deixar de pensar que o mundo do trabalho gera efeitos diretos sobre as relações humanas de modo geral e, em especial, sobre as possibilidades efetivas do direito à convivência familiar e comunitária. Quando Marcos foi acolhido, seu pai trabalhava em dois empregos (em regime 12/36 como segurança e diariamente como entregador autônomo) e praticamente não tinha tempo para se dedicar aos filhos. No ano de 2018, ele ficou desempregado e isso também comprometeu sua possibilidade de conviver com o filho.

Infelizmente, a situação da família de Marcos não é exceção na realidade brasileira. No ano de 2019 os índices de desemprego chegaram a 12,5 % o que representa 12 milhões de pessoas desocupadas e sem meios de garantir a própria subsistência e de seus filhos. Existe ainda uma subutilização da força de trabalho que atinge 25 % da

população, ou seja, muitas pessoas estão trabalhando menos do que poderiam ou gostariam (menos de 40 horas semanais) (IBGE, 2019)²⁵.

Em relação às condições de trabalho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁶, a informalidade atinge 36,6% da população. Ou seja, uma porção significativa dos trabalhadores não possui estabilidade e acesso aos direitos trabalhistas.

Ainda mais grave do que as situações de informalidade, a Organização Internacional do Trabalho (2019) registrou que, no ano de 2016, havia 40 milhões de pessoas no mundo trabalhando em condições de escravidão, sendo que uma em cada quatro dessas vítimas são crianças. Entre os anos de 1995 e 2015 foram resgatadas aproximadamente 50 mil pessoas que estavam trabalhando de maneira forçada no Brasil.²⁷

b) *Habitação*

Em 2018 Marcos ficou impossibilitado de visitar seu genitor porque este, estando desempregado, não conseguia pagar o aluguel e precisou ficar um tempo morando em um automóvel (ia até a casa de um amigo apenas para tomar banho).

As dificuldades enfrentadas pela família de Marcos em relação à habitação também não representam uma situação isolada. No Censo realizado no ano de 2010²⁸, o Brasil tinha 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e 25 % da população estava morando em imóveis alugados ou cedidos, no ano de 2015²⁹.

²⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,3% e taxa de subutilização é 25,0% no trimestre encerrado em maio de 2019. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>

²⁶ Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2019). Pesquisa revela retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>

²⁷ Organização Internacional do Trabalho. (2019) Recuperado de: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.htm>

²⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>

²⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014/2015). Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - Brasil - 2014/2015. Recuperado de: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao/condicao-de-ocupacao.html>

As condições de habitação no Brasil também estão aquém de atender as necessidades de toda a população. Segundo dados de 2015 do IBGE 19,4% das residências não possuem acesso a rede de esgoto ou fossa séptica, 14,6% não possuem abastecimento de água e 10,2% não possuem coleta de lixo³⁰.

c) *Acesso aos serviços de saúde e educação*

Embora Marcos tenha apresentado atrasos no desenvolvimento ainda na primeira infância, as políticas públicas não foram eficazes em garantir que ele fosse avaliado e assistido de modo adequado. Não recebendo o tratamento e o acompanhamento que necessitava (provavelmente psicológico, psicopedagógico, neurológico), Marcos passou a apresentar comportamentos que dificultaram sua convivência com os demais membros de sua família, contribuindo para que acabasse sendo encaminhado à instituição de acolhimento e, portanto, para que tivesse violado seu direito à convivência familiar e comunitária.

Apesar de ser um direito previsto pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o acesso à educação de qualidade está longe de se efetivar na realidade brasileira. Segundo o Guia do Estudante (2017)³¹ a UNESCO emitiu resultado de pesquisas realizadas em 127 países no ano de 2011, sendo que o Brasil ficou em 88º lugar. Além disso, um em cada sete adolescentes está fora da escola.

Pensando na realidade de Presidente Prudente, conforme informações obtidas da Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, nem todas as crianças com dificuldades de aprendizagem podem ser inseridas em programa específico de avaliação e acompanhamento. Sobre a presença de equipes multiprofissionais nas escolas, sabemos que ainda está em tramitação o Projeto de Lei Federal 3688/2000, que exige a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.

Assim, entendemos que a garantia do direito à convivência familiar e comunitária exige uma complexa articulação entre os serviços da rede de proteção (saúde, assistência

³⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014, 2015). Percentual de domicílios com algumas características no total de domicílios particulares permanentes, segundo as características - Brasil - 2014/2015. Recuperado de: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao/caracteristicas-dos-domicilios.html>

³¹ Guia do Estudante. (2017) Recuperado de: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-fica-em-88o-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco/>

social, educação, transporte, habitação, esporte, lazer e cultura), conforme previsto no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006, p. 13):

Este Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A manutenção dos vínculos familiares e comunitários – fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos – está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família. Com esta iniciativa, reconhecemos a importância da mobilização de Estado e sociedade para que as crianças e os adolescentes sejam vistos de forma indissociável de seu contexto familiar e comunitário. No entanto, no processo de formulação e implementação das políticas orientadas pelo Plano, não podemos perder de vista a importância das ações transversais e intersectoriais dentro do poder público e da articulação com a sociedade. As crianças e adolescentes não são fragmentadas e, portanto, devemos sempre pensar no seu atendimento humano integral, por meio de políticas públicas articuladas com vistas à plena garantia dos direitos e ao verdadeiro desenvolvimento social.

Apesar disso, sabemos que a implementação e articulação do sistema de garantia de direitos não vem se efetivando em especial pela condição do Estado Mínimo, proposta e imposta pelo modelo neoliberal, tal como discutimos no item 1.3. Segundo Oliveira (1999), o sistema neoliberal vem fazendo com que as famílias sejam culpabilizadas por suas próprias dificuldades, não sendo oferecido o amparo necessário para que possam supera-las. Esta situação de desamparo favorece a colocação de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento e a dificuldade de retorno ao convívio familiar.

Como consequência da falta da prestação de serviços de qualidade que possam contribuir para a prevenção da ruptura dos vínculos familiares, ambas as instituições de acolhimento de Presidente Prudente (Lar dos Meninos e Lar Santa Filomena) iniciaram o ano de 2019 com o número máximo de crianças acolhidas.

A quantidade exacerbada de acolhimentos institucionais na cidade de Presidente Prudente serve de parâmetro para pensarmos a eficácia do sistema de garantia de direitos, pois muito raramente uma criança/adolescente é encaminhado à instituição de acolhimento sem que, antes, muitos outros direitos dela e de sua família tenham sido violados.

6. 2 Apadrinhamento afetivo, possibilidades e desafios

Conforme nossa revisão de literatura, o apadrinhamento afetivo pode trazer benefícios, mas também dificuldades/prejuízos à população acolhida. Os autores que consultamos consideram que os benefícios promovidos podem ser: uma forma de garantia

do direito à convivência familiar e comunitária, a diminuição do preconceito da comunidade em relação às crianças e adolescentes institucionalizados (Oliveira, 1999 e Rabelo, 1999 e Noal e Neiva-Silva, 2007); a diminuição da incidência de fugas da instituição, a melhora no acompanhamento da vida escolar (Oliveira, 1999); a melhora da autoestima e dos sentimentos de pertença e aceitação, a possibilidade de construção de projeto de vida (Rabelo, 1999) e as possibilidades de contato com outras figuras de afeto (Oliveira, 1999; Rabelo, 1999; Sousa, 2010; Goulart & Paludo, 2014; Leal, 2015; Bittencourt, 2016; Zerbinatti & Kemmelmeier, 2014).

Considerando os relatos que obtive no contato com padrinhos e afilhados, poderia acrescentar que o apadrinhamento afetivo pode permitir que a criança/adolescente apadrinhado possa encontrar espaços de socialização saudáveis e que possa aprender novas formas de sentir e de se relacionar.

Sobre os prejuízos produzidos pelas práticas de apadrinhamento, os autores citaram: os sentimentos de perda e frustração ocasionados pelo rompimento dos vínculos com os padrinhos (Sousa, 2010; Bittencourt, 2016) e a perpetuação das desigualdades. (Dantas, 2011).

Nossas reflexões sobre a história da infância pobre na realidade brasileira e as contribuições de Bittencourt (2016), Zerbinatti e Kemmelmeier (2014) e Rabelo (1999), permitem-nos acrescentar que, caso não sejam tomados os devidos cuidados (avaliação, preparação e acompanhamento dos participantes), as crianças e adolescentes podem ser colocadas em situação de risco, exploração e violência.

Pensando neste sentido, resgato um anúncio publicado em um jornal do Pará no dia 02 de maio de 2015: “Casal Evangélico precisa adotar uma menina de 12 a 18 anos que resida, para cuidar de uma bebê de um ano que possa morar e estudar, ele empresário e ela também.”³² Entendo que este anúncio sirva para ilustrar a ideia de que, apesar das mudanças na legislação, ainda não superamos a perspectiva violenta de que a infância pobre brasileira pode ser violada em seus direitos e explorada como mão-de-obra barata.

Tendo a preocupação de zelar pela garantia dos direitos da criança em situação de acolhimento institucional, Ghirardi e Ferreira (2011, como citado em Zerbinatti e Kemmelmeier, 2014, p. 88) defendem que:

O Apadrinhamento Afetivo, como qualquer outra medida de proteção à infância e à juventude, deve ser desenvolvido e cuidadosamente acompanhado, como um

³² Reis, L. Folha Uol. *No Pará, casal faz anúncio para “adotar” babá*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1626311-no-para-casal-faz-anuncio-em-jornal-para-adotar-baba.shtml>

programa ou projeto cuja iniciativa pode ser de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança, de instituições de acolhimento, de Secretarias de Estado ou Município, Varas da Infância e da Juventude, Tribunais de Justiça e outros, em parceria com igrejas, universidades, organizações não-governamentais, associações de moradores, empresas privadas, entidades ou associações nacionais e internacionais de apoio à infância.

Também realiza a mesma recomendação a Corregedoria Geral (Tribunal de Justiça de São Paulo, 2015), quando estabelece alguns passos para a promoção de programas de apadrinhamento afetivo:

- a) Realizar estudo criterioso dos casos das crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional a fim de identificar quais delas tem perfil para serem inseridas no programa [...]
- b) Preparar previamente as crianças e adolescentes, os profissionais dos serviços de acolhimento e os eventuais padrinhos e madrinhas, seja por meio do setor técnico interprofissional, de convênio ou parceria estabelecidos com outro serviço;
- c) Estabelecer os critérios técnicos a serem avaliados nos candidatos a este Programa, observando-se a dinâmica e o cotidiano da família, sua flexibilidade e disponibilidade para o estabelecimento de laços afetivos estáveis e saudáveis com crianças ou adolescentes;
- d) Selecionar, preparar e acompanhar esses candidatos, por meio de entrevistas e/ou atividades em pequenos grupos que possibilitem a reflexão e amadurecimento quanto aos objetivos propostos e aos limites do programa, o perfil, as necessidades e características das crianças e adolescentes em acolhimento institucional;
- e) Dispor como se dará a preparação das crianças e adolescentes para inclusão no programa, contemplando um espaço de escuta de suas expectativas e de seu desejo de participar, bem como de esclarecimento sobre os objetivos do Apadrinhamento Afetivo e alinhamento de suas expectativas em relação a ele;
- f) Avaliar sistematicamente com a equipe dos Serviços de Acolhimento o desenvolvimento do programa, garantindo o acompanhamento dos padrinhos, das madrinhas e das crianças e adolescentes participantes;
- g) Possibilitar, a critério do magistrado, que a convivência se dê de forma gradual e planejada, podendo ocorrer na própria instituição de acolhimento ou fora dela, inclusive por período maior de dias, como finais de semana, feriados ou férias;
- h) Integrar o programa à Rede de Serviços e de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município, pensando em estratégias de divulgação junto à comunidade local.

Mesmo quando tomadas as devidas cautelas ao longo do processo, segundo Dantas (2011) a prática do apadrinhamento afetivo pode representar um modo de transferir as responsabilidades do estado para o terceiro setor, configurando-se, portanto, como uma expressão do Estado Mínimo vigente na realidade brasileira; e que pode ter um impacto financeiro (positivo ou negativo) na realidade das instituições de acolhimento aumentando ou diminuindo seu interesse em desenvolver tal atividade.

Partindo destas considerações, podemos entender que o apadrinhamento afetivo representa uma medida paliativa e compensatória ao processo histórico de exclusão social desta população.

Para que, de fato, crianças e adolescentes possam se beneficiar dos processos de apadrinhamento afetivo, as principais recomendações produzidas até o momento são a necessidade de acompanhamento sistemático dos processos de apadrinhamento afetivo (Dantas, 2011; Bittencourt, 2016; Sousa, 2010) e o envolvimento da família extensa como forma de favorecer a manutenção dos vínculos, bem como a necessidade de produções bibliográficas que auxiliem na compreensão e aperfeiçoamento desta prática (Zerbinatti & Kemmelmeier, 2014).

Além disso, Dantas (2011) e Sousa (2010) apontam a importância de desconstruir a visão idealizada de família, para que se possa construir melhores possibilidades de vinculação e convivência entre os padrinhos/madrinhas e seus afilhados.

A estas recomendações, acrescentamos que, à semelhança daquilo que ocorre em Portugal³³, é necessário que a legislação brasileira possa trazer especificações mais claras sobre as práticas de apadrinhamento afetivo, de modo a exigir a preparação e acompanhamento desses processos e a evitar que crianças e adolescentes possam sofrer novas experiências de abandono e rejeição, ou mesmo que possam ser colocadas em situação de risco e violência. Consideramos que o processo de avaliação deve ocorrer não apenas com os pretendentes a padrinhos/madrinhas, mas também com as crianças/adolescentes, que podem ou não estar preparadas/interessadas em construir relações novas.

Poderíamos acrescentar ainda, a importância da promoção de outras formas de integração da população acolhida com pessoas da comunidade, além das práticas da adoção e do apadrinhamento afetivo. Na cidade de Presidente Prudente, sabemos que as duas instituições promovem “Visitas da Comunidade” à instituição (encontros organizados pela instituição e membros da comunidade, que ocorrem na própria

³³Segundo Leal (2015) “A Lei Portuguesa nº 103, de 11 de setembro de 2009²⁷, aprovou o regime jurídico do apadrinhamento civil, alterando o Código de Registo Civil, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e o Código Civil Português. O artigo 2º da Lei traz a definição de apadrinhamento civil como uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil.”

instituição), bem como procuram encaminhar os acolhidos para projetos e atividades fora da instituição (esporte, lazer, cultura, profissionalização, igreja).

Estas atividades são alternativas para garantir a ampliação dos processos de socialização das crianças/adolescentes e também podem favorecer sua integração na e com a comunidade. Além disso, estas também são oportunidades que podem favorecer o interesse pelo apadrinhamento afetivo. Como vimos no relato de Henrique, seu primeiro contato com as crianças/adolescentes ocorreu em uma dessas visitas da comunidade e isto facilitou o processo de apadrinhamento uma vez que, antes desse contato, temia que tivesse que ajudar as crianças financeiramente e, logo que as encontrou, percebeu que não era disso que elas precisavam. Aquele encontro informal favoreceu a superação do preconceito que Henrique tinha em relação aos acolhidos e facilitou a construção do vínculo com Estela.

Refletindo sobre as expectativas que perpassam o apadrinhamento afetivo, notamos que uma boa dose de tolerância à frustração é essencial a todos aqueles que participam ou pretendem participar deste processo (assim como é necessário para a efetivação de quase todas as nossas ações e o alcance de quase todas as nossas intenções). Além de desconstruir concepções idealizadas dos padrinhos/madrinhas e dos afilhados, como mencionado por Sousa (2010), é necessário desconstruir idealizações sobre o próprio processo de apadrinhamento, ou seja, é necessário compreender que o apadrinhamento afetivo não poderá reparar as ausências vividas pela população acolhida, sejam aquelas sofridas em sua vida pessoal, sejam aquelas produzidas historicamente. Apesar disso, é possível perceber sua potencialidade enquanto instrumento de superação do preconceito, da segregação, da exclusão e da violação de direitos.

Através das contribuições dos autores e de nosso contato com padrinhos e afilhados, foi possível perceber que diferentes atores (padrinhos/madrinhas, afilhados e profissionais das instituições) vivenciam diferentes afetos ao longo dos processos de apadrinhamento afetivo. Entre estes, a vivência do medo se mostrou um desafio para a construção de vínculos. Assim, é importante que sejam oferecidos espaços de escuta e acolhimento das vivências afetivas durante o acompanhamento do processo, como tentativa de evitar que a continuidade da convivência entre os padrinhos/madrinhas e seus afilhados se torne inviável.

Em relação à maneira de se promover tais espaços, sabemos que já existem muitas iniciativas que geram bons resultados, como descrito por Goulart e Paludo (2014) e

Dantas (2011) e também pelo Instituto Fazendo História³⁴. Apesar disso, entendemos que ainda são necessárias novas pesquisas que nos forneçam indícios sobre a melhor forma de conduzir processos de apadrinhamento afetivo. Por outro lado, não podemos perder de vista que as práticas de apadrinhamento afetivo precisarão ser sempre (re)(co)construídas, para que possam atender às diferentes necessidades dos envolvidos e às diferentes possibilidades dos contextos em que se inserem.

6.3 Apadrinhamento afetivo, apadrinhamento religioso e adoção

Nossos diálogos com os padrinhos e adolescentes e a revisão de literatura nos conduziram a pensar sobre como o apadrinhamento afetivo pode ter semelhanças e diferenças em relação ao apadrinhamento religioso e a adoção. Para Bittencourt (2014) tornar-se padrinho afetivo de uma criança/adolescente acolhido é algo semelhante a se tornar padrinho de batismo de uma criança/adolescente de nossa família. Marta contribuiu conosco, ao mostrar-nos que podem existir diferenças, afinal, conforme registraram Sousa (2010) e Dantas (2011) e também demonstraram nossos adolescentes Marcos e Estela, o apadrinhamento afetivo pode fazer com que o afilhado tenha expectativas de que possa vir a ter um pai e uma mãe, caso a convivência se encaminhe para a adoção.

Um afilhado de batismo frequentemente tem ao menos uma das figuras parentais, tios, tias e/ou avós com quem convive; seus padrinhos são pessoas que ajudarão aquelas no processo de educação e formação da criança. No caso do apadrinhamento afetivo, vemos que os padrinhos podem ser referências solitárias na vida dos adolescentes. Na época do apadrinhamento, Marcos convivia apenas com os profissionais da instituição e com os padrinhos. Estela convive apenas com os profissionais da instituição e com os padrinhos, já que não existem condições favoráveis para que possa frequentar a casa de outros familiares. Diante disso, Marta nos relata sentir que tem mais responsabilidades em relação a Estela do que em relação aos afilhados que tem em sua família. Na relação entre ela e Estela, nota-se que ambas abandonaram a ideia da adoção: Estela porque sabe que já tem idade avançada e, portanto, não se sente mais em condições de ser adotada e Marta que nos contou que se tornou madrinha depois de ter chegado à conclusão de que não poderia adotar uma criança, como sempre quis.

³⁴ Site das instituições:

Instituto Amigos de Lucas - <http://www.angaad.org.br/instituto-amigo-de-lucas/>

Instituto Fazendo História - <https://www.fazendohistoria.org.br/apadrinhamento-afetivo>

Na história das pessoas com as quais conversamos, a ideia da adoção parece estar presente, embora tenha sido vivenciada de modos diferentes. Marcos buscava a aprovação constante dos padrinhos como forma de saber se tinha chance de ser adotado algum dia. Estela se sente filha dos padrinhos, embora eles não a chamem assim e nem alimentem expectativas em relação à sua adoção. Marta encontrou no apadrinhamento afetivo uma forma de compensar a frustração por não ter conseguido ser mãe através da adoção. Hélio e Leila não passaram pelo processo de preparação antes do contato com Marcos e, por este motivo, sempre sentiram que poderiam vir a adota-lo, desistindo dos contatos com ele quando perceberam que isso não seria possível.

A maior parte das pessoas com quem tivemos contato (Estela, Marcos, Hélio, Leila e Marta) esteve às voltas com a ideia da adoção; o mesmo já havia sido observado por Sousa (2010) e Dantas (2011). Assim, consideramos importante que a distinção entre adoção, apadrinhamento afetivo e apadrinhamento religioso seja claramente estabelecida no processo de preparação e acompanhamento daqueles que querem se tornar padrinhos, madrinhas ou afilhados (as), como forma de evitar maiores frustrações ao longo da convivência. Por exemplo, é preciso falar sobre a regularidade dos encontros, que deve acontecer no apadrinhamento afetivo, mas nem sempre é obrigatória no apadrinhamento religioso. Também é necessário esclarecer quando a adoção não é viável, especialmente em situações nas quais a criança/adolescente pretende continuar convivendo com sua família de origem. É especialmente importante abordar as demandas específicas da população acolhida, como o fato de que podem ter mais dificuldade em se interessar pelos estudos devido às experiências passadas e à falta de perspectivas de vida; que é esperado que tenham mais dificuldades em confiar, devido às situações de abandono anteriores; que tenham baixa autoestima e se sintam mais facilmente rejeitadas e abandonadas e que podem manter e manifestar o desejo de serem adotadas.

6. 4 Apadrinhamento afetivo e família de origem

Henrique, Hélio e Leila expressaram dificuldades em aceitar o relacionamento de seus afilhados com sua família de origem. Na conversa com Leila e Hélio percebemos que se sentiram mal quando souberam que Marcos poderia conviver com o pai ou até mesmo voltar a morar com ele. Além do sentimento de ciúme, evidenciado nas entrevistas de Leila e Hélio, podemos pensar que pudessem temer que Marcos preferisse seguir o mau exemplo de sua família de origem, sentimento comum entre padrinhos e adotantes segundo Sousa (2010).

No relato de Henrique, percebemos algo bastante semelhante, já que ele preferiu impedir que as afilhadas fizessem contato com sua família extensa, quando estivessem em sua casa. Henrique parece não acreditar que a família extensa de Estela e Vanessa realmente sinta amor por elas, temendo que as afilhadas aprendam esta forma, segundo ele, inadequada de se relacionar. Além disso, também parece se sentir ameaçado, assim como se sentem muitos pais adotivos, em relação às famílias biológicas de seus filhos. Neste sentido, como mencionado por Sousa (2010), percebemos que os padrinhos temem que seus afilhados os abandonem e prefiram ficar com sua família de origem.

Assim, podemos pensar na importância de que, no processo de preparação, os futuros ou possíveis padrinhos sejam informados de que o apadrinhamento afetivo não visa substituir a família de origem da criança/adolescente, mas funcionar como suporte e como referência adicional para elas. Também parece importante esclarecer de que a maioria das crianças/adolescentes acolhidos não são órfãos e não foram abandonados por suas famílias de origem (aqui falamos do perfil da população acolhida em Presidente Prudente, que pode não ser o mesmo em outras cidades). Em nossa realidade, a maioria dos acolhidos está nesta situação porque suas famílias, embora quisessem, não tiveram condições de garantir que recebessem os cuidados necessários: algumas porque possuem problemas de saúde (como alcoolismo, drogadição, transtornos psiquiátricos), outros porque apresentam deficiência cognitiva, ou porque não conhecem formas de se relacionar compatíveis com o exercício dos cuidados e supervisão dos filhos, sendo que tais dificuldades são agravadas por uma série de violações de direito dos membros da família (falta de acesso a emprego, escolarização e profissionalização, serviços de saúde compatíveis com suas necessidades, habitação e segurança).

De posse destas informações, restará aos padrinhos avaliarem se se sentem em condições de lidar com a possibilidade de seus afilhados conviverem com membros de suas famílias de origem.

6. 5 Os afetos no apadrinhamento afetivo

Para Heller (2004) os sentimentos podem ser positivos (quando temos uma expectativa positiva – como quando temos expectativa de ganhar um prêmio após uma competição) ou negativa (quando temos uma expectativa negativa – como quando estamos estudando, mas achamos que não conseguiremos aprender). Nas Tabelas 2 e 3, listamos os principais sentimentos manifestados pelas pessoas que participaram de nossa

pesquisa, mas adaptamos a visão da autora para este contexto, classificando-os da seguinte forma:

- a) Sentimentos Positivos - aqueles dizem respeito a uma expectativa positiva, que comumente achamos agradáveis e que pareceram favorecer a aproximação e a construção do vínculo entre os envolvidos no processo de apadrinhamento;
- b) Sentimentos Negativos - aqueles que dizem respeito a uma expectativa negativa, que comumente achamos desagradáveis e nos pareceram ser desfavoráveis à aproximação e à construção de vínculos.

Tabela 2 - Sentimentos Positivos

	Amor	Confiança	Satisfação	Saudade	Esperança	Compaixão
Marcos						
Leila						
Hélio						
Estela						
Henrique						
Marta						

Tabela 3 - Sentimentos Negativos

	Insegurança	Medo	Tristeza	Frustração	Pena	Impotência	Culpa	Rejeição	Desânimo	Cíume
Marcos										
Leila										
Hélio										
Estela										



Como podemos perceber, Hélio, Leila e Marcos vivenciaram mais sentimentos desagradáveis do que agradáveis ao longo de suas convivências, algo que certamente contribuiu para que o relacionamento fosse rompido. Estela, Henrique e Marta, por outro lado, vivenciam mais sentimentos agradáveis, o que parece contribuir para que persistam no processo de apadrinhamento afetivo.

O contato com Estela, Henrique e Marta nos fez pensar sobre a importância do sentimento de confiança para a construção de um vínculo amoroso, já que eles demonstraram confiar uns nos outros. A satisfação, por sua vez, parece ser um sentimento que resulta da relação de confiança e de amor estabelecida entre eles.

O amor entre padrinhos e afilhados, assim como o amor entre pais e filhos, nem sempre existiu; ele representa uma forma específica de relação e envolvimento promovida em um determinado momento histórico. Assim, consideramos que esta forma de envolvimento, expressa por nossos participantes, possa ser classificada na categoria das emoções descrita por Heller (2004).

A frustração, por outro lado e neste caso, parece ser o resultado da impossibilidade da construção do vínculo através do apadrinhamento afetivo, o que ocorreu entre Leila, Hélio e Marcos e entre Marta, Henrique e Vanessa (irmã de Estela). O sentimento de rejeição também parece ser uma consequência da impossibilidade da manutenção da convivência entre as partes, que nos parece ter sido experimentada por Marta, Henrique e Marcos. No caso de Leila e Hélio, o sentimento de frustração também apareceu, de maneira concomitante aos sentimentos de desânimo, impotência, culpa e tristeza. Podemos considerar também que estes sentimentos se enquadram na categoria das emoções (Heller, 2004) e que continuaram existindo mesmo após a interrupção da convivência.

Leila sentiu compaixão da criança negra (aquela que já tinha conseguido outros padrinhos quando ela procurou a instituição) que não tinha com quem passar o final de semana. A compaixão pode ser descrita como um sentimento de identificação, de considerar-se como igual ao outro e de sentir o que se supõe que ele esteja sentindo. Marcos, por outro lado, despertou em Leila sentimentos de pena, que implicam em e

derivam de que o outro seja visto como inferior, frágil e incapaz de superar suas próprias dificuldades. Isto dificultou a construção de uma relação mais próxima entre eles.

A saudade pode nem sempre ser um sentimento agradável e a saudade que Marcos manifesta sentir parece ser mesmo bastante triste para ele. Apesar disso, optamos por coloca-la entre os sentimentos positivos uma vez que, combinada ao sentimento de esperança, contribui para que ele tenha interesse em retomar o contato com os padrinhos ou conhecer padrinhos novos. Conforme a impressão de Leila, após a separação, Hélio sentiu saudades de Marcos. Hélio não chegou a falar que sente saudades de Marcos, mas demonstrou que não tinha abandonado a ideia de retomar a convivência com ele. Leila, por outro lado, não manifestou saudade de estar com Marcos, o que provavelmente explica que nem esteja cogitando retomar a convivência com ele. Assim, considerando que a saudade faz com que as pessoas busquem se reaproximar apesar das dificuldades, parece-nos que pode contribuir para a construção do vínculo através do apadrinhamento afetivo.

Abordando uma situação de apadrinhamento afetivo que foi interrompida, Sousa (2010) também considera que o desejo de recuperar o amor perdido dos padrinhos (que Marcos optou por chamar de saudade) seja um dos poucos pontos favoráveis ao desenvolvimento psíquico, uma vez que impulsiona o sujeito a buscar reencontrar esse amor na convivência com outras pessoas. Estamos de acordo com a autora: se os afetos são aprendidos nas relações com outras pessoas, quando nos sentimos impulsionados a buscar o contato com elas estamos em vias de aprender novas formas de sentir e, conseqüentemente, de nos desenvolvermos emocionalmente.

Ainda pensando na vivência de Leila, seu envolvimento com Marcos a levou a um alto nível de tensão, devido a vários sentimentos intensos e desagradáveis como a insegurança, o ciúme, o medo, a pena e a impotência. Assim, seu afastamento de Marcos parece ter atendido à uma função homeostática, de regulação da tensão e de preservação do eu, conforme descrito por Heller (2004). Falamos sobre esta função dos afetos no item 3.1.

Da mesma forma, quando Marcos se sente rejeitado pelos padrinhos (porque não o adotaram) e fantasia que irá morar com seu pai, podemos supor que está procurando sua autopreservação, através da regulação da tensão. Como menciona Heller (2004) o sujeito humano não apenas se apropria do mundo; é também capaz de cria-lo: sendo incapaz de suportar a tensões da realidade, Marcos insere nela elementos que a tornam menos dolorosa.

Tendo em vista nosso contexto neoliberal, era de esperar que nossos participantes sentissem medo e insegurança ao longo do processo de apadrinhamento afetivo, uma vez que temos vivido em um contexto de incertezas e estamos sendo estimulados a temer uns aos outros, como vimos no Item 1. 2.

Apesar disso, vemos que cada participante manejou de formas diferentes este sentimento. Henrique sentiu medo de que o apadrinhamento afetivo pudesse trazer desconforto e desequilíbrio à sua família, o que o levou a fazer exigências em relação ao perfil de quem poderia apadrinhar, decidindo que não poderiam apadrinhar alguém do sexo masculino, como forma de proteger as filhas e a esposa. Leila e Hélio vivenciaram o medo ao longo da convivência com Marcos e por isso decidiram se afastar dele. Marcos temia ser abandonado, então (re)criou uma situação na qual teria um pai para cuidar dele e na qual não precisaria mais dos padrinhos.

Nossos participantes nos trazem elementos diferentes para pensarmos o medo. São muito diferentes o *medo de ser abandonado* (como Marcos sentia), o *medo de que algo ruim aconteça* (como manifestaram Leila e Hélio), o *medo de perder o controle* (como nos disse Hélio) e o *medo de prejudicar a harmonia familiar* (como manifestou Henrique).

O *medo de perder o controle* relatado por Hélio, nos parece mais um *receio de deixar de ser quem eu sou*: sou alguém que não pratica agressões físicas e não quero mudar isso em mim. Ou seja, a presença de Marcos não ameaçava apenas a integridade física de sua esposa, mas também fazia com que a identidade de Hélio estivesse ameaçada.

Conforme Heller (2004) o medo é um tipo de afeto que desaparece na ausência do estímulo que o suscita. Assim, quando Leila e Hélio se afastam de Marcos, ocorre a regulação da tensão, com o imediato desaparecimento do sentimento de medo. Quando Marcos é agressivo e provoca ciúmes nos padrinhos (dizendo que ficará com o pai), também se afasta deles e de alguma forma consegue sentir menos medo de ser abandonado.

O medo de Henrique, por outro lado, nos parece mais um sentimento orientativo (Heller, 2004), do que um afeto, já que contribuiu para que ele agisse com mais cautela, na hora de escolher quem iria apadrinhar.

Em nosso contato com Leila, notamos que ela teve dificuldade em especificar a causa de seu medo na relação com Marcos. Parece-nos que Leila vivenciava um sentimento difuso de medo, insegurança e incerteza, muito semelhante àquele descrito

por Lasch (1983). Assim, parece que esse medo de Leila é um sentimento específico de nosso momento histórico e talvez não possa ser experimentado em outros contextos, como o da Idade Média, por exemplo, em que as normas, regras e consequências eram bastante estruturadas e delimitadas. Assim, não podemos classificar esse medo de Leila como um afeto, pois, conforme a descrição de Heller (2004), os afetos são universais e estão presentes em todas as estruturas sociais. Parece mais adequado classificar *o medo de que algo ruim aconteça* como uma emoção, própria daqueles que vivem na contemporaneidade em meio à luta pela sobrevivência e às mais diversas incertezas.

Considerando os relatos das pessoas com as quais tivemos contato, bem como as contribuições teóricas referenciadas ao longo do texto, podemos pensar que os afetos no apadrinhamento afetivo variam principalmente em função de 5 aspectos.

a) As relações dialéticas entre o aparato fisiológico e o contexto social de cada pessoa

Para Heller e Vigotski, ao nascer, um bebê possui apenas as condições biológicas para se tornar humano. Tudo aquilo que o tornará humano só pode ser aprendido nas relações sociais. Da mesma forma, os afetos não prescindem do aparato fisiológico, mas são aprendidos nas relações com as outras pessoas e com o mundo. A história de Marcos pode ilustrar esse processo: ele tem um déficit cognitivo e um nível precário de aprendizado afetivo, mas não podemos atribuí-los unicamente a prejuízos neurológicos, uma vez que o desenvolvimento cerebral sofre influência dos estímulos ambientais aos quais a criança é submetida. Assim, precisamos pensar que as mediações empobrecidas desde o nascimento também contribuíram para que Marcos não se desenvolvesse cognitivamente e emocionalmente de maneira semelhante às demais crianças de sua idade. Não desconsideramos que este adolescente possa ter nascido com algum tipo de deficiência, mas não podemos deixar de lembrar que suas dificuldades poderiam ter sido reduzidas ou superadas se mediações adequadas tivessem sido apresentadas.

b) O contexto social e histórico em que acontecem

Como vimos no item 1.2, estamos vivendo em um contexto histórico, cultural e econômico que estimula o medo do outro, a competição e o individualismo, em detrimento da solidariedade e não é possível vivermos totalmente descolados do contexto em que vivemos. Contudo, é possível e necessário refletir e construir formas de enfrentamento dos efeitos prejudiciais que podem impactar nossas vidas e relações. Em relação ao apadrinhamento afetivo, esta reflexão pode ser feita ao longo da preparação e/ou do acompanhamento dos envolvidos no processo e incluir, com diferentes graus de

profundidade e contemplando diferentes aspectos das relações de convivência, todos os participantes do processo.

c) A história particular de cada pessoa, suas vivências e aprendizados anteriores sobre as relações humanas e as formas de sentir

Cada pessoa vivencia o apadrinhamento afetivo de maneira única, uma vez que possui história e vivências anteriores que são igualmente particulares. Estes aspectos podem ser abordados no processo de avaliação dos pretendentes, muito embora a compreensão plena de suas implicações provavelmente jamais seja alcançada, seja por que é possível que os envolvidos nem sempre estejam dispostos a falar sobre o assunto, seja por que, mesmo que estejam, será impossível que uma pessoa relate ou consiga reunir informações sobre toda sua história e todas as suas vivências anteriores, além de conseguir prever os efeitos dessas vivências sobre seus afetos, decisões e ações atuais..

d) As expectativas

As avaliações cognitivo-afetivas de um acontecimento, por mais simples que este possa parecer, dependem tanto das características do acontecimento quanto das expectativas, em relação a ele, dos que o vivenciam e avaliam. Os processos de apadrinhamento afetivo envolvem e dependem, em grande parte, das expectativas de todos e de cada um dos envolvidos; daquelas existentes antes do início dos contatos entre padrinhos/madrinhas e instituição e entre padrinhos/madrinhas e afilhados, bem como daquelas expectativas que surgem ao longo do processo.

e) As correspondências entre a convivência real e as expectativas de cada pessoa envolvida

Como em toda e qualquer relação humana, é possível e muito provável que, nos processos de apadrinhamento afetivo, atos, fatos, disposições, desempenhos e afetos de um dos participantes não sejam coincidentes com as expectativas de outro ou outros. Cada um destes elementos pode mudar, ao longo do processo de convivência. Assim, o que supriria uma expectativa, em um momento, pode passar a ser avaliado como insuficiente, em outro. Por vezes, pode até mesmo ocorrer que a manifestação de um dos participantes do processo seja considerada como inadequada às expectativas dele próprio, sobre si.

Apesar de todas estas possibilidades de desencontros (ou justamente em função delas) é necessário que tanto os afilhados quanto os padrinhos/madrinhas tenham, ao menos parcialmente, suas expectativas correspondidas para que se sintam motivados a continuar convivendo. É preciso, também, que sejam capazes e estejam dispostos a rever e a reelaborar suas expectativas, a partir da percepção e da compreensão do outro, como

alguém igualmente portador de uma história, de limites, potenciais e expectativas. É provável que todos necessitem de apoio e de auxílio externo, para estes processos de mútuas reconstruções e é altamente recomendável que disponham desses apoios.

Os dois últimos aspectos nos fazem pensar sobre a importância de que os participantes sejam conduzidos a refletir sobre suas expectativas, bem como sobre as chances concretas de que elas venham (ou não) a ser atingidas ao longo do processo.

O contato com nossos padrinhos nos permitiu perceber que os dois casais tinham desencontros em suas expectativas. Hélio queria adotar enquanto Leila queria ser útil; Marta tinha um desejo antigo de adotar enquanto Henrique tinha disposição apenas para ser padrinho. Assim, podemos pensar também na importância da promoção de reflexões prévias sobre as diferentes expectativas do casal e sobre como elas podem impactar no processo de apadrinhamento.

6. 6 Acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo e desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes

No cotidiano de trabalho, tenho observado que, dentre as dificuldades enfrentadas pela família de origem no cuidado com seus filhos, uma das mais desafiadoras tem sido a superação de padrões afetivos empobrecidos, muitas vezes marcadas pela negligência e pela violência.

Como vimos, para Heller e Vigotski, os sentimentos humanos são aprendidos nas relações com outras pessoas e, portanto, dependem da qualidade das mediações realizadas após o nascimento. Ao longo do item 1.1, percebemos que, no processo de formação da estrutura social brasileira, tivemos muitas crianças que foram sequestradas de suas famílias de origem, de sua cultura e de sua forma de se relacionar e de sentir (especialmente aquelas de origem africana). No item 1.2 retomamos alguns autores que nos levaram a entender que, na atualidade, estamos submetidos a um modo de produção que contribui para o empobrecimento das relações e da afetividade. Assim, chegamos à conclusão de que a afetividade empobrecida de muitas famílias atendidas nas Varas da Infância são resultado de um longo processo histórico, como também nos relatou Estela, quando abordou as diversas rupturas em sua família.

Talvez seja esta a nossa grande dificuldade: reverter as marcas transgeracionais causadas pelo abandono, pela violência, pela negligência e pela rejeição, que foram deixadas, ao longo das histórias coletiva e individuais, nas práticas e na pele de tantas pessoas. Como percebemos ao analisar as entrevistas, os próprios padrinhos sentem muito

medo da rejeição; isso dificulta seu relacionamento com os afilhados e certamente com outras pessoas com quem convivem. Contribuir para a construção de formas mais humanas e mais saudáveis de relação é um grande desafio para as políticas públicas, que ainda são bastante limitadas neste sentido.

Sabemos que Centros de Referência de Assistência Social, assim como algumas Organizações Não Governamentais, ofertam grupos socioeducativos e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos³⁵ que podem contribuir para o desenvolvimento emocional de seus usuários. No entanto, ao menos na cidade de Presidente Prudente, é notório que são insuficientes, pois a maioria das pessoas que deles necessitariam não tem acesso aos mesmos. A falta de acesso ocorre, por exemplo, porque são ofertados em locais e horários que não atendem as necessidades daquelas pessoas ou porque não existem grupos que atendam determinados públicos-alvo.

Ainda pensando que os afetos são aprendidos nas relações do sujeito com as outras pessoas, podemos considerar que o apadrinhamento afetivo é uma alternativa de convivência através da qual podemos propiciar, às crianças e adolescentes acolhidos, contatos com outras formas de sentir e de se relacionar.

Na literatura sobre o apadrinhamento afetivo os autores reforçam a ideia de que é importante que a convivência com a criança e o adolescente não seja interrompida, para que se evite uma nova experiência dolorosa para a criança e possíveis prejuízos ao seu desenvolvimento. Apesar disso, embora estejamos defendendo maior cautela nos processos de apadrinhamento, inicialmente não nos pareceu consistente a ideia de que um relacionamento temporário também pudesse proporcionar o aprendizado de novas formas de sentir. Afinal, como especificar o tempo necessário para aprendermos um novo sentimento ou uma nova forma de envolvimento com o mundo?

Ao longo de nossas reflexões, conseguimos entender que existe uma preocupação entre aqueles que se debruçam sobre o apadrinhamento afetivo: a possibilidade de que estas crianças possam aprender a amar e a serem amadas. Amor exige tempo, confiança, dedicação, paciência e persistência. Principalmente, amor nos parece ser o contrário do abandono. Ou seja, quando Bittencourt (2014) demonstra preocupação com a possibilidade da promoção de uma nova situação de abandono, parece estar nos dizendo: como estas crianças poderão aprender a amar se continuam sendo abandonadas?

³⁵ Como exemplo deste tipo de atividade temos os grupos de pais para crianças vítimas de violência, os quais podem ter como objetivo o compartilhamento de outras formas de educar que não através das agressões físicas.

Podemos pensar ainda que, quando as pessoas envolvidas alimentam a expectativa da adoção, podem estar expressando, de fato, a expectativa de construírem uma relação amorosa. É preciso tomar cuidado, porém, com a possibilidade de que aquelas expectativas sejam apenas a expressão de mais uma idealização: “quem ama de verdade, adota!”

Na entrevista com Henrique percebemos algo neste sentido, quando mencionou que se os avós de Estela a amassem iriam visita-la e a levariam para morar com eles. Isto nos coloca diante de outro questionamento: é possível amar e não morar na mesma casa? Ora, pensemos em todas as pessoas que já amamos (avós, tios, primos, amigos ou namorados): foi preciso morar com elas?

Assim, parece-nos claro que não é preciso adotar para amar uma criança/adolescente (ou ensina-la a amar), embora isso ainda permeie o imaginário de pessoas envolvidas com o processo de apadrinhamento (padrinhos, madrinhas, afilhados e profissionais). Abandonar, por outro lado, parece pouco compatível com o amor. A história de Leila e Hélio nos mostra que abandonaram Marcos porque nunca puderam ama-lo: estavam muito mais centrados nas próprias necessidades e expectativas do que nas necessidades dele.

O amor de que estamos falando não exige morar na mesma casa (algo com que Leila e Hélio estavam tão preocupados), mas exige a possibilidade de dedicar tempo e energia, de se preocupar com as necessidades do outro, de ter paciência e alguma tolerância à frustração. Assim, percebemos quantas habilidades podem ser aprendidas quando amamos e somos amados por outra pessoa e, talvez por isso, o amor seja tão importante ao processo de humanização e de desenvolvimento emocional.

Pensando no relato de Marcos, que se sente um alienígena, poderíamos dizer: como nos tornarmos humanos se não formos amados e não pudermos sentir que pertencemos a este mundo? O processo de humanização é doloroso: há que deixar de lado os comportamentos mais imediatamente gratificantes para nos inserirmos em um grupo social. Mas porque iríamos nos esforçar para pertencer a um grupo, se nele não somos desejados, amados ou bem-vindos? Como e por quê Marcos iria se implicar em manter o autocontrole (dos impulsos agressivos e sexuais) se não sente e não recebe indicações de que tenha condições de pertencer ao grupo social à sua volta?

Considerando as teorias de Vigotski e Heller, entendemos que, assim como todas as outras relações humanas, o apadrinhamento afetivo também pode ser uma forma de promoção do desenvolvimento emocional. O potencial deste desenvolvimento dependerá

da qualidade das mediações e da relação estabelecida entre padrinhos e afilhados, que, como vimos no item 5.4, sofre influência de outras variáveis, como o contexto social e histórico, a história particular de cada pessoa e as possibilidades de ter ou não suas expectativas correspondidas. Assim, não se pode predizer se o apadrinhamento afetivo contribuirá para uma afetividade construtiva e criativa ou para formas de se relacionar mais destrutivas ou violentas.

Embora reconheçamos a importância de ser amado para que possamos nos envolver positivamente com o mundo, o desenvolvimento emocional não diz respeito apenas a este sentimento. Quando dizemos que o apadrinhamento afetivo pode promover o desenvolvimento emocional pensamos, inclusive, nas possibilidades de aprendizado de novas formas de vivenciar a raiva, o medo, a saudade ou a tristeza. Assim, o apadrinhamento afetivo pode representar um caminho para que crianças e adolescentes acolhidos ampliem seu contato com a riqueza emocional humana e possam, elas mesmas, desenvolver outras formas de se relacionar com a vida, com as pessoas e com o mundo.

No caso de Marcos, percebemos que os afetos com os quais teve contato ao longo do apadrinhamento foram muito semelhantes àqueles que já havia vivenciado anteriormente e, portanto, praticamente não houve desenvolvimento. No caso de Estela, por outro lado, ela própria relata ter aprendido uma nova forma de amar, o que certamente contribuiu para que se desenvolvesse emocionalmente.

6. 7 Avaliação e preparação dos pretendentes ao apadrinhamento (crianças/adolescentes e padrinhos)

Antes do início da pesquisa a autora já havia tido contatos com a história de Marcos, o que a levou a considerar que era necessário pensar em como avaliar as pessoas que pretendem participar do processo de apadrinhamento afetivo, para tentar evitar frustrações e sofrimento desnecessários.

Após a elaboração da retrospectiva histórica, percebemos que em nenhum momento o Estado assumiu completamente suas responsabilidades em relação à proteção da infância. Já os textos específicos sobre o nosso tema central (Sousa, 2010; Dantas, 2011) nos mostraram como o apadrinhamento afetivo guarda semelhanças com a adoção, levando-nos a pensar que esta prática deveria ocorrer com o mesmo cuidado e cautela, o que não vem ocorrendo. Atualmente não existe legislação que determine uma avaliação e preparação dos pretendentes ao apadrinhamento afetivo, o que entendemos que seja mais uma expressão da desproteção da infância na realidade brasileira.

O contato com os padrinhos nos fez pensar que, talvez mais importante que os pretendentes a afilhados ou padrinhos/madrinhas serem avaliados pela equipe técnica da instituição, pelo Serviço Técnico Judiciário ou pelos técnicos de alguma ONG, seja a possibilidade de conduzi-los a uma autoavaliação, que contemple suas expectativas; seu envolvimento com a ideia de apadrinhar e com a população acolhida (o que pensam e sentem); a rotina de sua família e os aspectos que podem interferir negativamente para a chegada de um outro membro e sobre sua própria capacidade de manejar conflitos, tolerar as frustrações e ensinar novas formas de se relacionar e de sentir.

Além de promover a autoavaliação, entendemos que, com tantas responsabilidades advindas da relação com uma criança/adolescente acolhido, é preciso investigar se os pretendentes a padrinhos possuem ao menos as condições mínimas para assumi-las. Como vimos, Leila iniciou o contato com Marcos mesmo trabalhando 14 horas por dia algo que, por si mesmo, inviabilizava ou, no mínimo, dificultava bastante seu envolvimento com um adolescente com tantas demandas como ele (dificuldades de relacionamento, agressividade e déficit cognitivo).

Recentemente outro senhor procurou o Serviço Técnico Judiciário com a intenção de que sua família se tornasse acolhedora de Marcos. Logo no início do contato, percebemos que isso poderia não ser viável: Ele e a esposa residiam com uma filha pequena e, se Marcos não consegue retornar para família de origem pois, dentre outras coisas, assedia sexualmente as irmãs menores, como não considerar que isto poderia acontecer na família acolhedora, fazendo com que Marcos vivenciasse uma nova ruptura e uma nova vivência de rejeição? Refletimos sobre esta preocupação e ele chegou à conclusão de que talvez aquilo não fosse o melhor, pois caso ocorresse algo de ruim à filha, certamente iria coloca-la em primeiro lugar, desistindo de cuidar de Marcos.

No apadrinhamento afetivo, assim como na adoção e na colocação em família acolhedora, é preciso pensar em todo o contexto familiar e suas condições materiais (mesmo que não exclusivamente financeiras), práticas e afetivas para acolher a criança. Além disso, também precisamos pensar no perfil de família que possa ter mais chances de atender as necessidades e demandas da criança/adolescente, uma vez que isto diminuirá as chances de vivenciarem novas rupturas. Por exemplo, recentemente Estela nos contou de uma família que ia diariamente à igreja evangélica e tentou se aproximar dela. Estela contou-me: *“Nossa, seria impossível morar com essa família, porque eu sou católica e gasto a maior parte do meu tempo estudando. Não tenho tempo pra viver em igreja! Nunca conseguiria morar com alguém assim!” (sic.).*

Cada família tem seus valores e princípios, assim como as crianças e adolescentes possuem os seus, o que impõe a necessidade de pensar sobre eles e confrontá-los, antes de estimularmos maiores expectativas.

Ainda pensando na importância da avaliação prévia dos pretendentes, gostaríamos de retomar o relato de Leila segundo o qual ela e o marido chegaram a ir com o afilhado até a casa de um parente que residia na Bolívia. Vamos imaginar que este casal, que não passou por qualquer processo de avaliação prévia nem foi submetido a uma preparação mais sistemática, estivesse envolvido no tráfico de pessoas e tivesse saído do país com o adolescente. Como justificariamos tamanha negligência?

Felizmente isto não ocorreu, mas não podemos nos esquecer da responsabilidade assumida quando a instituição de acolhimento e/ou o judiciário permitem que pessoas da comunidade levem uma criança/adolescente para passar o final de semana ou as férias em sua casa. Diante disso, consideramos fundamental que nos processos de apadrinhamento afetivo sejam tomados todos os cuidados possíveis antes que seja iniciada a nova convivência da criança/adolescente, tal como já fazemos em processos de adoção: apresentação de atestado de antecedentes criminais, documentos pessoais e comprovante de endereço, avaliação psicossocial, encontros para preparação e acompanhamento dos participantes.

Em relação à maneira como seria conduzido o processo, sabemos que ainda temos um longo caminho a trilhar para conseguirmos conciliar teorias e práticas que possam contribuir para a construção de vínculos entre a população acolhida e pessoas da comunidade.

CAPÍTULO 7 - Considerações Finais

O presente trabalho nos permitiu verificar que ainda são inúmeros os desafios para garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Estas nem sempre conseguem retornar às suas famílias de origem ou extensa, nem sempre conseguem ser adotadas. Como vimos, isto ocorre especialmente com crianças com mais de 7 anos e/ou que tenham problemas de saúde ou deficiências. Além disso, percebemos que, para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, é necessário lutar também pela garantia de outros direitos da criança/adolescente e dos demais membros da família: à moradia, educação, saúde, lazer, cultura, profissionalização e emprego.

O apadrinhamento afetivo surge como prática alternativa para estas crianças, como forma de oferecer a elas uma referência de atenção e cuidado. Apesar disso, a construção de relações afetivas vem sendo um desafio não apenas para as pessoas em situação de acolhimento, mas também para as pessoas em geral, que vivem no atual contexto neoliberal.

Segundo Harvey (1992, p. 49), a partir do neoliberalismo começa a se estruturar o movimento pós-moderno, que encontra expressão na arte, na arquitetura, na filosofia e é marcado pela “. . . total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico . . .” e pela crença de que as “. . . verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas.” Sob este ponto de vista, estamos atravessando uma era de incertezas e inseguranças, na qual não se pode planejar ou prever o futuro, bem como não se tem expectativas sobre sua chegada.

No jogo da vida dos homens e mulheres pós-modernos, as regras do jogo não param de mudar no curso da disputa. A estratégia sensível, portanto, é manter curto cada jogo . . . Manter o jogo curto significa tomar cuidado com os compromissos a longo prazo. . . Não se prender a um lugar, por mais agradável que a escala presente possa parecer. Não se ligar a vida a uma vocação apenas. Não jurar coerência e lealdade a nada ou ninguém. (Bauman, 1998, p. 113).

Voltando à compreensão de Heller (2004), segundo a qual se alternam os objetos que ocupam o centro da atenção de cada um, é possível pensar que, na atualidade, os sujeitos estão, na maior parte do tempo, envolvidos consigo mesmos (e com a busca pela garantia de sua própria sobrevivência ou da obtenção de mais uma satisfação imediata) e pouco podem se dedicar às relações que estabelecem com os outros. Isto tem como consequência o empobrecimento das trocas afetivas e, conseqüentemente, o agravamento dos sentimentos de isolamento, solidão, estranhamento e medo em relação aos outros.

Além disso, há que considerar as transformações tecnológicas, que vem proporcionando relações virtuais, mediadas por aparelhos eletrônicos, em detrimento do contato direto entre as pessoas. Embora tais tecnologias tenham proporcionado a resolução de muitos problemas cotidianos, também é possível perceber que estão servindo para garantir certo distanciamento emocional. Temos gerações de crianças aprendendo a vivenciar e expressar seus sentimentos muito mais através das restrições impostas pelos aparelhos eletrônicos do que através de relações concretas com seus pais e com os demais adultos e crianças que integram a comunidade onde vivem.

Para Lasch (1983, p. 76), sequer as relações familiares podem ser preservadas neste contexto: as relações entre parceiros estão deterioradas e a relação com os próprios filhos carrega uma “. . . frieza subjacente . . .” Para o autor, a necessidade de viver um dia de cada vez impede que os sujeitos se percebam dentro do fluxo da história e não permite que se identifiquem com as gerações posteriores.

Segundo Lasch (1983) esta superficialidade na relação com os pais pode produzir sentimentos de baixa autoestima (e conseqüentemente uma busca incessante pela admiração de todos que estão à sua volta), de vazio e insatisfação difusa, ira, tédio, medo do envelhecimento (porque normalmente esta fase da vida está associada à ideia de dependência em relação ao outro) e da morte, além de psicopatologias como a depressão, a esquizofrenia, as desordens de caráter e a hipocondria.

Considerando este cenário, podemos refletir sobre a criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional.

A institucionalização desta população parece ser expressão das dificuldades enfrentadas pelas famílias em exercer suas funções de cuidado e proteção o que, na maioria das vezes, é resultado da desigualdade social, da ineficácia das políticas públicas, que produzem condições precárias de vida e do (quase inevitável) afastamento emocional entre as pessoas. Assim, podemos entender que a institucionalização (curta ou prolongada) de crianças e adolescentes é também, atualmente, uma das conseqüências do projeto neoliberal e da cultura do narcisismo.

Além dos efeitos da precarização da afetividade entre pais e filhos na vida cotidiana, situações ainda mais graves são registradas em relação às famílias extensas (tios, avós, primos) atendidas na Vara da Infância de Presidente Prudente o que, em muitas situações, faz com que estas sejam descartadas como formas alternativas de cuidado à criança/adolescente.

Considerando as contribuições de Lasch (1983), podemos pensar também que, se o atual contexto tende a produzir, para a maioria das pessoas, sentimentos de desamparo, solidão e desconfiança e dificuldades para construir projetos para o futuro, estes problemas atingem, de maneira ainda mais devastadora, as crianças e adolescentes institucionalizados.

Esta visão nos ajuda a compreender parte dos motivos que levam muitas delas a encontrar dificuldade em dar andamento ao seu processo de escolarização e de construir relações solidárias com seus pares, com funcionários da instituição e com outras pessoas da comunidade (como padrinhos e madrinhas).

Pensando que o apadrinhamento afetivo é uma forma alternativa para a construção de relações de afeto, nosso trabalho também nos conduziu a refletir sobre o que são os afetos e sobre o desenvolvimento afetivo das crianças/adolescentes institucionalizados. Para isso, recorreremos às contribuições de A. Heller e L. S. Vigotski.

Considerando as contribuições destes autores, embora apresentem suas peculiaridades ao abordar o tema dos afetos e do desenvolvimento afetivo, percebemos que ambos pensam de maneira semelhante a constituição humana: ao nascer possuímos apenas o aparato biológico para nos tornarmos humanos; o processo de humanização ocorreria através das relações humanas e da apropriação cultural. Vigotski é bastante enfático ao afirmar a necessidade de contato com adultos mais experientes, para o processo de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos.

Tendo como influência o materialismo histórico dialético de K. Marx, os autores também concordam que tarefas/atividades desempenhadas ao longo da vida são determinantes para o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Em relação aos afetos, Heller entende que são toda forma de envolvimento com os outros e com o mundo. Para ela, pensar, agir e sentir são processos distintos apenas em termos funcionais. Para Vigotski, os sentimentos estão imbricados no conjunto da atividade e podem desencadeá-las ou interrompe-las. Assim, identificamos uma divergência entre os autores, sendo que para Heller os afetos não desencadeiam a ação, pois a ação é o afeto.

Vigotski também apresenta o conceito de vivência, que me permite pensar que os relatos com os quais tive contato não são meras descrições de eventos e situações, mas representam também a forma de ser de cada sujeito, sua forma de interpretar e recriar a realidade que o rodeia. Da mesma forma, quando me propus a recontar as histórias destas

pessoas, também estou a interpreta-las e a recria-las de alguma forma, atribuindo sentidos novos, segundo os objetivos da pesquisa.

Apesar das divergências conceituais, ambos parecem entender que os afetos são a base do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano (Heller ao falar da implicação/envolvimento e Vigotski ao falar dos motivos e necessidades que impulsionam as atividades).

Como que o desenvolvimento das emoções se dá nas relações da criança com o contexto sócio-histórico em que vive e que depende das mediações e das possibilidades de entrar em contato com os bens culturais produzidos pela humanidade, não podemos deixar de considerar que as crianças em situação de acolhimento institucional muitas vezes enfrentam condições que dificultam seu desenvolvimento: falta de acesso aos seus direitos (como alimentação, saúde, educação, condições dignas de habitação e saneamento); abandono e situações de violência e negligência em suas famílias de origem; ambiente institucional massificante, que dificulta a expressão de suas singularidades.

Segundo Silva (2011, p. 231):

No caso específico do desenvolvimento emocional do indivíduo, quando o meio social é apresentado de forma frustrante e insuficiente para as necessidades do sujeito, geram-se dificuldades para a satisfação de necessidades básicas. Os comportamentos esperados diante das adversidades vivenciadas, podem envolver desde a raiva e agressividade, como uma reação a este ambiente, até o total desamparo, diante da insegurança provocada pela precariedade dos processos de mediação estabelecidos. Assim, a formação das funções psicológicas superiores fica comprometida, com a apropriação parcial de aspectos da realidade concreta, pois o controle das emoções elementares não ocorre sem a necessária formação de consciência em relação a elas e à realidade em que se vive.

A afirmação da autora nos permite pensar que o desenvolvimento humano nem sempre ocorre de maneira satisfatória e nem sempre se encaminha para a produção de relações saudáveis e criativas, mas também para o adoecimento, o egoísmo e a violência.

Neste ponto, concordamos com Noal e Neiva-Silva (2007), quando afirmam que o ambiente das instituições de acolhimento pode representar um fator de risco para o desenvolvimento emocional da infância institucionalizada.

Em relação à massificação, podemos citar um dos relatos da adolescente, ao longo de seu tratamento psicoterápico. Estela mencionava com grande sofrimento a impossibilidade de tirar um cochilo no meio do dia, ou em qualquer outro momento que se sentisse cansada ou sonolenta. Segundo ela, a instituição impunha horários para dormir; assim, mesmo com sono, não podia ir para sua cama. Estela também se queixava

de ter que comer sempre os mesmos alimentos, o que tirava seu interesse pela comida e diminuía seu apetite. Devido à ingestão insuficiente de alimentos, Estela desenvolveu anemia e, assim, se sentia mais sonolenta e mais insatisfeita por não poder tirar cochilos, quando se sentia cansada.

A história de Estela nos permite pensar que a rotina institucional pode estimular a padronização da vivência e expressão dos afetos, até mesmo quando pensamos em um afeto construído sobre impulsos, como o sono. A instituição pode se tornar um ambiente pouco favorável ao desenvolvimento emocional, por não proporcionar relações mais íntimas e enriquecedoras (que permitiriam o aprendizado de novas formas de sentir e se relacionar). Além disso, pode promover o empobrecimento de formas singulares de vivência e expressão dos afetos que tenham sido aprendidas anteriormente.

O apadrinhamento afetivo, é uma forma de relação na qual se espera que o adulto proporcione à criança o contato com novas formas de sentir e interpretar o mundo, permitindo o aprendizado de outras formas de relação, diferentes daquelas que possa ter vivido em sua família de origem e das que vivencia no âmbito institucional. Ele tem como objetivo enriquecer as relações e, portanto, as vivências e o desenvolvimento emocional da criança ou adolescente institucionalizado.

Indo além, os processos de apadrinhamento afetivo podem proporcionar o desenvolvimento afetivo não apenas das crianças e adolescentes, mas dos padrinhos e madrinhas, que irão vivenciar uma relação nova e, portanto, também podem aprender com ela. ~~Por outro lado, como vimos, esta relação pode empobrecer a afetividade de para ambas as partes.~~ Assim, a qualidade da relação estabelecida (ou envolvimento, como afirma Heller) poderá interferir positiva ou negativamente na maneira de cada um dos envolvidos interagir com as pessoas e com o mundo.

Considerando a concepção de Heller (2004) de que todas as relações humanas são afetivas, a expressão *apadrinhamento afetivo* é, de certo modo, redundante. Se afeto é envolvimento/implicação, não pode existir uma relação de apadrinhamento (ou outra relação qualquer) que não seja afetiva. Assim, mesmo um apadrinhamento financeiro pode ser considerado uma forma de implicação com a criança acolhida. A pergunta é, de que tipo de implicação/envolvimento estamos falando? Parece-nos que a escolha das palavras expressa uma tentativa de enfatizar que crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional necessitam de pessoas que se impliquem direta e intimamente com elas, que construam com elas uma relação de confiança, carinho e respeito, que vá

além das trocas de bens materiais, como ocorre no apadrinhamento financeiro, ou dos impessoais presentes que costumam ser distribuídos nas épocas de natal.

Quando as instituições promovem processos de apadrinhamento afetivo de maneira organizada e sistematizada, existe a formulação de normas para os afetos e para as condutas. Cada instituição prevê o perfil de pessoas que podem participar, bem como o que se espera que elas sintam na relação que irão estabelecer e como devem agir umas com as outras. Isto ocorre, de modo semelhante, também em outras formas de relação, como a maternidade e o casamento. Como vimos, Leila se mostrou bastante desorientada em relação ao papel que deveria desempenhar em sua relação com o afilhado exatamente porque, não havendo preparo e orientações prévias da instituição, só pôde contar com seus sentimentos orientativos (ou seja, aqueles que, segundo Heller, nos orientam em situações nas quais as normas de conduta não estão previstas). Isto a lançou em um mar de inseguranças e comprometeu a construção de vínculos entre ela e seu possível afilhado.

Não é possível prever que tipo de envolvimento será estabelecido entre a criança e os padrinhos, mas podemos supor que, se os afetos são aprendidos nas relações sociais e, temos expectativas de contribuir para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes, os padrinhos e madrinhas deveriam apresentar afetividade mais ampla, complexa e inclusiva que a delas. Não estamos negando que a criança/adolescente também possa proporcionar o aprendizado de novas formas de sentir aos seus padrinhos, apenas considerando que, em sua maioria, aquele público é constituído por pessoas que passaram por experiências empobrecedoras e violentas em suas famílias de origem e, portanto, frequentemente apresentam afetividade bastante limitada.

Será possível conhecer a afetividade dos padrinhos, antes do início do contato deles com os afilhados? Estela talvez tenha nos ofertado uma resposta, quando relatou: *“aquele apadrinhamento, todos sabiam que daria errado! Tinha gente que estava lá para receber afeto e não pra cuidar da criança! A mulher contou que estava lá porque se sentia muito sozinha! Estava na cara que isso ia dar errado!”*

Considerando estas afirmações de Estela e tantas outras situações com as quais tenho lidado cotidianamente, entendo que, embora não seja possível conhecer totalmente a afetividade dos candidatos ao apadrinhamento antes do início da convivência com seus afilhados (pois não é possível conhecer diretamente o afeto de outras pessoas), uma investigação prévia sobre as intenções, disposições e afetos manifestos dos candidatos ao apadrinhamento afetivo pode ser útil para avaliar se ao menos demonstram alguma condição de apadrinhar, tal como já se faz nas avaliações dos candidatos à adoção. Se

alguém afirma que pretende apadrinhar apenas porque se sente sozinho, isto não será um sério indício de que ela está e provavelmente continuará implicada apenas consigo? Será possível construir alguma relação enriquecedora (seja de apadrinhamento ou não) com alguém que esteja tão preocupado consigo mesmo?

Perguntas como estas são importantes pois, embora tenhamos clareza de que estamos todos sempre aprendendo e nos transformando em nossas relações com outras pessoas e com o mundo e que, da mesma forma, nossos afetos se modificam e se alternam no centro de nossa atenção, os processos de apadrinhamento afetivo devem estar especialmente centrados nas necessidades das crianças e adolescentes e não nas das pessoas que pretendem apadrinhar. Trata-se de um compromisso ético com a transformação da maneira de tratar a infância na realidade brasileira. Como vimos, são muitos anos de história de negligência, exploração e violência... será que agora precisamos transformar nossa infância pobre em mais um objeto de cura para a solidão destes nossos tempos de incerteza?

Os caminhos percorridos durante a elaboração deste trabalho nos auxiliaram a pensar que as práticas de apadrinhamento afetivo, apesar de complexas e desafiadoras, podem contribuir para construção de vínculos, a melhora da autoestima, a construção de projetos de vida, o sentimento de pertença e também para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes acolhidos. Contudo, também pode representar outra experiência de sofrimento, rejeição e abandono. Por este motivo, e, partindo de nosso compromisso com a defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente, entendemos que as práticas de apadrinhamento necessitam ser melhor compreendidas através de novas pesquisas e formulações teóricas, bem como precisamos exigir que a avaliação, preparação e acompanhamento destas práticas estejam previstas na legislação. Como vimos, até o momento temos apenas recomendações da Corregedoria Geral de Justiça no Estado de São Paulo, o que é insuficiente para garantir o zelo devido para as crianças e adolescentes acolhidos.

Tomando como exemplo a realidade de Presidente Prudente, percebemos que, apesar desta ser uma prática antiga e frequente nas instituições de acolhimento, apenas em 2016 foram construídos formalmente os projetos de apadrinhamento afetivo.

A inexistência de previsões legais específicas faz com que o papel das instituições de acolhimento, das Varas da Infância e da rede sócio assistencial ainda não esteja bem definido, em relação às práticas de apadrinhamento afetivo. Assim, é necessário que as definições de atuação e de interação de entidades formais como aquelas e possivelmente

outras sejam construídas, avaliadas e eventualmente refeitas em um processo que inclua os diferentes atores e instituições, visando estruturar e aprimorar um modelo de atuação que atenda às necessidades complexas das crianças/adolescentes acolhidos e das demandas produzidas ao longo dos processos de apadrinhamento.

É viável e necessário investir na continuidade e ampliação das práticas de apadrinhamento afetivo na realidade brasileira (bem como de outras práticas que promovam a convivência entre acolhidos e a comunidade), integrando-as às demais políticas públicas que tem como alvo a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bittencourt, A. D. (2016). Apadrinhamento afetivo: uma concreta opção de referência de afeto para crianças e adolescentes com remotas ou inexistentes chances de adoção. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(49), 106-109. Recuperado de <http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/71>
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- Brasil. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm
- Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2006). *Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>
- Brasil. *Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm
- Catani, A. M. (1980). *O que é capitalismo*. Coleção Primeiros Passos. 4. São Paulo: Brasiliense.
- Cella, S. M. (2007). *A formação de professores para a educação do adolescente em conflito com a lei* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica – PUC, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/598/1/Silvana%20Machado%20Cella-1.pdf>
- Chambouleyron, R. (2016). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (7a ed.) (pp. 55-83). São Paulo: Contexto.
- Cruz, L. R. (2006) (Des)Articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Dantas, L. M. (2011). *Criando parentesco? Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33329/000789472.pdf?sequence=1>

- Dobb, M. H. (1983). *A evolução do capitalismo*. M. R. Braga (Trad.) São Paulo: Abril Cultural. Recuperado de https://issuu.com/andretangram/docs/a_evolu____o_do_capitalismo_-_mauri
- Fausto, B. (1996). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Figueiredo, L. C. M. (2016). *Psicologia: Uma (nova) introdução*. 3.ed. São Paulo: EDUC.
- Filgueiras, L. (2006^a) O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: Masualdo, B.; Aarceo, E. (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires: Clacso, p. 179-206. (Colección Grupos de Trabajo). Recuperado de <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>
- González Rey, F. (Org.). (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2011). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Goulart, J. S., & Paludo, S. S. (2014). Apadrinhamento afetivo: construindo laços de afeto e proteção. *Psico*, 45(1), 35-44. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12439/11439>
- Harvey, D. (1992) *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. A. Sobral; M. S. Gonçalves (Trad.). São Paulo: Edições Loyola. Recuperado de <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>
- Heller, A. (2004). *Teoría de los sentimientos*. México: Ediciones Coyoacán.
- Lasch, C. (1983). A personalidade narcisista de nossos dias. In C. A. Lasch, *Cultura do Narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Leal, L. T. (2015, março-maio) O Programa de Apadrinhamento como Instrumento Facilitador da Adoção Homoafetiva. *R. EMERJ*. 18(68), 126-152. Recuperado de http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista68/revista68_126.pdf
- Legislação Internacional. *Lei Portuguesa nº103, de 11 de setembro de 2009*. Aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registro Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil. Recuperado de <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/17700/0621006216.pdf>
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001, abril). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, 9(1), 63-75. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2001000100007&lng=pt&nrm=iso

- Mancebo, D. (2002, março) Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicol. cienc. prof.*, 22(1), 100-111, Brasília. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100011&lng=en&nrm=iso
- Mansanera, A. R., & Silva, L. C. (2000). A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, 5(1), 115-137.
- Marcílio, M. L. (1998). *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec LTDA.
- Noal, J., & Neiva-Silva, L. (2007). Adoção, Adoção Tardia e apadrinhamento Afetivo: Intervenções em Relação a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abandono e Institucionalizadas. In C. S. HUTZ (Org.), *Prevenção e Intervenção em situações de risco e vulnerabilidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, M. G. S. (1999). *Apadrinhamento afetivo-uma parceria das Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz com a comunidade de Coqueiros*. (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <http://tcc.bu.ufsc.br/TCC%20Social/1999/M%C1RCIA%20GOMES%20DA%20%20OLIVEIRA00000001.PDF>
- Paseti, E. (2016). Crianças carentes e políticas públicas. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. (7a ed.) (pp. 347-375). São Paulo: Contexto.
- Prestes, Z.; Tunes, E. (Orgs.). (2018). *7 aulas de L. S. Vigotski: Sobre os fundamentos da pedagogia*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Priore, M. D. (2016). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. (7a ed.) (pp. 84-106). São Paulo: Contexto.
- Rabelo, R. S. (1999). *O apadrinhamento afetivo como suporte no desenvolvimento da autoestima – Santa Catarina*. (Monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <http://tcc.bu.ufsc.br/TCC%20Social/1999/ROSILENE%20SARD%C1%20RABELO.PDF>
- Ramos, F. B. (2016). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. (7a ed.) (pp. 19-54). São Paulo: Contexto.
- Ribeiro, A. F. (2015). Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Revista Lutas Sociais*. 19 (35), 65-79. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>
- Roso, A., & Guareschi, P. (2007, abril) Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*. 26, 37-

54. Recuperado de
<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6767>

Santos, M. A. C. Criança e Criminalidade no início do século XX. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. (7a ed.) (pp. 107-136). São Paulo: Contexto.

Silva, R. (2011). *A biologização das emoções e a medicalização da vida: Contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da sociedade contemporânea*. Dissertação, Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Scarano, J. (2016). Criança Esquecida das Minas Gerais. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. (7a ed.) (pp. 107-136). São Paulo: Contexto.

Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Sousa, K. K. (2010) *Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional*. Dissertação, Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Toassa, G. (2009) *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

Tomanik, E. A. O Sujeito humano e o conhecimento. p. 36-61 In: TOMANIK, E. A.; CANIATO, A. M. P.; FACCI, M. G. A constituição do sujeito e a historicidade. Alínea: Campinas, 2008.

Tomanik, E. A. (2015, maio). Procurando compreender e entender emoções. *Anais do Congresso Internacional de Psicologia, Maringá, PR, Brasil*, 6. Recuperado de <http://cipsi.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/1/letter/p>

Tribunal de Justiça de São Paulo. (2014). *Provimento 36/2014*. Corregedoria Geral da Justiça. Recuperado de <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/115289951/djsp-administrativo-09-05-2016-pg-10>

Tribunal de Justiça de São Paulo. (2015). *Provimento 40/2015*. Corregedoria Geral da Justiça. Recuperado de <http://www.aasptjisp.org.br/noticia/provimento-cg-n%C2%BA-402015-apadrinhamento-afetivo>

Vigotski, L. S. (2004). *Teoría de las emociones: Estudio histórico-psicológico*. Madrid: Ediciones Akal.

_____. (2007) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2012). *Paidología del adolescente. Problemas de la psicología infantil*. Espanha: Antonio Machado.

Zerbinatti, A. G., & Kemmelmeier, V. S. (2014, dezembro). Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. *Rev. Psicologia e Saúde*. 6 (2), 85-95. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n2/v6n2a11.pdf>

APÊNDICE 1

RESULTADO DE PESQUISA OBTIDO ATRAVÉS DO “GOOGLE ACADÊMICO” COM A EXPRESSÃO EXATA “APADRINHAMENTO AFETIVO” E PELO MENOS UMA DAS PALAVRAS: CRIANÇA OU ADOLESCENTE.

Observação: Foram excluídos aqueles que apenas citavam o apadrinhamento afetivo embora abordassem outras temáticas.

Tabela A1

Total de trabalhos localizados

Serviço Social	35%	38
Psicologia	30%	32
Direito	9%	10
Antropologia	5%	5
Educação	4%	4
Educação Ambiental	3%	3
Bioecologia	2%	2
Enfermagem	2%	2
Sociologia	2%	2
Não especificada	2%	2
Biblioteconomia	1%	1
Educação Física	1%	1
Ecologia	1%	1
Família na sociedade contemporânea	1%	1
Design visual	1%	1
Biblioteconomia	1%	1
Ciências sociais	1%	1
TOTAL		107

Tabela A1

Referências que falam sobre a adoção - TOTAL: 28 resultados

	Referências	Resumo	Tipo de documento e área do conhecimento
1.	Dias, C. M. S. B., Silva, R. V. B., & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. <i>Contextos Clínicos</i> , 1(1), 28-35. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100004&lng=pt&tlng=pt .	Esta pesquisa teve como objetivo investigar a adoção de crianças maiores porque é menos realizada pelos candidatos à adoção. Neste sentido, pretendeu-se compreender, junto aos adotantes, como percebem e vivenciam essa adoção. Foram realizadas quatro entrevistas, conduzidas de forma semidirigida e individual. Os resultados revelaram que a motivação dos pais adotivos esteve relacionada ao puro altruísmo e ao desejo de se realizar enquanto mãe/pai, como também à praticidade e desejo de companhia. Apesar do preconceito sofrido por causa do passado da criança e de algumas dificuldades adaptativas, pode-se concluir que, com amor e ajuda profissional, as adoções estão sendo bem-sucedidas.	Artigo Psicologia
2.	Vasconcelos, N. Z. F. (2006). <i>Adoção, caminhos e encantos</i> . (Monografia) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil. Recuperado de http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/48.pdf	O presente Trabalho possibilita conhecer o desenvolvimento de ações que visem o apoio psicológico às crianças que estão entregues em adoção, haja vista que são crianças de algum modo extremamente vitimizadas por sua origem e meio. Do mesmo modo, enfatiza a orientação psicológica e o acompanhamento destas crianças, permitindo que se faça um papel de aconselhador tanto para o infante que se depara com um novo conceito de vida, quanto para a família que o acolhe. O Projeto Adotar é um processo informativo a pretendentes na adoção e será amplamente exposto e difundido nesta monografia. Os dados estatísticos referentes a este projeto são de fundamental relevância, e serão abordados para que a sociedade fique a par no que diz respeito à quantidade de crianças dispostas em Campo Grande-MS para adoção, fazendo um paralelo com a quantidade	Monografia graduação Psicologia

		dos participantes do Projeto Adotar, pois este Projeto é um dos requisitos primordiais aos candidatos que desejam ingressar em um processo de habilitação à adoção.	
3.	Merçon-Vargas, E. A.; Rosa, E. M.; Dell'aglio, D. D. (2011). Adoção Nacional e Internacional: processos proximais no período de convivência. <i>Salud & Sociedad</i> , 2 (3), 268-283. Recuperado de http://revistas.ucn.cl/index.php/saludysociedad/article/view/828	Este estudio investigó el período de convivencia de niños/adolescentes y sus adoptantes en proceso de adopción nacional e internacional, a través de un estudio de casos múltiples. Se utilizó la metodología de la Inserción Ecológica con acompañamiento de las familias durante unos cuatro meses, entrevistas, observaciones, visitas a las instituciones de acogimiento y una visita en Italia tres meses después de la salida de los niños. Los datos fueron organizados en temas basados en la Teoría bioecológica (modelo PPCT). En la adopción nacional los procesos proximales fueron facilitados por el conocimiento anterior de niño/adolescente, y en la adopción internacional por la percepción del compromiso de los niños en la adopción. Los procesos disfuncionales en el caso nacional estaban relacionados con el cambio de comportamiento de la niña más pequeña, mientras en el internacional al hecho de estar en un ambiente desconocido. Se puede concluir que los procesos de adopción son complejos, y el período de convivencia fundamental para la adaptación de la familia, así se debe realizar con una mayor disponibilidad de apoyo psicosocial en sus diversas etapas, principalmente en un momento inicial de adaptación y cambio, teniendo en cuenta las particularidades de cada caso.	Artigo Bioecologia
4.	Rinaldi, A. A. (2014). Da homossexualidade à 'homoafetividade': trajetórias adotivas no Rio de Janeiro. <i>Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares</i> , 16 (2), 283-306. Recuperado de http://www.e-	Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2011 reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo, ações de adoções começaram a ser ajuizadas por pessoas de declarada orientação homossexual. Até essa data, de acordo com o art. 39, § 2º da lei 12010/09, para adoção conjunta era indispensável que os adotantes fossem casados civilmente ou mantivessem união estável comprovada. Por conseguinte, pares homossexuais encontravam dificuldades de viabilizar um projeto de filiação conjunta. Em razão disso, indivíduos que viviam uma união	Artigo Antropologia

	publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/16591	consensual decidiam adotar sozinhos. Sendo assim, o trabalho proposto busca analisar qual o tratamento jurídico dado a essa prática, na Comarca do Rio de Janeiro, quando os processos e as habilitações em adoção são movidos em âmbito da conjugalidade homossexual.	
5.	Merçon-Vargas, E. A.; Rosa, E. M.; Dell'aglio, D. D. (2014). Adoção nacional e internacional: significados, motivações e processos de habilitação. <i>Revista da SPAGESP</i> , 15 (2), 12-26. Recuperado de http://search.proquest.com/openview/d63fde154dd73ca7dbe03a29a3f0511d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030189	A partir de um estudo de casos múltiplos – uma adoção nacional e outra internacional – este estudo investigou as significações, motivações e o processo de habilitação em casos de adoção. Utilizou-se a metodologia da Inserção Ecológica, na qual entrevistas, observações e visitas às famílias foram conduzidas. A adoção foi percebida como uma ação voltada para o bem da criança em ambos os casos. No caso nacional, a motivação para adoção se deu pelo vínculo afetivo existente, criado através do contato anterior com as crianças, e no internacional por dificuldade para manter uma gravidez e ter filhos biológicos. A forma como os adotantes significam processo de adoção, bem como os valores e ideias presentes na sociedade influenciam em como se experiencia a adoção. Palavras-chave: adoção; significação; motivação; processo de habilitação.	Artigo Psicologia
6.	Campos, N. M. V. (2010). Reflexões a partir do grupo de preparação para adoção: as angústias da espera e suas implicações na tarefa de luto pela infertilidade e pelo filho idealizado. Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude. Recuperado de http://www.abraminj.org.br/Pai	Resumo não disponível	Artigo Psicologia

	nel/anexos/Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf		
7.	Oliveira, K. C. (2011). Nova lei da adoção-lei 12.010/2009: uma revisão de literatura. (Monografia). Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, MG, Brasil. Recuperado de http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-b44d326ed8ef32512e829a59447eb556.pdf	Este trabalho aborda as alterações sofridas pelo instituto da Adoção, sob os auspícios da nova Lei 12.010, sancionada em 03 de agosto de 2.009. O texto da referida lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar de todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido destaca os aspectos do instituto, sua evolução histórica, seus conceitos doutrinários e espécies, bem como o desenvolvimento na legislação estarão em estudo. O instituto da adoção antes e depois da Lei 12.010/2009 se dá por todas as transformações, positivas ou negativas que tal lei trouxe para a comunidade em geral, principalmente para os mais interessados, os adotantes e adotados, e veio suprir lacunas que transgrediam o bom senso e tornavam o ato de adotar um processo penoso e que demandava muito tempo para sua efetividade, ou para que seu verdadeiro intuito fosse completado, ou seja, designar um lar para crianças e adolescentes que não tinham uma residência fixa, uma família, um lar. A lei aprovada prevê ainda que a situação de meninos e meninas que estejam em instituições públicas ou famílias acolhedoras seja reavaliada a cada seis meses.	Tcc graduação Direito
8.	Muniz, F. M. R. P. (2016). <i>“Adoções” que não deram certo: o impacto da “devolução” no desenvolvimento da criança e do adolescente na perspectiva de profissionais</i> . Dissertação, Psicologia, Universidade	http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2016-06-14T162001Z-863/Publico/flavia_moura_rocha_parente.pdf	Dissertação Mestrado em Psicologia

	Católica de Pernambuco, Recife.		
9.	Almeida, K. I. V. D. (2013). <i>O processo de adoção no Distrito Federal e os atores sociais envolvidos</i> . (Monografia). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://bdm.unb.br/handle/10483/6141	A adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo para crianças e adolescentes todos os direitos e deveres de filho. Esta é regulamentada pelo Código Civil e pelo ECA. Dentre os diversos tipos de adoção, tem-se a adoção tardia que é considerada a adoção de crianças maiores de dois anos que se encontram institucionalizadas possuindo um histórico de abandono por parte dos pais ou do Estado. Esta monografia tem como objetivo compreender o processo de adoção no Distrito Federal e os atores sociais envolvidos neste. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, analisando os atores sociais envolvidos neste processo e a função que a Organização Aconchego tem neste. Os resultados apontam que o Estado por diversas vezes esteve omissos em relação a institucionalização de crianças e adolescentes, deixando estes nas mãos de organizações não governamentais.	Monografia Graduação Serviço social
10.	Ziegler Huber, M., & Cardoso Siqueira, A. (2010). <i>Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. Psicologia: teoria e prática</i> , 12 (2), 200-216. http://www.redalyc.org/html/1938/193817420014/	A espera por uma criança no processo de adoção é permeada por sentimentos intensos e expectativas sobre o futuro. Este estudo objetivou conhecer a percepção dos adotantes acerca da adoção, investigando os aspectos do macrosistema dos casais adotantes, conforme o referencial teórico de Bronfenbrenner. Participaram quatro casais habilitados para adoção, com tempo de espera de seis meses a três anos. Entrevistas semiestruturadas e grupos focais foram realizados na coleta de dados. Os resultados indicaram uma preferência por bebês, preocupação com a bagagem genética, ansiedade no momento da revelação e a percepção de fracasso dos casais caso os filhos adotivos desejem procurar os pais biológicos. Os casais ainda identificaram a necessidade de apoio durante a espera pelo filho e após a adoção, para que essas angústias possam ser expressadas e que eles possam	Artigo Psicologia

		ser orientados. Assim, torna-se necessária a criação desses espaços, favorecendo o importante processo da adoção. Palavras-chave: adoção; relações pais-filhos; família; preconceito; apoio.	
11.	Uriartt, S. M. P. (2014). <i>Afeto não tem idade: uma contribuição do design visual à sensibilização dos pretendentes à adoção.</i> (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Brasil. Recuperado de https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116084	Segundo o Conselho Nacional de Justiça, existem atualmente no Brasil 28.151 pretendentes à adoção no Cadastro Nacional de Adoção e 5.281 crianças e adolescentes aptos à adoção, indicando, assim, um descompasso entre o número de famílias prontas para receber uma criança em relação ao número de crianças e adolescentes aptos à adoção. A dificuldade em garantir o direito à convivência familiar e comunitária para essas crianças e adolescentes impulsionou a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esse consiste no desenvolvimento de projeto em Design Visual para sensibilizar os pretendentes à adoção visando ampliar o perfil de criança desejada - adoção tardia. Por adoção tardia entende-se crianças que são adotadas a partir de dois anos de idade. A abordagem metodológica do trabalho se alinha a metodologias participativas, quando o designer se coloca em parceria com os envolvidos no contexto do desenvolvimento de projeto como o Human-Centered Design (HCD). A opção por esta abordagem deve-se ao fato de que o objetivo preconizado neste TCC, a sensibilização dos pretendentes à adoção, constitui-se em um problema, cuja natureza complexa demanda a inclusão e percepção de um maior número de pessoas envolvidas no processo: candidatos a adoção - pretendentes, psicólogos, pais adotivos convencionais e tardios, e especialistas na área. A primeira etapa (TCC1) incide na imersão no processo de adoção no Brasil através das pesquisas bibliográfica e de campo; da análise de dados adquiridos; e, da geração de alternativas. A segunda etapa (TCC2) implica na seleção das alternativas geradas anteriormente; produção de dois filmes do gênero documentário; desenvolvimento de identidade visual; e, por fim, e detalhamento técnico do projeto visual. A proposta final engloba a produção de vídeos sobre adoção tardia como instrumento de	Tcc Design visual

		sensibilização para divulgar junto aos pretendentes os aspectos do processo de adoção, como por exemplo as expectativas dos pais e o período de adaptação. O projeto “Adoção Tardia, afeto não tem idade” inclui website, peças gráficas de apoio e identidade visual dos vídeos que foram planejados na perspectiva de compor uma série enfocando diversos tópicos relacionados a esse tema.	
12.	Araújo, A. T. C. (2013). <i>As influências do tempo entre o abandono e a adoção</i> . Dissertação, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/1/TDE-2013-05-16T075731Z-281/Publico/ANDREA TOURINHO CERQUEIRA DE ARAUJO.pdf - page=103	A ideia do presente trabalho surgiu a partir dos estudos feitos em sala de aula sobre adoção. Devido ao grande interesse, surgiu a vontade de aprofundar este tema. A adoção de crianças institucionalizadas, cujo estudo objetivou levantar alguns aspectos relevantes relacionados com o estado de carência da criança abandonada por sua família de origem e, por isso, institucionalizada, de ambos os sexos. A adoção representa uma resposta às necessidades não satisfeitas pela ordem natural dos acontecimentos, uma resposta que oferece a criança órfã e abandonada, uma possibilidade de ter pais e ambiente familiar, indispensável para seu desenvolvimento.	Dissertação Mestrado em família na sociedade contemporânea
13.	Calhari, E. (2015). <i>O princípio do melhor interesse nos processos de adoção por casais homoafetivos</i> . (Monografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de	http://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42470 O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica da aplicação do princípio do melhor interesse nos processos de adoção, especialmente nas adoções feitas por casais homoafetivos. A Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, denominada como a Lei Nacional de Adoção não admitiu de forma expressa a possibilidade da adoção por casais homoafetivos. No entanto, a legislação pátria não faz nenhuma referência à orientação sexual do adotando. Verifica-se que não existe um conceito preciso do que seria o melhor interesse da criança e do adolescente, tendo, o intérprete se utilizado de critérios subjetivos para tentar promover a efetiva implementação do melhor interesse. Para uma melhor compreensão,	Monografia graduação direito

		faz-se necessária uma breve análise do instituto da adoção, do conceito plural de família - advindo pela Constituição de 1988, e dos avanços do Judiciário e o retrocesso do Legislativo quanto ao tema. Por fim, pretende-se fazer um estudo sobre o princípio do melhor interesse analisando a interpretação de sobreposição deste a qualquer outro interesse.	
14.	Coitinho Filho, R. A., & de Andrade Rinaldi, A. (2015). A "homoafetividade" no cenário adotivo: um debate antropológico <i>Mediações</i> , 20(1), 285-306.	http://search.proquest.com/openview/58d9ba267fa8a56be745627fd915e34c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031972 O trabalho proposto busca analisar qual o tratamento jurídico dado à adoção na comarca do Rio de Janeiro quando os processos são movidos em âmbito da conjugalidade homossexual. A proposta do artigo é apreender, por meio da análise de oito processos de adoção dessa ordem de que forma as concepções sobre famílias, filiação adotiva e sexualidades foram produzidas por profissionais do universo jurídico, responsáveis em conduzir ações de adoção, entre os anos de 2000 até 2013. Palavras-chave: Homoafetividade. Homoparentalidade. Família. Adoção.	Artigo Antropologia
15.	Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S., Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. <i>Psicologia: teoria e prática</i> , 13(2), 89-102.	Esta pesquisa teve por objetivo geral compreender como pais adotivos solteiros vivenciam o processo de adoção, tomando como base a teoria sistêmica. A família tem mudado, assumindo novas configurações. A possibilidade de solteiros adotarem foi introduzida no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova Lei da Adoção trouxe modificações, postas em diálogo com a experiência dos pais. Os participantes foram seis adotantes, quatro mulheres e dois homens, que realizaram tanto adoção de bebês quanto de crianças maiores. Eles responderam a uma entrevista que foi abordada segundo a análise de conteúdo temática. Os resultados indicam que os participantes sentem-se realizados com a adoção efetuada, apesar dos preconceitos enfrentados, da dificuldade financeira e da falta de apoio familiar, em alguns casos. Foram apontadas necessidades como uma maior agilidade no processo e uma preparação anterior dos pais, aspectos contemplados pela nova Lei da Adoção.	Artigo Psicologia

16.	Silva, M. F. (2008). <i>Devolvido ao remetente: uma reflexão sobre a devolução de crianças e adolescentes adotados em Florianópolis</i>. (Trabalho de conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119332/285262.pdf?sequence=1	O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo identificar os motivos da devolução de crianças e adolescentes adotados e os elementos do processo de adoção que contribuíram para a existência desse fenômeno em Florianópolis no período de janeiro de 2006 a janeiro de 2008. Para alcançar nosso objetivo realizamos entrevistas com seis assistentes sociais e dois psicólogos que atuam em abrigos de Florianópolis e com dois outros assistentes sociais, ambos lotados no Juizado da Infância e da Juventude as Comarca de Florianópolis/SC. Nosso trabalho será exposto em duas seções. A primeira seção traz um breve relato dos aspectos históricos da adoção; o processo de adoção, realizado pela Comarca de Florianópolis, por que passa o pretendente à adoção e; através de dados quantitativos, expostos em gráficos e tabelas, descrevemos o perfil das crianças e adolescentes abrigados e o perfil desejado pelos pretendentes, chamando atenção para a discordância entre estes perfis. A segunda e última seção trará os resultados da pesquisa, a partir da análise das entrevistas com técnicos dos abrigos e do Juizado da Infância e da Juventude. A pesquisa revelou que os motivos das devoluções de crianças e adolescentes adotados estão diretamente relacionados à falta de preparação dos pretendentes à adoção para lidar com os diversos aspectos da adoção.	Tcc Serviço social
17.	Vargas, E. A. M. D. (2012). <i>A experiência de convivência em adoção nacional e internacional: Aspectos macrossistêmicos e processos proximais</i>. Dissertação, Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Recuperado de http://repositorio.ufes.br/handle/10/3082	As pesquisas no âmbito da adoção vêm chamando cada vez mais a atenção de pesquisadores, propiciando maior visibilidade a esta temática. Apesar dos avanços, permanecem muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente com relação às dinâmicas, estratégias de interação e adaptação que podem propiciar um ambiente familiar saudável. Tendo como base a Teoria bioecológica do desenvolvimento, o objetivo geral da dissertação foi estudar os processos proximais e os aspectos macrossistêmicos de famílias adotivas em período de convivência, através de um estudo de casos múltiplos - um caso nacional e outro internacional. Utilizou-se a metodologia da Inserção Ecológica com entrevistas, observações, visitas às famílias (no Brasil e no país de acolhida), escola e	Mestrado Psicologia

		instituições de acolhimento, realizados em cerca de quatro meses. A dissertação está dividida em dois estudos. O primeiro estudo investigou os aspectos macrossistêmicos em processos de adoção. Os dados foram organizados em eixos temáticos pré-estabelecidos: significados, motivação, e processo de habilitação na adoção. Nos dois casos a adoção era percebida como uma ação voltada para o bem da criança. A motivação no caso nacional estava ligada ao conhecimento anterior das adotadas e no internacional a problemas de infertilidade. Foi necessário um maior tempo e mais documentos para habilitação na adoção internacional, além de uma maior preparação do que na nacional. Já o segundo estudo investigou os contextos e os processos proximais vivenciados pelas famílias participantes. Os dados foram organizados baseados no modelo PPCT, proposto pela Teoria bioecológica. Na adoção nacional os processos proximais foram facilitados pelo conhecimento anterior da criança/adolescente, e na internacional pela percepção do engajamento das crianças na adoção. Os processos disfuncionais no caso nacional estavam ligados a mudança de comportamento da criança mais nova, enquanto no internacional ao fato do casal italiano estar em um ambiente desconhecido. Conclui-se que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação entre vários contextos e que as questões tanto macrossistêmicas, como os valores, crenças, leis, etc., quanto dos microssistemas, como a família, comunidade e interações pessoais, têm um papel importante nas crenças e práticas concernentes à adoção, o que torna o período de convivência essencial para a construção dos relacionamentos, bem como para que se propicie a criação de estratégias de interação visando uma boa adaptação familiar.	
18.	Moreira, C., & Fetzner, N. L. C. (2016) A (im) possibilidade de adoção por não inscrito nos cadastros: O afeto como valor	A adoção é um instituto que concede uma família substituta a crianças e adolescentes abandonados ou que tiveram a autoridade parental destituída. Contudo, percebe-se que tal fenômeno precisa de amadurecimento, pois ainda não tem sido compreendido e tutelado de forma adequada pelas	Pós-graduação Direito

	jurídico. Monografia, Pós-Graduação Lato Sensu da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2016/MoniqueMadureiraValverde_Monografia.pdf	instituições jurídicas. Na atualidade, a existência de situações fáticas não regularizadas, em que já está iniciada a construção de vínculo afetivo e convivência familiar, demanda um posicionamento do Poder Legislativo e do Judiciário, constituindo hoje um grande desafio acadêmico e prático diante das peculiaridades do caso concreto. De modo a melhor equacionar os conflitos, faz-se necessário a compreensão da essência do estatuto protetivo da criança e do adolescente, com a aplicação dos princípios que norteiam o instituto da adoção, proporcionando a elevação do afeto como valor jurídico, resultando em uma adoção fundada no verdadeiro interesse da criança e do adolescente, o que muitas vezes pode extrapolar os limites legais.	
19.	Santos, A. C., Bertan, C. A. C., Vieira, G. L., Santos, M. S. (2016). Amor sem idade: a realidade da adoção tardia no município de Presidente Prudente. Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, Brasil. Recuperado de http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Social/articloe/view/5951/5658	A presente pesquisa teve como objetivo central realizar uma pesquisa acerca da realidade da Adoção Tardia no Município de Presidente Prudente. O interesse pelo tema foi motivado pelas indagações e inquietações das pesquisadoras, despertados pelo estudo do tema e na necessidade de conhecer de forma mais aprofundada o assunto e obter respostas sobre esta modalidade de adoção, bem como conhecer os procedimentos afetos à adoção, como o estágio de convivência, os preconceitos existentes da adoção de crianças maiores e principalmente acessar o conhecimento sobre os motivos da existência de um número significativo de crianças acima de 02 anos de idade que se encontram acolhidos institucionalmente e ainda buscar compreender o porquê as famílias preferem a adoção de recém-nascidos a crianças maiores. O acesso a esse universo foi através de um percurso teórico percorrido para o entendimento dos temas correlatos à adoção e ainda por uma rica pesquisa de campo. A pesquisa, além de possibilitar o acesso à realidade da adoção tardia no município, suscitou o pensamento que o conhecimento sobre esta modalidade de adoção tem que ser amplamente divulgada, visando ampliar as possibilidades da adoção de crianças maiores e/ou adolescentes. Para além do conhecimento teórico-critico obtido com a pesquisa teórica, foi possível a ampliação do olhar em	Tcc Serviço social

		relação à adoção tardia através da pesquisa de campo, realizada através de entrevistas que permitiram o acesso à visão de profissionais envolvidos com esta demanda e de famílias que realizaram a adoção no período de 2012 a 2015, cujos dados e relatos contribuíram significativamente para a obtenção dos resultados desta pesquisa.	
20.	Valério, T. A. D. M. (2013). “O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro”: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da psicologia cultural semiótica. Dissertação, Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10244/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Tatiana%20Valerio.pdf	No ciclo da vida, uma das transições mais esperadas na vida familiar adulta é a chegada dos filhos. No entanto, eventos disruptivos – não conseguir gerar uma criança, por exemplo – marcam a trajetória de vida de muitas famílias, levando-os à construção de significados sobre ter filhos e a adoção passa a configurar-se como uma das opções entre a gama de possibilidades de significados a serem construídos para o enfrentamento dessa ruptura. O presente estudo buscou explorar o processo semiótico de construção de significados sobre adotar em pretendentes à adoção, inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Tal processo foi investigado a partir da perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, proposta por Valsiner, que conceitua a construção de significados de experiências de vida pelas pessoas como ocorrendo em contexto social e histórico, através de um processo de natureza semiótica que se dá em um tempo irreversível. O ser humano é considerado como um sistema aberto numa constante relação interdependente com o meio social e cultural. Esse estudo filia-se a uma nova proposta teórico-metodológica para compreender trajetórias de vida que integra um método teórico de estudo de casos individuais, baseado nas histórias do curso de vida – Amostragem Estruturada Historicamente (Historically Structured Sampling – HSS) o Modelo de Equifinalidade de	Dissertação Mestrado psicologia cognitiva

Trajетórias (Trajectory Equifinality Model – TEM). Os eventos marcantes da vida das pessoas são analisados como pontos de bifurcação até atingirem um ponto comum temporário – o ponto de equifinalidade. O TEM é um novo caminho para descrever o desenvolvimento humano a partir da abordagem histórico-cultural, considerando a irreversibilidade do tempo. Os conceitos de mediação e regulação semióticas e signo hipergeneralizado mostraram-se relevantes para dar conta da experiência vivida dos participantes, permitindo abordar a dinâmica desenvolvimental presente na construção de significados para a decisão de adotar. Foram realizados dois estudos de caso - dois casais heterossexuais. Um casal com uma filha biológica e o segundo casal sem filhos. Três entrevistas foram realizadas com cada casal: a primeira foi aberta e os participantes narraram livremente sobre sua decisão em adotar. As duas últimas foram semiestruturadas e foram iniciadas sempre com a trajetória traçada a partir da entrevista prévia. A análise foi feita em duas dimensões: a primeira visou traçar as trajetórias de vida que organizaram, no tempo irreversível, a sequência das experiências dos pretendentes, destacando os diversos pontos de passagem que os participantes atravessaram de um ponto inicial até o ponto de equifinalidade, isto é, a condição presente e comum aos participantes (decidir adotar legalmente, sendo pretendente à adoção). A segunda identificou o processo de construção dos significados da decisão de adotar por pretendentes, a partir das concepções advindas da Psicologia Cultural Semiótica. Entre as principais conclusões do estudo, ressalta-se que a decisão em adotar uma criança decorre de uma rede complexa de construção de significados, construída em uma constante tensão entre a cultura pessoal e a cultura coletiva. Nesta tensão, as trajetórias de vida dos casais são construídas, sobretudo, a partir do sentimento (campos afetivos), entendido como signo hipergeneralizado, que funciona como signo promotor na decisão de adotar.

21.	Oliveira, S. V. D. (2010). <i>Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada</i>. Dissertação, Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17107	A devolução de crianças está inserida em um contexto de produções acadêmicas ainda escassas e constitui um tabu para a sociedade de maneira geral. Este trabalho teve como objetivo central abordar a devolução da criança Ana, devolvida pelos pretensos pais à adoção. Elementos de vinculação afetiva embasaram a análise da história da criança que, abandonada pela família biológica, foi abrigada, ficou sob guarda de um casal que a devolveu, vivenciou outro abrigamento e, ao final, foi adotada. Os objetivos específicos envolveram a investigação sobre a dimensão subjetiva dessa criança a partir de uma série de rupturas de vínculos, apreendendo aspectos da fragilidade da família biológica e compreendendo as significações produzidas pela família pretendente à adoção. As entrevistas abertas, impulsionadas por uma questão disparadora, foram dirigidas a onze participantes (os pais biológicos de Ana, os pais que a devolveram, os pais que a adotaram, a juíza, a assistente social, a psicóloga, a cuidadora e o coordenador do abrigo) em entrevistas individuais e grupais, estas últimas em relação ao casal pretendente que devolveu a criança e ao casal que adotou. O referencial psicanalítico, com o método interpretativo - elemento estruturante da escuta - amparou a análise dos fenômenos, organizada sob a forma de contos. A devolução, mobilizada por conflitos inconscientes dos pais pretendentes à adoção, aconteceu em um contexto de negação, delimitando um campo de violência e rejeição, fazendo emergir a suposta filha, Ana-Anita, um estranho familiar. No cenário institucional, a devolução revelou, sintomaticamente, profissionais resistentes à escuta da subjetividade dos fenômenos familiares. A devolução, vivenciada contratransferencialmente nesta pesquisa, sinalizou para o caos da impotência, do abandono e da falta como elementos inerentes à organização do universo simbólico dos sujeitos envolvidos neste processo.	Dissertação Mestrado em psicologia
22.	Zambrano, E. (2008). <i>"Nós também somos família"</i>:	A proposta desta tese é apresentar o debate sobre ser ou não o grupo constituído por uma pessoa/casal do mesmo sexo e seus filhos, uma família.	Tese

	estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. Tese, Doutorado, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Recuperado de http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17649	As discussões se dão entre diferentes áreas (Antropologia, Medicina, Psicologia, Direito, religiões e militância) em decorrência do aumento da visibilidade da família homoparental. São apresentadas as pesquisas que vêm sendo realizadas e seus resultados. Por meio da análise de reportagens do Jornal Folha de São Paulo são mostradas as concepções de família de cada área considerada e as consequências do debate para os entrevistados. É evidenciado o papel das religiões no incremento do preconceito, influenciando outros atores sociais e dificultando sua aceitação pela sociedade e inclusão na proteção do Estado, por meio da legalização do casamento e adoção.	Antropologia social
23.	Ohira, M. M. A. (2013). <i>O direito à convivência familiar violado: crianças e adolescentes preteridos à adoção</i> . Monografia, Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de http://bdm.unb.br/handle/10483/6125	Este trabalho examina as razões pelas quais os candidatos à adoção não escolhem alguns grupos de criança e adolescente que acabam sendo preteridos à adoção no Distrito Federal. O ponto de partida foi à constatação da existência de mais pessoas querendo adotar do que crianças/adolescentes para serem adotados. De acordo com os números examinados, concluiu-se que, no Distrito Federal os preteridos à adoção são semelhantes aos grupos discriminados na sociedade. As crianças e adolescentes, do sexo masculino, com deficiência, negras, maiores de dois anos de idade e que compõem grupos de irmãos que acabam permanecendo por mais tempo na fila a espera por adoção. Entre as razões da existência de um perfil preterido, a pesquisa mostrou que há, por parte dos candidatos à adoção, recorrente projeção das expectativas esperadas em filhos biológicos, sobre aqueles que estão disponíveis à adoção. Tais ocorrências levam a um perfil preferido que não é o único encontrado entre as crianças e adolescentes disponíveis, como consequência há um grupo preterido que termina por não exercer o direito à convivência familiar e permanece na fila de espera por adoção por longos anos. Isso exige do Estado maior empenho no sentido de realizar ações educativas na sociedade sobre a importância da adoção	Monografia Graduação Serviço social

		para o desenvolvimento dos indivíduos sociais, com vistas a garantir a convivência familiar para aqueles que não pertencem ao perfil procurado para adoção.	
24.	Dantas, F. S. S. (2009). <i>Adoção tardia: produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação</i> . Dissertação, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8150	Esta pesquisa teve por objetivo investigar a produção de sentidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação, com ênfase no estudo da linguagem na perspectiva Sócio-Histórica de Vygotsky e Enunciativo-Discursiva. Participaram deste estudo três famílias, tendo cada uma delas uma configuração familiar diferente (monoparental, biparental e homoafetiva), cujos filhos adotados tardiamente pertenciam à faixa etária de 5 a 10 anos. O método de estudo foi baseado em entrevistas videografadas que se subdividiram em três momentos: Primeiros os pais realizaram a leitura do livro <i>Bebê do Coração</i> para os filhos, em seguida pais e filhos conversaram sobre o texto lido e, por último, contaram a história da adoção vivenciada por eles. A análise dos discursos produzidos se baseou na busca dos núcleos de significação proposta por Aguiar, em que os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios dos discursos são articulados entre si permitindo uma análise mais consistente dos sentidos e significados. A partir da entrevista realizada com a família monoparental foi observado que o luto não elaborado pela morte da mãe biológica da criança adotiva desempenhou um papel marcante para produção de sentidos, pois os envolvidos na prática adotiva desempenham a maternagem e filiação cumprindo os papéis relacionados ao ser mãe e filho, mas não se posicionam enquanto tal. Os lutos não feitos durante a adoção dificultam o processo de tornar-se mãe e filho, bem como, uma maior atualização dos sentidos acerca deste tipo de parentalidade. Em relação aos sentidos produzidos pela família homoafetiva, a paternagem para estes pais adotivos, é assumir o papel e o posicionamento de pai dentro de casa, mas sempre que necessário eles assumem o papel de mãe. Os papéis de pai e mãe são percebidos como sendo complementares e importantes para resguardar o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos.	Dissertação Mestrado em Psicologia Cognitiva

		Por outro lado, o sentido de filiação produzido pelas crianças adotadas por este casal homoafetivo é de que ser adotivo significa ser escolhido e amado. E finalmente, os sentidos produzidos pela família biparental demonstraram que a maternagem é orientada pela falta de um referencial biológico da criança adotiva em relação aos seus genitores, o que constitui um obstáculo para compreensão das dificuldades apresentadas por esta criança. A prática da maternagem é significada como sendo mais intensa em relação à paternagem, no sentido de que a mãe participa ativamente da educação dos filhos enquanto a paternagem é praticada tendo em vista as funções de provedor do sustento familiar e promoção de atividades de lazer para a família. Ser filho adotivo significa ter sido rejeitado no passado pelos pais biológicos, fato este que é difícil de ser lembrado e falado. De modo geral, o tipo de configuração familiar (monoparental, biparental e homoafetiva) orienta os sentidos produzidos acerca da maternagem, paternagem e filiação adotiva, interferindo nos processos de subjetivação dos envolvidos	
25.	Oliveira Filho, a. D. C. D. (2013). <i>Entre a Sociedade Civil Organizada e o Estado: embates, tensões e alianças no processo de construção do campo adotivo nacional</i>. Dissertação, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/8684	A dissertação ora apresentada buscou compreender o processo de construção do campo adotivo brasileiro. Este espaço social tem se edificado a partir da atuação de atores sociais oriundos da sociedade civil organizada e do Estado que se embatem, disputam e formam alianças ao longo dos últimos 30 anos, no intuito de maturar leis e diretrizes simbólicas que regulem a prática da adotiva no país. Este trabalho foi constituído a partir de minha inserção no campo adotivo, no contato com o Grupo de Apoio à Adoção de Fortaleza – GAAD Laços de Amor, e na participação dos Encontros Nacionais de Adoção, - ENAPAS, de São Paulo, 2009, Curitiba, 2011 e Brasília, 2012. Após realização de observação participante no referido GAAD e da compilação de falas dos principais interlocutores do movimento nacional de adoção pude perceber a formatação de todo um complexo de atores sociais que vem se unindo em torno da temática adotiva no país, formatando uma complexa rede de interdependência que almeja a nomeação oficial da adoção, o controle dos processos de entrega de	Dissertação Mestrado em Sociologia

		crianças bem como a mudança dos perfis de pretendentes à adoção de crianças em situação de acolhimento institucional. Destes agrupamentos tem se destacado a atuação dos GAADs e do Poder Judiciário, que, imbuídos pelos interesses pessoais de seus membros, grupos, classes e frações de classe, e pelos novos imaginários sociais de criança e adolescente, vem modificando e criando novas leis e legislações nacionais como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, 2006, O Cadastro Nacional de Adoção, CNA 2008, e a Nova Lei Nacional de Adoção, 2009. Esse processo tem convergido para uma união oficial entre Estado e sociedade civil organizada na busca disciplinar as práticas adotivas, principalmente dos indivíduos que se encontram fora da esfera de nomeação oficial: pais biológicos que entregam seus filhos em adoção e pretendentes a adoção. As disputas entre essas classes e grupos se colocam de forma complexa e contraditória no campo, pois, ao mesmo tempo em que se engendram práticas de dominação, através da formação de leis que visam impedir ou condicionar os processos de escolha dos indivíduos dos grupos a fora da esfera oficial, estes últimos se interpõe em novas estratégias de “ilegalidade” para a efetivação de seus interesses e simbologias pessoais.	
26.	Argolo, M. E. D. (2009). <i>Adoção de crianças e adolescentes em situação de abrigo: a última ou a única alternativa?</i>. (Monografia). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/750/1/2007_MariaEstelaArgolo.pdf	As dificuldades encontradas pelas famílias pobres para cuidar e educar seus filhos fizeram com que elas os abandonassem cada vez mais. A desigualdade social que prevaleceu no país desde o período colonial se expressou até mesmo nos direitos formalmente estabelecidos, categorizando diferentemente os filhos da elite e os dos pobres – o que só veio a ser rompido com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Ainda assim, as ações e políticas disponíveis de atendimento à família são fragmentadas e praticamente inexistentes. A proteção à família, inscrita na Constituição Federal vigente, promulgada em 1988, é algo ainda a ser concretizado. Apesar do aspecto financeiro não ser legalmente motivo para a perda ou	Monografia Serviço social

		suspensão do poder familiar, nota-se que um número considerável de famílias se vê pressionado a abandonar seus filhos em instituições de abrigo como estratégia de sobrevivência – para si e para a própria criança – devido a sua crítica situação econômico-financeira. Para melhor compreender as razões que levaram a Vara da Infância e da Juventude (VIJ/DF) a cadastrar para adoção crianças e adolescentes abrigados, num período de 4 meses, em 2007, foram realizadas entrevistas estruturadas com 5 (cinco) profissionais das instituições de abrigo do DF; com 10 (dez) técnicos da Seção de Adoção e analisados os documentos de 10 processos de crianças e adolescentes cadastrados para adoção na VIJ/DF. Estabeleceram-se como hipóteses, que se confirmaram: a) as famílias não encontram alternativas para cuidar de seus filhos, que não a adoção; b) os abrigos não trabalham a reintegração dessas crianças à família de origem; c) os profissionais do judiciário tendem a ver na adoção a única possibilidade de crianças e adolescentes acessarem a convivência familiar, já que a maioria destes vem de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza. Dos resultados, destacam-se os seguintes fatos: a família biológica apresenta a carência material como motivo para o abrigamento de seus filhos; o trabalho da instituição de abrigo para reestruturar a família e reintegrar seus filhos é falho; os profissionais da Seção de Adoção percebem que, na maioria das vezes, a adoção é a única alternativa da criança e do adolescente estar numa família como filho.	
27.	Alves, G. F. (2011). Adoção no Brasil à luz do Neoconstitucionalismo.	http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13180/1/d.pdf No Brasil, mais de 80 mil crianças estão acolhidas em instituições, mas apenas 10% desse total estão totalmente aptas à adoção as demais aguardam a finalização dos processos de destituição do poder familiar. Crianças retiradas da família biológica que possuam mais de três anos de idade, negras, do sexo masculino, ou portadoras de necessidades especiais não são desejadas por aqueles que pretendem adotar, crescendo e se desenvolvendo em situação de abrigamento. Em 2009, entrou em vigor a chamada Lei de	Dissertação Mestrado Direito

		Adoção Lei n. 12.010/09, a qual se propôs trazer efetividade ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. Após o movimento de constitucionalização do direito civil, cumpre verificar se o atual modelo de adoção vigente no país está em conformidade com os atuais paradigmas do direito positivo brasileiro, sobretudo no reconhecimento do valor jurídico do afeto e do cuidado pela tutela dos direitos fundamentais. Destarte, este estudo propõe-se a investigar de que forma o Estado pode ou deve interferir no tocante às adoções de crianças e adolescentes, em razão das modalidades de adoção existentes e aquelas admitidas pela legislação brasileira. Nessa perspectiva questiona-se: como tornar a adoção adequada aos contornos do neoconstitucionalismo? A adoção, após a vigência da Lei 12.010/09, está em conformidade com os direitos fundamentais estampados na Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais? O direito à convivência familiar e seus corolários estão sendo adequadamente tutelados pelos operadores do direito? Para cumprir o mister proposto neste trabalho, elegeu-se a pesquisa teórica, com compilação e revisão de material bibliográfico acerca dos temas propostos. Paralelamente, adotou-se a pesquisa documental, com análise da legislação pertinente, jurisprudência, direito estrangeiro e análise estatística. Espera-se, com o estudo do tema proposto, trazer propostas e embasamentos doutrinários para uma melhoria da postura do jurista frente à questão da adoção de crianças e adolescentes. Anseia-se, por fim, que essa pesquisa frutifique em políticas públicas que propiciem o efetivo acesso da criança e do adolescente aos direitos e garantias fundamentais de que são titulares.	
28.	De Mozzi, G. (2015). A adoção de crianças e jovens com deficiência: um estudo com famílias adotantes.	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134778 A complexidade do tema adoção tem incitado diversificadas discussões científicas, contudo, são escassos os estudos sobre a adoção de crianças ou jovens com deficiência. Esta pesquisa pretende contribuir para difundir a viabilidade desta prática, orientar atuações profissionais diversas, ampliar discussões científicas e contribuir no planejamento de programas sociais e	Dissertação Mestrado Psicologia

políticas públicas. Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral investigar as características do processo de adoção de crianças e jovens com deficiência a partir da percepção de famílias que vivenciaram esse tipo de experiência de adoção. Fizeram parte da pesquisa 12 famílias que concluíram o processo de adoção de crianças ou jovens com deficiência, e que tinham conhecimento sobre a deficiência no momento da adoção. Estas famílias foram acionadas por meio da técnica ?Bola de Neve?. Como instrumento para a produção das informações, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, realizada na moradia das famílias participantes ou no local de trabalho da pessoa entrevistada. Esta entrevista foi orientada por um roteiro norteador com o objetivo de investigar o processo de adoção, as experiências familiares e as vivências da deficiência, além de proporcionar espaço para estas famílias contarem as suas histórias e a sua trajetória familiar. Um breve questionário sociodemográfico também compôs a entrevista. A análise de conteúdo dos resultados, com a explicitação de categorias temáticas definidas a posteriori, permitiu reconhecer as motivações e experiências prévias familiares que influenciaram o processo de adoção e problematizar a maior agilidade nos processos de adoção de crianças com deficiência, influenciada pela condição corporal/funcional da criança. A partir das narrativas familiares, a construção da parentalidade adotiva pode não ter sido uma escolha específica, mas o produto de um processo de vinculação, influenciado pelas práticas de cuidado, pelo papel ativo da criança, por experiências prévias familiares e pelas especificidades do cuidado de crianças com deficiência. Concluiu-se que a condição de deficiência é um elemento constituinte da experiência de adoção destas crianças, operando tanto no processo judicial quanto na vivência das famílias adotantes.

Tabela A2

Referências que falam sobre criança/adolescente em situação de acolhimento institucional.**TOTAL: 67**

1.	Vasconcelos, A. Q., Yunes, M. A. M., Garcia, N. M. Estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. <i>Paidéia</i> , 2009, 19 (43), 221-229. Recuperado de http://www.redalyc.org/html/3054/305423765010/	O presente estudo teve por objetivo investigar as interações entre famílias e as instituições de abrigo a partir do modelo bioecológico de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner. Para tanto, foram acompanhadas as interações de funcionários de uma instituição do extremo sul do Brasil e a família de uma criança institucionalizada durante o processo de reinserção familiar. Os profissionais revelaram crenças e percepções idealizadas que prescrevem as expectativas dos modos de vida da família nuclear tradicional. Por sua vez, a família apresentou temores em relação aos julgamentos dos representantes da instituição pela possibilidade de perder a guarda dos outros Filhos não-institucionalizados. Portanto, os discursos da família e da instituição revelaram interações que evidenciam desconfiança entre os dois contextos, o que dificulta e prorroga o retorno das crianças ao ambiente familiar. Palavras-chave: abrigos, famílias de baixa renda, crianças institucionalizadas.	Artigo Bioecologia
2.	Menezes, A. C. E. <i>A retrospectiva dos direitos da criança e do adolescente: uma análise crítica perante a mídia conservadora</i> . 2016. Dissertação, Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Recuperado de http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/9799	O presente estudo busca apresentar uma análise crítica dos direitos da criança e do adolescente perante a mídia conservadora, através de aspectos legais, normativos, históricos e conceituais acerca do público infante-juvenil. Nessa perspectiva se abordará a historicidade da infância e adolescência no âmbito nacional e mundial, através de leis e jornais que salientam essa temática, analisando de forma crítica os meios de comunicação de massa utilizados em diferentes períodos dessa história. O tema em estudo está vinculado à linha de pesquisa “Serviço Social e Políticas Sociais”, um dos eixos do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidade da PUCRS. A abordagem do tema remete à discussão da Doutrina de Situação Irregular	Dissertação Mestrado Serviço Social

e à Doutrina de Proteção Integral, pois há concepções diferenciadas, tanto no direito e na defesa de crianças e adolescentes, quanto no sistema de proteção. A pesquisa indaga as mudanças de concepção sobre os Direitos da Criança e do Adolescentes que se expressam na legislação brasileira e em documentos oficiais, no período de 1988 a 2015. Nesse processo de investigação, utilizou-se o método Dialético Crítico, para desvendar a realidade. Para isso, buscou-se, através da historicidade e de contradições, chegar-se à totalidade social; reconhecendo-a, porém, em seu movimento dinâmico, inacabado e em constante transformação. Essas constantes transformações tornam-se visíveis na análise desta pesquisa, quando são abordadas as políticas sociais no Brasil e a concepção dos direitos de crianças e adolescentes, normatizadas, tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto pelas demais legislações e políticas sociais. Entende-se que essas constantes transformações também são influenciadas e manifestadas através dos movimentos sociais da população infanto-juvenil e dos seus processos de luta e resistência, para a garantia e a efetivação de seus direitos. Inicialmente, buscou-se a delimitação do universo da pesquisa na legislação brasileira, nas publicações oficiais e em jornais datados a partir do ano de 1988, contemplando na pesquisa o período de 1988 a 2015. Todavia esse período foi ampliado, indo de 1979 a 2015, considerando a necessidade de se compreender as mudanças legais instauradas em 1979. Porém o foco dessas mudanças ocorreu a partir de 1988, com a publicação da nova Constituição Federal e das mudanças conceituais sobre proteção à criança e ao adolescente, trazidas e estabelecidas pela Carta Magna. A amostragem dessa pesquisa se dá com as legislações publicadas no período de 1979 a 2015 e com as reportagens e pesquisas sobre os temas: acolhimento institucional (abrigos); crianças e adolescentes (população infanto-juvenil); direito, justiça e Juizado da Infância e da Juventude (Juizado de Menores – antes de 1989). A pesquisa de dados jornalístico utilizou um universo que

compreende o período de 1979 a 2015. As palavras-chave pesquisadas nos dados jornalísticos foram: “menores”, Juizado de Menores, Juizado da Infância e Juventude, infância e juventude, direitos das crianças e dos adolescentes, abrigo, acolhimento institucional, proteção de crianças e adolescentes e medida de proteção. A amostra da pesquisa se caracterizou como não probabilística e intencional, tendo em vista que se busca conhecer a concepção expressa nos documentos oficiais, acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes em todas as esferas do governo. A amostra se concentra em 275 reportagens entre os anos de 1999 a 2015, em que foram categorizados eixos temáticos como: direitos de crianças e adolescentes, convivência familiar e comunitária, abrigo/acolhimento institucional, adoção/apadrinhamento afetivo, políticas públicas, violação de direitos, história de vida, violência urbana, violência contra crianças e adolescentes e maioridade penal. Todavia a ênfase recaiu somente sobre os três primeiros eixos. O universo total da matéria jornalística encontrase em 319 reportagens, contudo, diante da falta de alguns dados dos demais anos, optou-se por afunilar a amostra para 275 reportagens. As reportagens do ano de 1979 foram utilizadas para melhor visualizar as temáticas e as formas de manifestação dos jornais na época. As etapas da pesquisa consistiram, primeiramente, no levantamento e na seleção dos materiais a serem analisados, levando em conta que os critérios estabelecidos anteriormente contemplem os objetivos e finalidade da pesquisa. Na segunda etapa, é realizada a leitura do material e o destaque de categorias consideradas relevantes, levando em conta o período e o contexto histórico em que foram produzidos. Quanto à terceira etapa, foi realizada a coleta de dados, através da técnica de análise documental e interpretação dos dados, com base na análise de conteúdo (Bardin, 1977). Os dados foram analisados através dos procedimentos de codificação, classificação e categorização, resultando em quadros de referência que servirão de base para a realização das inferências. (Triviños, 1987). Ainda

assim, as categorias explicativas encontradas para melhor compreender a realidade instalada estão articuladas e referenciadas numa conjuntura em torno do tema: direitos de crianças e adolescentes, políticas sociais – Assistência Social e a mídia. Não obstante, visando a uma melhor interpretação e análise desse estudo, a metodologia utilizada para analisar a teoria social da comunicação de massa utilizou-se John Thompson (1995), diante da metodologia de interpretação. Primeiramente, se refere à análise sócio-histórica, em que serão analisadas as condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas, assim como os fenômenos sociais contextualizados (métodos empíricos, observacionais e documentais). Posteriormente, a metodologia de interpretação, se destaca a análise, formal ou discursiva, que significa analisar as formas simbólicas e sua construção complexa. E por fim da metodologia de interpretação se inserem a interpretação e a reinterpretação dos resultados da análise de dados. Isso é feito através de explicações e análise das reflexões sócio-históricas e da análise discursiva em torno da categoria e da efetivação dos direitos sociais. Propõe-se a construção de um conceito que articule todas as categorias que vêm sendo utilizadas, para explicá-lo, dentre os aspectos da contradição, historicidade, alienação e totalidade. O conceito de garantia de direitos da criança e do adolescente permeia todo esse trabalho, à medida que se estabelece dentro de um referencial teórico, político e ideológico preciso, qual seja, a dialética marxista. Essa apreensão do conceito tem como base uma formação política crítica, diferenciada em razão de ser um processo social orientado por uma cultura política, calcada em valores que afirmam a democracia e os direitos humanos, a partir dos processos de participação, organização e política social. Por fim, abordam-se as políticas sociais e suas variações no que se refere à proteção social e em especial aos direitos de crianças e adolescente e como isso repercute na mídia e na sociedade de massa.

3.	Vasconcelos, Q. A., Garcia, N. M., Yunes, M. A. M. (2006). Crianças e adolescentes institucionalizados: um estudo ecológico sobre as relações entre a família e a instituição de abrigo. Recuperado de https://slidex.tips/download/crianas-e-adolescentes-institucionalizados-um-estudo-ecologico-sobre-as-relacoes	O presente estudo teve por objetivo investigar ecologicamente a relação entre a família e a instituição de abrigo, no que se refere às crenças e percepções de um ambiente em relação ao outro. A base teórica desta investigação é a Teoria Ecológica de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Foi realizado um estudo de caso sobre as interações entre a família de uma criança abrigada e os funcionários de uma instituição localizada no município de Rio Grande. Os funcionários revelaram descrença nas possibilidades das famílias superarem suas dificuldades, além de demonstrarem concepções idealizadas sobre a dinâmica familiar. Por outro lado, a família evidenciou temer o julgamento da instituição pela eminência de retirada da guarda dos outros filhos. Portanto, os discursos de ambas as partes sugerem uma relação de desconfiança entre os dois ambientes, o que certamente dificulta a reinserção das crianças no ambiente familiar. Palavras chaves: Família; Instituição de abrigo; Desenvolvimento Humano; Reinserção Familiar.	Artigo Ecologia
4.	Rocha, P. K.; Prado, M. L.; Kusahara, D. M. O brinquedo terapêutico como um modo de cuidar de crianças vítimas de violência. <i>Ciência, Cuidado e Saúde</i>, 2008, 4 (2) 171-176. Recuperado de http://ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5245	No Brasil, os índices de violência contra a criança são alarmantes. A violência contra a criança pode ter consequências físicas e psicológicas, produzindo um quadro agudo e/ou crônico, deixando seqüelas irremediáveis. A enfermagem desempenha papel essencial no cuidado de crianças que sofrem violência. Sendo assim, percebe-se a necessidade da ampliação de conhecimentos que auxiliem os profissionais de enfermagem no cuidado com crianças vítimas de violência, não somente no ambiente hospitalar como também extrahospitalar. Nesse contexto, a enfermagem pode dispor de um instrumento fundamental para o cuidado de crianças vitimizadas: o brinquedo terapêutico. O objetivo desta reflexão teórica é abordar o brinquedo terapêutico como um modo de cuidar da enfermagem às crianças institucionalizadas vítimas de violência. O brinquedo terapêutico auxilia a criança a desenvolver sua capacidade de relacionar-se com o cuidador e seu entorno, permitindo	Artigo Enfermagem

		que, além de brincar, demonstre seus sentimentos e ansiedades quanto ao ambiente e sua vitimização. Palavras-chave Cuidado; Enfermagem; Violência; Criança.	
5.	Rocha, P. K., & do Prado, M. L. (2006). Violência infantil e brinquedo terapêutico. <i>Revista Gaúcha de Enfermagem</i> , 27(3), 463-471. Recuperado de http://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4667	Neste estudo foi construído um processo metodológico de cuidado junto a crianças institucionalizadas que sofreram violência. Teve como objetivo ampliar o conhecimento teórico-metodológico sobre o brinquedo terapêutico e desenvolver um modelo de cuidado para sua aplicação. O estudo foi desenvolvido com base na Pesquisa Convergente Assistencial, de abordagem qualitativa, de outubro de 2004 a abril de 2005, com três crianças. Os dados foram coletados por meio de entrevista aberta e observação participante. O processo de análise seguiu as etapas de apreensão, síntese, teorização e recontextualização. Os resultados demonstraram a aplicabilidade da proposta, já que favoreceu o processo de cuidado a essas crianças.	Artigo Enfermagem
6.	Mattos, F. B. (2011) <i>A aplicação da biblioterapia através da hora do conto com crianças e adolescentes institucionalizados: pesquisa e ação no Lar da Criança Raio de Luz</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil. Recuperado de http://repositorio.furg.br/handle/1/5810	Este artigo trata de uma pesquisa-ação que buscou avaliar a aplicação da biblioterapia, através da “hora do conto”, para a melhora da autoestima de crianças e adolescentes institucionalizadas no Lar da Criança Raio de Luz na cidade do Rio Grande-RS. Para a coleta de dados, foram realizadas sete seções de biblioterapia desenvolvidas com um grupo de crianças da faixa etária dos nove aos 14 anos de idade. Como resultado, verifica-se que a hora do conto, como método biblioterápico, apresentou um papel importante tanto no aumento da autoestima das crianças como no incentivo a leitura, embora o último não tenha sido objetivo da proposta.	TCC graduação Biblioteconomia

7.	Garcia, M. F. (2009). <i>A Constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional</i>. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119738/283137.pdf?sequence=1	O trabalho que ora se apresenta tem por finalidade fazer uma reflexão sobre uma das questões mais relevantes relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco social e pessoal, o acolhimento institucional. Para realização deste estudo, toma-se como parâmetro a instituição denominada Casa Lar São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo. O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e as reflexões a partir da experiência de estágio na referida instituição. O estudo trás a tona o conceito de acolhimento institucional incorporado ao ECA que define a provisoriedade e a excepcionalidade desta medida de proteção, procurando a reintegração da criança junto a sua família. Viabilizar este novo modelo consiste hoje em um desafio para todos os envolvidos na implementação de políticas de atenção a infância e á adolescência. O trabalho procurou fazer um resgate histórico da atenção à criança e ao adolescente, além de trazer as perspectivas do Serviço Social para a prática junto ao acolhimento institucional, na intervenção com as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, visando assegurar o direito a convivência familiar e comunitária. Palavras chave: Acolhimento Institucional, Crianças e Adolescentes, Famílias, Serviço Social.	Tcc graduação Serviço social
8.	Cesaro, F. P. (ago-2013). Irreversível? Sobre o trabalho de transferência com crianças e adolescentes em situação de abrigamento. <i>Jornada do Percurso de Escola XI (II)</i>. APPOA. Recuperado de http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/226.pdf#page=49	Resumo não disponível.	Artigo Psicologia

9.	Ribeiro, F. B. (jul-dez, 2015). <i>Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de "crianças e adolescentes" em contextos da "proteção à infância"</i>. <i>Politica & Trabalho</i>, (43), 49-64. Recuperado de http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/26329	Neste artigo, visio problematizar o amálgama entre o ideal de participação social de “crianças e adolescentes” preconizado a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989) e o interesse etnográfico por suas participações. Diante da prevalência de pesquisas em que a noção de participação traduz-se por tomar a palavra, sugiro que novas perspectivas se abrem quando se interroga como “crianças e adolescentes” tomam parte de diferentes configurações relacionais. A partir de etnografias focadas em contextos da “proteção à infância” tratarei de distinguir a abordagem etnográfica da participação de “crianças e adolescentes” na vida cotidiana, do caráter prescritivo que a participação, como direito, tende a tomar a partir da CDC. Proponho que onde atuam categorias de classificação totalizantes e negativas (crianças vítimas de violência, famílias desestruturadas etc.), a etnografia joga luz sobre espaços minúsculos de ação nos quais “crianças e adolescentes” se movimentam, em interação, fazendo e desfazendo vínculos. Palavras-chave: Participação. Etnografia. Proteção à infância. Relações cotidianas.	Artigo Antropologia social
10.	Leoncio, W. A. H. (2009). <i>Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares</i>. Tese, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-04082009-093017/en.php	Esse é um estudo sobre consultas terapêuticas familiares destinadas a crianças abrigadas e seus pais. Como objetivos desta tese, têm-se: refletir sobre a situação de abngamento e o rompimento da convivência familiar; e favorecer o desenvolvimento de recursos que contribuam para o desenvolvimento emocional de todos os membros da família, preservando-se, ainda, os vínculos familiares na medida do possível. A hipótese do trabalho terapêutico, nesse estudo, refere-se à família que, quando ela mesma é acolhida, pode desenvolver recursos próprios para cuidar de si mesma e dos filhos. Os atendimentos foram realizados no próprio abrigo, uma organização não-governamental, localizado na região do Grande ABC. no Estado de São Paulo. Foi realizada uma análise clínica-quahtativa dos dados obtidos com enfoque psicanalítico. Para a análise foram realizados estudos de caso com a compreensão da situação problema, a qual foi auxiliada por observação documental. No trabalho	Tese de doutorado Psicologia

		são apresentados quatro (4) estudos de casos de quatro (4) famílias. A análise do conteúdo do procedimento de consultas terapêuticas, na forma individual e familiar, teve por base a livre inspeção de material, que revelou como o fenômeno da ruptura dos laços familiares pode ser melhor compreendido pelos atores familiares envolvidos. Mostramos que a partir de um vértice psicanalítico, seguindo uma abordagem compreensiva, próxima, humana, acolhedora e continente, sendo transmitida caso a caso, é possível promover verdadeiras mudanças. Observamos que tanto as crianças como os pais já apresentavam conflitos antes do abrigamento. o qual pode amenizar a situação de risco, mas pode trazer também muito sofrimento para a criança e a sua família. Identificamos muitas situações de conflito e dor, entretanto observamos que em alguns casos houve possibilidades para a reintegração da criança ao grupo familiar, e que mesmo no caso de pais mais perturbados em suas condições emocionais, com o trabalho das consultas, pôde haver uma evolução. Algumas estratégias utilizadas de modo espontâneo mostraram ser muito úteis no trabalho de consultas psicoterapêuticas, revelando ser o acolhimento fundamental para a elaboração do ódio e da angústia presentes em situações como as descritas nesse estudo.	
11.	Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., Dell’Aglia, D. D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. <i>Arquivos de Psicologia</i>, 61(1). Recuperado de http://www.redalyc.org/html/2290/229019189017/	Este estudo investigou a rede de apoio social e afetivo e, em especial, a percepção das figuras parentais na rede de crianças e adolescentes institucionalizados. Participaram 146 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 16 anos ($M=11,1; DP=2,04$), sendo que 81,5% são de abrigos governamentais e 18,5%, de abrigos não governamentais da região metropolitana de Porto Alegre. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista semiestruturada e o Mapa dos Cinco Campos. Os resultados indicaram que 59,4% dos participantes mantêm contato com suas famílias. Quanto à rede de apoio, o campo Abrigo apresentou maior média de contatos, sendo considerado a principal fonte de apoio, e o campo	Artigo Psicologia

		Família apresentou contatos de maior proximidade. Observou-se diferença na percepção das figuras parentais, sendo que a figura materna foi percebida como mais presente e próxima do que a figura paterna. A percepção positiva associada ao campo Família e às figuras parentais sugere uma idealização da família e leva à discussão sobre o distanciamento entre "vivido" e "pensado". Palavras-chave: Rede de apoio; Família; Figuras parentais; Institucionalização.	
12.	Silva, M. R. D. S., & Souza, M. T. C. (2013). Bem me quer, mal me quer: jovens em situação de risco entre a rua, a casa e o abrigo. 37º Encontro Anual da ANPOCS ST32. Sociologia da adolescência e juventude. Recuperado de http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21248/1/2013_eve_rssiiva.pdf	A questão de crianças abandonadas é conhecida desde a Antiguidade, mas foi na chamada modernidade que surgiu uma preocupação maior com estes sujeitos, a partir de uma mudança ocorrida na sensibilidade social e representação sobre a infância, como mostra Ariès (1981). Como exemplo disso, a adoção existe como prática prevista em códigos (ABREU, 2002) há muitos séculos. Segundo Silva (2013), os seus primeiros registros datam do período Pré-Romano, a exemplo do Código de Hammurabi. Ariès descreve como antes as crianças na Europa ingressavam no mundo do trabalho já aos sete anos e que não existia um sistema escolar obrigatório. Com o advento das sociedades industrializadas se criou uma fase intermediária entre a infância e a idade adulta: a adolescência. O conceito de adolescência só aparece depois do século XVIII e não se difunde antes do século XX. Estas categorias históricas resultaram de um processo de transformações sociais numa escalada de conquistas de direitos que marca a construção da modernidade. No Brasil as primeiras instituições que atendem a crianças e adolescentes são os seminários, colégios para órfãos, em meados do século XVIII. Essas e todas as instituições que vão realizar esse atendimento até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente eram de tipo asilar, logo tratavam-se já do que Goffman (2005) define por instituição total, em que necessidades de contingentes de indivíduos são administradas dentro de um mesmo espaço no qual estes passam a residir, a desempenhar suas atividades e a vivenciar	Artigo Sociologia

		seu tempo livre. Tais estabelecimentos caracterizaram-se por dois traços básicos: (a) pela visão caritativa e correcional, tutelar e paternalista sobre os filhos das “classes subalternas”, afastando-os do convívio social para “incutir hábitos morais considerados convenientes à sociedade, bem como preparar as crianças para o trabalho” (FREITAS, 2000) e; (b) deslegitimar as famílias dos assistidos como não apenas economicamente incapazes, mas moralmente inabilitadas a assumirem a criação de seus filhos. As atuais instituições de acolhimento surgem legalmente com a promulgação da lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, novo marco legal e paradigmático do atendimento a crianças e adolescentes. Esses estabelecimentos se originaram na contraposição às instituições asilares de antanho. A mudança de sensibilidade social de que trato, de uma política correcional, caracterizada pelo Código de Menores, para outra com vista à inclusão na cidadania e de caráter protetivo se teceu na esteira de mudanças mais amplas ocorridas no Brasil e em outros países. Rizzini e Rizzini (2004) citam o avanço do debate sobre essa política específica entre os que a formulavam e Garland (2005) chama a atenção para fatores socioeconômicos como o desgaste do modelo de Welfare State nos países do Ocidente e para mudanças na configuração do aparelho correcional, que abre espaço para uma preocupação preventiva e de restauração de danos. O presente estudo é o produto final de uma pesquisa demandada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) da Campanha Nacional Criança Não é de Rua (CNER), realizada entre janeiro de 2012 e março de 2013, que buscou identificar continuidades e singularidades do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SGD) a partir da política de acolhimento e adoção, que integra uma pesquisa de doutorado em curso.	
13.	Kreuz, S. L. (2013). <i>Da convivência familiar da criança e do adolescente na perspectiva</i>	O presente estudo discute a questão da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Inicia-se com a análise histórica dos acolhimentos no Brasil, por muito tempo toleradas e estimuladas, as transformações	Dissertação Mestrado Direito das

	<i>do acolhimento institucional</i>. Dissertação, Direito das Relações Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Recuperado de http://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29218	familiares e a família como espaço privilegiado para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Apresenta a situação atual dos acolhimentos, suas causas e consequências. O direito à convivência familiar é analisado na perspectiva dos princípios constitucionais e como um direito fundamental. A efetivação desse direito fundamental tem como responsáveis a família, a sociedade e o Estado. A família e, consequentemente, a criança e o adolescente, sofrem pela falta de políticas públicas e programas de prevenção ao abandono. Infelizmente, o direito à convivência familiar, apesar de inúmeras tentativas legislativas de conter os acolhimentos e diminuir a sua duração, continua sendo reiteradamente descumprido, em grande parte, pela omissão da família, da sociedade e do Estado. Neste sentido, foram apresentadas e analisadas alternativas ao abandono e a institucionalização. A efetividade do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar passa pela compreensão, pelos diversos atores de proteção à criança e ao adolescente, da transição paradigmática da doutrina da situação irregular para a da proteção integral. Passa, também, pela mudança de postura do Poder Judiciário, posto que se tornou, pela nova Lei 12.010, de 2009, protagonista na efetivação do direito à convivência familiar e deve exercer o controle sobre os acolhimentos institucionais, zelando pela celeridade e o respeito a este direito fundamental. Somente por meio de uma reordenação do Sistema de Justiça, com vistas à interdisciplinaridade e respeito aos princípios constitucionais, em especial, o da prioridade absoluta, será possível dar efetividade a este direito de toda criança e adolescente.	relações sociais
14.	Soares, L. C. E. C., Souza, F. H. O., & Cardoso, F. S. (2015). <i>Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas</i>	O presente artigo tem como objetivo discutir a convivência familiar de crianças e adolescentes em três campos da psicologia jurídica, a saber: acolhimento institucional, recasamento e violência doméstica. No primeiro momento examinou-se a convivência familiar no acolhimento institucional com base em dados de três relatórios de pesquisas nacionais	Artigo Psicologia

	e violência doméstica. <i>Psicol. argum</i>, 33(82), 330-345. Recuperado de http://www2.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd1=16198&dd2=8910&dd3=pt_BR&dd99=pdf	que retrataram o funcionamento das instituições de acolhimento no Brasil, a partir dos anos 2000. A segunda temática refere-se à investigação sobre as atribuições de padrastos e madrastas no trato com seus enteados, com destaque no estabelecimento da convivência familiar no recasamento após a separação conjugal. Por fim, foi problematizado o campo de intervenção da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, quanto aos seus efeitos cíveis decorrentes da aplicação das medidas protetivas de urgência, quando estas interferem na convivência familiar dos filhos com o pai acusado de agressão contra a mulher. Tais estudos baseiam-se em pesquisas sobre as novas concepções jurídicas, legais e sociais de família, de conjugalidade, de parentalidade, de parentesco e de filiação. Concluiu-se que a convivência familiar constitui-se como um vasto campo de pesquisa, podendo apresentar diversas configurações e aproximações teóricas. Desta forma, promovê-la pressupõe a compreensão dos diferentes cenários que a compõem na contemporaneidade. [P] Palavras-chave: Família; abrigo; violência; psicologia social..	
15.	Souza, E. P. D. (2003). <i>Projeto casa da criança e do adolescente do Morro da Caixa: reflexões quanto a sua efetividade</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial289180.PDF	O presente trabalho é fruto da experiência de estágio vivenciada na Casa da Criança e do Adolescente/Morro da Caixa, no período de março a dezembro de 2001. C) objetivo deste trabalho está na reivindicação do Serviço Social, fundador e atuante neste projeto, em realizar uma avaliação séria e criteriosa, não com o intuito punitivo ou fiscalizatório, mas como um aliado na revisão de seus resultados/ou impactos sociais sobre a demanda atendida. Diante da realidade vivida como estagiária, podemos perceber o importante papel que o Serviço Social desempenha na instituição. Desde sua idealização, implantação e implementação é parte integrante da mesma, deixando de ser meramente executor, desvinculando-se da rotina diária da profissão na busca de novas alternativas. Utilizando como fonte documental o "diário de campo", "relatórios de estágio" e "estudos sociais" realizados com as famílias das crianças atendidas na Casa da Criança e do Adolescente, procuramos dar	Tcc graduação Serviço social

		respostas à instituição quanto aos impactos sociais causados a sua demanda.	
16.	Lima, R. M. D. (2012). <i>Acolher em rede: desafios para a garantia dos direitos da criança e do adolescente</i> . Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Recuperado de http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/5086	Este estudo versa sobre o tema da rede de proteção à infância e juventude, com o objetivo geral de analisar sua existência e funcionamento enquanto suporte à medida de acolhimento institucional. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico. Foram realizadas entrevistas junto aos sujeitos que atuam nas diferentes esferas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em um município de pequeno porte, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, e a análise das informações empíricas foi possibilitada pela técnica da análise textual discursiva. Os resultados informam que existe uma rede estabelecida. No entanto, há déficits importantes no seu funcionamento. Entre os desafios a serem superados, estão a necessidade de capacitar os trabalhadores acerca das mais recentes orientações da área, melhorias estruturais dos estabelecimentos e o aprimoramento dos mecanismos de comunicação, de modo a constituir, de fato, uma rede de proteção como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.	Dissertação Mestrado Psicologia
17.	Nejar, M. C. D. S. (2011). <i>Práticas educativas em casas lares: relato de uma intervenção grupal</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118051	O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo descrever e analisar os desafios da prática profissional do assistente social na intervenção de reintegração da criança ou adolescente abrigado à sua família de origem, para a contribuição de uma reflexão onde o profissional afirma a sua atuação teórico- prática na elaboração de estratégias que viabiliza para efetivar seu atendimento frente aos desafios e as demandas que surgem no seu processo de trabalho. A motivação para este estudo partiu da experiência de estágio desenvolvido nas Casas- Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, no período de agosto de 2003 a fevereiro de 2004. O trabalho está distribuído em três capítulos que abordam respectivamente: o contexto da instituição frente à dinâmica institucional e a demanda atendida; as relações do Serviço Social e o atendimento a infância no Brasil na abordagem do referencial teórico do	TCC Graduação Serviço Social

		presente estudo e análise dos desafios e estratégias utilizadas na prática profissional para reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem	
18.	Farias, M. G. S. D. (2003). A Importância da preservação e restituição do vínculo familiar nos abrigos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114454	Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade descrever e analisar a experiência vivenciada durante o estágio curricular obrigatório no Programa Abrigo do Município de São José, no período de março à julho de 2003. Surge a partir de então o interesse em estudar questões relacionadas ao vínculo familiar destas crianças e adolescentes que encontram-se com seus direitos violados. Assim, o trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro realiza-se um resgate histórico sobre a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, buscando situar o Abrigo até o contexto atual. Posteriormente, aborda-se a questão da família (como um meio para a garantia desses direitos) e realiza-se uma discussão sobre o abandono, abrangendo definição, causas e consequências. Por último, urna apresentação do Programa Abrigo no Município de São José, vinculando o trabalho do profissional de Serviço Social no resgate do vínculo familiar enfraquecido ou até mesmo perdido e dá-se ênfase a importância do assistente social neste processo	Tcc Serviço social
19.	Freitas, S. N., Teixeira, C. T., & Rech, A. J. D. (2016). Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i> , 11(4), 2104-2124.	http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8214 Este artigo debate a respeito da gestão e da inclusão escolar de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional. Os temas são relevantes tendo em vista que são escassas as pesquisas que buscam relacioná-los. Para tanto, esta pesquisa visou investigar e compreender a realidade da gestão educacional diante da inclusão de alunos com deficiência que viviam em situação de acolhimento institucional. Alguns autores foram selecionados para embasar este estudo, entre eles: Lück (2006), Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), Sousa & Paravidini (2013), Carvalho (2006), Tezani (2010), Yin (2010) e Bardin (2011). Esta pesquisa se configurou como qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos de coleta de dados selecionados foram entrevista	Artigo Educação

		semiestruturada e observações na escola em que o aluno com deficiência estava matriculado. Os resultados apontam para uma prática inclusiva ainda deficitária. A escola afirma que o apoio da Secretaria Municipal de Educação ainda é incipiente no respaldo ao trabalho da gestão escolar para o provimento de recursos financeiros e humanos para que a inclusão de fato se concretize. Sendo assim, observa-se que para a inclusão se efetivar é necessário um trabalho realmente articulado entre todos os envolvidos nesse processo. Palavras-chave Gestão escolar. Inclusão. Acolhimento Institucional.	
20.	Hollmann, V. L. (2014). <i>Da institucionalização de crianças e adolescentes ao acolhimento familiar e institucional</i> . Monografia, Direito, Univates, Lajeado, RS, Brasil. Recuperado de https://www.univates.br/bdu/handle/10737/454	Com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, ocorreu um enorme avanço na esfera dos Direitos da Infância e da Juventude, no entanto, a prática da institucionalização de crianças ainda está muito presente na nossa cultura. Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender o percurso histórico dessa institucionalização que acabou arraigada até os atuais dias. O trabalho será realizado através de uma pesquisa legislativa e doutrinária, baseado em constatações fáticas.	Monografia graduação direito
21.	Getassi, T. (2014). <i>Atuação do assistente social em programas de abrigo: desafios e perspectivas da intervenção profissional junto a crianças e adolescentes institucionalizados</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de	O trabalho que ora se apresenta, tem por finalidade descrever e analisar a atuação do assistente social em programas de abrigo de crianças e adolescentes. Para realização deste estudo, toma-se como parâmetro a instituição denominada Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (CVM), que mantém um programa de abrigo chamado Casa Lar Jandira Jovita da Rosa. Primeiramente, apresenta-se a metodologia utilizada para a concretização deste trabalho, que foi realizado através de pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica. Posteriormente, contextualiza-se a instituição CVM, apresenta-se a dinâmica de funcionamento e realiza-se a caracterização das crianças e dos adolescentes abrigados na Casa Lar.	Tcc Serviço social

	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/119139	Discorre-se, em seguida sobre a instituição do Serviço Social na sociedade brasileira e os desafios para os profissionais atualmente. Na continuidade, descrevem-se e analisam-se as entrevistas realizadas com técnicos e abrigados da Casa Lar Jandira Jovita da Rosa, com o objetivo de verificar qual a percepção destes sujeitos sobre a atuação do Serviço Social no programa. Conclui-se o trabalho, reconhecendo a importância da atuação do Assistente Social em programas de abrigo, sobretudo na intervenção direta com as crianças e os adolescentes, e suas respectivas famílias, visando assegurar o direito à convivência familiar e comunitária	
22.	Mossmann, A. D. C., & Faraco, C. B. (2010). <i>Influência da Terapia Mediada por Cães para o Desenvolvimento de Empatia em Crianças Institucionalizadas</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, Faculdade Integradas de Taquara, RS, Brasil. Recuperado de http://patasterapeutas.org/wp-content/uploads/2015/07/TAA-e-empatia-em-criana%CC%81as-institucionalizadas.pdf	O objetivo deste estudo foi compreender a repercussão de interações terapêuticas, mediadas por animais, sobre o desenvolvimento de empatia em crianças institucionalizadas. Observaram-se crianças em suas habilidades para ouvir e manifestar interesse por outros, além de compreender se as crianças identificavam os sentimentos de outros. Participaram da pesquisa cinco crianças, com idade entre seis e oito anos, e institucionalizadas na Apromin, em Taquara-RS. Esta condição, segundo as autoridades de proteção à infância, ocorreu por abandono e negligência familiar. A abordagem metodológica é quali-quantitativa, e os instrumentos utilizados foram: Escala de Empatia para crianças e adolescentes (BRYANT, 1982) pré e pós-intervenção, anotações em diário de campo e registro audiovisual em vídeos. Para análise da escala, foram utilizados o Teste t de Student e, para análise do diário de campo e dos vídeos, usou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Os resultados demonstraram que houve um incremento no desenvolvimento da empatia dos participantes. Palavras-chave: Terapia Mediada por Animais. Empatia. Institucionalização. Criança.	Artigo de conclusão de curso Psicologia
23.	Costa, J. R. P. (2005). <i>A Importância da preservação e</i>	Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade descrever e analisar a experiência vivenciada durante o estágio curricular obrigatório	Tcc

	<i>restituição dos vínculos familiares no Lar Recanto do Carinho-GAPA.</i> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118468	no Lar Recanto do Carinho-GAPA, no Município de Florianópolis, no período de agosto à dezembro de 2004. A partir do campo empírico identificou-se a sistematização do processo de trabalho na preservação dos vínculos familiares destas crianças e adolescentes que encontram-se abrigados e com seus direitos violados. O trabalho ora apresentado é uma primeira aproximação de como o Serviço Social intervém junto a este segmento e suas famílias, para garantir o direito a reinserção familiar. Este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, realiza-se um resgate do histórico da Instituição. Posteriormente, aborda-se a questão da família e realiza-se uma discussão sobre a ruptura dos vínculos, a inserção em família substituta, o direito à convivência familiar, abrangendo definição, causas e conseqüências do abrigamento. Por último apresenta-se a sistematização do processo de trabalho do Serviço Social na preservação dos vínculos familiares, salientando a importância desta intervenção profissional no resgate ou manutenção destes vínculos, enfraquecidos ou até mesmo perdidos	Serviço social
24.	Vedana, P. (2002). <i>Grupo de adolescentes contribuindo no processo de mudança da realidade nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz.</i> Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de http://tcc.bu.ufsc.br/TCC	O presente trabalho aborda a experiência de estágio desenvolvida nas Casas-Lares, Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, no período de março de 2001 a julho de 2002. Tendo por propósito conhecer a realidade das crianças e adolescentes que ali estão abrigados, por situação de risco pessoal e social, acompanhando o trabalho do Serviço Social cujas ações estão baseadas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A primeira parte deste trabalho aborda, o histórico das instituições a realidade encontrada nas Casas-Lares, aspectos teóricos do trabalho com grupos e perfil da adolescência. Descreve-se na segunda parte o desenvolvimento das ações da estagiária com a equipe do Serviço Social, através da abordagem grupal, junto aos adolescentes das Casas-Lares.	Tcc Serviço social

	Ssocial/2002/tcc patricia vedana000000000.PDF	Este espaço procurou proporcionar momentos de reflexão e aprendizado aos usuários, discutindo a realidade na qual estão inseridos e assuntos específicos levantados pelos adolescentes. Finalizando com a pesquisa através de entrevistas realizadas com adolescentes e monitores, nas quais procurou-se obter os resultados da ação profissional e as propostas para a continuação dos trabalhos.	
25.	SOUZA, V. (2015). <i>(Com) viver e (com) fiar uma rede quente na experiência sensível de vinculação afetiva: uma análise das práticas de acolhimento infanto-juvenil no município de vitória/es</i> . Dissertação, Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufes.br/handle/10/2963	A partir de nossa vivência na Proteção Social Especial de Alta Complexidade para crianças e adolescentes da Prefeitura de Vitória (que inclui o acolhimento familiar e institucional), buscamos seguir as controvérsias referentes a tais serviços de maneira a colocar em análise os atravessamentos que perpassam a realidade dos acolhimentos, como criminalização da pobreza, valorização da família, fortalecimento do acolhimento familiar, desqualificação dos espaços institucionais, desenvolvimento de crianças acolhidas, entre outros. Nossa aposta foi de que mesmo diante dessas questões que perpassam os serviços de acolhimento, podemos potencializar essa rede e inventar novos modos de se relacionar com a vida, com as crianças, com as famílias e com os serviços de medidas protetivas. Por isso, nos apoiamos na compreensão de rede como transformação, alianças, fluxos, mediações e movimentos, conforme proposta pela Teoria Ator-Rede. Os dispositivos analíticos utilizados foram o diário de campo, a análise da ata das reuniões mensais dos equipamentos da alta complexidade de crianças e adolescentes com a Vara da Infância e Juventude de Vitória, e entrevistas com os atores que compõem a rede de proteção social especial da alta complexidade. A temática da vinculação e confiança emerge como agente transversalizador de nossas intervenções. Portanto, buscando produzir uma inflexão em nossa pesquisa, nos aliançamos às reflexões éticas que nos apontam para a intensificação da experimentação, das relações afetivas e das práticas de cuidado, já que apostar na potência das modalidades de acolhimento familiar e institucional é apostar na relação, na construção de vínculo e	Dissertação Mestrado em psicologia institucional

		confiança. Palavras chaves: Assistência Social; Acolhimento institucional; Acolhimento familiar; Vínculo; Confiança; Direito à Convivência Familiar e Comunitária.	
26.	Maragel, F. T., & Minetto, G. P. (2016). A autonomia de adolescentes que vivem no abrigo família de nazaré. <i>Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social</i> , 11(20), 1-51. Recuperado de http://ojs.ite.edu.br/index.php/css/article/view/74	Este estudo tem como objetivo evidenciar a autonomia de adolescentes que convivem no Abrigo Família de Nazaré, bem como a importância do Serviço Social nesse contexto. Estudo realizado no período de fevereiro a outubro de 2008, com adolescentes dessa casa abrigo, cujo tempo de abrigamento é superior a 3 anos. Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo como instrumental de coleta de dados a observação e a entrevista semi-estruturada. Os resultados apontam que são adolescentes de 12 a 14 anos, com escolaridade de 5ª a 8ª série incompleta. Possuem de 3 a 5 anos de abrigamento e os motivos do abrigamento ocorre pela falta de condições financeiras e afetivas que leva a perda dos vínculos como fator relevante no abrigamento das adolescentes. Pelos resultados da pesquisa, pode-se observar que o abrigamento ocorre principalmente pela falta de condições financeiras, onde a situação de pobreza que estas famílias enfrentam, muitas vezes, as levam mesmo contra a sua vontade, a deixar seus filhos em abrigos. Concebem o abrigo como sua família e reconhecem a importância da educação e cursos profissionalizantes como proposta de sua autonomia. O Serviço Social é importante, faz valer seus direitos como cidadãs, reconhecem ser um trabalho contínuo, o vêem como estímulo e apoio na formação de seu projeto de vida pessoal. Conclui-se que para adolescentes adquirir autonomia exige-se mais que vínculos e cursos, mas sim toda uma estrutura que envolva a educação formal e informal, formas	Artigo Serviço social

		de sobrevivência calcadas em vínculos afetivos que lhes dê sustentação, pois autonomia é muito mais que isso, é empoderamento.	
27.	Nunes, D. C. (2005). <i>Da Institucionalização a desinstitucionalização um caminho a ser percorrido</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118455	Este Trabalho de Conclusão de Curso objetiva refletir sobre as diferentes nuances da política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de abrigo, ressaltando as formas de aplicabilidade desta política desde o Antigo Código de Menores até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A escolha do tema e a opção por elaborar uma reflexão teórico-metodológica mais concisa sobre o assunto, surge a partir das situações vivenciadas no estágio obrigatório do Curso de Serviço Social, o qual foi desenvolvido durante cinco meses nas Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, abrangendo o período de agosto a dezembro de 2004. Pela experiência de estágio constatou-se que existem diferentes fatores como o tempo de permanência, causas de abrigamento, contatos familiares, formas de encaminhamento para a Instituição. dentre outros, que permeiam e fazem parte da vida das crianças e adolescentes abrigadas nas diferentes Instituições desta natureza. O trabalho encontra-se subdividido em dois capítulos: no primeiro realiza-se um resgate histórico das medidas de proteção, das legislações vigentes ao atendimento de crianças e adolescentes, tratando-se mais diretamente da substituição dos antigos internatos pelos abrigos, ou seja, mais especificamente as atuais Casas Lares. No segundo capítulo, descreve-se o trabalho de intervenção do serviço social nas Casas Lares, relatando e analisando os dados contidos na ficha de cadastro de crianças e adolescentes em regime de abrigo (A), os quais foram obtidos através da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA). As informações levantadas na pesquisa apontam que o Programa Abrigo representa uma contradição ao que o Estatuto preconiza, nos levando a refletir sobre a importância do papel do	Tcc Serviço social

		serviço social para que as rubricas do Estatuto sejam efetivadas e o abrigo de crianças e adolescentes deixe de acontecer	
28.	Silva, E. O. M. (2016). As características e os principais motivos que levam crianças e adolescentes ao acolhimento institucional no município de Vila Velha-ES. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Centro Universitário Católico de Vitória, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de http://www.ucv.edu.br/fotos/fil es/2016-2_Eliane.pdf	Este trabalho de conclusão de curso aborda a temática que envolve crianças e adolescentes de 0 a 18 anos institucionalizadas em casas de acolhimento no município de Vila Velha no ano de 2015. A partir de uma perspectiva histórica no que concerne ao processo de institucionalização no Brasil, o estudo teve embasando e fundamento em análises de normativa e marcos legais. O trabalho apresenta a evolução da Legislação desde o Código de Menores 1927 com o princípio da Situação Irregular e o Código de 1979, que dentre as medidas de proteção estava à institucionalização. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os mesmos passam a ser sujeito de proteção integral e o acolhimento passa a ser medida excepcional, recentemente foram atualizadas com Lei da Adoção 12.010/2009, que alterou alguns artigos do ECA. Com o resultado do estudo possibilitou a análise do objetivo que é identificar e analisar as características e os principais motivos que levam crianças/adolescentes a serem acolhidos. Com base em uma abordagem quanti-qualitativa analisamos os documentos através da técnica de análise de conteúdo, o estudo documental e descritivo foi coletado a partir de registros advindos de relatórios elaborados pelo Serviço Social de uma instituição pública vinculada ao poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, que atende as demandas de violações de direitos de crianças e adolescentes daquele município. . Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Criança e Adolescente. Família. Perfil. Motivos do Acolhimento.	Tcc Serviço social
29.	Guimarães de Vasconcelos, S. (2006). <i>Quando a pobreza lhes rouba os filhos: a pobreza como determinante da perda do</i>	Neste trabalho, buscou-se comprovar a relação existente entre a pobreza e a decretação da perda do poder familiar, tendo em vista o dispositivo legal que determina que a pobreza não é motivo suficiente para tal medida e que as famílias, neste caso, devem ser obrigatoriamente incluídas em	Dissertação Mestrado em serviço social

	<i>poder familiar</i>. Dissertação, Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9797	programas oficiais de auxílio. Para tanto, realizou-se o estudo de um caso de uma ação sentenciada em 2005 na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, no qual houve a intervenção do Núcleo de Apoio à Reintegração Familiar. Encontrou-se a pobreza e a desassistência como fatores determinantes das causas que levaram ao deferimento da ação, sendo o Estado omissor quanto às políticas de assistência à família, mas ao mesmo tempo algoz quando retira dos genitores o direito de criar e educar seus filhos	
30.	Miranda, J. C. D. S. (2014). <i>Vidas em circulação: o destino dos adolescentes abrigados ao completarem a maioridade</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119010/285707.pdf?sequence=1	O presente trabalho teve dois objetivos básicos: a) conhecer as experiências de circulação dos adolescentes nas famílias e em instituições; b) descrever as formas de preparação para o desligamento dos adolescentes que permanecem abrigados em idade próxima à maioridade e o destino daqueles que deixaram os abrigos recentemente. Partiu-se de dois pressupostos: a) que os adolescentes que permanecem no abrigo em idade próxima aos 18 anos passaram por experiências de circulação que enfraqueceram seus vínculos familiares; b) que na inexistência de uma política de desinstitucionalização os abrigos utilizam-se de estratégias informais e caritativas como forma de preparar os adolescentes para o desligamento. A pesquisa teve caráter qualitativo e o instrumento para a coleta dos dados empíricos foi à entrevista semi-estruturada com os adolescentes e os coordenadores de abrigo. A amostra foi composta por três abrigos que possuíam cinco adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos, num universo de 13 abrigos existentes na cidade de Florianópolis, todos pertencentes a organizações não governamentais. Como conclusões alinham-se: 1) todos os cinco adolescentes circularam principalmente entre familiares ou em instituições, com prejuízo de seus laços familiares, confirmando a hipótese aventada; 2) na falta de políticas os abrigos adotam expedientes individuais como: acessar o direito da adolescente com doença crônica e encaminhá-la para família ampliada; restabelecer vínculos com pais destituídos do poder familiar; constituir	Tcc Serviço social

		poupança e garantir a escolaridade na Escola Militar como preparação para emprego; encaminhar para emprego como aprendiz e manter vínculos; apostar no vínculo familiar da adolescente com problemas psiquiátricos. Confirma-se, portanto, a segunda hipótese. 3) os destinos dos adolescentes variam podendo evadir-se em torno dos 16 anos e viver por conta própria ou voltar para a família, ter os laços familiares mantidos ou restabelecidos por ação do abrigo e voltar a residir com os pais; sair com emprego arranjado pelo abrigo e conta poupança. Palavras-Chave: Abrigos, circulação de crianças e adolescentes, convivência familiar e comunitária.	
31.	Figueiredo, N. S. (2014). A judicialização dos conflitos nas instituições de acolhimento institucional: breve reflexão sobre as audiências concentradas. (<i>Syn thesis</i>, 7(1), 27-39.	A partir da mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a Lei 12.010/09, os Programas de Acolhimento Institucional tiveram inúmeras alterações em sua organização, que acarretaram impacto nos processos de trabalho dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e principalmente no destino das crianças e adolescentes acolhidos. A legislação introduziu no artigo 100, parágrafo único do ECA, vários princípios a serem observados em relação à aplicação das medidas de proteção e diretamente ligados às medidas de acolhimento institucional. Dentre os princípios alterados teremos a “oitava obrigatória e participação”, ou audiência concentrada, tema que será abordado neste artigo.	Artigo Serviço social
32.	Borges, I. F. (2005). O Conceito de abrigo e a prática de abrigamento de crianças e adolescentes na unidade Casa Lar São João da Cruz de coqueiros, Florianópolis-SC. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,	O presente Trabalho de conclusão de Curso tem como objetivo fazer uma reflexão sobre uma das questões mais relevantes relacionada à Criança e ao Adolescente em situação de abandono, risco social e pessoal. Através de um referencial bibliográfico o estudo procura trazer à tona o conceito de abrigo, a prática de abrigamento e as modalidades de atenção à criança e ao adolescente. De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no artigo 90, está previsto a medida de proteção, (medida de abrigo) com o propósito de romper com os modelos tradicionais de	Tcc Serviço social

	SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118481	atendimento a criança e adolescentes em situação de abandono. Dessa forma, ao romper definitivamente com a #lógica# das grandes instituições, propõe uma nova forma de ação onde o atendimento personalizado, em pequenos grupos e em pequenas unidades inseridas na comunidade constitui a essência dessa medida. Viabilizar este novo modelo consiste hoje num desafio para todos os envolvidos na implementação de políticas de atenção à Infância e à Adolescência. A motivação para esta pesquisa partiu da experiência de estágio curricular obrigatório realizado pelo pesquisador na Casa # Lar São João da Cruz, no período de Agosto de 2004 a Dezembro de 2004. O trabalho foi dividido em uma parte introdutória, em seguida procurou fazer um resgate histórico da atenção a Criança e ao Adolescente, além de trazer para reflexão a questão social, políticas públicas e processo de trabalho do Assistente Social. Por fim, trouxe a interpretação e análise da pesquisa e a conclusão	
33.	Juliano, M. C. C. (2013). Rede Família: uma Tecnologia Social e seu diálogo com a promoção de Resiliência Comunitária e a Educação Ambiental. Tese, Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil. Recuperado de http://repositorio.furg.br/handle/1/6007	A conjuntura planetária de crise atual é definida por um sistema econômico insustentável diante da capacidade limitada dos ecossistemas em suportar o atual nível de consumo. Este é ditado por modos de vida e de produção preconizadas pelo capitalismo, o que provoca alterações na dinâmica e na coesão das redes de apoio social. Assim, surge um novo modelo de sociabilidade marcado pelo despreendimento ou inexistência das redes de pertencimento social e pela exclusão social de grandes contingentes populacionais. Este é o desafio: criar formas alternativas e sustentáveis de sociabilidade. Torna-se, portanto, cada vez mais relevante a formulação e implantação de Tecnologias Sociais para que, entre outras coisas, sejam fortalecidos os vínculos sociais. As Tecnologias Sociais	Tese Doutorado em educação ambiental

com foco na inclusão social e na garantia do direito à convivência familiar e comunitária podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com seus ambientes. Tal proposição está diretamente relacionada com a perspectiva da Educação Ambiental, pois promove o cuidado nas relações com os outros seres vivos, humanos e não-humanos. Diante desta realidade, foi elaborado esse projeto de tese no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na linha da Educação Ambiental não formal, tendo como temática o estudo da experiência Rede Família e suas interfaces com a educação ambiental, com as terias sobre tecnologias sociais e com a promoção de resiliência comunitária. O estudo teve como objetivos descrever e investigar a eficácia da metodologia desenvolvida pela experiência Rede Família e verificar se a mesma se constitui em uma tecnologia social, em conformidade com os critérios das definições de autores contemporâneos. Buscou-se comprovar sua eficácia e sua possibilidade de ser reaplicada em situações de risco, especialmente as que levam ao afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar; e, investigar o seu impacto na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e para garantia da provisoriedade desta medida. A metodologia escolhida para este estudo foi a “Inserção Ecológica” que propõe a imersão dos pesquisadores nos ambientes a serem estudados, tendo como procedimentos de coleta de dados: análise documental, observações in loco e 15 entrevistas individuais com os profissionais de diferentes áreas que representavam e realizavam o trabalho da Rede Família. Para análise dos dados foi utilizada a Análise Textual Discursiva de Moraes & Galiazzi. Durante o período de análise foram acompanhadas 68 famílias (algumas destas famílias já tinham seus filhos reintegrados antes do período de análise). Foram desinstitucionalizados 85 crianças e adolescentes: 68 crianças e adolescentes foram reintegradas em suas famílias de origem e 17

		colocadas em famílias substitutas. Das crianças e adolescentes que voltaram ao convívio familiar até setembro de 2012 (data da última coleta de dados) apenas 04 foram novamente institucionalizadas. Portanto, os resultados da pesquisa comprovam a eficácia da metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família e foram encontradas todas as dimensões e características de tecnologia social através das análises das observações, documentos e falas dos entrevistados. Deve-se ressaltar em especial que a dimensão educativa da TS apresenta interfaces com a Educação Ambiental. Ademais, a experiência Rede Família denotou resultados ligados aos cinco pilares de resiliência comunitária apontados pela literatura. Em suma, Rede Família é uma metodologia de Tecnologia Social passível de ser reaplicada para garantir a provisoriedade da medida de acolhimento institucional e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Por fim, a experiência analisada é importante para promover a implantação das ações do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.	
34.	Ribeiro, G. A. R. (2002). A Responsabilidade do estado na institucionalização de crianças e adolescentes: um estudo sobre as condições de vida em uma instituição de abrigo. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114150/289165.pdf?sequence=1	O objetivo deste trabalho também é fazer um resgate da legislação vigente que instituiu o abrigamento como medida de proteção à criança e ao adolescente que, por alguma razão, não puderam permanecer com sua família biológica e não conseguiram ser acolhidos por famílias substitutas. Apresentamos a Lei 8069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente o qual regula, entre outros direitos, o atendimento em abrigos. Buscamos também mostrar o contraste que existe entre a Lei escrita e a Lei aplicada, fazendo uma comparação entre o disposto no ECA e a realidade encontrada no abrigo estudado. Entre todas as regulamentações dispostas no ECA, serão enfocados alguns artigos referentes à estrutura física dos estabelecimentos de abrigo, as propostas pedagógicas, os vínculos familiares e os demais projetos relacionados à	Tcc Serviço social

		garantia dos direitos. Daremos ênfase ao efeito psicológico decorrente de um longo tempo de abrigamento.	
35.	Lemke, A. P. (2006). <i>O direito a convivência familiar e comunitária dentro do sistema de proteção social: uma análise das aproximações e dos distanciamentos entre a Lei e a prática social</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118748	O presente Trabalho tem como objetivos centrais analisar a operacionalização de práticas sociais que visam proteger a criança e o adolescente afastados do convívio familiar, e apreender as aproximações e os distanciamentos entre a Lei e as práticas no que concerne à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Possui como objetivos específicos: a) verificar a influência das transformações no mundo do trabalho e do neoliberalismo para a família brasileira; b) apurar a construção do sistema de proteção social brasileiro; c) conhecer como é operacionalizada a medida de abrigamento no município de Florianópolis; d) apreender como é assegurado o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e de adolescentes e, e) identificar alternativas de acolhimento que assegurem o direito à convivência familiar e comunitária. A metodologia utilizada para sua realização compreende pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória. Contextualiza-se a problemática das crianças, dos adolescentes e das famílias, que passam por situação de rompimento de vínculos, junto ao sistema econômico-político e às transformações no mundo do trabalho e constata-se que estas transformações influenciam a família na proteção de seus membros. Foi avaliado que o sistema de proteção social brasileiro delega à família a responsabilidade de gerir o bem-estar social de seus membros e não lhe dá suporte, através das políticas sociais, para que ela possa cumprir as suas funções. O direito da criança e do adolescente de viver com sua família e junto à sua comunidade, com qualidade de vida, só será assegurado se houver um sistema de proteção social que ofereça recursos	Tcc Serviço social

para sua concretização (políticas públicas integradas e equipamentos sociais disponíveis nas comunidades). Posteriormente, passa-se para a análise da operacionalização da medida de abrigo em Florianópolis. Foram utilizados os seguintes procedimentos: aplicação de questionário nas 07 (sete) instituições de abrigo da cidade, tabulação dos dados, interpretação, análise e devolutiva dos resultados. Os resultados, mais expressivos, demonstram que o direito à convivência familiar e comunitária, dentro dos abrigos, é frágil no município: 43% dos abrigos (03) não oportunizam visitas domiciliares das crianças e dos adolescentes aos lares de suas famílias; nenhum abrigo atende qualquer criança ou adolescente, todos fazem alguma restrição (sexo, faixa etária, deficiência etc), dificultando a manutenção de grupo de irmãos; em 72% dos abrigos há algum serviço, que poderia ser acessado na comunidade, oferecido exclusivamente dentro da instituição; apenas 02 (dois) abrigos (28%) realizam ações de apoio à família de origem através de 04 (quatro) procedimentos: visitas domiciliares, acompanhamento psicossocial, grupos de discussão e encaminhamentos aos programas oficiais de auxílio. Por fim, apresenta-se a proposta de Acolhimento Familiar, como uma alternativa de proteção às crianças e aos adolescentes que são afastados de seus lares. Entretanto, conclui-se que esta alternativa deve ser estudada com mais aprofundamento teórico, bem como precisa ser discutida amplamente dentro dos espaços de proposição de práticas sociais. A idéia presente é que este Trabalho contribua para a formulação de políticas e programas sociais que garantam o direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes

36.	Romeiro, J. B. (2017). <i>Os vínculos afetivos de adolescentes acolhidas: explorando diferentes contextos</i>. Dissertação, Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP, Brasil. Recuperado de https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/150343	Considerando a importância do afeto e do vínculo para o desenvolvimento emocional e, entendendo que o afeto é a capacidade do indivíduo estabelecer relações nas quais se criam vínculos, resultante da interação com o meio em que está inserido, esta pesquisa teve como objetivo estudar os vínculos afetivos nos diferentes contextos por onde o adolescente acolhido permeia, ou seja, família, abrigo, escola e grupo de amigos, buscando a compreensão de como esses vínculos são mantidos e/ou expandidos. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, questionários, roteiros de entrevista e a técnica do modelo esquemático do tapete. Participaram desta pesquisa três adolescentes que estavam acolhidas em um abrigo institucional, suas mães, uma avó e uma tia materna. No contexto do abrigo, participaram a coordenadora da instituição, a psicóloga e uma auxiliar de educadora. Do contexto escolar foram entrevistadas uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e uma professora coordenadora. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise foi realizada através de estudo de caso. A adolescente Yanca manteve os vínculos afetivos com a mãe, os irmãos e os avós e com os amigos. Seus vínculos foram expandidos no contexto do abrigo e da escola. Evelyn também manteve seus vínculos com a mãe, irmão e tios. No contexto do abrigo pode expandir suas relações afetivas com funcionários e acolhidos. No contexto escolar seus vínculos foram mantidos com professores e colegas. A adolescente Elisa manteve seus vínculos no contexto familiar com a mãe e os irmãos. No contexto do abrigo teve a oportunidade de expandir seus vínculos e no contexto escolar e com o grupo de amigos, os vínculos afetivos foram mantidos. Ao final da pesquisa foi possível constatar que os vínculos afetivos familiares das adolescentes foram mantidos e novos vínculos puderam ser construídos. Por outro lado, no caso das três participantes da pesquisa, conclui-se através da análise dos dados que, em dois deles, não havia necessidade de a adolescente ser retirada da família natural e colocada no	Dissertação Mestrado Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem
-----	--	---	--

		abrigo, uma vez que a família extensa poderia acolhê-las. Destaca-se a importância de treinamento dos Conselheiros Tutelares para respeitar o ECA e retirar a criança ou adolescente da família, natural ou extensa, somente em casos de extrema necessidade. (...)	
37.	Souza, E. P. <i>Projeto Casa da Criança e do adolescente do morro da caixa: reflexões quanto a sua efetividade</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial289180.PDF	Considerando a importância do afeto e do vínculo para o desenvolvimento emocional e, entendendo que o afeto é a capacidade do indivíduo estabelecer relações nas quais se criam vínculos, resultante da interação com o meio em que está inserido, esta pesquisa teve como objetivo estudar os vínculos afetivos nos diferentes contextos por onde o adolescente acolhido permeia, ou seja, família, abrigo, escola e grupo de amigos, buscando a compreensão de como esses vínculos são mantidos e/ou expandidos. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, questionários, roteiros de entrevista e a técnica do modelo esquemático do tapete. Participaram desta pesquisa três adolescentes que estavam acolhidas em um abrigo institucional, suas mães, uma avó e uma tia materna. No contexto do abrigo, participaram a coordenadora da instituição, a psicóloga e uma auxiliar de educadora. Do contexto escolar foram entrevistadas uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e uma professora coordenadora. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise foi realizada através de estudo de caso. A adolescente Yanca manteve os vínculos afetivos com a mãe, os irmãos e os avós e com os amigos. Seus vínculos foram expandidos no contexto do abrigo e da escola. Evelyn também manteve seus vínculos com a mãe, irmão e tios. No contexto do abrigo pode expandir suas relações afetivas com funcionários e acolhidos. No contexto escolar seus vínculos foram mantidos com professores e colegas. A adolescente Elisa manteve seus vínculos no contexto familiar com a mãe e os irmãos. No contexto do abrigo teve a oportunidade de expandir seus vínculos e no contexto escolar e com o grupo de amigos, os vínculos afetivos foram mantidos.	Tcc Serviço social

		Ao final da pesquisa foi possível constatar que os vínculos afetivos familiares das adolescentes foram mantidos e novos vínculos puderam ser construídos. Por outro lado, no caso das três participantes da pesquisa, conclui-se através da análise dos dados que, em dois deles, não havia necessidade de a adolescente ser retirada da família natural e colocada no abrigo, uma vez que a família extensa poderia acolhê-las. Destaca-se a importância de treinamento dos Conselheiros Tutelares para respeitar o ECA e retirar a criança ou adolescente da família, natural ou extensa, somente em casos de extrema necessidade.	
38.	Romanelli, B. M. B. (2013). <i>O que é feito dos jovens?</i> Tese, Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de http://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30049	Esta pesquisa tem como foco compreender o que acontece com os jovens que já moraram em instituições de acolhimento, empregando-se referências do campo da Psicologia Social Comunitária Latinoamericana e da Educação problematizadora, apoiada em Paulo Freire. Tem-se como objetivo compreender as condições e dinâmica de convivência, quando institucionalizados, e as perspectivas de vida e planos de futuro que têm para si próprios. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. Para isso realizou-se um levantamento da produção científica dirigida ao tema do acolhimento institucional junto a artigos publicados em periódicos especializados, teses e dissertações. Foram também feitas entrevistas individuais, semi-estruturadas, com quatro jovens egressos de instituições de acolhimento na cidade de Curitiba. As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo com categorias a posteriori, adotando os eixos temáticos: caracterização dos participantes e sua história; entradas e saídas da instituição; cenários e dinâmicas na instituição; significados da saída e entrada no mundo externo; futuro e perspectivas: o que é feito dos jovens? Apresentam-se informações a respeito do Serviço de Acolhimento Institucional em Curitiba, como fruto de uma sistematização de dados documentais oficiais. A experiência institucional, para os jovens, fornece bases de referência para sua	Tese Doutorado em educação

		convivência interpessoal atual, mesmo sendo avaliada em alguns momentos como negativa. Viver na instituição contribuiu para o desenvolvimento de sentimentos de solidariedade e compaixão, mas também gerou sentimentos de medo em relação ao mundo fora da instituição. Quanto às produções culturais, os jovens escrevem sobre suas histórias e a institucionalização, atividade importante para ressignificar a experiência institucional. Os jovens almejam crescimento profissional, propiciar oportunidades de estudos para os filhos e cuidá-los da forma como gostariam de ter sido cuidados. As instituições de acolhimento continuam presentes em seus planos futuros, seja com a realização de visitas ou atividades de lazer e recreativas, seja por meio do trabalho remunerado ou como voluntário. Algumas contribuições apontam para a necessidade dos jovens participarem de atividades em grupos para que possam se conscientizar do vivido e transformar as realidades institucionais.	
39.	Souza, P. P. D. (2016). <i>Proteção ou punição?</i> a outra face do acolhimento institucional. Monografia, Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45993/46.pdf?sequence=1&isAllowed=y	O presente trabalho tem por escopo problematizar a institucionalização de crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil. Do assistencialismo simbolizado pelo Sistema de Rodas gerido pela Igreja Católica, à fase judicial instituída pelo advento do Código de Menores de 1927 cuja marca é o protagonismo do Juiz de Menores, a pesquisa analisa o processo histórico de atenção à infância desvalida que, baseada em políticas repressivas, promoveu a internação em massa da infância em "situação irregular". De objeto à sujeito, os direitos da criança e do adolescente são elevados ao plano constitucional em 1988 e, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, institui-se a chamada doutrina da proteção integral. A partir desta nova concepção de infância, pela qual família, sociedade e Estado dividem solidariamente obrigações, a manutenção de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento por tempo indeterminado mostra-se incompatível com o direito fundamental à convivência familiar e comunitária	Monografia Direito

constitucionalmente previsto. Desde então, premente romper com a ideologia menorista ainda impregnada na sociedade cujo reflexo é notadamente percebido na atuação dos poderes públicos, em especial, dos que compõem o Sistema de Justiça. A despeito de uma legislação inovadora, a ausência de políticas públicas preventivas voltadas à redução da desigualdade social, aliada à mentalidade retrógrada de que proteção à infância se resume ao caritativismo, segrega milhares de crianças e adolescentes, em sua maioria, órfãos de pais vivos, em instituições de acolhimento pelo país. A partir da reflexão sobre os efeitos prejudiciais que a institucionalização prolongada causa na formação biopsicossocial de crianças e adolescentes, amplamente ressaltados na literatura, buscou-se analisar como uma medida que pretende ser protetiva pode ser caracterizada como punitiva quando apenas se substitui uma violação por outra. Apesar da carência de informações oficiais, foram analisados dados estatísticos disponíveis para consulta pública na internet sobre os números do acolhimento no Brasil. Por fim, no intuito de compreender os fatores que envolvem o prolongamento da medida e seus desdobramentos, procedeu-se à entrevista de alguns atores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente atuantes no Estado do Paraná, por meio de questões direcionadas de acordo com o cargo ocupado. Essência dessa pesquisa, também foi oportunizada a escuta do ator principal, o exacolhido. Tendo como mote o diálogo interdisciplinar, consciente de que a questão da infância em situação de risco envolve a atuação articulada de vários setores da Rede de Proteção, a intenção deste trabalho não é estabelecer fórmulas ou certezas, mas, sobretudo, dar visibilidade a uma questão precariamente discutida na academia, especialmente no âmbito jurídico, e fomentar a reflexão sincera sobre o tratamento dispensado à infância pobre neste país

40.	Marzol, R. M. (2009). <i>Um estudo sobre os cuidadores das instituições de abrigo e o papel de proteção das suas interações com crianças e adolescentes institucionalizados</i>. Dissertação, Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil. Recuperado de http://www.repositorio.furg.br/handle/1/2403	Há inúmeras evidências acerca do impacto da privação material e afetiva no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Diante disso, constata-se que muitos deles chegam às instituições de abrigo com comprometimentos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais. Entretanto, a inclusão em ambientes atentos às suas singularidades demonstra que tais dificuldades podem ser minimizadas para que floresçam potencialidades e resiliências. Isso leva a pensar que o afastamento familiar imposto pela institucionalização pode ser compensado por interações de qualidade no espaço institucional. Diante das constatações apresentadas, este estudo buscou compreender os processos relacionais que se estabelecem entre as crianças e adolescentes institucionalizados e os cuidadores das instituições de abrigo. A pesquisa desenvolveu-se em duas instituições de abrigo não governamentais da cidade do Rio Grande/RS, nominadas respectivamente Inst. A e Inst. B. Buscou-se evidenciar as concepções dos coordenadores, das crianças/adolescentes e dos próprios cuidadores sobre o papel de proteção do trabalhador do ambiente institucional, assim como reconhecer as principais características que sustentam as referidas interações. A análise dos dados obtidos se efetivou a partir dos pressupostos da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Foram identificados os processos de interação das pessoas (coordenadores/crianças e adolescentes/cuidadores), os objetos e símbolos (percepções e crenças) dos dois ambientes imediatos (contextos institucionais) em um período de tempo limitado. Os resultados obtidos demonstraram que as concepções dos coordenadores exercem influência nas formas de organização do ambiente institucional com reflexo nas concepções dos demais integrantes dos segmentos pesquisados. Quanto à ótica das crianças e adolescentes, foi solicitada a eleição justificada dos cuidadores com quem eles estabelecem interações significativas. A última etapa das entrevistas consistiu em investigar a visão dos cuidadores eleitos (pelos coordenadores e pelas crianças e adolescentes abrigados nas duas	Dissertação Mestrado em educação ambiental
-----	--	---	--

		instituições). Eles discursaram sobre seu trabalho na instituição e apontaram as experiências pessoais que julgaram influenciar sua atuação profissional. A transversalidade da análise das concepções dos três segmentos pesquisados possibilitou constatar que a tríade Acolhimento, Afetividade e Aprendizagem Recíproca são dimensões presentes na fala de todos os segmentos entrevistados. Essas propriedades relacionais se estabelecem quando as pessoas se tornam importantes umas para as outras. Trata-se de constatações que vêm ao encontro do conceito de “outro significativo”. Tal categoria descreve figuras que, por sua importância interacional, podem transformar em oportunidades o que parecia ser uma inevitável trajetória de risco.	
41.	Siqueira, A. C. (2009). Crianças, adolescentes e transições ecológicas: Instituições de abrigo e família como contextos de desenvolvimento. Tese, Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Recuperado de http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15706	Este estudo investigou a problemática da institucionalização, verificando as características pessoais e familiares de crianças e adolescentes abrigados, sua percepção quanto às figuras parentais, seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social e, por fim, o processo de reinserção familiar. O Estudo I investigou o perfil dessas crianças e adolescentes, focalizando as características individuais, familiares e sociais de 155 jovens, de sete a 16 anos, da região metropolitana de POA/RS. Foram utilizados: entrevista estruturada, Teste de Desempenho Escolar, Escala Multidimensional de Satisfação de Vida e Mapa dos Cinco Campos. Os resultados indicaram a presença de fatores de risco no nível da pessoa (precoce experimentação de drogas e baixo desempenho escolar) e no nível do microsistema familiar (monoparentalidade e trabalho informal), além de diferenças entre os tipos de abrigos nos escores dos instrumentos. O Estudo II investigou como estes jovens percebem as figuras parentais em sua rede de apoio. Os dados indicam que a maioria dos participantes tem contato familiar freqüente e a existência de uma percepção positiva associada à família, sugerindo a idealização das relações familiares. Observou-se, também, um enfraquecimento da figura paterna na rede de apoio. O Estudo III	Tese Doutorado em psicologia

		investigou a vivência de eventos estressores, rede de apoio e satisfação de vida entre jovens institucionalizados e jovens que viviam com suas famílias. Uma MANOVA indicou a existência de diferença entre os grupos quanto à rede de apoio e eventos estressores, mas não quanto à satisfação de vida. No Estudo IV, sobre o processo de reinserção familiar, cinco adolescentes foram acompanhados longitudinalmente, através de visitas domiciliares, Entrevistas de Reinserção e do procedimento da inserção ecológica. Os resultados demonstraram que não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição, apontando a carência de políticas públicas de atenção a esse processo e um abismo entre o que é preconizado no ECA e o que ocorre na realidade. A necessidade de políticas públicas focalizadas nas famílias e nos processos de reinserção de jovens institucionalizados é discutida.	
42.	Liotto, L. F. P., Bianchi, E., & Krahl, S. (2008). A concepção dos cuidadores de crianças em situação de abrigo. <i>VI Semana Acadêmica do Curso de Psicologia</i>. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Erechim, RS.	O presente trabalho objetivou caracterizar a percepção dos cuidadores de crianças em situação de abrigo em duas cidades da região norte do estado do Rio Grande do Sul. Foram elaboradas para a coleta de dados entrevistas com perguntas semi-estruturadas. Os dados foram levantados a partir dos relatos fornecidos pelos entrevistados, que são funcionários das instituições com no mínimo 3 (três) anos no exercício da função de cuidador. Foram entrevistados 07 cuidadores que compõem um grupo heterogêneo. Os resultados indicam que os cuidadores estabelecem algum tipo de vínculo com as crianças e este vínculo exerce uma influência direta sobre o comportamento delas; afirmam que as crianças desenvolvem algum tipo de identificação com seus cuidadores, procurando imitar seus modos e jeito de ser. É unânime entre os cuidadores a idéia de que o melhor para estas crianças é a adoção, conscientes de que o abrigo não preenche as demandas de ninguém, e acreditam que o retorno delas às famílias de origem pode tornar o futuro incerto. Ainda que haja um mínimo de preparo técnico para a função, os cuidadores atuam com seus	Resumo em anais de evento (ao lado) Psicologia

		próprios recursos pessoais, sua moral, seus valores, seu humor e sua força física, empenhando-se em fazer o melhor para o desenvolvimento dessas crianças. É importante ressaltar que há certa frustração por parte dos cuidadores com esta realidade e com esta profissão, e que estes sentimentos manifestam-se através das defesas desses cuidadores, mecanismos que os protegem dessa dura realidade, por exemplo, as negações, identificações e talvez, em alguns casos, possa-se interpretar como sublimação dos seus próprios sentimentos de desamparo e abandono. 100% dos entrevistados expressaram que há um sentimento de revolta quando as crianças chegam à instituição das mais variadas formas e condições. Sempre prevalecendo a expectativa de que estas crianças tenham uma inserção saudável e aceita na sociedade.	
43.	Brito, C. O. D. (2010). <i>O processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional</i> . Dissertação, Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6652/1/Carolina Oliveira de Brito.pdf		Dissertação Mestrado em Psicologia
44.	Dalbem, J. X. (2005). <i>Características da representação do apego em adolescentes institucionalizados e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas</i> .	Este trabalho investigou características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas por medidas de proteção, através de estudos de caso. As participantes do estudo foram três adolescentes, entre 12 e 15 anos, que vivem em abrigos governamentais de proteção e que experienciaram separações da figura materna na primeira infância. Os dados foram coletados junto às instituições, através da inserção ecológica, da análise dos prontuários, entrevistas com profissionais da equipe técnica	Dissertação Mestrado em Psicologia

	Dissertação, Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6369	e entrevistas semi-diretivas individuais com as adolescentes. As entrevistas, elaboradas a partir de questões adaptadas de instrumentos contemporâneos de medida e avaliação de aspectos ligados ao apego, tinham por objetivo examinar as percepções das participantes sobre suas relações com os cuidadores citados como principais durante a infância, a relação atual com essas figuras, vivências de separações ou perdas, qualidades atribuídas às suas relações e percepção das experiências da infância. Através de eixos temáticos centrais relativos ao apego, as entrevistas foram analisadas em seu conteúdo, classificando-se as respostas em categorias descritivas. Os dados foram discutidos, considerando-se todas as informações coletadas, procurando-se identificar os aspectos mais característicos atribuídos aos padrões de apego, descritos como seguro/autônomo, preocupado/ansioso, evitativo/desapegado e desorganizado/desorientado. Embora os aspectos observados não possibilitem uma classificação das adolescentes nos padrões de apego, este estudo permitiu uma compreensão das características apresentadas, discutindo-se os processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização. Os resultados indicam que o contexto institucional, vivenciado pelas adolescentes participantes, possibilitou a formação de novas relações afetivas que contribuíram para a representação de apego e para o desenvolvimento de competências. Este estudo sugere ainda a viabilidade do uso de entrevistas para avaliação e compreensão da representação mental do apego na adolescência.	
45.	Oliveira, D. M. S. D. (2002). Revendo prioridades: o atendimento aos abrigados das casas lares Nossa Senhora do Carmo. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social,	O trabalho aqui apresentado contempla uma parte da experiência do Estágio curricular obrigatório, vivenciado nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, durante os meses de fevereiro à setembro de 2002. Esta atividade é um requisito do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e tem por objetivo fazer com	Tcc Graduação Serviço social

	Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114142	que o acadêmico conheça a realidade de um de seus futuros objetos de trabalho. Neste caso a de crianças e adolescentes que vivem em situação de abrigo por estarem anteriormente vivenciado situações de abandono, violência física ou sexual, negligência, entre outros. Na primeira etapa deste trabalho falaremos da Instituição: seu histórico, funcionamento, políticas de atendimento. Na segunda apresentamos o Serviço Social, suas características, seus desafios, seus usuários e sua atuação nas Casas-Lares. Na terceira parte tratamos sobre as Atividades pedagógicas, atividades de estágio, abordamos suas características, o público alvo e falamos sobre as ações aplicadas na Instituição.	
46.	Izar, J. G. (2011). <i>A práxis pedagógica em abrigos</i>. Dissertação, Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30082011-161330/en.php	O presente trabalho consiste em uma análise das práticas educacionais desenvolvidas e voltadas para crianças e adolescentes em situação de abrigo ao longo da história nacional. Atualmente denominada como acolhimento institucional, esta prática é garantida pela Lei 8069/90 como uma medida de proteção e suas unidades de atendimento social são entendidas como espaços socioeducativos. A investigação empírica realizada em três instituições distintas durante a pesquisa apresenta evidências de que seu caráter educativo ainda está distante do ideal de desenvolvimento integral preconizado pela Lei, prevalecendo práticas pautadas no desrespeito à subjetividade daqueles que deveriam ser a razão de sua existência. Assim, este trabalho busca fazer um resgate histórico destas práticas, seguido pela apresentação da realidade atual constatada por meio da observação-participante, para uma posterior reflexão e proposição de um trabalho socioeducativo que seja realmente significativo para os acolhidos institucionalmente nestes espaços.	Dissertação Mestrado Educação

47.	Oliveira, D. M. S. D. (2002). <i>Reverendo prioridades: o atendimento aos abrigados das casas lares Nossa Senhora do Carmo</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1775	O trabalho aqui apresentado contempla uma parte da experiência do Estágio curricular obrigatório, vivenciado nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, durante os meses de fevereiro à setembro de 2002. Esta atividade é um requisito do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e tem por objetivo fazer com que o acadêmico conheça a realidade de um de seus futuros objetos de trabalho. Neste caso a de crianças e adolescentes que vivem em situação de abrigo por estarem, anteriormente vivenciado situações de abandono, violência física ou sexual, negligência, entre outros. Na primeira etapa deste trabalho falaremos da Instituição: seu histórico, funcionamento, políticas de atendimento. Na segunda apresentamos o Serviço Social, suas características, seus desafios, seus usuários e sua atuação nas Casas-Lares. Na terceira parte tratamos sobre as Atividades pedagógicas, atividades de estágio, abordamos suas características, o público alvo e falamos sobre as ações aplicadas na Instituição.	Tcc Serviço social
48.	Wessling, A. F. (2004). <i>O Processo de Trabalho do assistente social nos abrigos</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118149	Este trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo identificar o processo de trabalho do Assistente Social nos programas abrigos, no intuito de buscar subsídios que orientem a prática profissional em programas desta categoria. O trabalho em questão está distribuído em 03 capítulos. O primeiro capítulo aborda, a história do pensamento assistencial à infância e a adolescência, perpassando por todas as transformações ocorridas na infância até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente # ECA, desta abordou-se os aspectos pertinentes. No segundo, aborda-se o processo de trabalho do Assistente Social em sua totalidade, enfatizando o trabalho do profissional que atua nos programas abrigo. Finaliza-se com a pesquisa realizada com quatro Assistentes Sociais dos abrigos visitados, como forma de colher os resultados obtidos com as entrevistas, apresentando possíveis propostas	Tcc Serviço social

		para desenvolver um trabalho de melhor qualidade para as instituições visitadas	
49.	Gonzalez, A. C. (2011). <i>Adolescentes em acolhimento institucional: convivência familiar e comunitária</i> . Trabalho de conclusão, Especialização em psicologia clínica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32813	A realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional faz parte do contexto de muitas famílias brasileiras. A separação involuntária dos pais ou a exposição à violência, ao abuso e à exploração, dentro e fora do lar, além da carência de recursos materiais, também são situações que podem causar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias. O último levantamento realizado no Brasil em 2004 revelou que 87% das crianças e adolescentes acolhidos tinham família, sendo que 58,2% mantinham vínculos familiares. O tempo de permanência nessas instituições superou dois anos em nível nacional ou regional. A Lei 12.010/09 preconiza que crianças e adolescentes tenham garantida a convivência com suas famílias de origem durante o período de acolhimento institucional e que esse tempo não ultrapasse dois anos. Diante disso, esse trabalho teve por objetivo verificar a prática da aplicabilidade da Lei 12.010/09 em algumas instituições de acolhimento, bem como identificar como está o convívio dos adolescentes com a família de origem. Participaram 91 adolescentes de 11 a 19 anos (M=14,96; DP=1,47). Para isso, utilizou-se um questionário que abordava as variáveis desse estudo e foi respondido individualmente pelos participantes junto aos pesquisadores. Os resultados evidenciaram um tempo de acolhimento institucional que variou de três semanas a 215 meses (M=77,52; DP=58,36) e que 80% dos participantes mantinham o contato familiar através de visitas que recebem (41,1%) ou que fazem (71,2%). Entre os que têm contato com familiares, este acontece na maioria das vezes com frequência quinzenal ou mensal, segundo o relato dos adolescentes. Apesar de mais otimistas em relação a estudos anteriores, esses resultados indicam que os pressupostos da Lei 12.010/09 ainda não estão sendo cumpridos, no que se refere ao tempo de	Tcc especialização Psicologia clínica: ênfase em psicologia comunitária

		acolhimento sendo necessários esforços no sentido de garantir a efetivação dos direitos previstos para essas crianças e adolescentes.	
50.	Freitas, D. D. (2012). <i>Infâncias em situação de acolhimento</i> Monografia, Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Recuperado de http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1771	Com o interesse pessoal da autora somadas as inquietações como pesquisadora surgiu a pesquisa Infâncias em situação de acolhimento que tem por objetivo compreender como se produziram os acolhimentos institucionais no Brasil, especialmente o Uletus1 em Rio Grande no RS. Para isto seleciona-se o campo teórico de Michel Foucault, a partir de algumas ferramentas metodológicas como a genealogia e o discurso. Para melhor desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo desmembramento da dissertação em dois artigos. O primeiro intitulado Acolhimento institucional: um envolvimento de leis, corpos e disciplinas tem por objetivo entender como surgiram os atuais acolhimentos institucionais no Brasil. O texto em questão discorre em cima de leis e documentações que produziram essas instituições e, portanto, permite entender os momentos que as crianças tornam-se alvo de vigilância, de classificação e encarceramento em nosso país. Tenta-se demonstrar, também, que os acolhimentos institucionais em sua gênese possuem caráter civilizador e disciplinador em que as crianças são alvos para que objetivos maiores sejam atingidos. Hoje o acolhimento é caracterizado como medida de proteção para crianças e adolescentes, mas na sua gênese a proteção era designada a ordem social, que poderia ser ameaçada por esses menores abandonados. O segundo artigo, por sua vez, intitulado A produção dos corpos e as finalidades de um acolhimento institucional no município do Rio Grande-RS busca perceber como vêm sendo constituídos os corpos infantis no Acolhimento Institucional Uletus do município do Rio Grande no RS. Neste texto é demonstrado a incoerência do discurso social da época com o nascimento e a realidade de um acolhimento na cidade do Rio Grande. Foram realizadas entrevistas com atuais funcionários da casa de acolhimento, como também com funcionários que tiveram participação na gênese do abrigo. Através das fontes, foram vistos e pensados os	Monografia Pós- graduação Educação Física

		acolhimentos institucionais em nossa sociedade, como mecanismos que possuem outros objetivos que não somente o cuidado de crianças e adolescentes negligenciados, mas como instituições que servem como mecanismos de segurança.	
51.	Silva, J. F. L. D. (2015). <i>Direito à convivência familiar de adolescentes institucionalizados no Lar Bom Abrigo do município de Ijuí (RS)</i>. Trabalho de conclusão de Curso, – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. Recuperado de http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3060/TCC_Vers%C3%A3o%20Final%20Aprovada%20%281%29%20J%C3%A9ssica%20Libert.pdf?sequence=1	O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata sobre a convivência familiar de adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional, e tem como objetivo principal analisar como vem se efetivando o direito à convivência familiar das adolescentes institucionalizadas no Lar Bom Abrigo do município de Ijuí/RS, no ano de 2014, a fim de fortalecer a importância da garantia do mesmo. A pesquisa desenvolvida é exploratória de campo, de abordagem qualitativa, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), e fundamentada no método dialético crítico. Utilizou-se como instrumento a aplicação de um questionário aos profissionais da instituição, como técnicas de pesquisa a realização de entrevista semiestruturada às adolescentes acolhidas, e como fonte documental utilizou-se do Plano Individual de Atendimento (PIA), a fim de encontrar dados que respondam consideravelmente o problema de pesquisa, que é justamente saber como vem se efetivando o direito à convivência familiar das adolescentes institucionalizadas. Visando fortalecer a relevância do tema nas pesquisas sociais, o trabalho aborda a institucionalização, frisando a garantia do direito à convivência familiar durante o período de acolhimento institucional. A contextualização da escrita na pesquisa, é orientada pelo referencial teórico das ciências sociais, que embasam o debate do Serviço Social e sua atuação no âmbito da efetivação dos direitos das adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os dados obtidos indicaram que a convivência familiar como um direito instituído é benéfico às adolescentes institucionalizadas, quando garantido e que o trabalho em direção ao	Tcc Serviço social

		reestabelecimento de vínculos contribui para o resgate da convivência familiar. Porém é um desafio cotidiano para a equipe técnica da instituição, que entre limitações e possibilidades lutam ao lado do assistente social que possui competências para tal defesa, visando conquistar essa convivência na vida de cada adolescente institucionalizado.	
52.	Silva, J. F. L. D. (2015). Direito à convivência familiar de adolescentes institucionalizados no Lar Bom Abrigo do município de Ijuí (RS). Trabalho de conclusão de Curso, – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. Recuperado de http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3060	O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata sobre a convivência familiar de adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional, e tem como objetivo principal analisar como vem se efetivando o direito à convivência familiar das adolescentes institucionalizadas no Lar Bom Abrigo do município de Ijuí/RS, no ano de 2014, a fim de fortalecer a importância da garantia do mesmo. A pesquisa desenvolvida é exploratória de campo, de abordagem qualitativa, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), e fundamentada no método dialético crítico. Utilizou-se como instrumento a aplicação de um questionário aos profissionais da instituição, como técnicas de pesquisa a realização de entrevista semiestruturada às adolescentes acolhidas, e como fonte documental utilizou-se do Plano Individual de Atendimento (PIA), a fim de encontrar dados que respondam consideravelmente o problema de pesquisa, que é justamente saber como vem se efetivando o direito à convivência familiar das adolescentes institucionalizadas. Visando fortalecer a relevância do tema nas pesquisas sociais, o trabalho aborda a institucionalização, frisando a garantia do direito à convivência familiar durante o período de acolhimento institucional. A contextualização da escrita na pesquisa, é orientada pelo referencial teórico das ciências sociais, que embasam o debate do Serviço Social e sua atuação no âmbito da efetivação dos direitos das adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os dados obtidos indicaram que a convivência	Tcc Serviço Social

		familiar como um direito instituído é benéfico às adolescentes institucionalizadas, quando garantido e que o trabalho em direção ao reestabelecimento de vínculos contribui para o resgate da convivência familiar. Porém é um desafio cotidiano para a equipe técnica da instituição, que entre limitações e possibilidades lutam ao lado do assistente social que possui competências para tal defesa, visando conquistar essa convivência na vida de cada adolescente institucionalizado.	
53.	Onofre, N. F. (2014) <i>O acolhimento institucional de crianças e adolescentes em foco: As inspeções do Ministério Público. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Faculdades Cearenses, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/O%20ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIANCAS%20E%20ADOLESCENTES%20EM%20FOCO.pdf</i>		Tcc Serviço social
54.	Reis, S. P. R. O. (2009). <i>O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a garantia de direitos no Distrito Federal. Monografia, Serviço Social, Universidade de</i>	Diante de um cenário de desafios, de desrespeito aos direitos, de desigualdades sociais, pobreza, violências e riscos, proteger crianças e adolescentes se torna uma tarefa complexa seja na família, ou em qualquer outro espaço. A não priorização da questão da infância, adolescência e da família na agenda pública tem acarretado um agravamento da situação. O que acontece com as crianças e adolescentes que devem ser separados de	Monografia Serviço social

	Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://bdm.unb.br/handle/10483/731	suas famílias por motivo de ameaça ou violação de seus direitos? Para onde vão? Como são atendidos? Seus direitos estão sendo garantidos? Este estudo tem como objeto o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes na perspectiva da garantia dos direitos. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa foram (i) objetivo geral: conhecer e refletir sobre o Acolhimento Institucional de CA na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ii) objetivos específicos: conhecer e analisar as aplicações dos princípios do artigo 92 do ECA em três Instituições de Acolhimento do DF e contribuir para um melhor dimensionamento do papel do abrigo na perspectiva da proteção da criança e do adolescente. O período selecionado para a pesquisa foi de 2006 a 2008. Para atingir os objetivos propostos inicialmente (i) realizou-se revisão bibliográfica sobre as categorias Acolhimento Institucional, Crianças e Adolescentes, Família e Garantia de Direitos para que possibilitasse a construção de um referencial teórico atualizado para subsidiar a análise de dados e a fundamentação da pesquisa. Pretendendo assim compreender o fenômeno além das aparências, considerando suas contradições e falhas, além de sua historicidade; (ii) posteriormente foi realizada a elaboração de questionários com perguntas semi-estruturadas para aplicação com os profissionais de Instituições de Acolhimento selecionados; e por fim (iii) análise de material documental. A análise do material produzido permitiu confirmar a hipótese levantada, a saber: que os nove princípios do artigo 92 do ECA são parcialmente cumpridos pelas instituições de abrigamento no DF, por vezes caracterizando-se como uma proteção superficial a crianças e adolescentes constantemente violados em seus direitos.	
55.	Cruz, R. C. (2010). <i>Uma nova vida na mesma vida: um estudo de caso de reinserção familiar</i> . Dissertação, Educação Ambiental, Universidade	A institucionalização é uma medida de proteção em caso de ameaças ou violação dos direitos das crianças e adolescentes. Com caráter excepcional, provisório o acolhimento cumpriu seu papel de amparo à criança em situação de risco até que as causas de sua institucionalização sejam resolvidas. A proposta deste trabalho é investigar e compreender o	Dissertação Mestrado Educação ambiental

Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil. Recuperado de https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2011-08-10T170126Z-304/Publico/Dissertacao%20Raque%20Cruz.pdf

fenômeno da reinserção familiar ressaltando as percepções do adolescente, já que ele transita por dois importantes espaços de desenvolvimento: instituição e família, e, portanto devem ser consideradas as suas opiniões, crenças e sentimentos. Participaram deste estudo 1 adolescente de 13 anos acolhido em instituição não-governamental do município de Rio Grande por ser considerado vítima de negligência familiar e estar em processo de reinserção, o que inclui na pesquisa, a sua família E ainda, os três profissionais da equipe técnica. A metodologia de base é a inserção ecológica. Com a família, adolescente e equipe técnica foi utilizada uma entrevista semi-estruturada com questões que possibilitaram a exposição de concepções, idéias, pensamentos e sentimentos. Após o intervalo de seis meses do primeiro encontro com os participantes, a entrevista foi reaplicada com a família e adolescente. O Mapa de Cinco Campos foi utilizado para mapear a aproximação e expansão da rede de apoio social da criança. Os discursos dos técnicos entrevistados abordaram a amplitude da reinserção desde os primeiros contatos com a família, até o momento do desligamento final percebendo este movimento como positivo, desde que ocorra de forma protegida. Sublinham o desejo da família como fundamental e impulsionador do movimento de transição com maleabilidade e disponibilidade a se reorganizarem e se fortalecerem. Os resultados também apontaram a reinserção como oportunidade de reconstrução, sendo neste estudo, a figura paterna entendida como protagonista, além do repertencimento familiar durante o processo. No segundo momento, os dados apontaram um olhar positivo ao ajuste familiar, na qual a dinâmica flexibiliza até onde se percebe que há proteção do núcleo. Os resultados do Mapa de Cinco Campos demonstraram que durante o retorno à casa, o pai foi identificado como principal referência de apoio, seguido do irmão que transitava por todos os campos de interação do/com o participante. Em relação ao primeiro mapeamento, percebemos que a rede de contato do

		adolescente aumentou, e que o pai consolidou o vínculo afetivo com o menino. Pode-se pontuar que esta relação pai-filho impulsionou e determinou o sucesso de reinserção, percebida desde o início como uma nova oportunidade de estabelecer relações familiares que tornaram-se mais significativas e intensas com o convívio diário. A Rede de Apoio Social é apontada como fundamental para o trabalho com famílias, pois estende os vínculos sociais para além da instituição. Para auxiliar na compreensão dos sentidos atribuídos às experiências durante esta transição de ambientes, os dados qualitativos foram analisados a partir da grounded-theory. Os dados deste estudo visam a colaborar para um eficiente processo de retorno das crianças e adolescentes institucionalizadas ao seu ambiente familiar de origem. Além disso, pretende possibilitar uma transição ecológica de desenvolvimento que minimize as probabilidades de afastamento do acolhido de sua família.	
56.	Moreira, T. A. S. (2014). <i>O psicólogo e os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes</i>. Dissertação, Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17563	Os Serviços de Acolhimento são responsáveis por cuidar das crianças e adolescentes cujas famílias ou responsáveis estão temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As atividades a serem desenvolvidas pelos psicólogos nesses serviços são sobremaneira importantes para a elaboração e desenvolvimento do projeto político-pedagógico das mesmas, bem como para a fundamentação das decisões judiciais concernentes ao presente e futuro dos acolhidos. Ao psicólogo, coloca-se o desafio de contribuir para um melhor atendimento à infância, cooperando também com a implementação dos novos parâmetros de atendimento dos serviços de acolhimento. O objetivo desse estudo foi investigar a atuação do profissional psicólogo no âmbito da assistência a crianças e adolescentes nos 13 Serviços de Acolhimento da Região Metropolitana de Natal/RN. Para tanto, propôs-se a realização de visitas às instituições, para conhecer como está organizado o campo de trabalho do psicólogo, sua rotina de trabalho e atividades desenvolvidas. Foram encontrados nove psicólogos, entrevistados de acordo com um	Dissertação Mestrado Psicologia

		roteiro semiestruturado. A análise do material coletado está apoiada nos aspectos teóricos do materialismo-histórico dialético, também foi utilizada a análise de conteúdo temática e o software de análise de dados qualitativos QDA Miner. Os resultados foram apresentados a partir de três eixos de análise: os psicólogos e a estrutura institucional; atividades, métodos e recursos de trabalho; os psicólogos e os referenciais legais do Acolhimento Institucional. O estudo aponta a recente entrada do psicólogo nos Serviços de Acolhimento, aliada a considerável rotatividade desses profissionais. Seu trabalho tem se organizado através do Plano Individualizado de Atendimento, com prioridade para o retorno à família de origem. Além disso, em geral, realizam articulações com a rede de atendimento, elaboração de relatórios, atendimentos individuais e acompanhamentos de processos de adoção. Os profissionais, porém, sentem falta de formações específicas e continuadas sobre a proteção especial, inclusive devido à distância entre o proposto na teoria e a prática. Foi observado um movimento dos psicólogos em distanciar-se de práticas assistencialistas ou repressivas, entretanto, as dificuldades estruturais dos serviços e a ausência de formação continuada parecem limitar o desenvolvimento de uma atuação voltada para a transformação da realidade das crianças e adolescentes atendidos e suas famílias	
57.	Accorsi, M. (2010). <i>A vida em abrigos: um estudo sobre práticas sócio-educativas entre educadores e crianças abrigadas</i>. Tese, Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de https://tede.pucsp.br/bitstream/	Este estudo teve por finalidade investigar as práticas sócio-educativas implementadas por adultos cuidadores responsáveis pela educação de crianças e adolescentes em uma casa-lar da grande São Paulo e analisá-las como parte de um processo de socialização familiar. Autores como Hannah Arendt, Paulo Freire, Dulce Critelli, M.L. Marcilio, são os referenciais teóricos que possibilitaram um refletir sobre o sentido das trocas intersubjetivas, ações cotidianas e hábitos sociais que se desenvolvem no contexto das condições humanizadoras que o abrigo oferece. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa inspirada na fenomenologia, nas modalidades de entrevistas e registro de observações	Tese Doutorado Psicologia da Educação

	handle/15955/1/Mercedes%20Accorsi.pdf	que se constituíram em seis visitas ao local. As entrevistas visaram verificar como os adultos cuidadores compreendem suas práticas sócio-educativas no interagir com crianças abrigadas. Ocorreram por aproximadamente uma hora. As devolutivas foram apresentadas como parte do processo de reflexão entre pesquisadora e entrevistados e tiveram a duração de cerca de duas horas. Concebe-se essa prática como um desdobramento da entrevista reflexiva desenvolvida por Szymanski destinando a oferecer um espaço de atenção e valorização do diálogo, como modo de reflexão sobre as práticas educativas exercidas no dia-adia. Os entrevistados compreenderam os momentos vividos como um espaço de livre expressão de suas idéias, de suas concepções de vida e trabalho e, como oportunidade de repensarem sobre as condições de cuidadores, educadores e guardiães responsáveis pelas crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados, mesmo que provisoriamente.	
58.	Baron, P. F. C. (2008). <i>A (In) visibilidade da atuação profissional do serviço social na Casa Lar Municipal de Biguaçu através de seus instrumentais técnico-operativos: está garantindo um direito?</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119612/284758.pdf?sequence=1	O presente trabalho de conclusão de curso foi realizado a partir da experiência do estágio curricular obrigatório I e II na Casa Lar Municipal de Biguaçu. Analisa a atuação do assistente social na instituição e a utilização dos instrumentais técnico-operativos como forma de garantir os direitos da criança e do adolescente. Para a realização do trabalho foi utilizada como metodologia a pesquisa documental exploratória e estudo bibliográfico. Os sujeitos da pesquisa são as crianças, adolescentes que passaram pela instituição e suas famílias. O trabalho foi dividido em três seções, sendo que na primeira foram abordadas as políticas de atendimento à infância e juventude no Brasil nos período anterior e posterior ao Estatuto, bem como o abrigamento de crianças e adolescentes; na segunda seção abordou-se a atuação do assistente social e a garantia dos direitos da criança e do adolescente na Casa Lar Municipal de Biguaçu, apresentando a instituição e a utilização dos instrumentais técnico-operativos, e, por fim, na terceira seção foi apresentada e analisada a pesquisa. Entende-se que os resultados desta	Tcc Serviço social

		pesquisa poderão contribuir para apontar a falta de registro na atuação do assistente social e mostrar quão importante é a utilização deste instrumento de trabalho para o reconhecimento profissional.	
59.	Snizek, B. K., & Silveira, M. S. D. (2008). <i>Chegadas partidas: um estudo etnografico sobre relações sociais em casas-lares</i> . Dissertação, Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/16017/chegadas?sequence=1	O eixo central da presente etnografia são as cadeias de trocas dádivas estabelecidas com, e a partir de, crianças abrigadas em casas-lares na cidade de Curitiba, estado do Paraná, no ano de 2007. Foi a partir do ano de 1990, com a promulgação do ECA, uma nova forma de abrigo de crianças foi estabelecida, o abrigo em forma de casas-lares. Primeiramente apresentamos uma contextualização da categoria criança em situação de risco social e pessoal e das novas relações sociais que o abrigo em forma de casas-lares torna possível entre as famílias de origem das crianças abrigadas e o poder público, assim como relações que envolvem famílias substitutas. Em seguida será apresentado um estudo etnográfico das relações sociais que são engendradas a partir da circulação de crianças entre suas famílias de origem e as famílias que as acolherão quando da sua adoção (não tendo sido alvo de reinserção familiar). As casas-lares são locais de observação privilegiados da circulação de crianças, assim como dos sentidos e práticas do abrigo, de onde se depreende duas categorias analíticas, trânsito e circulação. Se o espaço é de trânsito entre situações familiares distintas, as crianças estão em situações liminares no que concerne ao parentesco, sendo possível apresentar uma problematização das noções de infância, família e maternidade.	Dissertação Mestrado em antropologia social
60.	Martins de Sousa, L. (2010). <i>Sentidos sobre infância e desenvolvimento produzidos por educadoras de abrigo</i> . Dissertação, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, CE,	O encaminhamento, acolhimento e cuidado de crianças em ambiente institucional configuram práticas sociais em diferentes épocas e contextos culturais. O abrigo de crianças e adolescentes compõe um período de crise, trata-se de um processo desencadeado por uma situação de impossibilidade de convívio com a família de origem e comumente provoca muitas modificações na vida da criança e do adolescente. A tarefa do cuidado em contexto de abrigo pode ser decisiva, no sentido de	Dissertação Mestrado Psicologia

Brasil.
<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8569>

contribuir para que a criança possa se adaptar e continuar a se desenvolver de forma saudável a partir da construção de vínculos sócio-afetivos com seus pares e com os adultos dedicados à tarefa de cuidar-educar. Buscando uma melhor compreensão da realidade do abrigo, esse trabalho voltou-se para as educadoras sociais de um abrigo da cidade de Recife, procurou compreender os processos de construção dos sentidos sobre infância e desenvolvimento, considerando as significações que emergem ao tornar-se educadora e no exercício desta função. O trabalho objetivou investigar a produção e negociação de sentidos relacionados à infância e ao desenvolvimento por educadoras sociais de abrigo. E como objetivos específicos: 1) Descrever o contexto institucional (planejamento, rotinas e as práticas propostas) em que são produzidos sentidos sobre infância e desenvolvimento; 2) Identificar os sentidos de infância produzidos por educadoras de abrigo; 3) Explicitar os sentidos sobre desenvolvimento infantil pelas educadoras de abrigo. A construção do corpus da pesquisa e de análise norteou-se pelo referencial teórico-metodológico da Rede de Significações em interlocução com o referencial das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, pautada em procedimentos de observação e entrevistas realizadas no contexto natural, familiar às participantes. Na análise das entrevistas, foram realizadas: leitura atenta e exaustiva do material produzido mapeamento temático sequencial; levantamento dos interlocutores; seleção dos trechos mais representativos de produção e negociação de sentidos relacionados à infância e ao desenvolvimento. Buscou-se dar visibilidade à processualidade desses sentidos produzidos centrando a discussão em torno de algumas questões que circunscrevem o abrigo, a infância, a forma de lidar com ela, e o tornar-se cuidadora/educadora. Tais questões apontam um processo de negociação de sentidos sobre infância e desenvolvimento complexo e multifacetado,

		situado na história das educadoras e, ao mesmo tempo, atravessado pelas práticas culturais de educação infantil e abrigamento da nossa sociedade	
61.	Berg, M. K. (2007). <i>Quem os fez que os crie</i> : um antigo ditado em desuso. Dissertação, Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16911	Este estudo tem como objeto a relação entre orfandade e educação. Mais especificamente busca explorar as consequências da falta de uma ou mais figuras parentais para a criança e seus efeitos na educação. Busca pensar as possibilidades de permanência das funções materna e paterna ante a ausência ou substituição das figuras da mãe e do pai. A pesquisa desta relação vai à guisa de questionamento sobre o enquadramento deste público na educação inclusiva. Justifica-se falar em educação inclusiva para jovens órfãos. Além disso, analisa as causas do fracasso escolar e seu embricamento com a orfandade. Por fim, convida a pensar em alternativas que possibilitem a igualdade de possibilidades educativas e sociais para crianças que apresentam diversidade familiar.	Dissertação Mestrado Educação
62.	Medeiros, J. (2016). <i>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: A percepção das famílias</i> . Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169853	A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, foram importantes normativas que passaram a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, prioridade nas políticas públicas, em especial, as sociais. Direitos que devem ser assegurados pelo Estado, família e sociedade, sobretudo o direito à convivência familiar e comunitária. Assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) — Serviço da Proteção Social Básica — tem como finalidade fortalecer a função protetiva das famílias e prevenir a ruptura dos seus vínculos promovendo acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida do usuário. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a percepção das famílias em relação às ações desenvolvidas pelo SCFV de São José (SC), e se essas ações têm contribuído no atendimento às suas demandas e necessidades, em especial no fortalecimento dos vínculos familiares. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada, realizada	Tcc Serviço social

		com cinco famílias de crianças e adolescentes usuárias do SCFV. Os resultados da pesquisa sugerem que a percepção das famílias sobre o serviço desenvolvido é positiva e, além das crianças e adolescentes, elas propõem sua inclusão nas atividades ofertadas pelo SCFV. Contudo, é necessário que o SCFV amplie suas ações de trabalho com famílias de modo a efetivar o que está previsto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, garantindo assim com maior qualidade o direito à convivência familiar e comunitária previsto pelo ECA.	
63.	Coutinho, F. A. (2015). <i>Estudar, tia... estudar: o processo de escolarização de crianças em acolhimento institucional</i> . Dissertação, Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil. Recuperado de http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1320/1/Fernanda%20A.%20Coutinho_Estudar%2c%20tia...estudar.pdf	O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deu início a um novo paradigma: a partir de sua criação, crianças e adolescentes tornam-se sujeitos de direitos. Quando algum direito é violado, o acolhimento institucional é uma das medidas protetivas previstas pelo ECA. O acolhimento consiste no afastamento temporário da criança ou adolescente do convívio familiar. Tal afastamento pode se concretizar dentro de casa-lar, em famílias acolhedoras ou em abrigos institucionais. A partir dessa medida protetiva, estabeleceu-se como objetivo geral compreender o processo de escolarização de crianças acolhidas institucionalmente. Como objetivos específicos estabeleceu-se analisar a rotina escolar delas no contexto da instituição, analisar a relação estabelecida pela escola com a unidade de acolhimento, compreender a percepção que o professor tem de seu aluno e, por último, entender a relação que as crianças estabeleceram com a escola e como constroem sua atividade de estudo. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa com enfoque dialético, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, constituída pela teoria de desenvolvimento cultural, desenvolvimento infantil, formação dos conceitos científicos e função da escola na concepção de Vygotski, Leontiev, Davidov, Elkonin, entre outros. A pesquisa foi realizada em uma unidade de acolhimento institucional para crianças de 07 a 12 anos de idade, localizada em um município do Estado de Rondônia. Para compreender o processo dialeticamente, participaram da	Dissertação Mestrado Psicologia

		pesquisa dois cuidadores, a diretora, duas crianças da unidade de acolhimento institucional e as professoras da escola que as crianças frequentavam. Os instrumentos utilizados para a interpretação dos fatos foram entrevista semiestruturada, análise documental e observação. A análise permitiu sintetizar que a escolarização dessas crianças não está adquirindo sentido pessoal nem produzindo o pensamento teórico pelas mediações que estão sendo estabelecidas dentro da unidade e na escola, as quais partem de concepções ainda naturalistas do desenvolvimento humano e de estereótipos a respeito da família e de crianças em situação de acolhimento institucional. Dessa forma, é importante que sejam fomentadas pelos agentes de políticas públicas discussões e formações sobre o papel da educação escolar para a superação da vulnerabilidade social, bem como a reflexão sobre a atividade desenvolvida por aqueles mais próximos de cada criança, sejam eles cuidadores, educadores, professores ou psicólogos.	
64.	Chrispi, L. L. S. (2012) <i>Um lugar para chamar de meu... O direito à Convivência Familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional</i>. Tese, Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Piracicaba, SP. Recuperado de https://www.misp.pucsp.br/bitstream/handle/17603/1/Leticia%20Lofiego%20Sanchez%20Chrispi.pdf		Tese Doutorado Serviço social

65.	Canini, R. (2013). <i>A convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: limites e desafios da atuação do/a assistente social</i>. Dissertação, Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7242	Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social nas instituições de acolhimento localizadas no município de João Pessoa/PB, responsável pelo trabalho com família de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar. Visa conhecer o perfil do/a profissional, apreender os limites e desafios postos pelas instituições e pela conjuntura nacional e internacional, assim como, entender os processos interventivos do/a profissional na efetivação da convivência familiar. A análise tem como fio norteador o método histórico-dialético, partindo de fatos concretos, que não acontecem por eles mesmos, mas em relação com a sociedade na qual está inserida e suas condições de produção e contradições sociais que refletem na prática cotidiana do/a Assistente Social, nosso foco de análise. Destaca-se a centralidade da perspectiva qualitativa, embora contenha elementos quantitativos. Foram realizadas entrevistas estruturadas com doze Assistentes Sociais que proporcionaram informações sobre a dinâmica do trabalho e atividades exercidas para garantir a convivência familiar. Os dados demonstraram que, apesar dos avanços em termos legislativos, as ações realizadas pelo/a profissional às famílias, à criança e ao adolescente, não são suficientes, mas respondem às exigências imediatas da instituição e do Estado em manter a condição de subalternidade delas, submetidas à exigência do processo produtivo do capital. O/A profissional necessita rever sua intervenção através de um processo reflexivo sobre a realidade, e a partir daí, planejar ações muito mais profundas no fortalecimento dos/as usuários/as do serviço de Alta Complexidade	Dissertação Mestrado Serviço social
66.	Geib, D. E. (2009). <i>O Processo de abrigamento: uma análise por meio da escuta de famílias que vivenciaram essa experiência</i>. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço	A elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social tem a finalidade de satisfazer uma condição necessária para a formação acadêmica no âmbito da graduação. O objetivo foi analisar a trajetória de vida de famílias que tiveram ou têm os filhos abrigados na instituição de abrigo Lar São Vicente de Paulo, visando contribuir para uma melhor intervenção do assistente social no atendimento as mesmas.	Tcc Serviço social

	Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120235/284609.pdf?sequence=1	Inicialmente realizou-se uma breve contextualização da família e das mudanças ocorridas na configuração familiar, baseando-se em autores que tratam da temática como: Mioto, Prado, Bruschini, Pôster, entre outros. Abordou-se o sistema de proteção social e as políticas públicas voltadas à família, utilizando-se de autores como: Pereira, Faleiros Carvalho, entre outros. Realizou-se também um breve histórico da institucionalização de crianças e de adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a medida de proteção- abrigo calcando-se no estudo de autores como: Rizzini, Veronese, Lima, entre outros. Na sequência tratou-se a pesquisa, as análises e os desafios para o assistente social no processo de abrigamento. Desenvolvendo-se uma pesquisa exploratória, descritiva e de caráter qualitativo. Inicialmente, através do prontuário de 60 crianças, correspondendo a 51 famílias, definiu-se uma caracterização destas famílias. Posteriormente elegeu-se uma amostra intencional de seis pais para realização de uma entrevista semi-estruturada, porém só foi possível concluir a entrevista com apenas quatro destes. A pesquisa revelou que muitos abrigamentos ocorreram sem uma tentativa maior da criança e/ou do adolescente permanecer na rede familiar. Também mostrou que o maior número de abrigamento foi por abandono seguido de negligência, fato que está associado às dificuldades financeira e de acesso a bens e serviços oferecidos pela comunidade. Concluiu-se que se realmente existissem políticas públicas voltadas à família na sua integralidade e que as atendessem de forma efetiva, muitas crianças poderiam não ser abrigadas e suas famílias não teriam dificuldades na retomada da guarda de seus filhos.	
67.	Espindola, B. O. (2014). <i>Um olhar sobre a infância e a juventude: análise das instituições de acolhimento no</i>	A presente monografia tem a finalidade de fazer uma reflexão sobre o direito à convivência familiar e comunitária nas instituições de acolhimento, bem como demonstrar a construção histórica da criança e adolescente como sujeitos de direitos através das décadas. O estudo trás	Tcc Direito

Brasil e o direito à convivência familiar e comunitária. Trabalho de Conclusão de Curso, Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de http://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37553	o processo histórico de atenção a criança e ao adolescente no Brasil desde final do século XIX, com a Roda dos Expostos, até a nova lei 12.010/2009, também chamado de "Lei da Convivência Familiar e Comunitária". Por fim, sugere alternativas à institucionalização com uma abordagem voltada para família, como parte integrante no processo de desenvolvimento pleno e saudável da criança e adolescente. Como alternativas, ainda são sugeridos o programa Família Acolhedoras e o Apadrinhamento Afetivo.
---	--

Tabela A3

Outros materiais que não se encaixam nas categorias anteriores

	Referência	Resumo	Tipo de documento e área do conhecimento
1.	Pessoa, A. C. E. T. (2008). <i>Filhos Do Cárcere</i> . Clube de Autores.	Mulheres sentenciadas que chegam grávidas nas penitenciárias. Homens e mulheres condenados à privação da liberdade, na prisão, têm o direito de manter relações sexuais. Crianças que são geradas e que nascem no ambiente carcerário. Núcleos familiares esfacelados após o encarceramento de um dos membros da família. Essas e outras realidades desconhecidas da população brasileira são enfocadas neste livro-reportagem, fruto de um trabalho jornalístico diferenciado. Com abordagem humanizada e narrativa envolvente, a autora carrega o leitor para o interior de uma penitenciária para mostrar um pouco do que acontece ali, especialmente como é exercida a maternidade e a paternidade pelos reclusos e o que acontece com as crianças que tem pais presidiários.	Não Especificado

2.	Giffoni, J. D. S. L. (2008). <i>A importância jurídica da legalização da guarda compartilhada no Brasil</i>. Monografia, Direito, Faculdade de Direito, Centro de Ensino Superior do Amapá, Macapá. Recuperado de http://www.ceap.br/tcc/TCC12122008102610.pdf	O trabalho apresentado de conclusão do curso de direito, tem como prioridade apresentar o instituto da guarda compartilhada, atualmente já previsto em nossa legislação brasileira, sendo bastante positivo para a relação familiar entre pais e filhos. A abordagem sobre o modelo da guarda compartilhada aponta que a escolha deste tipo de guarda garante a responsabilidade ativa dos pais na educação e formação dos filhos, mantendo assim a continuidade afetiva entre eles e ainda atende ao melhor interesse da criança/adolescente, havendo um resultado satisfatório para pais e filhos, minimizando os efeitos da separação conjugal. O método utilizado é o hermenêutico, fazendo análises das mudanças acontecidas na estrutura familiar e no Direito de família, bem como o exercício do poder familiar, os modelos de guarda e a ênfase da polêmica em relação ao tema, existindo posições de psicólogos, doutrinadores e profissionais do direito que são contra ou a favor. Palavras – chave: Poder familiar, separação conjugal, guarda compartilhada, melhor interesse do menor, igualdade entre os pais, continuação dos laços familiares.	Monografia graduação direito
3.	Silva, T. L. (2013) “Vê se não esquece os irmãos, viu?” Um estudo etnográfico sobre o parentesco afetivo entre homens e mulheres em situação de rua. <i>Perspectivas Sociais</i>. 2 (1), 115-128. Recuperado de https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/2141	Atentando para a noção de parentesco calcada no vínculo difuso e duradouro firmado por intermédio da afinidade, da afetividade e da reciprocidade, este texto apresenta interpretações etnográficas sobre a construção de relações de “parentesco afetivo” entre homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas – RS. A partir do método etnográfico, a pesquisa analisa os códigos de sociabilidade que estruturam a formação de grupos em situação de rua e preparam o terreno para a constituição de vínculos cujos participantes adquirem nomeações como irmãos, pais, tios e padrinhos de rua. Este arranjo de nomeações expressa uma classificação de pessoas em atenção às comprovações de lealdade, cumplicidade e compartilhamento de trajetórias entre os pares em	Artigo Ciências Sociais

situação de rua. Palavras chave: População em situação de rua. Vínculos sociais. Parentesco afetivo.

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: APADRINHAMENTO AFETIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: uma análise sobre as vivências de atores envolvidos.

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik

Pesquisador(a): Mariana Hauser de Castilho

Fone: (18) 98110-6050

O presente estudo tem como objetivo conhecer e analisar as vivências e os afetos no processo de apadrinhamento afetivo, buscando refletir sobre possíveis impactos para o desenvolvimento da criança/adolescente apadrinhado.

O estudo será realizado através de diálogo com os participantes, de elaboração e análise de indicadores.

Informamos que a presente pesquisa busca encontrar conhecimentos que poderão contribuir para melhor compreensão dos processos de apadrinhamento afetivo e do aperfeiçoamento destas práticas.

As informações de cada participante são confidenciais e sua identidade será mantida em sigilo nas divulgações posteriores. Tais informações serão utilizadas para fins acadêmicos, podendo ser apresentadas em congressos, publicações ou outra forma de divulgação nacional ou internacional.

Sendo assim, convido a Sra.

a participar da presente pesquisa. Neste sentido, solicitamos sua colaboração e participação como voluntária.

Ressalta-se que você tem o direito de não autorizar e em qualquer momento da pesquisa interromper sua participação, devendo somente avisar o pesquisador de sua desistência.

Caso concorde, solicitamos a gentileza de concretizar sua concordância, assinando esse termo de consentimento livre e esclarecido.

Mariana Hauser de Castilho

R. Cândida Rodrigues Cassulino, nº100,
Parque das Cerejeiras, Presidente Prudente-
SP

RG: 43.683.635-X

(18) 98110-6051

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de material para exame.

Presidente Prudente, ____/____/____.

Assinatura

RG_____

APÊNDICE 3 – RELATOS DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM MARCOS

Cabe registrar que houve um problema no aplicativo de gravação durante o início da entrevista e por isso não foi possível armazenar o áudio para transcrição integral da conversa.

Abaixo estão os registros da pesquisadora que foram feitos logo após o término da entrevista.

Inicialmente expliquei para Marcos os objetivos da pesquisa e convidei-o a participar. Pedi autorização para gravar e para usar as informações na pesquisa, deixando claro que sua identidade não seria revelada.

Marcos concordou e então começamos a conversar sobre suas vivências antes de chegar à instituição de acolhimento.

Marcos relatou que foi morar na instituição de acolhimento “porque eu fiz bagunça”. Pedi então para que ele me explicasse melhor e então ele disse que não se lembrava de que tipo de bagunça tinha feito.

Contou que depois de ter feito bagunça, deixaram-no trancado no quarto e então ele começou a pedir ajuda. Sua tia o ajudou, procurou o Conselho Tutelar e ele foi para o Lar.

Questionado sobre o que sentiu neste momento, Marcos disse “tristeza”.

Questionado sobre o que pensou, disse: “Pensei que poderia ser legal o Lar e é legal!”

Ainda sobre as vivências antes do acolhimento, relatou que seu pai e sua madrasta (com quem morava na época) eram legais e o tratavam bem.

Antes de ir morar com o pai e a madrasta, Marcos morava com sua mãe e seu padrasto. Sobre este período, relatou que era maltratado por eles. “Minha mãe batia e me maltratava”. “Meu padrasto pegava faca para minha mãe!” Questionado se o padrasto tinha feito algo de ruim para ele, Marcos disse que sim. Perguntei então o que ele teria feito e Marcos respondeu que ele também tinha pegado a faca para ele.

Disse então para Marcos que ele não tinha sido acolhido apenas porque bagunçou, mas, como ele mesmo estava dizendo, também foi porque foi maltratado e trancado no quarto. Marcos concordou.

Falando sobre a vida no acolhimento, disse apenas que era legal, mas que queria voltar a morar com o pai e que também ter outros padrinhos afetivos.

Falando sobre o apadrinhamento afetivo, relatou que certo dia lhe disseram que tinha pessoas querendo conhece-lo e que ficou muito feliz com isso.

Disse que foi muito legal conhecer os padrinhos. Eles vinham visita-lo no Lar, traziam biscoitos e iogurte e brincavam com ele. Depois começou a fazer visitas na casa deles, era muito gostoso, brincavam com ele e Hélio ajudava nas tarefas escolares.

Conseguia ler e escrever com a ajuda de Hélio, mas hoje, sem ele, não consegue mais. Questionado se tinha aprendido algo mais com os padrinhos, disse que aprendeu a respeitar.

Marcos se mostrou agitado quando começamos a falar dos ex-padrinhos, pegou bonecos que estavam na sala e começou a mexer com eles: abria as asas, dobrava as articulações, mexia os braços. Disse que tinha brincado com aqueles bonecos com Hélio. Perguntei que bonecos eram aqueles e ele disse que eram bonecos de gelo do Ben10. Perguntei o que os bonecos faziam e ele respondeu que “soltavam gelo para se proteger do Ben10, para se proteger do mal”. Eu disse que imaginava que era muito difícil para ele falar da história do apadrinhamento. Marcos disse que sim. Agradei por ele ter concordado em falar mesmo sendo algo tão doloroso. (Um dos bonecos se chama Friagem).

Contou que seus padrinhos pararam de ir visita-lo, mas que não sabe por que isso aconteceu. “Eu choro todo dia de saudades deles”. A última vez que foi na casa dos padrinhos, o filho de Hélio brigou com ele e Hélio desmaiou. Acha que por isso pararam de ir visita-lo.

Marcos contou que em 2019 vão encontrar outros padrinhos para ele e que está animado com a ideia.

Pedi para que eu falasse com o juiz, pois seu pai conseguiu uma casa e gostaria de poder pernoitar na casa dele e, se possível, voltar a morar com ele.

Disse que voltou a conversar com a madrastra e que ela está lhe tratando bem. Relatou que sente saudades das irmãs e também do pai. Não tem saudades da mãe porque ela o maltratou, sendo que nunca quis vê-la desde que foi acolhido.

Sobre a escola disse que gosta de ir, tem aula de português e geografia e não está fazendo bagunça.

Perguntei se tinha algo mais a falar. Marcos disse que não e perguntou se tinha acabado. Disse que para mim estava bom e perguntei se ele gostaria de fazer um desenho. Ele disse que não, porque já tinha falado bastante, mostrando-se inquieto para levantar e sair.

Agradei novamente por ele ter aceitado participar da pesquisa e nos despedimos.

ENTREVISTA COM ESTELA

Mariana: Bom, então eu acho que a gente já conversou sobre o objetivo da pesquisa, né?

Estela: Sim

Mariana: Então quero conhecer os afetos no apadrinhamento afetivo, saber então como vocês se sentem, né? E acho que o objetivo principal é poder contribuir para que as práticas de apadrinhamento afetivo ocorram da melhor maneira possível, visando o bem estar de quem é apadrinhado. Então o que eu queria saber Estela é como... Vamos voltar um pouco? Antes de falar do apadrinhamento, podemos falar um pouco da sua vida?

Estela: Tá, eu falo a minha vida triste.

Mariana: Sua vida triste? Eu vou ficar olhando aqui (apontando para o celular)... Porque o último deu problema vou ficar conferindo, tá? Então fala para mim um pouco, um pouco da sua família, como você chegou até o Lar, como é que foi tudo isso.

Estela: Vamos cavoucar hm... Deixa eu ver... Não nasci em uma família bem estruturada, minha família já vem quebrada desde sempre, desde que sei, gerações de quebras de afeto, de não saber amar, os filhos já não... Minha bisavó foi abandonada, minha bisavó teve seis filhos, ela deu, só ficou com um, deu o resto para outras pessoas criarem, depois esses filhos voltaram para perto dela, casado já... Alguns não, aí essa minha avó também chegou a ser doada também para tia dela, depois ela voltou, aí essa minha avó engravidou da minha mãe, minha tia e dos meus quatro tios... Três tios, depois essa minha avó teve a minha mãe, minha mãe engravidou com 13 anos... Minha avó também deve ter engravidado com uns 14, ela engravidou com 13 anos, ela me teve com 13, meu pai tinha 16. Foram morar, ela tinha 13 anos foi morar junto com ele, eles eram adolescentes, não sabiam lidar um com o outro, no final se separaram... Tá, aí nisso já tinha eu, aí meu pai foi preso depois que eu nasci.

Mariana: Por que ele foi preso?

Estela: Ele foi preso porque a minha avó traficava, mãe da minha mãe, ela era traficante, sei lá se é, não sei, era eu acho... Era traficante e aí ela deu droga para minha mãe e pro meu pai experimentar, tipo a mãe dela deu droga para ela experimentar e aí minha mãe viciou, tipo... Nossa cara... Que dó, que vida para mãe, nossa imagino o coração dela quando ela ver a filha dela.

Mariana: Acontece... Então sua mãe experimentou, criança ainda.

Estela: Sim, quando meu pai e minha mãe... Meu pai sempre teve uma queda pela minha mãe, aí meu pai começou a frequentar a casa da minha avó, né? Aí os dois se gostaram e tal, aí minha avó fez o que... Meu pai vendia droga para ela e minha avó meio que tipo “ah, pode ficar com a minha filha por você vender droga para mim” tipo isso. Aí os dois começaram a namorar e tal, daí desse namoro foi para mim né? Linda, maravilhosa...

Mariana: Esse o quê?

Estela: Desse namoro veio eu. Então, depois veio minha irmã, meu pai foi preso... Minha irmã veio depois de um ano, a Vitória, aí minha mãe e meu pai se separaram depois da Vitória, já se separaram, os dois se odiavam! Nasci no meio dos dois, um de cara pro outro. Ia para casa da minha mãe, meu pai não prestava... Ia pro meu pai, minha mãe não prestava... E assim foi, minha vida toda, cresci um odiando o outro. Eu tinha medo de ir para casa do meu pai, depois fui com ele, vou te contar... Tá, depois eu tinha medo de ir pro meu pai, aí depois aconteceu coisas.

Mariana: Não entendi... ele foi preso e depois ele saiu?

Estela: Ele foi preso... Ó, ele saiu, aí ele foi preso, aí ele saiu, aí ele foi preso de novo... Aí ele saiu! Aí quando eu tinha uns seis anos ele foi preso de novo...

Mariana: Entendi.

Estela: Tipo ele gostou da cadeia.

Mariana: A casa dele é entre essas vezes que ele foi preso, que você tinha medo de ir.

Estela: Era na casa da minha bisavó que é quem criou ele... Para você ver, tanto por parte de mãe quanto por parte de pai, teve quebra de afeto... A minha avó ela...

Mariana: O que é quebra de afeto?

Estela: Para mim, quebra de afeto é tipo assim, é tipo a família meio que abandonar, sabe? Por exemplo, a mãe não quer meu pai não foi criado pela mãe dele, foi criado pela bisavó e aí ele já cresceu, ele cresceu meio assim... Tipo assim, minha bisavó ela criou o meu pai, meu outro tio Betinho, ela adotou mais dois, a Fran e o Fabrício, a Medusa... Então ela adotou oito crianças e criou, então aconteceu isso, cresceu com mais criança, amor repartido então ele não teve muita atenção, tipo quando ele traficava, ela podia ter intervindo, mas ela não percebeu porque era muita criança, aí né...

Mariana: Entendi, aí quando ele saía da cadeia você tinha medo de ir lá para casa da bisa.

Estela: Não... É, é porque a minha mãe e meu pai eles se odiavam, eles se odeiam ainda até hoje, não sei se se odeiam, mas eles se odiavam muito, aí quando ia para casa de um, um falava “aí seu pai não presta, seu pai isso, seu pai abandonou a gente” aí quando ia para casa do meu pai “sua mãe não presta, fica colocando coisa na cabeça de vocês” era mais por parte da minha mãe, ela odiava meu pai de verdade, meu pai era mais assim... Meu pai não é um monstro.

Mariana: Uhum, mas o medo que você tinha de ir à casa dela era por quê?

Estela: Ah porque final de semana ia para casa do pai, ficava a semana inteira com a mãe do que com o pai.

Mariana: Sim, mas você tinha medo de ir por quê?

Estela: Porque minha mãe falava para mim...

Mariana: Falava mal... O que ela falava?

Estela: Ela falava mal dele, falava que ele batia nela, que ele não amava mais a gente, que ele era vagabundo, que ele não trabalhava e ele trabalhava... Tipo, na oficina, ele não trabalhava registrado, mas ele trabalhava, ele é mecânico, aí eu tinha medo de ir para casa do meu pai, tanto é que ele nunca relou, ele nunca bateu em mim nem nada, ele sempre foi um pai carinhoso, muito atencioso... Assim, tudo bem que na época eu vivia de doce.

Mariana: Quem queria que vocês...

Estela: Meu pai achou que eu era feita de doce, eu nem gosto de doce... Aí ele... Eu tenho boas lembranças do meu pai, da minha mãe também tenho algumas... Aí depois quando eu tinha oito anos eu fui pro Lar.

Mariana: oito? Foi à primeira vez né?

Estela: oito! Foi... Eu cheguei lá, chegou intimação do fórum, eu me lembro disso até hoje, chegou uma intimação do fórum para ir pro Lar e foram os quatro, chegou lá... Falaram ó.

Mariana: Que aí já tinha os dois irmãos...

Estela: Aí falaram assim: “vocês vão pro Lar” e todo mundo chorando e eu assim... Olhando, eu não chorei, lembro que eu não chorei, minha vontade era chorar, mas quê que eu ia chorar que eu tinha quatro irmãos para cuidar e ia ficar chorando que nem uma boneca, né? Claro que não...

Mariana: Então, depois de vocês teve mais quatro?

Estela: Depois de mim... Teve eu, a Vanessa, a Katia e o Danilo... São os quatro irmãos, aí eu tinha que cuidar deles, tipo eu falo quatro irmãos porque quando a gente

chegou ao Lar o nosso apelido era os quatro irmãos, tinha o quarto dos quatro irmãos, tudo dos quatro irmãos... Estava preparando para gente dois meses antes, tipo eu na minha casa não sabendo que eu ia pro Lar aí eu cheguei lá e a Cristina falou... Cristina...

Mariana: Cristina...

Estela: I Love ou Cristina, aí ela pegou e falou “não, vocês vão pro Lar” aí minha avó falou “não, meu neto quer pegar ela” que é o Fernando que tá adotando o David, ele queria só eu... Aí falaram assim “Estela você vai querer ir com o seu tio, a gente ligou para ele e ele falou: ‘não, eu quero só a Estela, eu vou aí buscar qualquer coisa já’” meu tio não ia me deixar ir pro acolhimento e ele já ia me pegar, aí eu falei “não, vou com os meus irmãos”.

Mariana: Esse é tio da sua mãe ou do seu pai?

Estela: É, é o que tá adotando o David.

Mariana: Ele vai adotar o David?

Estela: Tá, tá adotando o David. Aí ele queria ficar só comigo, porque eu sempre fui a mais quieta da família, por isso que eu tenho vantagens, aí eu falei que eu ia com os meus irmãos porque para gente... Eu falei que ia com os meus irmãos porque, a minha avó desde que eu era muito pequena ela ameaçava a gente de levar a gente pro Lar, minha bisavó, a Maria, ela sempre ameaçava mandar a gente pro Lar “ah, você vai pro Lar, vou te mandar pro Lar, vou te mandar pro Lar, o Lar isso, o Lar aquilo, o Lar é uma cadeia...” eu não ia deixar meus irmãos irem para uma cadeia, né? Na minha cabeça...

Mariana: Tá, mas porque disseram que vocês tinham que ir pro Lar, explicaram para você?

Estela: Por que... Eu vou falar a verdade né? A minha bisa trabalhava o dia todo, minha mãe não parava em casa, quem cuidava da casa era eu, a Vitória e os meus irmãos viviam na rua, eu era tipo assim... Eu ficava indo na rua, voltava para fazer lição, ia para rua, voltava para fazer lição, eu só... Ó... Eu acordava de manhã cedo ia na padaria comparava pão, 6 horas da manhã, comparava pão... Como eu fazia projeto, é... Eu ia para escola, 15 minutos para sete, que eu tinha umas amiguinhas que a gente ficava falando mal das outras lá, aí eu me arrumava e ia para escola, aí depois eu voltava da escola correndo, aí 12h30 mais ou menos, tipo assim, eu tinha que levar os meus irmãos, eu levava 10 min já atrasado para escola, eu chegava lá meu irmão já estavam comendo pão que eu tinha comparado de manhã e elas já tinha comido, elas já estavam arrumadas, levava elas para escola. Aí depois chegava, voltava para casa, fazia a minha lição, dormia com o caderno na cara, quando estava começando a valer a pena os estudos de novo, eu

saia para escola, ia à creche, buscava a Kátia fazia a minha linda assinatura, mentira, não tinha assinatura não, era só aquele negócio que criança gosta de fazer, aí eu buscava a Kátia depois eu passava e buscava a Vanessa e aí o Danilo já estava em casa já dormindo com a minha avó, ela estava doente e ele ficava com ela, daí ele sabia se virar já desde pequenininho.

Mariana: Tinha uma avó que tava doente, a bisá saía para trabalhar e a sua mãe...

Estela: E a minha mãe ficava em casa de vez em quando e mesmo quando ela ficava em casa ela ia dormir, aí eu que tinha que cuidar dos meus irmãos, eu meio que fazia tudo sozinha, tudo sozinha... aí voltava fazia a janta, que nojo... Fazia a janta.

Mariana: Por que nojo?

Estela: Porque *crem Deus pai*, as comidas que eu fazia lá que nojo...

Mariana: Era miojo?

Estela: Hoje eu não comia... Não, arroz... Não, arroz até que saia boa, só carne mesmo, que nojo cru, mas o resto saia tudo certo.

Mariana: Ficava crua sua comida?

Estela: Ficava, né? Eu tinha seis anos

Mariana: seis anos?

Estela: Quando eu fui morar lá em baixo eu tinha sete anos, foi quando eu comecei a ter mais facilidade.

Mariana: Estela, mas uma vez você me falou que dos seus irmãos você tinha sido a que tinha sido mais bem recebida...

Estela: Sim, porque quando eu nasci...

Mariana: Você me contou uma história, conta para mim de novo?

Estela: Qual das histórias?

Mariana: A história que você tinha um monte de brinquedo.

Estela: Quando eu nasci foi tudo preparado para mim, porque minha mãe engravidou com 13 anos, era uma criança, mesmo assim a minha bisavó ia ter o primeiro bisneto... Por parte de pai, ainda minha bisavó ainda estava viva, o primeiro bisneto fui eu, aí o meu bisavô todo pronto para me receber... E o meu pai com 16 anos ia ser pai, esse povo de 16 anos até hoje quando vai ser pai fica todo felizão da vida, meu pai traficava então o que ele fazia? Ele traficava, comparava berço, essas coisas... A minha vó Nete, que eu fui morar com ela, ela comprou um conjunto de... Não é conjunto, um jogo de quarto e mandou para Presidente Prudente, tipo ela comprou na loja lá em São

Paulo e tipo para tirar em Presidente Prudente, então tipo eu tinha tudo, fui recebida, foi preparado para mim.

Mariana: Entendi.

Estela: Depois que veio o resto, depois que teve toda aquela avalanche, porque tava todo mundo bem... Depois que eu nasci o mundo desabou, meu bisavô morreu, a minha mãe se afundou mais nas drogas, meu pai foi preso, minha avó foi presa, minha bisavó teve que assumir eu, logo logo minha mãe engravidou de novo. Minha tinha Lena começou a sair para rua, minha tia saiu de casa, então tipo... Tudo depois que eu nasci, mas uns seis meses depois que eu nasci era tudo lindo, tudo flores, aí minha mãe engravidou de novo e aí pronto né? Um filho com 13 anos é normal, mas dois filhos com 13 anos já não é muito normal, né? Aí foi meio que um susto para eles... Mas eu fui bem recebida. Aí eu tinha uma tia, minha tia Anny, que é a irmã mais nova da minha mãe e ela para mim era a minha mãe, tanto é que ela eu sinto mais carinho de mãe, porque ela me lembra minha mãe, é diferente, mas eu sinto mais do que da minha mãe, por quê? Porque quando eu era pequenininha e minha mãe ia para rua, minha tia me pegava e eu vivia na casa da minha tia, tipo... tudo eu ia para casa da minha tia. A minha apresentação de ballet quem ia era a minha tia, escola/reunião era a minha tia, material era a minha tia, roupa era a minha tia, tudo era a minha tia, então para eu não ficar naquele meio, daquela muvuca que era a minha casa, que era praticamente um inferno, a minha tia me levava para casa dela aí eu vivia na casa dela.

Mariana: Então ela te poupou um pouco, né?

Estela: É ela me poupou e quando eu não tava na casa dela eu tava na casa da minha tia Cinthia.

Mariana: Mas foi até que idade que você ficava na casa da sua tia. Até ir pro Lar?

Estela: Eu ficava na casa da minha tia nossa... Até os 6/7 anos... Foi, quando eu fiquei internada, quando eu quebrei o pé... Fiquei um ano praticamente internada.

Mariana: um ano?

Estela: É quase um ano... Eu fiquei três meses no hospital, depois eu saí e fiquei dois meses fora, aí eu caí e o pino perfurou a minha perna, aí eu fui de novo pro hospital, fiquei mais uns 3/2 meses até conseguir a cirurgia, recuperar e tudo... Aí a minha tia ficou todo esse tempo comigo no hospital, ficou comigo e dormia.

Mariana: Que idade você quando você machucou a perna?

Estela: Ela tinha uns 21 anos

Mariana: E você?

Estela: Eu tinha uns seis anos e ela ia comigo no hospital, levava comida escondida para mim porque eu não comia a comida do hospital.

Mariana: E aí quando você foi pro Lar você já tinha oito.

Estela: oito!

Mariana: O que aconteceu entre os seis e os oito?

Estela: Entre os seis e os oito eu parei de ver o meu pai, aconteceu que minha mãe falou que meu pai... Foi assim, eu lembro disso até hoje também, minha mãe falou que meu pai tinha me estuprado, olha só a conversa.

Mariana: Quem falou isso?

Estela: Minha mãe, foi assim... Um dia eu tava tomando banho e minha mãe disse que percebeu algo estranho e falou assim que meu pai tinha me estuprado porque eu sonhei por causa do meu pai, o contato que eu tinha com homem no caso era o meu pai, minha casa parecia um puteiro só entrava homem, Deus me perdoe já... (inaudível) mas então era isso, mas minha mãe falou isso e tal, minha mãe colocou a culpa no meu pai, mas na verdade, gente eu sou virgem então não tem como meu pai ter me estuprado, meu pai foi condenado nove anos de cadeia depois disso no processo, quando eu fui pro Lar depois, eu fui na doutora, na médica e eles constataram que eu sou virgem, então meu pai não me estuprou.

Mariana: A sua mãe inventou que você tinha sido estuprada?

Estela: A minha mãe falou, a minha mãe tirou conclusões tipo assim: “ah, o pai dela estuprou ela” pá... aí todo mundo pensou: “nossa, coitada” deu muito rolo, o pessoal da vizinhança ficou tudo louco, ela foi num bar, gritou que meu pai tinha me estuprado, deu muito rolo... Meu pai foi ameaçado de morte, foi para cadeia, foi para cadeia de estuprador mesmo e aí ele jurava, jurava, jurava que não tinha feito isso e eu era uma criança então tipo eu não tava nem aí. Eu não tinha contato com ele, então depois que eu fui crescendo que eu fui vendo o que tinha acontecido e tal porque eu era uma criança.

Mariana: E por que você acha que ela fez isso?

Estela: Porque ela tinha raiva dele, ela tinha raiva dele.

Mariana: E ele tinha batido nela? Ele a ameaçava?

Estela: Eles brigavam de se bater, os dois... Aí ele falou assim, como eu te falei a gente conversou agora semana passada eu acho, ele disse assim que: “olha eu vou te falar a verdade, sobre isso eu já quis até matar a sua mãe, mas eu pensei se eu matar a sua mãe vocês nunca ia me perdoar, você e a Vitória nunca ia me perdoar, nunca ia olhar na minha cara, e eu ia ser um monstro para vocês e isso não é o que eu quero ser para vocês, um

monstro... por isso eu nunca relei a mão na mãe de vocês por isso, eu nunca matei ela, porque a minha vontade era matar ela, fui condenado há nove anos, fui para cadeia de estuprador de verdade e eu não fiz isso, minha vontade era realmente matar a sua mãe, mas eu não ia ser um monstro para vocês, então eu não fiz isso” aí tá... Depois tá, eu tava com a minha mãe com uns 10 anos, fui pro Lar e tal, fiquei no Lar e com 10 anos eu saí do Lar, fui morar com a minha avó... Com 9/10 anos, não, fui com 10 anos.

Mariana: Qual vó? A vó Nete?

Estela: É, porque eu fiz 11 anos lá, aí eu fiz 11 anos lá... Fui em dezembro, foi... Eu fui em dezembro de 2016 para lá, aí eu fiquei 2016... Não, eu fui em dezembro de 2015 para lá, fiquei 2016 e 2017 lá e voltei...

Mariana: Mas é a mesma vó que você morava antes de ir pro Lar?

Estela: Não, essa vó é a vó que eu só via, eu convivi com ela um ano da minha vida só, que ela veio para cá.

Mariana: Que é a do seu pai.

Estela: É ela veio para cá e ficou um ano aqui.

Mariana: A mãe do seu pai, que na verdade não criou o seu pai.

Estela: Não criou o meu pai, ela foi embora com a minha tia e deixou meu pai e meus tios para trás... Aí eu fui morar com ela, eu no começo não queria ficar lá, a gente foi duas vezes para lá, a gente foi em junho de 2015 para lá, só que a gente não quis ficar, porque a gente foi para lá achando que ia passar as férias, tu é fórum, já não faça mais isso porque isso é ridículo, isso é ridículo tá... É tipo assim, a gente foi para lá e falaram que eram as férias, chegou lá minha avó falou: “ah que bom que vocês vão morar com a gente” aí eu falei: “oi? Morar com você, querida? Tia vamo embora... vamo embora agora” voltei pro Lar de novo, a gente não ficou lá nem um dia, a gente dormiu lá e no outro dia nós voltamos embora.

Mariana: Você ficou um dia só na casa da vó.

Estela: Um dia, foi eu a tia Helô e a Tia Rosiane e a Vitória, que a gente tava com medo de ficar com eles. Porque como a minha avó e meu avô são um casal meio... É que meu vô é um monstro, não sei se você já viu ele.

Mariana: Monstro?

Estela: Não monstro, é que de você olhar para cara dele já dá medo.

Mariana: Por quê?

Estela: Porque ele é grandão, todo tatuado e aí dá medo né? E ele não é meu vô de verdade, ele é marido da minha avó.

Mariana: Entendi.

Estela: Mas eu chamo ele de vô porque é a coisa mais próxima de vô que eu tive.

Mariana: E eles moram em Miracatu?

Estela: Miracatu! Aí eu fiquei com medo deles, quem não fica? Aí tá...

Mariana: Aí vocês voltaram...

Estela: Aí a gente voltou, aí depois em dezembro chegou lá o fórum falando “vocês querem ir para casa da avó de vocês passar AS FÉRIAS” CRISTINAA, acho que ela não sabe o significado disso. Aí a gente falou: “ah, a gente vai paras férias, vamos passar as férias lá” tá, fomos lá, chegamos lá e deixaram a gente lá de mala e cuia, chegou lá a minha avó disse: “ah, que bom que vocês vão morar com a gente...” aí eu falei: “ah, não... de novo isso não, vamo embora” passou um mês, já tava começando às aulas e cadê de a gente voltar embora? Ligamos no fórum e disseram que a gente ia morar lá, eu não queria morar lá.

Mariana: Por que não?

Estela: Depois de um tempo eu me acostumei. Porque é que assim, querendo ou não, quando a gente tá no Lar, o Lar vira o nosso porto seguro, a gente tem medo de sair para qualquer lugar que não seja o Lar, por que o Lar acaba sendo o que? O nosso escudo, porque a gente se sente seguro, seguro não... Seguro assim ao ponto de coisas que o mundo te oferece do que a gente já viveu a gente tá seguro, mas na verdade não seguro assim de pele, é mais seguro de sentimento. E aí para você sair do Lar é um grande choque sair do Lar, eu percebi até pelas pessoas que saem do Lar, quando você sai, sai com receio e quando elas saem, elas querem voltar, em grande maioria elas querem voltar pro Lar. Não porque o lugar que elas estão é ruim, não, é porque elas aprendem, é como se elas criassem uma parede em volta delas pro mundo, a gente acaba sendo mais, sempre mais, como diria... Eles pensam em tudo, eles colocam cada detalhe da tua vida de traz para frente, porque eles calculam tudo, escola, quanto custa, o que pode dar errado e o que pode dar certo, o seu emocional como vai agir com isso, o que você vai fazer porque eles te conhecem, tipo tem as tias, elas me conhecem, elas sabem como eu vou agir em tudo.

Mariana: Entendi.

Estela: É ruim e bom ao mesmo tempo, então quando eu saí eu fiquei com muito medo, depois eu me acostumei com a minha avó, né? Me acostumei, a cidade também lá... É mato, mato, mato... Poxa, aqui não é a maior, mas é uma cidade, né gente?

Mariana: Então você estranhou.

Estela: E lá é no meio do mato e eu estranhei, mas depois eu me acostumei e tal, aí depois eu quis até morar no sítio, meu vô comprou um sítio e a gente foi morar no sítio. Aí depois minha irmã quis vir embora, aí depois a minha irmã me disse assim: “vamo embora Estela que eu não quero ficar aqui”, chegou no fórum, seis meses depois, que a gente faz avaliação depois de seis meses, aí a gente pega a guarda provisória, vive seis meses por conta própria e depois a gente volta para fazer o acompanhamento e para depois pegar a guarda definitiva. A gente fez os seis meses, pegamos a guarda provisória, quando a gente foi pegar a guarda provisória eu falei assim para mulher “eu não quero ficar aqui” de certa forma eu não queria ficar lá

Mariana: Por quê?

Estela: Porque a minha avó e meu avô são protetores demais, protetores ao ponto de ser demais mesmo! Tipo eu fiquei lá dois anos, eu não fui na casa de uma amiga nesses dois anos, nem amiga do lado, eu nunca saí para brincar com ninguém! Uma vez a Pamela foi brincar lá que é uma menina que a minha avó viu praticamente crescer, a meninas foi lá brincar de Barbie com a gente, a menina foi lá porque não podia ir na casa dela, a gente só saía da casa da minha avó para ir para casa do meu bisavô que era na frente, um sítio/chácara na frente um do outro por isso que a gente ia, pontão de um bate com o outro, então a gente saía de lá e a minha avó ia com a gente. Andar de bicicleta a minha avó era uma coisa muito louca, ela só deixava quando ela calculava o horário que não tinha ninguém na rua e eles ficavam lá, os dois lá, de tocaia, isso normal até numa cidade de sítio é até que normal. Aí eu só fui começar a sair sozinha, sair sozinha para comparar pão... Seis meses antes de eu voltar pro Lar de novo que foi lá para cima de 2017. Aí eu comecei a comparar pão, meu vô dava 10 min para eu chegar na padaria... Ele ligava lá para saber se eu já tinha chegado.

Mariana: Nossa...

Estela: Né? Deu para entender o tamanho do amor que eles sentem por mim, né? É muito grande... Ah, eu sei que uma vez também eu tava entregando o caderno pro menino da minha sala, um jogo, eu peguei o caderno, eu peguei para fazer lição, aí ele: “Estela, empresta o caderno?” aí eu peguei, eu tirei o caderno da bolsa para entregar para ele fazer a lição, ele levava para fazer e depois me devolvia, e eu nem conversava com ele, tipo porque eu era muito antipática, eu sou uma menina muito difícil de fazer amizade, porque às vezes parece que eu ah, sei que lá... Quando eu chego na escola, eu não sou muito de fazer amizades, aí eu emprestei o caderno para ele e meu avô parou bem na porta assim, porque ele ia buscar a gente na porta da escola, ele não deixava a gente ir

de ônibus, comecei a usar o ônibus também seis meses antes de voltar pro Lar que a gente ia de ônibus e o ônibus deixava a gente na porta, não era no ponto, era na porta de casa.

Mariana: Então vocês voltaram porque vocês achavam que eles prendiam demais?

Estela: Não, a gente voltou porque a minha avó batia na gente, em mim não porque eu sou uma menina que assim, eu não gosto de apanhar, então como eu não gosto de apanhar eu não apronto, eu fico na minha e não faço nada, eu sofro e não falo nada, eu tenho medo de apanhar, ao ponto de a pessoa nem bater e eu estar chorando, eu tenho muito medo de apanhar, eu não gosto de apanhar, até porque dá licença né? Olha o meu tamanho! Aí a minha irmã já é bocuda, já enfrenta, a minha irmã já é mais diferente de mim, ela dá a cara a tapa. Minha avó falava assim, por exemplo...

Mariana: Ela chegava a espancar ela?

Estela: Ah, ela batia hein? Batia com bainha de facão, fazia a gente pegar a nossa varinha, ela batia de chinelo, ela batia forte... Eu só apanhei uma vez de bainha de facão e uma vez e chinelo.

Mariana: Bainha de facão?

Estela: É! Aquele negócio de couro, sabe? Que encapa facão?

Mariana: Então na verdade quem mais quis voltar foi a Vitória né?

Estela: É, depois foi mais a minha irmã, eu já tinha aceitado a minha vida triste, eu aceitei minha vida triste que eu sou dessas... E tento lutar né? Quando eu vejo que não vou ganhar, eu fico quieta na minha, ah... Não vou ganhar mesmo, para que fazer esforço? Fico na minha, eu ia fazer meus 18 anos quietinha na minha, ia me mandar de lá, nunca mais ia voltar lá, não ia mais morar na casa deles, ia pegar ranço e pronto!

Mariana: Então estava ruim se você...

Estela: É que eu sou mais na minha né? Eu nem ligo, eu faço meus calculo mental, eu sei meu futuro, não vou ficar brigando, não ia dar em nada! Só ia ficar brigando com a minha avó todo dia e não ia voltar, aí então... Resumindo a gente foi pro Lar, fomos para o Lar de Miracatu. Pensa num Lar maravilhoso e super estruturado! Tô zuando tá? É o pior Lar que existe.

Mariana: Ruim?

Estela: Ruim demais! Porque lá tem péssimas condições, já chegou o dia de faltar comida já, tipo estar indo para escola e tá faltando comida, tipo as tias fizeram o que tinham e chegou bem na hora a comida, lá era uma casa ficava um monte de adolescente

menina e menino, tipo meninas transtornadas emocionalmente, tipo a gente pensa que é ruim, lá tá muito pior.

Mariana: Miracatu fica onde?

Estela: Fica no sul, lá no (inaudível) perto do sul, do lado de Praia Grande.

Mariana: São Paulo então.

Estela: São Paulo! E as meninas todas transtornadas, mas tinham pessoas boas lá... Maravilhosas até, mas as meninas transtornadas emocionalmente, acabadas, super depressivas, os meninos lá tudo maloqueiro e lá no Lar as tias não tinham controle sobre nada, as crianças saíam a hora que queriam, voltavam a hora que queriam, os namorados das meninas estavam lá dentro da casa, eles se comiam praticamente, tipo... E eu sempre na minha, porque sou desses, a escola lá, foi bem legal a escola, foi a primeira escola que fiz amizade.

Mariana: Quanto tempo você ficou nesse Lar, lá?

Estela: Eu fiquei lá quase dois meses, fui para lá em novembro, eu saí de lá... Eu fui para lá no começo de novembro... Ah, não eu fiquei um mês e pouco lá, mas vivi essas coisas lá hein.

Mariana: Eles brigavam muito entre si os colegas?

Estela: Brigavam... Às vezes, sim... Brigavam.

Mariana: Entendi.

Estela: Lá era a família deles, é tipo o Lar, lá é a família deles, se você não... De qualquer forma você vai voltar para lá, fato! Não adianta você brigar lá, porque lá vai ser a sua casa, mesma coisa que você deixar a sua casa e não limpar a sua casa, quem vai morar lá é você mesmo, então tipo... Não vai fazer diferença, limpando ou não você vai ter que voltar para lá, é a tua casa! Então é melhor que seja limpo... Então o que eles fazem, vai brigar e vai fazer de novo a amizade, que falsidade... E eu só observando, lendo meus livrinhos e vendo minha novelinha das 20h00, só isso que eu fazia da minha vida.

Mariana: Você gosta de ler né, Estela?

Estela: É... E pronto, acabou!

Mariana: E aí vocês voltaram para Prudente como?

Estela: Aí conversamos com a Juíza porque a nossa guarda definitiva não estava lá, porque a partir do momento que você tem a guarda definitiva da criança ela é responsabilidade daquele município, mas a gente não tinha a guarda definitiva, a gente tinha como a gente ficar lá, mas provavelmente a gente tinha que voltar porque não era a

responsabilidade de lá, e meio que é assim vai pega toma, não pega você, então tava uma briga e conseguimos voltar pro Filomena, Graças a Deus!

Mariana: Então você queria voltar.

Estela: Na verdade eu já tinha aceitado ficar no lar, eu falei assim vai se eu fico aqui, entendeu? Em Miracatu, nesse Larzinho a minha vida toda até os 18 anos. Porque assim, no Filomena você faz 18 anos, eles esperam você completar 18 anos, arrumam uma casa, eles fazem toda aquela estrutura para você sair, eles planejam tudo. Lá em Miracatu você completou e sai no mesmo dia.

Mariana: Nossa...

Estela: No mesmo dia que sai, não é por comportamento, não é por nada... Você sai no mesmo dia, não importa quem seja! Sai no mesmo dia...

Mariana: Entendi.

Estela: Então o que eu já tava pronta, para trabalhar muito cedo mesmo, por quê? Porque eu ia sair no mesmo dia! Eu ia sair do lar e deixar a minha irmã? Então quando eu saí de lá eu já tava pronta para ficar lá também, eu tava pronta para ficar com a minha avó até os 18 anos também, como eu já to pronta para ficar aqui até os 18 anos!

Mariana: Você se prepara, né Estela? Se adapta rapidamente

Estela: É, porque se eu ficar “ai não quero... ai não quero” você vai sair do mesmo jeito, se não for para uma casa você sai para rua! Então dos dois é um, e eu prefiro uma casa porque rua não é um futuro para mim. Aí a gente foi pro lar, voltou em 10 de dezembro... Não foi 03 de dezembro, por aí porque minha mãe fez aniversário e foi duas semanas depois, aí voltamos pro lar, tinha gente que eu conhecia, tinha gente que eu não conhecia, gente nova, né? Porque dois anos... Entrou muita gente aqui, aconteceu muita coisa, pessoas estavam diferentes, só tinha a Dani, a Lu, a Maria Fernanda e a Vitória que eu conhecia, o resto era tudo novo, então meio que foi um baque. Eu não queria voltar pro Lar porque o Lar não é um futuro para uma criança, às vezes são formadas pelo Lar, porque tem muita criança no lar pequena que tem chance de ser adotado ainda, ter uma família que não vai sair de lá. Como você sabe disso? Porque a família não tá nem aí para criança, literalmente não tá nem aí.

Mariana: Quem não está nem aí?

Estela: E a criança só tá crescendo onde ela não deve, tipo tem umas crianças lá tipo a Ju e a Jaque, a mãe da Jana e da Jaque e do Júlio e o José, são crianças que eu vivi perto, quando eu morava com a minha avó, eu morava na mesma rua que eles, eu brincava com eles, às vezes... Porque eu não gostava muito de brincar, sempre fui sedentária, e são

crianças que já passaram muita coisa na vida, o pai morreu, o pai era doente, entendeu? Usavam drogas, a mãe deles se drogava com a minha mãe até, tem toda uma história de vida, a Ju e a Jaque são pequenas ainda não tem tanto trauma, tem trauma, mas são coisas que se elas tiverem uma família que vai levar elas à felicidade, elas vão poder tirar isso da cabeça talvez... Talvez sim, talvez não, aí agora as meninas estão no lar, a mãe delas... Elas não vão para casa da mãe delas, ela só tinha que subir um cômodo para elas poderem voltar a morar na casa da mãe delas e a mãe não conseguiu terminar de construir o cômodo, por quê? Pensa comigo, você tem um marido doente, você tem cinco filhos, você tem que cuidar dos cinco filhos e do marido doente, tipo você tá super sobrecarregada, seu marido morreu ficou seus cinco filhos para você cuidar, você tem que cuidar das cinco crianças, todas elas já no mundo né? Porque você não tinha tempo para cuidar das crianças, você tem que trabalhar e sustentar cinco crianças, essas crianças foram para o lar... Você: “ah, eu quero meus filhos” tá... Dói, dói no começo, dói muito se separar da família, de alguém que você gosta, mas depois você acostuma, você sabe que tá bem, você lembra do rosto... Vai ficar só lembranças, não vai ficar saudade, saudade você tem por um tempo, tudo sentimento... Ser humano, tudo hormônio...

Mariana: Tudo hormônio?

Estela: Tudo hormônio, aí a mulher tá agora sei lá... A filha mais velha casou, mais velha assim 16 anos, casou... Para você ter noção da estrutura da família, a Janaína casou, saiu do Lar para casar com 16 anos, a Ju e a Jaque estão no lar só à deriva, só ficando velha, sai para casa da tia uma vez na vida e outra na morte, ou seja, nunca! Os irmãos dela, o José é um menino super quieto, super depressivo e parece que ninguém vê isso, mas as pessoas veem, mas às vezes... E aí? O Júlio é um menino super... Mas na verdade é também uma massa que ele criou para se proteger do mundo, porque querendo ou não por trás daquilo ele é apenas uma criança de 10 anos que sofreu para caramba e precisa de ajuda, amor e carinho... Que tem toda a chance do mundo ainda, não... Não todas as chances, 40% de ser adotado. Agora me fala, a Jaque e a Ju são umas graças, a Jaque tá cada vez mais agressiva porque no Lar a gente não vive, a gente sobrevive!

Mariana: Por que sobrevive Estela?

Estela: Porque lá você vive com pessoas que viveram coisas, cada uma diferente, pessoas que vieram de mundo diferente, umas que usaram droga, outras que se prostituíram, pessoas que foram abusadas, pessoas que já roubaram, que já fumaram... Você vive com pessoas completamente diferentes, eu já vivi com pessoas que fumaram, mas eu não fumo, eu não sou assim. Eu tenho um caminho, assim como tem pessoas boas

no lar, tem pessoas ruins, ou seja, não tem como deixar duas crianças esperar por uma coisa que não vai chegar o que tá certo, a mãe delas não vai pegar elas, porque mãe que quer de verdade ela vai realmente atrás.

Mariana: Parece que os avós estão querendo...

Estela: É os avós estão querendo, mas enquanto isso elas estão crescendo, tem que agilizar isso, porque a Jaque tá ficando cada vez pior, tipo a cada dia que passa ela tá ficando pior, ela tá criando uma armadura que ela não precisa, ela só precisa ser amada, gente! Demorou um ano pros avós dela sentirem que querem pegar as crianças? Foi que nem eu, eu fiquei dois anos no lar para minha avó achar que ela queria me pegar, não é assim!

Mariana: Então, a sua leitura é a de que você e seus irmãos tinham que ter sido adotado?!

Estela: Não, porque tipo assim esperaram até dois anos para os meus pais acharem a solução que não tinha, porque gente... Minha família nunca teve estrutura, desde o começo dava para ver, tá na cara, quando a pessoa quer e quando ela não quer. Aí tá... Ficou o Danilo, ficou lá no lar um ano, dois anos até ser adotado, o menino passou tanta coisa, tanta coisa, tanta coisa acabou se tornando um menino que ele não deveria ser, se tornando um monstro, porque o meu irmão é completamente fora de si e ele só tinha quatro anos, ia doer? Ia... Mas ele ia ter uma família, ia ter tudo, uma estrutura, ele ia ser amado, ele não ia precisar passar tudo o que ele passou que foi coisas difíceis, ser adotado, voltar, ser adotado e voltar, porque ele passou dois anos num lugar que ele não precisava, viu coisas que não precisava... A Kátia, aí pai dela quis ela, só que de começo se o pai dela quisesse em menos de um ano ele tinha adotado ela, aí a menina cresceu com aquilo. A Vanessa também... A Vanessa sempre foi fofinha, ela cativa todo mundo por mais que ela seja chata, ela cativa todo mundo, ela tem um modo diferente de cativar as pessoas, a Vanessa também estaria feliz e não estaria passando por essas tristezas que ela vem passando agora, entende? Então não dá...

Mariana: E você?

Estela: Eu só tinha oito anos, aí dá dó... A Beatriz sofre muito, a Bia...

Mariana: Sua irmã?

Estela: Não, a Bia do Lar... Tipo ela sofre, tipo quando ela era pequenininha ainda bebê, já era para ela ter sido adotada o que tá esperando, entende?

Mariana: A Beatriz? A Beatriz eu acho que vai conseguir ser adotada.

Estela: Sim, mas gente... Vai doer, mas tipo era para... Gente, a mãe dela nunca vai tomar jeito. A Jéssica é uma menina de 13 anos que engravidou...

Mariana: Eu sei, eu acompanho o caso, Estela. Se eu falar quantos relatórios eu fiz, eu acho que estou no caso, tem um ano...

Estela: Nossa, a Bia já era para ter ido. A Juliana...

Mariana: Eu fiz uns cinco relatórios pedindo para ela ser adotada...

Estela: A Juliana já sabe pelo que a filha dela tá passando, só que ela faz drama...

Mariana: É, mas agora eu acho que agora vai acontecer mesmo...

Estela: Não, já era para ter ido...

Mariana: Mas assim, verdade... A gente do fórum tem relatório de quando a Beatriz ainda estava na barriga da Juliana. A equipe já estava escrevendo relatório para ela ir para adoção, mas muita gente foi contra, né?

Estela: É, porque ela era mãe, porque tem/tinha aquela chance... Aí falam assim “ah, mas ela é nova” realmente eu entendo a parte dela ser nova, mas foi uma escolha dela, da mesma forma que foi escolha da minha mãe, quando ela teve 13 anos ela tava grávida, ou ela ia cuidar da filha dela e seguir uma vida certa porque ela já sofreu muito, ela podia ter pegado isso como exemplo, né? Não! Ela pegou o exemplo “eu vou curtir, minha filha tem a avó para cuidar” aí a Juliana é assim: “eu vou curtir, tem quatro tia para cuidar da minha filha, a minha filha nunca via passar fome, a minha filha vai estar sempre trocada e eu vou poder me divertir e poder chorar quando ela for para adoção” minha querida... Não, “mas tenho babá”, é como se ela fosse uma mãe e que tivesse babá que cuida da filha dela e quando ela quer ser mãe tira a fotinha para postar no facebook, como se ela cuidasse e fosse uma excelente mãe, quando ela quer, ela faz vídeo da menina brincando, como se ela fosse uma excelente mãe...

Mariana: Então você se identifica com a Beatriz assim, como se ela estivesse vivendo a mesma história que você, né?

Estela: E dá dó, e eu percebi que a Juliana não quer nada com nada. A Juliana quer curtir e ter uma vida com um moleque. Um dia a Juliana falou assim para mim e para tia Lu: “ah, eu vou sair do Lar, eu vou pegar e colocar um monte de piercing e vou pro mundo” aí eu olhei para cara da tia Lu e a tia Lu olhou para minha cara... “hmm...”

Mariana: Bom Estela, vamos continuando então, acho que você tá contando um pouco de como está no Lar, como você queria ter sido adotada...

Estela: Não! Não... Já foi meu tempo, já...

Mariana: Mas é uma coisa que você desejava e que você acha que seria melhor.

Estela: Na verdade eu queria viver, não ser adotada, ser adotada eu não queria. Depois de um tempo que eu falei “ah, quem sabe” mas eu não queria ser adotada. Na verdade eu só acho triste pessoas, ver pessoas que podiam estar tendo uma vida, ter tido uma vida, não ter...

Mariana: Como pessoas... Como você...

Estela: É como a maioria também...

Mariana: E a Marta e o Henrique? Como eles apareceram na sua vida? Como foi o apadrinhamento?

Estela: Foi de repente, foi de repente... Ah, eu tava indo para casa da minha tia infeliz porque minha tia queria me adotar também, é eu sou muito amada! Minha tia queria me adotar.

Mariana: Sua tia queria te adotar?

Estela: É, só que ela é de outra religião, religião é uma coisa que atrapalha minha vida, aí minha tia queria me adotar só que ela é evangélica e eu sou católica, e ela fala, ela não aceitava isso, ficava brava comigo e tal, enfim, ela tirava o dia para falar que minha religião não prestava. Coisa que a dela presta muito, porque até que crente maravilhosa ela, né? Mas não vou entrar nesse assunto.

Mariana: Como é o nome da sua tia?

Estela: Tia Carla.

Mariana: Carla...

Estela: Aí uma vez eu fui para casa da minha tia e ela acabou comigo, religião, e a minha tia também foi abandonada pela mãe dela, dada pela minha avó e depois ela voltou, ela foi doada com seis anos de idade, minha família foi de escravo... Aí minha tia tem muito rancor porque a minha bisavó não cuida dos filhos dela, mas minha mãe e minha tia, minha avó cuidou, de mim e dos meus irmãos minha avó cuidou. Minha avó não cuidou dos filhos, mas ela cuidou dos netos, da gente em específico. Aí minha tia tem meio ranço, ela fala que ela cuidava da gente e que a minha avó fazia ela de escravo e tal, e ela tem muito rancor só que eu não tenho culpa, até porque eu poderia ser muito bem o esperma que não foi fecundado, mas por erro do destino, cara. Então... E não tenho culpa e se alguém que tinha que ter cuidado dessa família era lá atrás.

Mariana: Então tinha o conflito por conta da religião e por conta dos ciúmes...

Estela: Ela não assume, mas ela é muito revoltada e depressiva e tem um oco dentro dela que nunca foi preenchido...

Mariana: Tem o quê dentro dela?

Estela: Um oco...

Mariana: Oco?!

Estela: E nunca vai ser preenchido, vai ter uma parte, não importa as desculpas que ela receba, ela não vai preencher porque é algo que devia ser preenchido lá atrás, ela vai viver assim e vai passar essa mágoa para família dela...

Mariana: Aí então você acabou parando de conviver com a sua tia...

Estela: É, parei falei “não quero ir mais lá não” acabei chorando e a tia Rosiane, eu adoro a tia Rosiane, “ah, você não vai mais não, vai ficar sofrendo aí”...

Mariana: Aí você decidiu não ir mais...

Estela: Quando eu não decido a Rosiane me ajuda a decidir “você não vai mais não”, decidi por você.

Mariana: E aí?

Estela: Aí a Paula falou assim “manda a Estela pro apadrinhamento então”...

Mariana: Apadrinhamento...

Estela: Aí chegamos lá...

Mariana: E como foi antes de você conhecer o Henrique e a Marta?

Estela: Ficamos tudo lá e aí, será quer ir com a gente? Aí pensei “meu Deus que povo estranho” quero ver já... Aí falei “to pronta”...

Mariana: Mas eles explicaram para vocês o que era o apadrinhamento?

Estela: Nada! Falaram “ah, vai ter o apadrinhamento” “ah, o que é isso?” “É uma família para vocês irem de final de semana” aí eu: “ah, legal! Só isso?” “só isso!” “tá” o primeiro do Lar foi uma porcaria, não se ofendam...

Mariana: Quê que é uma porcaria?

Estela: O primeiro apadrinhamento do lar foi uma porcaria, eu juro, eu vou explicar porque foi uma porcaria, porque fizeram tudo errado. Até eu que sou burra sei...

Mariana: O que aconteceu?

Estela: Chegamos lá e tá, prepararam os padrinhos e tal, chegamos lá para conhecer os padrinhos, todo mundo chegando atrasado, aí tá...

Mariana: Quem chegou atrasado?

Estela: Todo mundo lá do apadrinhamento chegando atrasado, mas já tinha dado a hora deles chegarem e a gente ia chegar só depois deles, de entrar né? Aí a gente tava tudo lá fora, em frente à capela, aí tava um povo chegando atrasado correndo, aí chegou o quê? Os quatro atrapalhados correndo...

Mariana: Você e seus irmãos?

Estela: Não, chegou a Marta o Henrique, a Giovana e a Vanessa. Um caindo em cima do outro, correndo para chegar lá...

Mariana: Ah, entendi...

Estela: Aí pronto, o Henrique: “Vamo Gi, vamo vamo vamo” e entrando e tal, “falei para vocês chegar logo, vamo” por quê? Aqui é o seguinte, vamos sair tal hora! Tá, vamos sair tal hora. Vamos sair daqui tal hora entendeu? Tá bom, tal hora a gente sai daqui. Tá dando meia hora depois a gente ainda vai sair daqui, entendeu?

Mariana: Quem é assim?

Estela: Aqui, tipo... A gente não importa “Ah, vamo logo Giovana” a gente corre e chega meia hora atrasado no mínimo, é assim, é uma correria. Aí chegaram os quatro atrasados, aí a Vanessa, minha irmã, falou assim: “são eles que eu quero”, “eu quero aquela lá, achei simpática, achei simpática” passou um japonês a Vanessa falou “é esse” aí eu falei: “olha, é uma boa escolha hein?”.

Mariana: Você gostou deles?

Estela: Aham.

Mariana: Você gostou deles e ela também.

Estela: Aham, aí chegou lá a gente fez uma brincadeira, eles fizeram, brincaram, brincaram, brincaram, fizeram gincana.

Mariana: Brincaram do que?

Estela: O joguinho do barbante lá, e tal, e tal, e tal o que nos une e tal explicou um monte de coisa, brincadeira do saco de pegar a bolinha, até aí tudo bem, depois uma brincadeira de seguir setas “cada um escolhe uma criança e vamos lá” aí escolheram um grupinho de crianças, Henrique e Marta ficaram com três, tipo, mas era só para brincadeira né? Se lascaram, vamos seguir setinha...

Mariana: Você já estava disputando eles...

Estela: Eu tava com a Ângela, porque o Danilo gostou da Ângela e ela pegou a gente, grudou na gente assim e vamo. Aí tá... Seguimos as setinhas, chegamos lá, chegou lá no espelho tava lá um presente, pá! Apadrinhamento. Eu sei que a Marta e o Henrique pararam quando viram, tipo três crianças, cara? Três crianças e eles já ficaram assim, a cara do Henrique tava me comovendo e eu só rindo da cara deles, né? Não sabiam onde iam se meter e eu com a Ângela. Aí depois tipo assim, aí não deu certo, tiveram umas crianças, um pessoal lá que dá até dó, Deus me perdoe, me desculpe. Tá pior que a gente... Ta pior que a gente...

Mariana: Os padrinhos?

Estela: Não é triste, não vai falar que eu sou coitada não, mas é meio triste assim, mas tem gente lá que apadrinhou a Deise e apadrinhou o Dênis. Aí o Dênis imitando lá na sala do tio Eduardo no segundo dia do apadrinhamento “aí meu marido viaja e eu fico sozinha em casa, eu quero alguém para fazer companhia para mim” chorando, a mulher. Aí o Dênis falou assim “amor, o carente aqui sou eu” o Dênis... “nossa, vou fazer o que agora, não era para ela me ajudar? Para ela me dar carinho e amor” aí tá...

Mariana: Em vez de dar o carinho, queria receber...

Estela: Aí o Henrique pegou e no segundo dia fomos fazer a atividade de pintar, a Vanessa não sabia ler e o Henrique foi ajudar ela e tal, foi a primeira vista, aí a Vanessa falou “eu quero eles”, aí eu “ah, também” aí as tias conversaram com cada um dos padrinhos, falaram “ah, viemos avisar vocês que eles também querem vocês” na verdade eles queriam os três, mas o Danilo ia ficar com a Ângela, graças a Deus, ainda bem que não escolheu os filhos senão eu ia ser a primeira a sair daqui. Aí a gente começou a ir, no primeiro dia já levou susto, como você deve ter visto no vídeo que eu falei que levei um susto lá, que eu cheguei aqui e a Marta pá “o negócio é o seguinte” aí meu Deus do céu, meu coração tá...

Mariana: Você ficou com medo?!

Estela: “A geladeira tá aqui, vocês façam o que quiserem para comer, porque eu não vou dar na boca de vocês,” aí eu... tá bom, eu acho que ela se arrepende disso até hoje assim, confidente assim, porque eu meio que assalto a geladeira dela, rapo todo aquela comida...

Mariana: Mas então primeiro teve esse momento de brincadeira...

Estela: É, primeiro teve esse momento da brincadeira daí eles viram que não deu certo e decidiram fazer por afeto...

Mariana: Como assim?

Estela: Por afeto, porque eles fizeram essa brincadeira e era para ser os padrinhos, só que não acontece assim, não é uma coisa que você olha para um e fala: “ah, vou ser seu padrinho, legal, vamos se amar” não é assim. A gente olhou um pro outro foi desde o começo e disse é eles, entendeu?

Mariana: Mas então alguém escolheu vocês para brincar lá...

Estela: A Ângela.

Mariana: Isso.

Estela: E aí a gente ficou amarrado nessa brincadeira.

Mariana: Aí fizeram a entrevista com vocês.

Estela: E deu certo, falaram que também queria.

Mariana: Entendi.

Estela: Aí levaram a gente para casa deles e tal, aí outra quando...

Mariana: Você veio direto aqui na casa deles ou começaram a fazer a visita lá?

Estela: Não, a gente veio para cá.

Mariana: Direto?

Estela: Aham, a gente veio ficar meio dia e depois de uns três dias a gente começou a dormir.

Mariana: Entendi, eles não fizeram visita lá no lar.

Estela: Não, aí porque quando... A família deles, família maravilhosa, eles entraram no apadrinhamento, eles pegaram a gente, mas a família deles acolheram, foi tipo assim como se eles e a família deles apadrinhassem. A gente chegou lá foi muito amor, muito carinho, entende? Foi muito tipo assim vem cá e tudo, tem pessoas que a gente chama de tios, tem pessoas que a gente chama de primos, fotos de primos, a gente tira foto de família se está em alguma festa, vai tirar foto tira dos tios, das filhas, dos sobrinhos, tira de todo mundo, tira dos sobrinhos tá a gente lá, tira dos filhos a gente tá lá. Tipo teve todo esse acolhimento e a gente é tratado como se fosse família, tem a vó lá que eu amo o pudim dela, então toda vez que eu vou na casa dela, ela faz pudim para mim comê, porque é isso, ela faz comida para mim comer.

Mariana: Ah, que lindo.

Estela: Então, é uma coisa muito legal! Tem churrasco lá, eu vou lá só para comer.

Mariana: Mas Estela, e aquela história de que você não gosta de comer? Que você come pouco?

Estela: Pura mentira.

Mariana: Acho que você tá mentindo para mim lá no consultório... (risos)

Estela: Não é...

Mariana: Brincadeira.

Estela: É que, tipo assim, eu, até queria falar para você, que eu percebi que eu não gosto de comer no lar.

Mariana: Por quê?

Estela: A comida do lar me dá repulsa, não por ser de uma pessoa, é de todas as cozinheiras do lar, todas as tias, todas as comidas de qualquer pessoa me dá nojo, eu olho, quando era a tia Roberta que fazia eu não queria comer, teve várias tias, tia Fernanda já fez, tia Franciele é outra tia.

Mariana: E o que você acha que tem de diferente?

Estela: Eu não sei, eu não consigo comer, me dá ânsia, me dá nojo, eu não sei... É repulsa, eu como com a cara assim, você se não vão achar que você não gosta, falar que você não gosta da pessoa, e não é a pessoa, eu não gosto da comida em geral. Quando eu vou lá para baixo no lar, lá para cozinha, eu não como.

Mariana: Estela eu lembro que final do ano passado, lembra que você não tava comendo, que eu até fiquei preocupada com você.

Estela: Aí eu não comia a comida do lar.

Mariana: Mas aqui você comia. Quanto tempo que você tá vindo aqui na casa da Marta e do Henrique?

Estela: um ano... É um ano, um ano agora, novembro faz um ano.

Mariana: Novembro? Foi mais ou menos em Novembro do ano passado que você não estava comendo, não foi?

Estela: Foi, eu não comia no lar, mas é aqui eu comia, nossa aqui eu como até demais até, *crem Deus pai*, saio até uma bola até...

Mariana: Você estava na época preocupada porque estavam querendo que você fosse para casa da sua avó, né?

Estela: De novo...

Mariana: De novo, aí você estava preocupada porque você não estava conseguindo dizer que não queria ir, eu lembro.

Estela: É, mas acho eu já falei pro meu vô já “ai vô, agora eu não quero não”.

Mariana: Você conseguiu falar?

Estela: Falei, até porque foi negado o pedido por esse negócio de agressividade. Porque eles são pessoas em si que cresceram apanhando, então para eles apanhar resolve tudo, então pessoas muito agressivas, (inaudível) ele vai me regaçar, vai atrás do cara e vai querer matar ele, entendeu?

Mariana: É eu estou tentando lembrar, eu não me lembro de você falar da Marta e do Henrique ano passado, eu me lembro desse ano você falar deles...

Estela: É, porque foi mais pro final do ano mesmo que a gente começou...

Mariana: Perto de a gente fazer o recesso no consultório né?

Estela: É, aí eu vinha... Oi... De vergonha, eu vim três vezes aqui e depois eu perdi a vergonha na cara, coitados. Então resumindo essa é a minha história triste, eu sou rebelde...

Mariana: E como você se sentiu quando eles disseram que queriam ser seus padrinhos? O que você achou disso? Como é que tem sido?

Estela: Falei: “JAPONÊS CARAA” aí depois me ensinaram a comer de hashi, falando nisso eu aprendi tá? Ta um (inaudível) falando nisso você tem que parar com isso, hein? Sabia que quando colocaram a primeira mesa era assim, eles colocam o que? Salada eles colocam hashi, carne eles colocam para hashi, só arroz que eles colocam alguma coisa e feijão, aí eles falaram assim: “ai, tem que pegar de hashi, vocês que vão pegar se não, não vai comer” aí eu falei: “há há há, vou passar fome, ai tão me matando” aí eles pegaram para mim, e agora eu aprendi a pegar de hashi também não passar fome eu não passo.

Mariana: Você aprendeu?

Estela: Aprendi então aí a minha comida preferida é yakisoba, descobri coisas diferentes tipo, aprendi que eu adoro dormir ar condicionado com ele ligado, não importa se tá calor ou frio...

Mariana: Você descobriu o que?

Estela: Que eu amo dormir no ar condicionado calor ou frio, não importa e cobertor. Eu amo dormir e eu faço inglês também, é verdade.

Mariana: Eles pagam a sua aula de inglês, não é?

Estela: É, e eles cobram.

Mariana: O que você acha disso?

Estela: Ah, quando a Marta falou eu chorei... Entende?

Mariana: Você chorou por quê?

Estela: Porque era meu sonho fazer inglês, né?

Mariana: Seu sonho?

Estela: É, e intercambio né? Também... Mas intercambio vamos ver se dá para realizar, aí tipo eles... ah, vamo fazer, mas ela cobra, tipo ela cobra muito, cobra muito.

Mariana: Cobra?!

Estela: Ela cobra, mas é certo até porque tipo eles estão investindo então... É a mesma coisa de você comer, você paga e não come? Não existe isso cara, você paga e come, né? Então você vai lá, você paga e você quer ver isso rendendo, então tipo a primeira prova eu tirei 16, ela olhou e falou assim: “Ah, tá bom né? Primeira prova... vamos ver” segunda prova tirei o que? Tirei 19, ela: “é, não tá bom ainda”.

Mariana: Qual era a nota máxima?

Estela: (Inaudível), terceira prova não sei não, tirei 20, ela “É, tá bom”... 20 de novo, ela: “É, podia, tá, mais né? Mas... tá bom” 20 de novo... Eu só tiro 20.

Mariana: Você só tira 20?

Estela: Ah.

Mariana: É aqui do lado a escola, não é?

Estela: É, aqui do lado.

Mariana: E esse feriado você veio qual dia para cá?

Estela: Nesse feriado? Eu vim ontem porque eu trabalho.

Mariana: Então você é uma trabalhadora? Você veio ontem à noite?

Estela: Vim ontem à noite.

Mariana: Você fica até que dia? Segunda ou domingo?

Estela: Não, acho que até amanhã ou hoje à noite, não sei.

Mariana: Vocês vão almoçar no sítio hoje?

Estela: É, porque tem, vou até te contar aqui uma história, não fala para eles não, tá? Que eles têm o grupo dos jovens, são assim, só pessoas de acima de 50 anos, que são os amigos deles, e eles são umas pessoas que adoram sair, os amigos dele, entendeu? Os veio vai tudo sair.

Mariana: O quê que tem?

Estela: Eu não vou sair com os veinho.

Mariana: Ah, hoje à noite?

Estela: Não sei se eles vão sair hoje.

Mariana: Ah, se eles forem sair aí você não vai.

Estela: Não, eu não vou ficar lá os veio tudo dançando forró e eu aqui... Aí tipo nem a Gi vai, a Gi se arranja também, Gi vai para casa de qualquer coisa, mas não vai não.

Mariana: Entendi, é um programa dos adultos.

Estela: É, programa dos adultos e a gente não vai, mas geralmente eu vou de supetão, tipo, eles vão no cinema “ai amor, vamos no cinema?” coisa mais romântica, a gente já fala: “E eu? Vai no cinema e eu vou onde? Vai no cinema me leva”. Então quando eles vão no cinema eles tem que levar a gente, no shopping tem que levar a gente, vai na TNG comparar relógio, compara um vestido para mim.

Mariana: Eles dão presentes para você?

Estela: É, dão... Dão, eles dão, mas eles falaram já para mim que eu tenho que merecer. Que nem a Van vai trocar de celular, a Marta me deu um J5.

Mariana: Nossa, como você está chique!

Estela: É, ganhei ontem.

Mariana: É, mas você merece, não é Estela?

Estela: É e ela falou assim: “ó tô te dando um J5” eu: “oh, um J5, que legal, maravilha, não vou gastar dinheiro”.

Mariana: E além dos presentes, o quê mais você vê que mudou na sua vida?

Estela: Ah porque eu choro toda vez que eu falo deles, agora não tô chorando não porque não to falando da importância deles: “ah, eles são muito importante para mim” mas eu choro toda vez que eu falo deles, “Marta e Henrique aahh...”

Mariana: Mas você chora por quê?

Estela: Ah, sei lá... Eles são maravilhosos, eu amo eles, sei lá, não sei... Ah eles são como mãe e pai, é como se eu morasse fora e de vez em quando eu viesse visitar minha mãe e meu pai, aí eu moro fora, estudo fora e venho visitar meu pai e minha mãe de final de semana, eu venho aqui, eu como e depois eu tenho que voltar para casa, é muito triste, mas eu volto porque eu sei que eu vou voltar pro meu pai e para minha mãe de novo, então...

Mariana: Você fica triste de ter que voltar para o lar?

Estela: Às vezes né? No começo eu ficava mais triste, dava um aperto no coração, mas agora tipo...

Mariana: Dava um aperto no coração?

Estela: “Olha para tua cara, olha para tua cara de novo... mais uma semana”. Agora não dá mais não. Tipo o Henrique, o Henrique foi no jogo dois anos... dois anos não, uma semana atrás acho, do Palmeiras lá contra o Santos, meu coração tava ó... Com medo dele dirigindo na estrada, sozinho... Mentira, ele tava com os amigos dele, mas sozinho... Coitado.

Mariana: Você se preocupa.

Estela: É, me preocupo.

Mariana: Você tem medo de perder ele.

Estela: Ah, eu tenho medo de perder ele, mas não vou perder ele não, ele que não se cuide não.

Mariana: Hum?

Estela: Ele que não se cuide não, mas eles são velhos que cuidam, cuidam da saúde, não fala que eu chamei eles de velhos se não eles vão me matar, não... mas eles são maravilhosos, realmente, são pessoas maravilhosas, amo eles e foi muito bom ter

conhecido eles, muito bom! Porque eles fizeram diferença, tipo na minha vida, tudo bem que tem coisas assim que é difícil, mas tem coisas que eles não vão conseguir, mas eles tentam. Quando eu to triste eles sentam e conversam comigo, sempre, tudo o que eles vão fazer eles conversam e é isso.

Mariana: Eles conversam?

Estela: Uhum, muito. Eles vão dar bronca, dão bronca em todo mundo, eles sentam aqui e falam: “Estela... Vanessa, Vanessa e Giovana” e eles ficam na porta da cozinha e blá blá blá, sentam na muretinha, se eles sentam na muretinha o que que vai falar:” bla bla bla, Vanessa, Vanessa, Giovana, Estela”.

Mariana: Eles fazem a sessão cobrança da escola.

Estela: Com as quatro, não é só com uma, tipo vai fazer reunião de família chama as quatro. Eles vão fazer reuniãozinha de família, para falar, para comunicar algo, eles chamam todas.

Mariana: Que bom.

Estela: E eles compararam um carro de sete lugares para a gente andar juntos!

Mariana: Verdade?

Estela: Foi!

Mariana: Eles compararam um carro de sete lugares.

Estela: É, para gente. Ele falou que quando eles entraram no apadrinhamento eles falaram “ó, a gente quer os três” e aí compararam um carro de sete lugares, para receber a gente.

Mariana: Então você sente que tem um lugar para você aqui.

Estela: É, lógico, e se não tiver também eles que dormiam no chão.

Mariana: Ai, Estela.

Estela: É, mas eu amo eles e ele faz comida para mim.

Mariana: E o que você acha que você tem aprendido com essa convivência com eles? O que você acha que é?

Estela: Apreendi no sentido de família, né? Porque eles são uma família, você conhece de perto de como funciona, você vê a família no filme lá e é só love, love, love... que love, love o quê?! Eles discutem também, eles não, mas ele a Marta e a Vanessa “você tem que estudar”. A Vanessa também... Tipo, no começo a gente ficava meio assim, cada um no canto, agora eu falo que a Gi é feia e ela fala também, ela me chama de monstro e eu falo que ela é também.

Mariana: Por quê?

Estela: Porque a gente zoa, e a Vanessa também dizia também.

Mariana: Há um caminho possível aí então? Entre aquilo que é idealizado e perfeito na televisão e todo o sofrimento que você viveu?

Estela: É, natal também... alá a Giovana subindo. (Marta e Giovana chegam na casa).

Mariana: Que linda.

Estela: E ela faz Bullying comigo por causa do meu tamanho também, tá?

Mariana: Quem faz Bullying com você?

Estela: A Giovana, pode já fazer o processo já... Aí é isso, eu amo eles, são muito fofos eles.

Mariana: Que mais que eu posso perguntar, mais alguma coisa que você queria falar Estela?

Estela: É para que essa pesquisa? É pro seu doutorado, né? Mestrado...

Mariana: É, uhum...

Estela: Para quê mesmo? Para você passar?

Mariana: Eu tenho que escrever uma dissertação E o tema é o apadrinhamento afetivo, os afetos no apadrinhamento afetivo.

Estela: Ah, é amor, carinho, mas acontece também de ter tipo, eu to vendo agora, que as crianças estão tendo apadrinhamento agora que eles fizeram o apadrinhamento por falta de escolha, tipo aconteceu, por exemplo, um menino que a madrinha atual dele, porque o irmão dela que morreu era a cara dele... Ah, mas quer dizer que não é amor, que ela ta tentando encontrar uma coisa que não tem? Já aconteceu comigo de uma pessoa falar que: “você é a cara de uma pessoa que morreu” eu, eu te amo... Aí eu... Porque tenta encontrar naquela pessoa, só porque tem uma coisa parecida ou na fala porque eu sou meio assim... E tipo falou que eu era parecida e que me amava, “moça, nem te conheço, dá licença!”.

Mariana: Esse é o tipo de situação que você acha que não dá certo.

Estela: Aí é... Já não é amor, aí já é mais...

Mariana: Oi?

Estela: Tipo casal que “cheguei aqui, fiz todo esse curso para sair sem nenhuma essa criança, ah tudo bem que não me agradou, mas vem você.”

Mariana: Você acha que alguns padrinhos pegaram aquela criança.

Estela: Para pegar.

Mariana: Por falta de escolha.

Estela: Por falta de escolha ou porque a criança acaba pegando o padrinho porque não quer ficar no lar, acontece muito, tipo não querem ficar no lar.

Mariana: Você falou que o primeiro apadrinhamento tinha coisas que estavam claras que não dariam certo, esse tipo de situação que você está falando?

Estela: É, a menina chegou pro menino e falou assim: “ah, eu tô sozinha, preciso de alguém para me acompanhar” você tá sozinha... tô... você quer o menino só para te acompanhar? Não porque é uma criança que precisa de amor, porque você quer amar e ser amada e quer ensinar para ele princípios, porque você quer ver ele crescer e ser uma pessoa boa. Primeira coisa que a Marta e o Henrique falou foi: “eu quero ver vocês brilharem, o que eu posso fazer para ver vocês brilharem?” cara, ele nem me conhecia e fala “quero ver você brilhar” eles nem me conheciam, aos poucos eles foram saber coisas de mim e a gente foi se conhecendo e eles contam a história deles, que eles nunca vieram de família rica, que eles tiveram que lutar para ter tudo o que eles tem hoje e que eles lutam para ter mais, para poder ser e dar futuro para filha deles e agora para gente também, de certa forma ajudar a gente. A pessoa olha para você e fala assim: “olha, você vai conseguir, você quer ser o quê? Médica? Você vai ser médica” “ah, mas...” “Você vai ser médica! Você vai ser médica!!” Porque eu tenho princípios para isso e eles falam: “você vai ser médica, você vai ser uma futura médica” é diferente de quando alguém olha para você, não te conhece e ela fala que você vai ter um futuro, “ah, vamos tentar, quem sabe...” não é assim, “você vai ser médica, pronto e acabou”.

Mariana: Acreditam em você, né?

Estela: Acreditam no meu potencial. Tipo que nem a Van, ela faz o vestibular para medicina, às vezes ela vai bem, às vezes vai mal, e eles falam para ela fazer de novo “faz de novo, faz de novo” não cansam, batem na tecla sempre, porque eles acreditam e sabem que ela pode... é diferente, agora ela é filha deles... e eu? Eu sou pentelha, pentelha...

Mariana: Você é pentelha?

Estela: Sou, entende? (Inaudível) não a comida, porque é uma forma de carinho, não é tipo se vira, o Henrique às vezes tá fazendo lá um hamburguerzinho caseiro, ele para, fecha o hambúrguer, frita um ovo, faz uma tapioca, faz o meu suquinho, pega a minha aguinha e eu só sentada, “ah, isso mesmo”...

Mariana: Você sente como uma forma de amor...

Estela: É, uma forma de amor, às vezes faço eles de empregados, às vezes...

Mariana: De empregados?

Estela: Não, tipo... modo de falar, porque a gente faz assim, se ele fez a comida, a gente lava a louça e seca, tipo a gente tem princípios. Hoje é dia de faxina, ajuda “hoje é dia de faxina aqui” vai todo mundo se ajudar, você fica com isso, você com isso e você com isso... aí vai cada um limpar o seu cômodo, então tudo cooperação, não é porque eu venho de final de semana que eu não vou fazer nada. Mas eu venho para me instalar mesmo, eu trago até uma malona bem grandona. Eu trago uma mala assim.

Mariana: Grande... lá do lar, para passar o final de semana.

Estela: Aí ele fala: “para que tudo isso, vai morar aí dois meses?” e eu falo: “é, não te contei não?”

Mariana: E as férias? Você vai passar aqui?

Estela: Trabalhando.

Mariana: E como está o trabalho?

Estela: Ah, tá indo... não, tô aprendendo bastante coisa tá bem legal, tô trabalhando... to trabalhando...

Mariana: Mais alguma coisa?

Estela: Não, acho que não. A pesquisa é sua, como eu vou saber?

ENTREVISTA COM HÉLIO

Mariana: Primeiro, obrigada por o senhor ter concordado participar, né? Então eu estou da mesma forma que vocês... com a intenção de ajudar. A minha intenção é de tentar entender o apadrinhamento afetivo para que a gente possa aperfeiçoar esta prática e pensando teoricamente. Não só na prática – porque vamos fazendo sem pensar às vezes. Então o que eu queria saber é assim, primeiro como foi que surgiu essa ideia de apadrinhar, como que vocês chegaram até o Marcos?

Hélio: Então, foi uma cliente da Leila, ela trabalha lá no lar, ela comentou de uma criança de cinco anos e tal, ela falou ó: “vocês querem conhecer a criança?”, marcamos um dia e fomos lá. Mas essa criança já tinha padrinhos, foi então que falaram “tem o Marcos, vocês querem conhecer o Marcos?” Assim chegamos até o Marcos.

Mariana: E como o senhor se sentiu quando a Leila chegou e falou, foi ela que te chamou para ir? O que você sentiu quando ela falou isso?

Hélio: Ah, eu me animei. Eu sempre queria ter uma criança, né? Eu tenho o sonho de adotar uma criança.

Mariana: Você tem ainda?

Hélio: Tenho, tenho... mas não adolescente.

Mariana: Não adolescente.

Hélio: Não adolescente, adolescente é complicado.

Mariana: Então você ficou feliz com essa ideia de poder conhecer uma criança.

Hélio: Sim, fiquei animado.

Mariana: Mas você queria uma criança desde o começo? Como foi quando eles falaram “ah, não tem criança, só tem adolescente” o que você pensou?

Hélio: Não desanimei, não desanimei.

Mariana: Não desanimou?

Hélio: Não.

Mariana: Você achou que...

Hélio: Que poderia tentar.

Mariana: Que poderia tentar... E aí, como foi o contato com o Marcos?

Hélio: O primeiro contato nós fomos conhecer ele, fomos para uma sala, aí conhecemos o Marcos, aí logo de cara ele “posso chamar vocês de pai, de mãe?” Tudo bem, pode chamar.

Mariana: Logo no começo.

Hélio: Logo no começo, no primeiro dia.

Mariana: E o que você achou disso?

Hélio: Fiquei tranquilo.

Mariana: Você achou que não tinha problema?

Hélio: Não, nenhum.

Mariana: E aí como que foi a história de vocês? Como continuou?

Hélio: Daí continuou as visitas, né?

Mariana: Vocês iam lá no lar?

Hélio: Isso, era acho que umas 2/3 vezes por semana.

Mariana: E quanto tempo ficou, vocês indo até o lar?

Hélio: Durante 2 meses.

Mariana: dois meses, só vocês iam lá? Ele não saía?

Hélio: Isso, dois meses... ele não saía.

Mariana: E como foi essa fase de visita lá no lar?

Hélio: Foi tranquilo, parecia que ia dar tudo certo.

Mariana: O que você sentia quando ia visitar ele?

Hélio: Ah, eu não via a hora de chegar lá.

Mariana: Não via a hora de chegar?

Hélio: Não via a hora de chegar o horário da visita.

Mariana: Verdade?

Hélio: Verdade!

Mariana: E como foi quando ele começou a ir para a casa de vocês?

Hélio: Também foi (inaudível). Foi muito bom, foi muito bom.

Mariana: A Leila comentou que vocês faziam bastante coisa.

Hélio: Sim.

Mariana: O que vocês faziam?

Hélio: Ah, tinha bastante atividade para ele, nós passeávamos, brincávamos...

Mariana: E parece que teve uma questão da escola também que o senhor acompanhou...

Hélio: É, isso... aí chegou até mim que ele não tava indo bem na escola, ele tava aprontando (inaudível) na escola, aí eu fui até a escola. Fui sem avisar ninguém.

Mariana: Mas isso foi logo no começo? Foi depois de quanto tempo?

Hélio: Depois de uns dois meses mais ou menos.

Mariana: Aí o senhor começou a ajudar o Marcos nos estudos né?

Hélio: Isso, comprei cartilha... ele começou a ler e a escrever, antes ele não lia.

Mariana: Ele começou a ler e a escrever com o senhor então.

Hélio: Comigo.

Mariana: E o que o senhor sentiu vendo esse avanço tão rápido?

Hélio: Eu gostava, eu gostava... ele também gostava, foi bem tranquilo!

Mariana: E o que aconteceu que em algum momento vocês decidiram que não daria mais certo?

Hélio: Foi quando ele começou as mentiras, aí me desanimou.

Mariana: Já tinha quanto tempo que vocês estavam juntos?

Hélio: Depois de uns quatro meses fomos fazer uma viagem de, eu acho, uns 2/3 dias no Mato Grosso.

Mariana: Para onde vocês foram?

Hélio: Fomos até o Mato Grosso na casa da irmã da Leila e aí dessa viagem ele já se transformou.

Mariana: Depois de dois meses já você achou que ele ficou diferente.

Hélio: Já.

Mariana: E que tipo de mentira que ele contava?

Hélio: Ah, era um monte de história até uma coisa que me desanimou muito foi quando ele falou que tinha um João que era o primeiro padrinho dele, não sei, não entendia muito.

Mariana: João é o pai dele.

Hélio: O pai dele.

Mariana: Pai afetivo, né? Acho que não é pai biológico, mas o pai que criou ele.

Hélio: Ele começou a falar que o pai dele tinha falado com ele e que ia pegar ele de volta, que ele ia para casa do pai e foi assim que a gente começou a já...

Mariana: E isso era mentira que ele estava te dizendo e por que você acha que ele falava essas coisas?

Hélio: É, não sei.

Mariana: O senhor não sabe.

Hélio: Não sei, não entendia a cabeça dele depois...

Mariana: E o pessoal do lar não explicou porque ele agia assim?

Hélio: Depois que a gente conversou com eles que eles falaram que era tudo mentira dele.

Mariana: Que era mentira.

Hélio: E foi aí que desanimei totalmente.

Mariana: Em quê sentido o senhor diz que desanimou?

Hélio: É porque você tá com a criança, você faz tudo por ela e de repente você vai perder, vai perder o contato... então...

Mariana: Entendi, porque essa conversa com vocês foi do apadrinhamento, mas logo vocês começaram a pensar na questão da adoção, né?

Hélio: Sim.

Mariana: Eu lembro... como foi assim de mudar de ideia? Você parece que já tinha esse interesse de adotar pelo o que o senhor está falando.

Hélio: Sim, desde o começo.

Mariana: Então... a Leila eu acho que não, não sei se tô enganada.

Hélio: Eu acho que eu tava mais preparado que ela.

Mariana: Mais o quê?

Hélio: Mais preparado que ela para adoção.

Mariana: Uhum, então a ideia de vocês era se aproximar dele e se desse certo adotar, a sua ideia era essa.

Hélio: Sim... com certeza, com certeza.

Mariana: E além das mentiras, aconteceu alguma coisa?

Hélio: Foi na viagem de volta, ele começou a me cutucar no volante, aí ele falava para minha esposa que ele queria mais me irritar, não sei por que me irritar, eu falava várias vezes: “para Marcos, para Marcos” e ele continuava, aí ele começava a se futucar, tirava sangue do braço.

Mariana: Com a unha?

Hélio: Com a unha... então foi uma coisa muito estranha.

Mariana: E vocês chegaram a procurar o médico dele para saber? Porque parece que ele tinha/tem problemas psicológicos.

Hélio: Sim, ele tomava várias medicações, eu que dava as medicações para ele.

Mariana: Ele morou um tempo com vocês, não é?

Hélio: Morou, morou...

Mariana: dois meses né?

Hélio: Isso.

Mariana: Como foi?

Hélio: No começo foi bem, depois que ele começou a ter as atitudes.

Mariana: Quais atitudes?

Hélio: De querer, por exemplo: tinha a menina Livia e querer ver ela trocando de roupa.

Mariana: Queria ver a filha da Leila... que mais que ele fez que incomodou o senhor?

Hélio: Várias coisas... aí começou a ter problemas na escola porque não queria estudar, queria bagunçar na escola. Aí quando tava em casa tudo bem, quando chegava no lar o pessoal tinha reclamação dele.

Mariana: Mas e esse tempo que ele ficou morando com vocês? Foi no final ou em qual momento? Porque foi mais ou menos um ano de contato, não foi?

Hélio: Foi, foi mais no finalzinho.

Mariana: Mais no final.

Hélio: É.

Mariana: Então você acha que foi a época que ele foi morar com vocês que a coisa piorou?

Hélio: Não, porque quando ele tava com a gente tudo bem, quando ele voltava pro lar, depois quando ele voltava para gente de novo ele já voltava diferente.

Mariana: Mas como assim? Ele morava com vocês em quais dias da semana?

Hélio: Ele não chegou a morar totalmente, ele ficou dois meses, mas ele ia e voltava.

Mariana: Ah... passava o final de semana então?

Hélio: Final de semana.

Mariana: Final de semana? Ou...

Hélio: Final de semana, feriado prolongado...

Mariana: Férias?

Hélio: Férias.

Mariana: Esses períodos ele passou com vocês, entendi...

Hélio: Enquanto ele tava com a gente tava tranquilo.

Mariana: E ele fazia coisas para irritar o senhor e o que o senhor achava isso?

Hélio: Eu já não tinha muita paciência, eu tava perdendo a paciência já.

Mariana: Como foi essa decisão de se afastar dele, o que você achou?

Hélio: Eu fiquei muito chateado, muito triste com isso.

Mariana: E quem tomou essa decisão?

Hélio: Nós dois, eu e a Leila.

Mariana: Você e a Leila.

Hélio: Porque a gente ia perder o controle e não ia ter mais o que...

Mariana: Vocês perderam o controle, o senhor acha?

Hélio: Não, eu acho que a gente podia perder.

Mariana: Podia perder?

Hélio: É.

Mariana: Em que sentido?

Hélio: É que a gente não pode... mais castigar, por de castigo... essas coisas.

Mariana: Você achava que não podia dar castigo para ele?

Hélio: Isso.

Mariana: Por que não podia dar castigo para ele?

Hélio: Eu não sei, eu acho que ele ficava mais irritado com essas coisas.

Mariana: Não funcionava.

Hélio: Não.

Mariana: Uhum, entendi... então quando ele voltava do lar...

Hélio: Ele já voltava diferente.

Mariana: Por que o senhor acha que isso acontecia?

Hélio: Não sei, por causa das outras crianças também... chegava lá e batiam nas crianças?

Mariana: Lá no lar?

Hélio: Lá no lar...

Mariana: E com vocês teve algum confronto? Machucou alguém?

Hélio: Não.

Mariana: E como ele era na sua casa? Quando o senhor fala assim “no começo foi bem” como ele se comportava?

Hélio: Olha, ele é um menino que gosta muito de ajudar, tudo que ele visse que você ia fazer ele queria ajudar, eu falava “Marcos, não pode ajudar assim porque senão você vai se machucar” ele é uma criança prestativa.

Mariana: Uhum, e quando foi ficando complicado foi pela questão de te provocar.

Hélio: É;

Mariana: A Leila comentou alguma questão de ter medo de que ele fizesse algo contra o senhor, o senhor chegou a pensar sobre isso?

Hélio: Não, não...

Mariana: O senhor não achava que ele pudesse machucar o senhor?

Hélio: Não.

Mariana: Nem a Leila?

Hélio: A Leila sim, por ciúmes né...

Mariana: Você achava que ele podia machucar a Leila.

Hélio: É.

Mariana: Você chegou a conversar sobre isso com a Leila?

Hélio: Não.

Mariana: Era uma coisa que o senhor sentia?

Hélio: Era.

Mariana: Você estava preocupado com ela.

Hélio: É, porque a Leila não podia conversar comigo que ele achava que não tava dando atenção para ele, então assim... coisa de criança.

Mariana: Uhum, coisa de criança, mas ele já é grandão.

Hélio: Só tem tamanho.

Mariana: E agora ele está enorme, eu encontrei com ele recentemente falei: “nossa... achei que fosse um funcionário do lar”. Eu falei para ele: “Marcos, você parece um funcionário, você tá muito grande menino... tá bonito!”. Mas aí o senhor, vocês decidiram não ter mais contato com ele?

Hélio: Eu não quis ter mais contato porque se eu fosse ter contato eu trazia ele novamente.

Mariana: E aí, vocês não se despediram então?

Hélio: Não, por que se eu for lá e ele pedir para voltar eu acho que eu trago ele de volta.

Mariana: E vocês não acharam que podia ser mais sofrido para ele não se despedir? Para vocês seria mais fácil assim...

Hélio: Sim, porque para gente mesmo.

Mariana: Para vocês é mais fácil... e ele tentou alguma aproximação?

Hélio: Sim, ele já chegou a comentar que ele queria ver o pai, queria ver a mãe.

Mariana: Ele comentou?

Hélio: Ele comentou com a funcionária.

Mariana: Com a pessoa que é cliente da Leila?

Hélio: É, a cliente da Leila.

Mariana: E hoje o que o senhor pensa lembrando-se de toda essa história?

Hélio: Ah, eu fico chateado, né? Por não ter dado certo... muito chateado.

Mariana: O senhor se aproximou muito dele, né?

Hélio: Sim, totalmente...

Mariana: É... e o que o senhor acha que poderia ter sido feito, não vou nem perguntar de quem deveria ter feito, mas enfim... o que o senhor acha que precisava para ter dado certo?

Hélio: Olha... o fato de ele voltar pro lar, se ele ficasse com a gente direto eu acho que teria dado certo.

Mariana: Desde o começo você fala?

Hélio: Não, os primeiros dias não. No começo tinha que ter aquele processo mesmo, né? Mas depois de certo tempo já podia passar para definitivo, ficaria bem mais fácil para gente conduzir a coisa.

Mariana: Entendi. E você acha que vocês conseguiriam adotar o Marcos assim... de fato?

Hélio: Sim, naquela época sim

Mariana: Por que vocês não pediram a adoção dele?

Hélio: Pedimos, pedimos... mas o processo da casa era aquele, né? Não podia...

Mariana: Mas vocês entraram com uma ação judicial?

Hélio: Não, não chegamos a fazer

Mariana: Não...

Hélio: Porque se não tivesse acontecido tudo aquilo durante a viagem, o fato dele querer me irritar eu tinha adotado ele, eu tinha adotado.

Mariana: Então você acha que foi uma questão do comportamento dele e da maneira como foi feita a aproximação.

Hélio: Isso.

Mariana: E a Leila, você acha que ela tinha disponibilidade? Eu falei: “Mas nossa Leila, você trabalha tanto!”

Hélio: Mas ele ficava mais comigo do que com ela.

Mariana: Porque o Marcos exige, né?

Hélio: É porque ele ficava mais comigo do que com ela, porque eu ia para chácara e levava ele.

Mariana: O senhor trabalhava na época?

Hélio: Sim. Como eu sou representante minhas viagens são poucas, agora nesse final de ano que tá...

Mariana: Um pouco mais...

Hélio: É, mas sim... tinha (inaudível) ou nas viagens que podia eu levava ele.

Mariana: Entendi... tá certo acha que é isso, né? O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

Hélio: Não, é só isso...

Mariana: A Leila comentou que ela também achava que não ia conseguir falar não para o Marcos se ele pedisse para voltar.

Hélio: Com certeza.

Mariana: Ou isso é uma coisa que o senhor cogita? Procurar o Marcos novamente?

Hélio: Hoje não por causa da doença da Leila, como ela tá na fila de transplante qualquer hora pode ser chamada para fazer o transplante que vai ser em Blumenau, então não teria como, né? Agora assim... voltando, dando tudo certo a cirurgia pode ser que sim.

Mariana: O senhor pensa nisso?

Hélio: Penso?

Mariana: E essa coisa de se cortar...?

Hélio: Então.

Mariana: Como que o senhor lidava com isso?

Hélio: Não tinha o que fazer, né? Quando chegava já tinha acontecido.

Mariana: Como o senhor se sentia, fazendo de tudo para ele e ele chegando naquele estado?

Hélio: É que dói mais na gente, né?

Mariana: Doía no senhor...

Hélio: Perguntei por que, né? Ele falava que foi um moleque que furou a mão dele, que não sei quem... mas não era isso, sempre com essas mentirinhas.

Mariana: Por que o senhor acha que ele se machucava?

Hélio: Mas isso desde o começo lá que ele faz isso, né? Ele não fez...

Mariana: Sim, o senhor chegou a perguntar para ele por que ele fazia aquilo?

Hélio: Ah, ele sempre contava uma história diferente.

Mariana: Ele nega, né? Ele nega...

Hélio: Ele ia se machucava, você perguntava para ele e ele falava que eram os outros... “ah, foi o moleque que bateu, foi o moleque que furou a minha mão... foi o moleque que me cortou”.

Mariana: É, eu sinceramente não sei até que ponto ele sabe que é mentira, sabe? Eu acho que ele foge mesmo da realidade. Assim, ele não sabe a diferença entre fantasia e realidade, eu tenho essa impressão... não que ele faça... não estou dizendo que ele não possa se aproveitar em algum momento, mas eu tenho impressão de que ele não sabe o que é imaginação dele, o que é realidade. Por conta do quadro clínico. Mas é difícil de lidar.

Hélio: Ele falava que o amigo imaginário dele que falava para ele fazer essas coisas.

Mariana: Ele falava?

Hélio: Falava.

Mariana: Mandava fazer quê coisas?

Hélio: Ah, se cortar... mandava ele bater nos outros, então umas coisas meia...

Mariana: E o pessoal do lar chegou a comentar que ele era assim antes com vocês?

Hélio: Logo no começo falaram que a gente ia gostar muito dele, que ele era uma criança muito tranquila. No dia-a-dia nós vimos que não é bem assim, né?

Mariana: Que ele tinha dificuldades, né? Entendi.

Hélio: Pelo fato de... você viu que as medicações são muito fortes, né?! Muita medicação...

Mariana: É... está certo. O senhor estava falando que vocês começaram a ter dificuldades logo no começo, com dois meses que o senhor falou, né?

Hélio: Acho que foi do terceiro/quarto mês em diante... não foi bem no começo.

Mariana: E vocês continuaram mesmo com essas dificuldades?

Hélio: Sim, insistimos.

Mariana: Insistiram bastante? Mas parece que mexeu mais com a Leila. Os comportamentos dele, parece que o senhor...

Hélio: É, eu relevava... eu tentava conversar, eu sabia que era dificuldade dos remédios que ele tomava, os problemas que ele tinha.

Mariana: Mas aí chegou uma hora...

Hélio: Chegou uma hora que não tinha como, já estava ficando um clima muito pesado.

Mariana: O senhor achava que ficava um clima pesado?

Hélio: Sim, só pelo fato de começar a aprontar na escola, o fato das mentiras... então falei não sei até que ponto que ele vai chegar com as mentiras dele, né?

Mariana: E como que foi quando ele falou do pai? O que o senhor sentiu quando ele falou “vou para o meu pai”?

Hélio: Ah, fiquei chateado porque no começo ele queria “ó, posso chamar você de pai?” então... assim você perde o chão.

Mariana: É.

Hélio: E você vai lutar por uma coisa em vão também não dá.

Mariana: É... é uma coisa bem comum com essas crianças, assim como elas sofrem muita rejeição, se sentem rejeitadas, elas acabam fazendo isso com as pessoas que se aproximam delas, muito comum. Tipo assim: se o senhor for me largar... eu...

Hélio: Também tô nem aí.

Mariana: Também tenho o meu pai... Então eu acho que... eu estava fazendo as minhas leituras sobre isso e tem uma autora que fala, que, para criança, voltar para o lar é como ser devolvido... e aí a criança sente que... “poxa, se eu fosse uma boa pessoa, eles iam me adotar e não voltar para o lar”... Que é um pouco do quê o senhor está falando, né? E aí eles se sentem assim “ah, bom se eles me devolveram é porque eu não sou bom o suficiente”... Então se sentia rejeitado talvez, não é?

Hélio: É, por ele ter passado por isso várias vezes e não foi só com a gente, né? Eu pensei que ele podia mudar esses pensamentos dele.

Mariana: É, sim... e realmente tem o pai dele, hoje ele tem contato com o pai, mas não tem nenhuma possibilidade de sair. Porque o pai não tem muita disponibilidade mesmo, não é nem só a questão de querer. É a questão de ele não ter apoio familiar nenhum.

Hélio: Certo.

Mariana: E ele tem duas filhas... E o Marcos exige, como o senhor falou... Então ele mantém esse contato, mas é... não tem... a gente que acompanha, eu acompanho, continuo acompanhando até hoje... não vê possibilidade de ele voltar a morar com o pai, então é isso. Mas ele está muito bonito.

Hélio: É?

Mariana: Eu encontrei com ele, ele está uma gracinha.

Hélio: Tá mais tranquilo?

Mariana: Na escola? Eu acho que não... e eu posso estar enganada, mas ele me disse que não sabia ler... Eu achei interessante o senhor falar que ele começou a ler quando ele se aproximou do senhor.

Hélio: Isso, eu colocava ele para fazer a tarefas, comprei as cartilhas... ele estava fazendo as letras.

Mariana: Leila falou que você exigia bastante dele.

Hélio: Aí tava errado eu fazia apagar e fazer tudo de novo.

Mariana: Ele fazia.

Hélio: Fazia, ué se tá errado apaga e faz de novo... fazia.

Mariana: Ai... está certo, então obrigada Hélio!

Hélio: Quê isso...

ENTREVISTA COM LEILA

Leila: Tá, então o que aconteceu foi o seguinte eu tenho um cliente, eu sou advogada, trabalho na área trabalhista eu atendi uma cliente que ela estava trabalhando lá no lar com os meninos, né? E comentou comigo que tinha uma criança lá que sempre fica sozinho, que ninguém queria levar porque ele já era adolescente, ele tinha um pouco de dificuldade de entendimento e que ele ficava sozinho, sempre ficava sozinho lá na entidade e que ninguém queria leva-lo e que tinha esse menino e outro mais novo, se não me engano é Daniel o nome dele, esse menino tinha quatro anos de idade, um porque tinha 13 anos e porque era negro e ninguém levava. E, quando ela falou isso de repente me deu uma compaixão, vontade de conhecer o de quatro anos que era negro, que era não... que é negro, e aí eu conversei com o meu marido “vamo lá conhecer?” e ele falou “vamos”. Quando eu cheguei lá esse menino de quatro anos uma família tinha acabado de sair com ele até para conhecer e parece que deu até certo e parece que ele tá com ela até hoje. E tinha sobrado só o Marcos de 13 anos, aí até na hora eu disse: “ah não, eu tinha interessado no de quatro anos para estar acompanhando, quanto menor melhor”, “não, mas conhece o Marcos, quando você conhecer ele você vai gostar dele” e ela insistiu, a assistente social de lá e eu resolvi conhece-lo, realmente quando eu conheci ele parece que assim, foi uma identificação de imediato, ele já veio abraçando, ali a gente já começou a brincar, aí meu marido gosta de desenhar, desenha bem, começou a desenhar uns negócio para ele e ele gostou, depois fomos jogar dominó, depois jogamos vareta. Era para ser uma visita de médico e acabamos ficando mais de uma hora com ele e dali para frente, passamos a ir uma a duas semanas, a gente sempre ia visita-lo, toda semana, levava um lanchinho, era um bolo, uma coisa ou outra, um refri... as coisas que ele gostava, comi ali com ele, tinha um entretenimento com ele e a gente foi, como se diz assim, se apaixonando por ele.

Mariana: Então no começo você procurou a instituição porque você sentiu compaixão?

Leila: Isso, pelo fato de ter essas duas, um adolescente e uma criança que, esses dois permaneciam na entidade, ninguém levava, um porque já era adolescente e o outro porque era negro, né? Eu também sou negra e resolvi conhecer o que era negro e ser família, como é que chama? É... ali no caso.

Mariana: No começo você queria ser família acolhedora e depois explicaram que seria o apadrinhamento porque a instituição não tinha um programa de família acolhedora, né?

Leila: Isso, exatamente! Aí foi... daí passado uns 3/4 meses nós acompanhamos o Marcos na entidade, como eu te falei, começou uma vez por semana, depois duas vezes por semana e até três vezes por semana a gente ia lá, levava as coisas para ele, a gente viu que ele não tinha chinelo, levamos um chinelo, aí roupa de frio dele era bem... aí teve a festa junina no mês de junho, foi muito assim... chocante para mim, frio frio frio e ele com uma blusinha fina de tecido, sabe? De manga cumprida, aí no outro dia a gente já foi e comprou um moletom pesado para ele e levamos e foi, daí eu falei “olha eu quero ser família acolhedora, acolher ele na minha casa e futuramente eu quero adotar ele” então foi, dali passou o Marcos ir um dia, meio período em casa, uma graça... o Marcos o problema dele é assim, ele já aprendeu, ele desenvolveu um mecanismo de mentira, por isso que não deu certo, que ele olha para você falando mentira, te convence... te convence... né? E ele também tem um resistência muito grande para estudo, mas o que mais chocou eu foi a questão das mentiras, né? E a gente foi tentando, tentando, tanto que quando ele ia meio período tudo bem, aí passou a ir fim de semana, beleza também. Aí eu falei com a psicóloga lá “a gente precisava ter um contato maior com ele, como é que ele...”

Mariana: A psicóloga da instituição?

Leila: Da instituição, “como é que ele iria assim participar da família” aí resolvemos fazer uma viagem pro Mato Grosso, eu tenho uma irmã que mora próximo da Bolívia, a gente inclusive foi até para Bolívia, e pedi para levar ele, aí e gente foi, eu fui conversando com ele, explicando, aí ele já tinha quase uns seis meses com a gente.

Mariana: Quanto tempo foi no total?

Leila: Eu acredito que quase um ano.

Mariana: Quase um ano.

Leila: É, aí o que acontece, Marcos ele tem... o que foi errado e que não deu certo, a entidade não contou todas as coisas do Marcos para nós, nós pegamos, começamos esse contato que eu falei para você porque o que foi colocado para nós era que ninguém levava ele por ele ter 13 anos de idade.

Mariana: Você achava que era só pela idade, você não sabia que ele tinha dificuldades...

Leila: Foi, ele tinha problemas de saúde mental, além de saúde mental, com o tempo eu descobri a questão da violência que ele sofreu, né? E tem certo atraso mental, a questão do atraso mental e da saúde mental não tem problema porque assim a medicação que ele tomava, o problema que ele tinha, depois me passaram lá o relatório do médico

que ele tinha TDA, déficit de atenção, dificuldade de aprendizado. Eu tenho uma filha que tinha esse problema de déficit de atenção, dificuldade de aprendizado e tomava a mesma medicação que ele tomava e graças a Deus hoje ela tem 21 anos, escreve, você faz um ditado ela copia, tudo... sabe? Conseguiu, como posso falar, progrediu nesse problema. Tudo bem que ele com 13 anos ele não teve tudo o que a gente aplicou na minha filha, não foi aplicado nele, ela teve acompanhamento de psiquiatra, psicólogo, frequentou Kumon, foi para Escola Adventista que tem 2/3 professores o dia inteiro, minha filha estuda de manhã, de tarde e a noite, de noite ou tava na Escola Adventista ou tinha um professor dentro de casa e aí ela conseguiu acompanhar. Mas eu estava disposta a fazer a mesma coisa, né? E a gente sente que ele tinha umas travadas e ele não falava o que era sabe? Depois a gente foi sabendo todas essas outras coisas, da violência que ele sofreu que queimavam ele cigarro, ele tem marca no corpo de cigarro, se aconteceu ou não, no processo dele fala que ele foi estuprado, se é verdade isso também não sei.

Mariana: É, o AVEEAS que fez um relatório falando que tem indícios de que ele sofreu violência sexual, porque eles também não têm como ter certeza, né?

Leila: É, aí a gente foi conversando com ele para extrair essas coisas dele e que também essas coisas não aconteceriam mais, conversamos com ele bastante. No início ele se mostrou aberto a contar sobre o que aconteceu na vida dele e tal e aí quando, a gente tem uma chácara em no Montalvão e quando a gente passava para ir para chácara, quando passava, porque a gente passa ali na frente do Brasil Novo você via o pavor nele “não vamo entrar aqui não né?” e aí eu fui descobrindo que o cara que fez tudo isso com ele morava por ali e tal e a mãe dele também deixou ser mal tratado lá, mas tudo bem, para nós beleza. O quê que não deu certo com o Marcos é a questão da mentira, por mais que acompanhamos ele na igreja, ele era coroinha da igreja, participava de toda a programação lá, quando não era lá, tinha programação na minha igreja que eu sou evangélica, orava com ele, conversava muito com ele, mas ele aprendeu, aprendeu a mentir e assim, a querer manipular as pessoas. Então, o que aconteceu... nessa viagem foi tudo beleza, eu explicando para ele, quando a gente ia comer eu dava o cardápio para , como ele não sabia ler ele ficava olhando assim... “mas eu quero igual a sua”, “não, você tem que ler aí”, “ah, eu não sei ler...”, “você tá vendo como é importante ler Marcos?” aí eu passava o cartão e falava “vamos lá pagar” e paguei, aí ele ficava olhando “tá vendo como é importante a escola? Você está com 13 anos, saber passar o cartão de débito, saber escolher sua própria comida, seu suco, tuas coisas... tudo bem que você aponta, mas você vai crescer, um

homem apontando as coisas? Se empenha um pouco mais na escola” e com isso, quando voltou da viagem.

Mariana: Você tá dizendo assim, que ele está lá no restaurante e ele não sabia...

Leila: Ele sabia o que ele queria comer.

Mariana: Mas ele não sabia falar o que ele queria?

Leila: Não sabia por que ele não sabia o nome da comida. Entendeu? Mas estava descrito no cardápio... mas eu fiz de propósito para despertar ele. Quando a gente voltou, o pessoal da escola chamou, porque o meu marido, a gente acompanhava ele na escola também, “nossa, o que vocês fizeram com o Marcos? Ele melhorou 100%, ele agora tá mais entusiasmado, ele quer aprender a ler, ele quer aprender a fazer as coisas e tal” e pensei: “opa, então tá dando certo”. Então o que acontecia, ele continuou indo, a gente continuou saindo de final de semana, quando saía de final de semana eu fazia questão de ir num shopping ou algo assim e passar o cardápio para ele, ele ficava meio assim “não você junta as letrinhas aí” e o Hélio gastava o dia, então a gente pegava ele na sexta e ele ia embora só no domingo à noite, quando chegava domingo de manhã o meu marido parava, comprou um monte de negocinho para ensinar, alfabetizar ele, aquela cartilha... ah, tem um nome lá. E você acredita que o meu marido conseguiu? Fazer ele juntar as letrinhas, soletrar...

Mariana: Eu lembro que vocês...

Leila: soletrar o abecedário, as vogais... então tava caminhando. Beleza! Aí de uma hora para outra ele começou a afrontar o Hélio e foi onde eu falei: “Não, eu não tô preparada para isso” e eu não entendi por que...

Mariana: Ele começou a enfrentar o seu marido...

Leila: É, ah... eu até pulei um pedaço. Na viagem de volta o Hélio disse “ó você senta aqui” por que o que acontece? Eu coloquei ele ao contrário atrás de mim, pelo retrovisor eu enxergava ele, aí às vezes a gente entra no carro e ele trancava lá na frente as portas né? E ele tentando abrir as portas e ele fazendo várias coisas tudo para contrariar o que o meu marido tinha ensinado para ele, entrar no carro, colocar o cinto e tal e falava: “eu não vou colocar” e começou a contrariar em tudo

Mariana: E era só com o seu marido? Com você não?

Leila: Só com o meu marido, comigo não .

Mariana: Só com o Hélio.

Leila: Comigo era impressionante, por exemplo: eu tava em casa eu ia arrumar a cozinha, ele ficava do meu lado, eu arrumava a cozinha ele queria já enxugar a louça,

guardar, cabeça dele é boa para isso, um menino para ajudar você em tudo, em tudo, em tudo! Arrumar uma casa, uma cozinha, ia ver ele tava com uma vassoura na mão, ia varrer o quintal, ele pediu para ensinar a encerrar a piscina.

Mariana: Eu vou desligar só para não interferir no som, porque senão depois eu não consigo transcrever.

Leila: ah, tá... aí quando a gente foi com ele para chácara, nossa aí apaixonava pelo pai “pai aqui a gente pode plantar isso, plantar aquilo” ele tinha visão das coisas

Mariana: O Marcos?

Leila: É!

Mariana: Ele chamava seu marido de pai?

Leila: É, ele me chamava de mãe também, coisas que os meus filhos, um menino de 22 e uma menina de 21, não tinham visão na chácara e o moleque tinha, e aquilo a gente vai se apaixonando né?

Mariana: Eu lembro que você falava assim que você achava, acreditava que o Marcos podia fazer coisas que até os seus filhos não faziam...

Leila: Sim!

Mariana: Porque ele se interessava, acho que vocês têm propriedades né? E falava que ele podia administrar isso...

Leila: Sim! O Hélio pegava uma enxada ele pegava outra e ia atrás, você precisa de ver! E não precisava pedir não, como eu te falei quando eu chegava em casa, de manhã eu levantava, acho que ele ficava esperando eu levantar, ouvia o barulho ele corria limpar as coisas e você via ele tava lá com a pazinha pegando o lixo, se eu tava limpando a cozinha ele tava lá com o rodinho em cima da pia, sabe?

Mariana: Ele era colaborativo então...

Leila: isso aí não tem o que reclamar, mas aí ele começou a tratar o meu marido mal e começou assim... como é que ele falava? “É para ritar” dizia ele, irritar ele queria dizer “eu quero ritar ele” “mas por que você quer irritar o Hélio?” porque assim, eu cuidava da parte da comida e tal, da roupa, guardar, mas quem acompanhava ele no banho era o Hélio.

Mariana: No banho?

Leila: No banho tipo assim, ele entrava no banheiro você entendeu? “oh, mãe qual shampoo é para usa?” Daí eu falava: “Vai lá Hélio, mostra para ele” a quantidade que punha na mão, você tá entendendo? Mas não de pegar e dar banho nele, essas coisas, entendeu? Ajudava a escolher a roupa dele, ele no roupão e o Hélio “o que você quer

colocar?” porque ele tinha o guarda roupa dele já lá, você entendeu? Ajudava ele a escolher “assim não fica legal e tal” você entendeu? Quem colocava a comida dele? Outra coisa também que a gente chamava a atenção dele, seja o que for para comer, zen... eu acho que lá no Lar não tem direto um bife, toda criança gosta, arroz, feijão, um bife e batata frita é a alegria da criançada né? e a salada, e tava lá com o bife e a gente fazia aqueles bifão mesmo e ele colocava no prato e engolia Mariana, nem mastigava, puf... garfo no outro “ih mãe esse aqui é meu, eu vou comer”

Mariana: Ele não dividia o alimento com você?

Leila: Não, tinha sobrando, mas ele tava comendo já de olho no outro e isso era para tudo, se eu colocava um copo de refrigerante “deixa aí que eu vou tomar o resto” aí ele não aguentava

Mariana: Ele chegava a vomitar?

Leila: Então, o que acontece... essa história do vômito já tinham me falado que às vezes para chamar atenção, aí o que acontece falei “o Marcos pode ficar tranquilo, o que tá aqui na mesa não vai fugir, se você conseguir comer pode comer tudo o que tem na mesa, o que eu não gosto, eu ensinei meus filhos e vou te ensinar, é encher o prato e jogar comida fora, isso não, tem muita gente passando fome, então você vai colocar aquilo que você vai comer, uma porção, come... cabe mais? Põe mais um pouco. Porque é assim meu filho, tudo o que a gente faz aqui na mesa de casa, a hora que a gente sai para rua a gente faz a mesma coisa” então era até na maneira de pegar o garfo “é assim que segura, assim que porta a foga” ensinei tudo para ele, até aí beleza, mas ele tinha assim gula, você sabe que não vai dar conta e ele segurava, pedia um outro prato, colocava um outro prato na frente dele comendo o prato dele

Mariana: E o que você sentia quando o via fazendo essas coisas?

Leila: Eu sentia dó.

Mariana: Sentia dó...

Leila: Eu sei que dó é uma palavra que a gente não pode ter com ninguém porque significa que eu sou melhor que o outro, mas não é isso, na verdade é compaixão né? Mas eu ficava até... é dó... dó sim! Dó que eu falo assim, “pode vim” você entendeu? Talvez ele não tinha lá, eu não como é que foi né? Então eu deixava você entendeu? Deixei uma, deixei duas, na terceira eu falei com ele “hoje vai ser diferente a nossa mesa” aí o que eu fiz, coloquei um pouquinho de comida para todo mundo comer, “vamos ver como é comer pouco? Se tiver fome a gente coloca mais um pouco” passei servindo os pratos, aí ele.

Mariana: Você que serviu nesse dia...

Leila: É, aí ele olhava “Marcos não vai fugir da panela” “mas por que não põe aqui o macarrão?” ele adora macarrão com salsicha você acredita?

Mariana: Mas quem não adora?

Leila: Com salsicha não, não sou muito fã de salsicha não, aí ele falou assim: “coloca aqui” eu disse: “não, vai comer aqui, depois você vai levantar, pegar seu prato e vai colocar o que você ainda consegue comer” no fim eu nem falei, foi o Hélio. Ele simplesmente começou Mariana, quando eu vi ele jogou tudo em cima da mesa

Mariana: Ele vomitou no dia que você limitou a comida então...

Leila: Mas você viu que ele fez de propósito?

Mariana: Porque ele não tava gostando de comer devagar você acha, foi isso que você entendeu?

Leila: É, falei o que para ele “não tem problema, você vai pegar e limpar tudo! Eu não vou limpar essa porcaria. Ou você limpa ou o seu pai limpa” aí eu chamei o Hélio “mas porque aconteceu isso?” e foi conversar com ele, sentou conversou, os dois limparam... aí passou, na outra semana que ele foi, ele não queria mais fazer lição, ele fazia tudo mal feito, letra feia e o Hélio triste, “mas não tem problema Marcos, eu vou apagar tudinho, se eu tiver que apagar mil vezes eu vou apagar e você vai fazer mil vezes, você só vai sair dessa mesa quando estiver pronta essa lição do jeito que eu ensinei você”

Mariana: Isso o Hélio ensinando para ele a lição?

Leila: É, e daí aconteceu isso e na outra semana ele não queria mais estudar, aprender né? Aí ele fazia letra feia, não tinha mais capricho.

Mariana: No começo ele tinha capricho e depois parou?

Leila: É, e eu ficava brava com o meu marido porque por mim eu deixava, deixava assim porque tava certo, só a letra que tava feia...

Mariana: Não tava boa...

Leila: É, porque o caderno de caligrafia tem as linhas né? Ele colocou ele para fazer o caderno de caligrafia e no livro lá também tinha as linhas

Mariana: Eu me lembro do Hélio levar o caderninho para ver...

Leila: É, apagava tudo Mariana! Ele gastava não sei quantas horas apagando... apagava, apagava, apagava... “faz direitinho” e ele doido para sair assistir televisão e tudo mais “Marcos, pelo amor de Deus, faz sua lição direitinho, meu filho! Eu não aguento mais você nessa mesa”.

Mariana: Mas então o que ele tava exigindo não era que ele fizesse a lição corretamente, era que ele fizesse a lição corretamente com a letra bonita

Leila: Com capricho

Mariana: Entendi

Leila: “e tudo que se faz tem que se fazer com excelência nessa vida” ele sempre falou isso para ele “Marcos, na hora que a gente abre o olho a gente agradece a Deus, tudo o que a gente foi fazer, tudo o que você for fazer, presta atenção no que eu falo, tem que fazer bem feito, para fazer uma vez só” lá em casa a gente tem essa regra, tudo que for fazer é uma vez só, se de repente sai alguma coisa errada aí a gente faz duas, mas se faz uma vez só... a gente é... num é perfeccionista, mas tem que fazer uma vez só porque fazer as coisas na coxa não adianta, né? Lá fora o que a gente tá formando assim? Tem um monte de gente assim, mas a gente tem que fazer diferente. Esse Marcos, olha... vou falar para você, eu não sei o que era pior, se era ele fazer tudo de novo largadão ou se era meu marido que apagava tudo de novo. E aí o que era meio período ia a noite inteira

Mariana: Como você se sentia vendo isso?

Leila: Eu cheguei a brigar com o Hélio, chamava ele no quarto.

Mariana: Você achava que ele tava exagerando?

Leila: Chamava ele no quarto “para, para... eu tô te pedindo, para... quem que gosta e um negócio desse? É dele” “não é dele, se ele nunca tivesse feito com capricho...tudo bem, mas olha o que ele fazia e o que ele tá fazendo agora?” Jesus Cristo...

Mariana: Ele não aceitava que ele tava piorando...

Leila: Não, mas sabe o que acontecia? Quando dava umas 18 horas da tarde o negócio saía bonitinho, você entendeu? Aí ele parava comia, quando chegava no café da tarde que era bolo de chocolate que ele gostava “não, você não vai comer, vamos terminar a lição direitinho... aí quem sabe você vai comer” aí a lição saía

Mariana: Tinha que trocar a comida pela lição para ele fazer direito...

Leila: Aí senta os dois para comer, aí ele olha pro Hélio e...

Mariana: Vomitava de novo...

Leila: Aí eu percebi que o Hélio tava irritado, aí eu chamei ele “por que você tá fazendo isso? Eu vou falar uma coisa para você, o próximo vômito você vai comer ele, porque se fosse algo involuntário tudo bem, mas você tá fazendo de propósito, você vai engolir esse vômito, vou pegar uma colher e enfiar dentro da sua boca” aí ele ficou olhando, quando eu dava o pito os filho entrava na linha. Daí ele parou de fazer, passou uns 15 dias nós fomos no Porto, nós temos uma chácara no Porto também.

Mariana: Porto?

Leila: Porto 15, aqui...

Mariana: Porto 15.

Leila: Passou a ponte do lado direito a gente tem um rancho ali na beira do rio. Ele adora ir lá pescar, tomava banho de rio, lá tem parquinho, tem bicicleta, toda atividade que tinha para fazer meu marido sempre fez com ele, eu tirava foto, às vezes fazia uma coisa ou outra, mas quem fazia mais era ele e o Hélio

Mariana: E você trabalhava muito na época né?

Leila: Sempre trabalhei, continuo ainda... à noite quando dava 17 horas da tarde que pegava ele, ele ia pro escritório, ele ficava lá sentadinho observando eu atender, meu marido ia buscar a gente era 21 horas da noite, ele ficava comigo

Mariana: Ele ficava que horas com você? Das 18h à 21h?

Leila: É.

Mariana: Você trabalhava quantas horas por dia?

Leila: 14 geralmente.

Mariana: 14 horas por dia.

Leila: É, até hoje... até hoje não porque na verdade esse ano eu tirei o pé do acelerador, tirei o pé do acelerador e tô querendo até aposentar. Mas é uma coisa, eu falo “não vou mais atender, não vou pegar mais ação nova” quando eu vejo já peguei, mas ainda Deus vai me dar esse domínio. Aí nós fomos pro porto... olha Mariana, eu nem sei o que aconteceu, graças a Deus eu esqueço as coisas. Mas o que aconteceu, meu marido foi para cidade perto do rancho comparar alguma coisa, chegando lá, começamos a limpar as coisas, faltou alguma coisa e ele foi buscar, aí ele perguntou “quer ir comigo Marcos?” “não, vou ficar com a mãe”.

Mariana: Ele foi pro Porto, o Hélio...

Leila: Não, nós todos, nós três.

Mariana: Os três.

Leila: Chegando lá no Porto, no rancho, tinha alguma coisa que tinha faltado lá na casa e ele foi na cidade buscar, no mercado.

Mariana: O Hélio?

Leila: É, ele perguntou se ele queria ir com ele ou ficar comigo, ele falou “ficar com a mãe”, beleza... ahh... eu que pedi, “não, Marcos fica comigo” porque o rancho é assim quando você chega, pela porta entra perereca e eu morro de medo de perereca, né? aí eu falei “aí você mata as perereca para mim” beleza... aí eu tava lavando o banheiro, é tudo piso assim, eu chego e meto água em tudo, na sala, nos quarto, cozinha, banheiro...

primeiro nos quartos e venho puxando. Eu não sei o que aconteceu que eu pedi para ele fazer e ele falou assim: “eu não vou fazer” “mas porque você não vai fazer, você não disse que ia ficar para me ajudar?” “não, não vou fazer” “então tá bom, então você senta aí e fica aí, eu vou desligar aqui a torneira e vou esperar o Hélió chegar porque aí ele me ajuda”.

Mariana: O que você sentiu quando ele falou isso para você?

Leila: Hmm... na verdade eu não senti nada, porque ele tem o direito de querer fazer ou não, né?

Mariana: Você achou tranquilo ele não querer fazer.

Leila: Eu não entendi porque ele quis ficar comigo, eu não lembro, eu pedi para ele fazer alguma coisa e ele disse que ele não ia fazer.

Mariana: Tá, aí você ficou tranquila, você não se incomodou?

Leila: Sem problema, “ó, sozinha não dá conta para fazer, eu vou esperar o Hélió chegar e faço com ele. Senta aí e eu sento do seu lado. Ele vai chegar e perguntar o por que estamos sentados aqui e eu vou falar para ele o porquê que é” ah... já sei, é que tem um degrau, para água não correr, eu tenho um armário de fora a fora de madeira, eu pedi para ele puxar enquanto eu jogava água e puxava pro lado contrário para não ir na madeira e ele disse que não ia fazer, entendeu?

Mariana: Sim.

Leila: “então não vou molhar, vou esperar o Hélió chegar para isso” né? Daí tá, daí sentei e fiquei do lado dele e não sei o que, ele olhando os passarinhos aí de repente eu levantei “bom, fica aí e eu vou limpando os outros pedaços, jogo água do outro lado” no que eu levantei e peguei a mangueira ele olhou “ah, não... eu vou puxando aqui a água” quando eu peguei o rodo para puxar a água ele falou “dá aqui que eu vou fazer” aí eu falei: “não agora você não vai mais fazer” nisso, onde a gente mora dá para ver quando meu marido passa lá na estrada para chegar, nisso a gente viu “ah, vou puxar a água que o Hélió tá chegando e ele me ajuda” aí eu fui pegar o rodo e ele puxou da minha mão “não, eu vou fazer” “não, agora você não vai fazer, agora você vai esperar sentadinho onde você tá e quando ele chegar você fala para ele porque você não quis me ajudar e tá tudo certo” e no que eu levantei e comecei a puxar ele puxou o rodo de mim, o chão tava molhando aí eu escorreguei e caí... nossa... pensa num moleque desesperado! “Mãe, levanta... desculpa... levanta o pai tá chegando, mãe” “não, você vai me deixar aqui no chão, você não tava fazendo pirraça, então agora ele vai me achar aqui no chão e vocês vão conversar” e o meu marido sempre falou para ele “Marcos, eu sou um cara bom, eu

nunca precisei dar um tapa nos meus filhos, agora se eu precisar... eu não sei dar só um tapa não, hein?” falou para ele, isso quando ele chegou em casa.

Mariana: Então você acha que ele ficou com medo do Hélió chegar em casa e bater nele por causa disso.

Leila: É, eu acho... mas nunca houve essa situação, você precisava ver, Mariana, como ele ficou desesperado quando o Hélió me viu no chão “que que é isso?” “caí e não consigo levantar” “mas como você caiu?” “conta para ele Marcos” daí ele ficou olhando assim, “conta Marcos” “eu não sei, eu não sei” “então eu vou recordar você” né? e fui repassando, “lembra que a mãe pediu para você ir raspando a água para não deixar ir ao armário e você disse que não ia fazer? Então, eu perguntei por que você não ia fazer e você disse que não ia fazer, bom então não faça. E aí a hora que eu resolvi fazer, você passou lá na estrada, falei vou adiantando que você tava chegando aí ele quis fazer, quis tirar o rodo na marra da minha mão e foi aonde eu caí” eu não sei nem o que ele falou para ele, mas falou um monte, o moleque voltou chorando, catou aquele rodo, raspou a água de lá tudo. Eu falei “não quero ajuda de mais ninguém não, vou fazer sozinha só tira ele daqui” eu não aguento muito tempo abaixada, sabe? Tinha que abaixar e tal, aí eu falei para ele: “eu só queria entender o seguinte Marcos, só uma coisa que eu queria entender. O Hélió faz tudo para você, saiu com você, comprou o tênis que você quis” Mariana, ele recebeu o salário dele e gastou todinho com ele, levou ele lá...

Mariana: O Marcos

Leila: É... só um pouquinho (telefone toca) *oi, meu bem.. tô, você vai vindo? É... tá, você tá aí na frente? Ah tá...*

Mariana: Pode falar para ele sentar ali.

Leila: *Tchau...* está chegando, é que ele mexe com venda né Mariana.

Mariana: Eu o avisei que ele poderia vir um pouquinho depois.

Leila: É, mas eu acho que hoje ele não vai conseguir vir, mas ele vem outro dia. “Marcos, fala para mim o Hélió faz tudo para você, põe você para dormir, conta história” é verdade “se preocupa em que você”... (telefone toca) gente do céu, menina... É assim, “para você ser o primeiro a aprender as coisas, tudo ele separa do bom e do melhor para você em primeiro e depois é pro Lincon e para Livia porque você é o caçula. Qual é o seu problema com ele?” Sabe o que ele respondeu? Foi aí que eu desisti... “Porque você só liga para ele, você só faz carinho nele, só ele pode deitar no seu colo, só ele pode ficar abraçado com você”.

Mariana: Ele quem?

Leila: O Hélio...

Mariana: O Hélio.

Leila: Ele tava com ciúme do Hélio.

Mariana: Ah, de você com o Hélio.

Leila: Entendeu? E daí o Hélio escutou tudo isso e aí ele falou: “não vai dar certo” “olha, tem uma certa idade que o filho tem o complexo de Édipo” “opa, não é teu filho, vai saber... esse moleque tá com 13 anos, entra numa paixão aí e acontece coisa pior, ou com você ou comigo” .

Mariana: Ele achou que o Marcos podia se apaixonar ou por você ou por ele?

Leila: Sei lá, por ele não né, por mim. Porque o Marcos falou assim só o Hélio, eu só dava atenção para ele...

Mariana: Hum... então era a sua atenção que ele queria, por isso que ele pediu pro Hélio sair e ficar com você, ele queria um momento só com você?

Leila: É, mas tinha Mariana... tinha... porque a gente, eu como falei com você a gente pegava ele sexta-feira depois das 16h, quando o Hélio não ia buscar, a maioria das vezes era ele, buscava e deixava comigo no escritório, então nunca ficou sozinho.

Mariana: Entendi, então o Hélio achou que o Marcos podia se apaixonar por você e fazer algo de errado.

Leila: Eu não sei nem se ele poderia se apaixonar por mim, mas de repente se ele tava fazendo tudo isso, ele queria como fala... irritar o Hélio porque eu só dava atenção para ele, porque eu só gostava dele... de repente ele podia fazer, sabe quando a pessoa pode surtar e fazer alguma coisa?

Mariana: Então você teve medo de ser estuprada por ele?

Leila: Não, estuprada de jeito nenhum.

Mariana: Não chegou a pensar nisso...

Leila: Não.

Mariana: O que você sentiu então quando o Hélio...

Leila: Eu vou ser franca com você, você já viu esses adolescentes que surta, pega uma faca e vai, agride, comete homicídio em momento de surto...

Mariana: Você tinha medo de que ele matasse o Hélio...

Leila: É, de fazer alguma coisa...

Mariana: Você tinha esse medo...

Leila: Os dois iam pro sítio sozinho, lá tinha inchada, pá, você entendeu? Aí quando ele começou a desfazer, falou um negócio desse, mudou o comportamento dele,

né? E aí surtiu que com isso a noite, eu não sei como, o pai dele... biológico, ficou sabendo que ele tava com a gente, que ele tava com uma família boa. Pai biológico não, não sei se é pai biológico, o rapaz... o pai das irmãs dele, ele tem duas irmãs, não sei se você lembra, né? Esse rapaz, esse homem, ele trabalha no fórum, você sabia? Sabia?

Mariana: O João?

Leila: O João, isso...

Mariana: Conheço, aham...

Leila: O Marcos falou que o João foi procurar ele e que ia lutar na justiça para ficar com ele, mas qual motivo para isso? Tanto é que a gente foi lá no Lar para saber como tava a situação lá. Aí a menina de lá, a Paula, disse que realmente o João assim de uns tempos para cá estava mais presente, procurando saber da vida do Marcos, queria saber quem tava com ele, qual era a família que tava com ele, daí vai daqui, vai dali, vi quem era dentro do fórum e tal, mas não cheguei de conversar nem nada. Daí o Marcos falou assim: “ó mãe, meu pai vai vim me buscar e eu vou com ele, não adiantou você brigar comigo na justiça” “eu não vou brigar com você na justiça, você tem direito de ficar com quem você quer, se você tem uma família, se você tem as suas duas irmãs e quiser ficar com as suas irmãs, não vai ser eu que vou falar que não. E eu tenho tentado Marcos, a hora que você quiser ir com as suas irmãs, minha porta tá aberta” né? Aí ele inventou umas mentiras, eu não lembro qual mentira que foi que ele inventou lá dentro da instituição em relação ao João e a gente, só sei que a assistente social, psicóloga, não sei, chamou a gente e esse João também e foi tudo criação da cabeça dele, aí eu falei: “olha, para mim... parou! Meu limite chegou, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. Aí eu falei para elas: “sabe por que não deu certo? Não vai dar certo para mim, não vai dar certo para ninguém se continuar assim, quando uma pessoa demonstrar interesse por qualquer adolescente aqui, por qualquer criança vocês tem que falar a verdade, porque a pessoa tem que entrar num relacionamento desses, num momento desses, sabendo toda a verdade. Esse negócio de tampar um lado e outro e outro, ou na prática vivendo... não, isso não funciona. Não funciona porque assim ó, se eu soubesse que ele tinha passado por violência doméstica, violência sexual e outras coisas mais, eles iam me dar a oportunidade de eu querer ou não estar com um adolescente desse, por outro lado a primeira coisa que eu iria fazer, era de cara buscar um acompanhamento psicológico para mim e para ele... para mim, pro meu marido e para ele. Aí o Hélios disse: ‘Eu não preciso’ falei: ‘ah, eu preciso!’ porque lidar com um rapaz desse tamanho, depois vai virar um homem, né? então aí eu falei com ele, “então vocês assim omitiram muita

coisa do Marcos na vida da gente, falou que a família não eram daqui, era de São Paulo, tá aí em Brasil Novo, a mãe dele e a vó dele, né?"" Falou que o menino não tinha ninguém e de repente apareceu duas irmãs e padrasto. Então tem um monte de coisa que vocês omitiram que quando a gente veio aqui e se interessou”.

Mariana: Foi uma coisa muito informal esse convite para vocês conhecerem o Marcos, né?

Leila: Informal não, eu acho que assim quando a gente manifestou o desejo de conhecer o Marcos, a primeira coisa que fez foi sentar com a psicóloga e a assistente social da casa, da instituição e ela colocar qual é a realidade do Marcos.

Mariana: E elas não colocaram...

Leila: Não, tudo não! Eu vim descobrir com vocês lá com o processo que me deram para ler, lembra?

Mariana: Lembro...

Leila: Você entendeu? E outras coisas mais que eu fui por conta própria investigando, sobre a avó dele, sobre a mãe dele, você entendeu? E eu acho que não é assim, então eu vejo assim que muita coisa hoje, tem muito adolescente aí ou até criança que de repente não encontram... eu não falo que não encontram um lar, mas até encontre e não dão certo em função disso, depende daquele ser humano tem condições, primeira psicológica para estar dando suporte que um adolescente, no caso o Marcos, necessitaria.

Mariana: Que é o que eu perguntava para você, nossa Leila você trabalha 14 horas, como é que você vai se envolver com o Marcos, né?

Leila: É, é verdade! Mas eu ficava tranquila por quê?

Mariana: Tinha o Hélio.

Leila: Tinha o Hélio e é assim, tinha um pedaço da semana que ele ficava comigo. Ele não ficava lá só sentado assistindo televisão, eu ensinava ele a arquivar processo, separar, pelo símbolo do fórum, né? Justiça comum, previdenciária e da trabalhista.

Mariana: Ele te ajudou no escritório.

Leila: Sim!! Então não sei se é um defeito meu Mariana, mas eu acho assim que as pessoas assim têm que utilizar o tempo que elas têm, ela tem que ser produtiva, e nessa vida quando a gente acorda e dorme, no dia de hoje a gente pode ter a oportunidade de aprender muito, seja o que for, até como piscar um olho a gente tem oportunidade de aprender, você entendeu? Então eu acho que a gente não pode desperdiçar o tempo que Deus nos dá, então como ele era uma criança que não teve acompanhamento familiar eu acho que ficou muita coisa ali para ser acrescentado, mas também criança... não

adolescente, mas ele também tinha muita coisa para ensinar a gente, essa destreza dele eu nunca vi, num adolescente de 13 anos, esse desenvolvimento dele de querer te ajudar e fazia certinho, bonitinho, você entendeu?

Mariana: Então você acha que foi o medo mesmo que fez vocês se afastarem dele?

Leila: Vocês não, eu... eu cheguei pro meu marido e falei “eu não quero”.

Mariana: Você tinha medo de perder o marido por causa dele, dele fazer alguma coisa contra o seu marido?

Leila: ah, então... também né, vai saber...

Mariana: O que você sentia assim que fez você se afastar dele?

Leila: A Lívia, ela ia trocar de roupa...

Mariana: Lívia, sua filha?

Leila: É, então em vez dele ficar no quarto com o meu filho, eu deixei ele no quarto junto com a filha, né? “minha filha de noite você olha e tal” beleza, virou como se fosse mãe, mas aí quando olhasse ele tava lá querendo olhar ela trocar de roupa, mas é da idade né? Aí o Hélio chamou “olha isso é muito feio, muito feio... vai ter tempo para você ver uma mulher pelada”, explicou.

Mariana: Mas o que você sentiu quando você o pegou tentando espiar a sua filha?

Leila: Eu não senti nada, isso é bobagem de criança, até meu filho quando tinha 10/12 anos ficava olhando a irmã e eu na chinelada na bunda e...

Mariana: E as mentiras que ele contou, que mentiras que foram?

Leila: Ai Mariana, foram várias... na escola, ah sim, ele se automutilava e falava que fulano fez. Chegou com um machucado na mão e tal “mas que que é isso Marcos” “ah, um menino me pegou e fez isso” e lá vai nós para escola “não vocês não podem deixar isso acontecer” “não, mãe... não foi nós, foi ele que pegou o lápis”.

Mariana: Foi com o lápis...

Leila: Aí não acredito, “Marcos vem cá, eu já tô sabendo, ninguém fez isso com você. Por que você fez isso com você? Marcos olha para mim eu quero saber” é o que eu fiz. Mas até então você já tinha ido à escola feito um rebuçei e o escambal, e isso é uma das coisas, entendeu? Então era mão, braço cortado, era não sei o que. Nossa... vitimologia, ele... joelho ele arrastava no chão para falar que ele caiu, você entendeu? Não, não, não... não tive estrutura para isso, não tive...

Mariana: De o ver fazendo isso contra ele mesmo. O que você sentia vendo ele automutilado?

Leila: Eu virava em chorar, quê que eu vou fazer com ele?

Mariana: Você se sentia impotente?

Leila: É, exatamente... “Marcos, olha... Deus” eu explicava para ele “uma coisa linda que Deus deu para mim e para você é o amor! E eu tenho amor por você, eu vejo você desse jeito eu sofro, para que fazer isso com você? O que é que tá te faltando? O que você quer? O que você precisa?” Né? Mas eu vejo que foi assim, da minha parte... incompetência minha, ele tinha uma psicóloga que ele ia pela casa, mas eu acho que tinha que ter arrumado uma psicóloga assim, não sei... mais forte, mais fraca, mais específica eu acredito que fala mais específica né? Na idade dele, eles arrumaram pelo CRAS para ele.

Mariana: CAPS não é?

Leila: CAPS é, isso, é

Mariana: CAPSi.

Leila: E ele tinha, eu tinha até visto para ele, porque ele tinha o plano da UNIMED aí eu tinha visto plano de psicóloga que atende adolescente ali na José Foz para ele, já tinha visto a questão do dentista para ele. Um monte de coisa sabe? e depois assim, se você for em casa, a estantezinha dele, a bola, os negócios dele ele não quis levar

Mariana: Ele não quis levar?

Leila: Ele falou “eu vou voltar” e ele falou com segurança, “eu vou voltar”.

Mariana: E por que ele não voltou? Como foi essa coisa de interromper o contato com ele? Como vocês fizeram isso?

Leila: Olha, não foi a gente que fez. Quando eu cheguei lá na casa e falei tudo o que tava acontecendo e sabendo o negócio do João e na hora o João disse “não, eu não falei isso para ele não” agora eu não lembro o quê que foi, não lembro mesmo. Daí eu falei: “não, para mim chegou” “ah, não sei o que...” “não, eu sou uma pessoa determinada, quando eu falei que eu queria ficar com ele, que as coisas que ele tivesse a gente ia lutar, os problemas de saúde, emocional, mental, fisiológica...” ele tinha uma diferença no pé, na perna né... isso aí não tinha problema para mim, a questão de alfabetizar ele, ensinar a ler, a escrever, ele não precisava seguir profissão nenhuma, ele tinha um raciocínio para coisas, sabe? Qualquer coisa que ele pegar para fazer ele vai se dar bem, ele faz, como eu te falei... mas as mentiras que ele contava envolvendo pessoas, envolvendo a gente, que infelizmente a gente acreditava, não... não dá, é uma doença isso. Fico lendo na internet, essas pessoas que onde vive a mentira, é uma doença isso, tem até o CID, falei: “não, não

dá” porque olha só, falei para ela: “meu bem, eu não tenho como parar de trabalhar, dois jovens no período da faculdade e a gente precisa manter”.

Mariana: Seus filhos.

Leila: É, aí... se fosse só questão de educação beleza, mas ele tem além dos problemas mental, tem esse outro que parece que... Mariana...

Mariana: Você fala problema mental é do déficit cognitivo?

Leila: Déficit de atenção.

Mariana: Você entende que até a questão da deficiência cognitiva ok para você, agora o transtorno psicológico está além de algo que você daria conta?

Leila: É, não dá, eu não daria conta! Eu não daria e vou te dizer por que, mesmo eu me afastando, é como eu te falei, eu tenho uma cliente, essa cliente que tinha falado dele, continua no meu escritório, continua lá dentro, periodicamente ela vai no escritório e eu pergunto: “e o Marcos” ah, detalhe... O dia que ele queria, ele mijava na cama, eu perguntava “porque eu quis fazer, eu não quis levantar”.

Mariana: Ele dizia que fazia xixi na cama porque ele queria?

Leila: É, entendeu? Aí eu falava para ele: “agora você vai dormir num colchão todo cheio de xixi? Vamo tirar ele para fora e botar no sol” quando ele foi embora joguei o colchão e comprei outro e ele não tinha problema nenhum de bexiga e no prontuário dele não falava nada disso, quando ele fazia eu perguntava “porque eu quis fazer, não quis levantar”. Outra coisa que eu fiz com ele quando dava 17 horas da tarde “eu tenho que tomar meu remédio, tenho que tomar meu remédio” “qual remédio você tem que tomar?” tinha lá um monte de remédio para tomar, aí eu comentei com uma das meninas da casa, não sei se foi psicóloga ou assistente social, “ele não precisa tomar tudo isso de remédio não, vou tirar aos pouquinhos e vou ver no que vai dar” aí o que que eu fiz, falei: “Marcos, o médico ligou e falou que esse remédio você não precisa tomar não” nem lembro qual que era.

Mariana: Você fez isso por conta, você não falou com nenhum médico?

Leila: Falei com as meninas, mas eu fiz por conta, porque o que acontece, minha filha tinha o mesmo problema, era a mesma medicação...

Mariana: E você achava que era muito remédio que ele tomava então, que não tinha necessidade de tudo aquilo?

Leila: Eu queria ver qual era o comportamento dele sem o remédio.

Mariana: Entendi, e aí como é que foi?

Leila: O mesmo... uma semana, o mesmo... cheguei para eles “ó vocês têm que procurar um médico e não sei o que, eu posso ir com ele no médico?” “não... que não sei o que” “quem for acompanhar fala: de duas uma, ou o remédio não faz efeito ou tem que levar num outro melhor, esse aí ó... com e sem é a mesma coisa” era a mesma coisa... mas aí eu cheguei a seguinte conclusão, tucha remédio nele... impregnaram o moleque, é mais fácil de lidar com ele.

Mariana: Você achava que a instituição fazia isso com ele?

Leila: Eu achava não, eu tenho certeza, certeza! Outra coisa, o dia que eu tirava o remédio da noite, ele levantava cedo e fazia xixi, o dia que você deixa ele tomar o remédio ele mija na cama, não tinha força para levantar, para ir ao banheiro, entendeu?

Mariana: Ele sempre passava final de semana, feriado com vocês né?

Leila: É.

Mariana: Dia de semana ele ficava na instituição, é isso?

Leila: É, chegou assim... antes de mandar ele embora, ele ficou em casa de ir para escola a gente levava e buscava, como se já fazia parte da família.

Mariana: Ele chegou a morar, então, com vocês.

Leila: É, chegou.

Mariana: Quanto tempo?

Leila: Ah, acho que uns dois meses.

Mariana: Uns dois meses que ele ficou no lar definitivo. Vocês não chegaram a fazer uma despedida, por exemplo?

Leila: Não, eu não consegui.

Mariana: Não conseguiu.

Leila: Não, até falaram, mas não “não vou fazer”.

Mariana: Por que você não quis fazer?

Leila: Porque assim, a hora que ele falasse assim... A Vânia contava que ele falava assim: “a minha mãe vai voltar, fala para ela me perdoar, eu errei, eu não vou fazer mais as coisas que eu fazia, eu não vou fazer mais, fala para ela me perdoar, eu vou estudar, eu vou isso... eu vou aquilo” e se ele chegasse em mim e falasse isso eu pegava ele de volta, eu sou assim, molona... então eu falei: “se quiser ir Hélio, você vai, eu não...” aí ele falou: “não, sozinho não... ou vai os dois ou não vai nenhum dos dois” eu não vou mais, eu não vou mais tentar. Para mim valeu a experiência, aí eu lembrava de você falando “olha, não é assim, calma... depois você não vai conseguir” lembra que você falava para mim?

Mariana: É, eu falava para vocês irem com calma, para ele não ir morar com vocês tão rápido, né?

Leila: É, e eu falava e essa menina, que era você, tinha a visão lá na frente e aconteceu realmente. Eu lembrava “você pode desistir” lembra que você falava para mim? E eu falava: “não vou não e tal, eu quero” lembra?

Mariana: Sim.

Leila: Pois é, corri tanto lá no cartório.

Mariana: Para vocês irem de vagar né? Vocês estavam indo muito rápido com essa coisa de chamar de pai e mãe...

Leila: Não, mas isso foi ele que quis, ele perguntou se podia chamar de pai e mãe “pode, não tem problema” você entendeu? E às vezes nos lugares que a gente ia “nossa, como ele parece com você” “é, verdade... meu filho” “de onde saiu esse filho?”

Mariana: Pior que vocês parecem mesmo fisicamente, né?

Leila: Entendeu? Então teve toda essa paixão nesse sentido também.

Mariana: Mas depois vocês foram mudando né? A paixão foi deixando de ser paixão.

Leila: É, foi eu... Eu e meu marido estávamos junto, eu nunca vi ser tão paciente e persistente naquilo que ele quer, você entendeu? Mas eu... eu não, era dois sofrimentos, quando ele ia para mesa aprender... meu Deus o dia inteiro não dou conta, eu me colocava no lugar dele.

Mariana: Do Marcos? Sentia pena dele?

Leila: Sentia, dava vontade de pegar o papel e fazer picadinho, chegava a esconder o livrinho quando ele tava para chegar... não, não vai ter jeito! Você conhece pessoas que são alfabetizadas só para escrever o nome e tem profissão destreza para outras coisas? Você já viu isso? Eu já vi, esse é o Marcos.

Mariana: Então conviver com o Marcos te causava sofrimento a partir de certo momento.

Leila: Sim, a partir do momento que eu descobri que ele não tinha interesse por estudar, aprender, querer crescer, como posso dizer... Hum, na sua formação, a partir do momento que ele precisava mentir, inventar história para poder chamar atenção “opa, tô aqui” “você tá aqui e queremos você aqui com a gente” envolvia ele em tudo, tem coisas que não fiz com os meus filhos e fiz com ele, né? Eu senti que ele tinha necessidade disso, e cada vez mais contando mentiras e principalmente, auto se mutilar. Não dou conta disso

Mariana: O que isso mobilizava em você?

Leila: O que mobilizava?

Mariana: É.

Leila: Nossa, eu via aquilo... eu não... sabe quando você vai sentindo, olha se eu trabalhasse na área da saúde eu tava morta, uma pessoa que se machucou perto de mim, um acidente, sobe um negócio assim em mim ó, não sei o que é, vai doendo da ponta do dedo, todo o meu corpo, acho que é contração dos músculos sabe? Vai doendo tudo, tudo, tudo, eu fico super mal. Não, eu não dou conta, eu não dou conta, sem contar que eu abro o bocão a chorar, não dou conta.

Mariana: Você chorava quando você via...

Leila: Às vezes lá no fórum eles falam que eu sou bocuda, não sei se você já ouviu falar isso, advogado bocudo, o Dr. Nelson e o Dr. Fernando já me mandou calar a boca não sei quantas vezes na audiência e a gente bater boca junto, entendeu? Nem parece que eu sou essa advogada, quando eu vejo um negócio desse e chorar perto de mim, em audiência quando começa a chorar eu tento virar a cara porque minha lágrima rola, não tem jeito. Aí pronto, desmonta a muié, então o Marcos descobriu esse lado meu.

Mariana: E hoje como você se sente em relação a tudo isso que aconteceu?

Leila: Foi uma experiência boa e ruim na minha vida. Boa porque eu acho que a gente tem condições de fazer esse mundo melhor, a gente precisa estar preparado para isso e ruim porque eu achava que eu dava conta e na verdade eu precisava ser preparada para mim poder participar desse mundo melhor e aí a frustração que ele teve foi maior que a minha que eu tive porque ele é um menino de 13 anos e eu to aí quase 5.4 na época era 5.2 pelo que já vivi, pela minha profissão eu seguro mais a minha onda do que ele, então eu vejo que ele sofreu mais do que eu e eu não queria colocar esse sofrimento nele, ao contrário, eu quis ele perto para oferecer para ele um mundo melhor, não tô falando de coisa material não, tô falando de amor, carinho, presença de rir junto, o que ele não teve nesse sentido eu falei para ele: “o Marcos entrou na vida da gente sabendo de tudo, Marcos outra coisa que a gente faz questão é aprende pelo menos a ler para ter entendimento das coisas que você lê, hoje a mãe tá de pé, amanhã ou depois se a mãe morrer, eu quero adotar você, tudo o que a gente tem vai ser dividido em três, um vai ajudar o outro, não vai ter distinção porque eles saíram da minha barriga e com você vai ser diferente, não! É tudo igual” (celular toca) meu marido já está aí na frente, então eu vejo que é isso... para mim... (Atende o celular) *Tô saindo, tô saindo* é para mim foi isso, a gente às vezes acha que a gente tem condições de superar tudo, né? Eu posso, eu consigo e não é não, então o Marcos me mostrou que, principalmente emocionalmente a gente

realmente primeiro dependemos do Senhor, certo? Até porque parou tanto ele quanto eu, mas eu vejo assim com a desistência partindo de mim a fraca fui eu, a fraca fui eu... sabe? E assim, meu marido ficou um bom tempo tudo o que fazia “puxa, o Marcos... puxa o Marcos não sei o que” e aquilo me doía também porque ele sentiu muito, ele se lembrava dele, por ele acompanhava como ele tava lá, aos pouquinhos o que ele não quis levar ele foi levando e deixando lá “coloca lá nas coisas dele e tal” ficou só a estante mesmo. Cada semana que ele vinha ele fazia um desenho para mim, uma coisa ou outra, os desenhos estão ali, ele trouxe e me deu um anjinho, você precisa de ver, eu via que ele se preocupava, tudo as coisas que ele me deu tá tudo ali, você entendeu?

Mariana: Mas foi muito para você tudo o que aconteceu.

Leila: Ah, foi... foi porque assim não adianta você, eu não tava pronta mesmo e uma pessoa, ele era um adolescente, uma pessoa, um ser humano que necessitava de muito, muito, mas muito mais amor do que aquele, não é que não tenho, eu até tenho, mas é um amor de uma forma diferente, aquele amor de ficar 24 horas exaltando, exaltando, exaltando e realmente não dava para mim, você entendeu? Porque ele queria ser avaliado a todo momento de tudo o que ele fazia, balançava a cabeça, entendeu? E quando ele começou a competir com o meu marido que aí eu fui entendendo isso, eu nem esperei para ver o que o Hélio ia reagir, sentir ou falar, eu mesmo falei “não, parei aí” porque sem amor não dá, não dá.

Mariana: Tá bom, você quer falar mais alguma coisa?

Leila: É só Mariana.

Mariana: Obrigada, viu?

Leila: De nada.

ENTREVISTA COM HENRIQUE

Mariana: Bom, então você é o Henrique né?

Henrique: Isso.

Mariana: Então o que eu queria saber é como foi a sua experiência com o apadrinhamento afetivo, como que você chegou até a instituição, quem que te levou até lá.

Henrique: Então, na verdade foi a minha filha mais velha começou a participar com o pessoal da igreja, né? Faziam visitas em final de semana e aí ela falou que tava gostando de participar e foi quando ela nos convidou para conhecer o lar.

Mariana: Que legal.

Henrique: Foi... partiu da minha filha e aí foi onde nos chamaram para participar desse primeiro apadrinhamento, fizemos alguns encontros né? Para orientar, depois foi feito os encontros com as crianças.

Mariana: Então primeiro vocês começaram a fazer essas visitas de final de semana na instituição, é isso?

Henrique: Na verdade assim... nós começamos já fazendo as reuniões com os casais que estavam querendo entrar no apadrinhamento.

Mariana: E quem convidou vocês para isso, especificamente. Foi a filha de vocês?

Henrique: É, isso... foi minha filha.

Mariana: E o que você sentiu quando ela falou assim: “ah, pai... vai lá ao lar Santa Filomena apadrinhar alguém” foi isso que ela te falou?

Henrique: É, não... É assim, foi assim natural de conhecer como que elas viviam lá. A gente não sabia de fato como que era, eu particularmente achava que as crianças ficavam no lar, né? E hoje não, né? Hoje cada um tem uma casa e lá é um centro só para juntar eles, não sei... tem as atividades né? E aí começou as reuniões com psicólogos, educador, só os casais, sem as crianças. Depois de alguns encontros começou a fazer algumas atividades em grupo com as crianças e aí acho que nas próprias atividades cada um foi se relacionando com as crianças e... é que é assim “Ah, eu quero aquele” não...

Mariana: E como foi esse processo de preparação, o que você achou? O que mexeu com você as reuniões lá no começo?

Henrique: Ah, é que no começo a gente vê que as crianças são bem carentes assim, de afeto, o lar acho que dá muito amparo assim material, né? Porque o que eu senti

depois que a gente saiu, começou a cumprir com as crianças, na verdade muita gente achava “ah, eles precisam de roupa” não precisam...

Mariana: Entendi, você achava que era uma questão material e não era isso.

Henrique: É e não é isso, né? Tanto é que nós tínhamos ficado com as irmãs né? Agora que a Estela tá vindo com mais frequência, a Vanessa não. Então, lógico, cada um é diferente da outra, eu...

Mariana: Mas por que a Vanessa não quer vir ou por que não deu muito certo?

Henrique: Olha, a princípio tava dando muito certo, só que o que acontece é que chegou, não sei se ao mesmo tempo que foi aquela... como é que chama?

Mariana: Projeto da família acolhedora?

Henrique: Projeto família acolhedora.

Mariana: Que ela teve uma possibilidade de família.

Henrique: Então, mas eu não sei se houve um preparo das duas partes, né? Em função a isso, entendeu? E logo em seguida não deu certo, né?

Mariana: A família acolhedora.

Henrique: Então.

Mariana: Mas ela podia ter ido para família acolhedora e continuado convivendo com vocês, né? Ou teve alguma atenção a isso?

Henrique: Então, para nós eu não... eu não tive nenhum problema com a Vanessa, nunca tive. Ela teve alguns... tipo castigo, da parte do lar em função de desobediência e alguma coisa lá que a penalidade lá era não vir para minha casa.

Mariana: A penalidade... entendi, não visitar vocês.

Henrique: Era um castiguinho para ela não vir para cá. E quando, depois de certo convívio, o quê que a gente percebeu... que a Vanessa tem muita dificuldade de aprendizado. Aí a Estela não, já é bem mais... ela quer aprender.

Mariana: A Estela adora estudar né?

Henrique: É, e depois disso eu vi a necessidade de auxiliar a Vanessa no estudo, aí eu coloquei ela no Kumon e a Estela nós colocamos aqui no inglês, né? Só que o que acontece, depois que ela foi para essa família, parece que ela ganhou um celular, a Vanessa... e antes disso a gente tinha falado “não vamos dar um celular até ter uma certa afinidade” porque como ela não sabe ler e escrever direito a gente começou a limitar, ela ia ao computador, entrava no Facebook, entrava em contato com as avós e aí a gente começou a cortar em relação a isso, eu comecei a exigir um pouquinho mais dela de estudo, porque vinha aqui às vezes ficava um monte de tempo no computador e falei:

“não, agora é hora de estudar, vai estudar” então, e depois disso começou a afastar, não sei se foi minha... não exigia nada, mas a gente cortava algumas coisas.

Mariana: Uhum, tipo se ela não estudasse, não podia ficar no Facebook.

Henrique: Isso.

Mariana: E aí ela começou a se afastar de vocês, você achou... por causa disso.

Henrique: Paralelo a isso começou a ir na família, daqui à pouco começou já a dispersar, foi automático, então não sei. Agora lá ela fica direto com o celular, que a gente vê, né? Então não sei se ela procura essa liberdade que ela acha que tem.

Mariana: Faz muito tempo que ela não vem mais aqui?

Henrique: Já faz um mês, eu acho que é, mais ou menos um mês... antes era todo final de semana.

Mariana: A Estela vem todo final de semana, mas a Vanessa ainda vem às vezes? Como que é isso?

Henrique: Não. Vinha direto, de um mês para cá, acho que mais ou menos uns três ou quatro semanas.

Mariana: Ela que não quis vir.

Henrique: Isso, nós nunca... Agora não sei se foi por parte do lar que não falaram explicitamente. Porque a gente fala assim não é ficar chateado por ela não vir aqui, né? Na verdade eu não tenho intenção nenhuma, se eu tô aqui, eu entrei nesse projeto justamente para dar um norte para elas, entendeu? Falar assim, não vai ser minha filha, não é minha filha, né? É justamente eu vi as necessidades de cada uma, nós vimos as necessidades de cada uma e tentamos orientar. Como ela, como eu percebi que ela tem muita dificuldade de aprendizado...

Mariana: Ela ainda está no Kumon?

Henrique: Tá, todo mês eu vou lá ao Kumon pergunto como que tá. A dificuldade maior é que não há um acompanhamento, né?

Mariana: No lar?

Henrique: Todo dia estudar, todo dia tem que estudar, eu não consigo, a gente não consegue fazer esse acompanhamento e precisava que alguém da casa pudesse, só que nós não. Nós tiramos a responsabilidade da Estela de cobrar isso, entendeu? Porque a Estela como ficou com os irmãos ela amadureceu muito rápido, né? Então essa responsabilidade dela em cima dos irmãos a gente não queria, não quer fazer isso. A Estela é a Estela e a Vanessa é a Vanessa! Então a gente não queria cobrar via Estela para cobrar a Vanessa que acaba brigando e é outra responsabilidade em cima da menina, né? Então

a gente deixou pro lar, só que esse acompanhamento não tá tendo porque ela teve uma boa evolução quando ela tava vindo aqui, depois disso a própria orientadora do Kumon falou: “olha, ela regrediu um pouco”.

Mariana: Quando ela parou de vir aqui toda semana?

Henrique: É, depois disso eu já não consigo acompanhar, não tô acompanhando em função disso.

Mariana: E o que você pensa sobre essa situação com a Vanessa, como que você se sente a respeito disso? A história que você está tendo com ela.

Henrique: Assim... é, tava normal, não teve essa desavença nenhuma, simplesmente foi por parte dela. Não sei se a gente tava cobrando alguma coisa que ela nunca teve, cobrança, pode ser isso... regras!

Mariana: Pode ser.

Henrique: Né? Porque eu tenho duas filhas e ao mesmo tempo em que eu peço o final de semana para elas estudar, uma faz cursinho então tem que estudar mesmo, a outra tem praticamente a idade da Estela, intermediário, então quando elas estão estudando é para estudar né?

Mariana: Sim, e com a Estela como foi esse seu encontro com ela?

Henrique: Ah, assim... dos primeiros encontros foi indo, né? No começo quando eu entrei no apadrinhamento eu, particularmente, falei: “não quero apadrinhar homem/menino” porque eu vou levar para minha casa e eu tenho duas filhas, então a princípio eu já fui assim e no decorrer dos encontros, das atividades, alguns meninos simpatizaram em ficar comigo.

Mariana: Meninos?

Henrique: Meninos! Porque tinha coisas de esporte e eu gosto bastante de esporte, então... só que eu falei para a psicóloga, eu não quero falar mais um não para eles e ficar... porque a gente ficava naquela né? Vinha para casa e falava: “aquele rapaz, aqueles garotos num desgrudavam de mim” só que ao mesmo tempo, no meu íntimo eu não queria ficar com eles, né? Como eu já sabia que eu não queria e aí foi falado com eles e aí foi, numa boa e as meninas começaram, nós começamos a fazer as atividades e foi juntando, né?

Mariana: O quê que você pensava que podia acontecer se fosse um menino?

Henrique: São adolescentes, né? E homem assim... eu tenho meninas em casa, então eu tinha, tenho ficava com receio.

Mariana: Receio.

Henrique: Porque alguns tem histórico de drogas, né? É homem, não conheço... então assim, como garotos de 16/17 anos né? Minha filha mais velha fez 18 agora, a outra tem 13. Então falei: “para ficar dentro de casa e não ficar confortável dentro de casa” não só eu né? Quando a gente sentou para pegá-las a primeira pergunta que se fazia era para as minhas filhas, né? Não adianta eu querer só, minha esposa querer e minhas filhas não, porque é difícil... no começo é até um pouco estranho, né? Cada um tem a sua intimidade, sua forma de agir, então... mas foi normal, foi evoluindo normalmente. Então assim, foi bem... Com a Estela é tranquilo, com a Estela é tranquilo, a Vanessa agora que eu não sei, sinceramente eu não sei o porquê que ela não tá querendo vir, eu acredito que seja.

Mariana: Talvez vocês pudessem perguntar para ela né? Você já tentou perguntar o que tá acontecendo?

Henrique: É, então... no caso a gente até foi lá, eu pedi um dia para falar com a psicóloga, nós fomos, mas depois disso eu queria acompanhar, ver o que tava acontecendo com ela e tal, tava tendo muito castigo, castigo assim, briga na escola, briga no lar e não vinha para cá porque tava de castigo, então falei: “é complicado, né?” para criança.

Mariana: Você acha que eles exageraram no castigo, é isso?

Henrique: Não, não... Eles têm os motivos deles, ela não é fácil lidar, mas foi afastando, mas o porquê... A gente não chegou a falar com ela mesma, né? Não tivemos essa oportunidade, então estávamos tentando sentir da psicóloga lá para ver o que elas de repente fala e não vai me chatear de forma alguma.

Mariana: Ela não explicou o porquê para vocês ainda.

Henrique: Não, ainda não. Então a gente até precisa conversar, para mim não é chateação nenhuma porque eu tô ali para ajudar, se não quer a minha ajuda, a nossa ajuda, oportunidade a gente tá tentando dar. Falar que “olha, não gostei de alguma coisa” não vai me chatear em nada porque eu tô aqui para acrescentar algo para elas, né? A gente sabe que com 18 anos eles tem que sair do lar, então para que elas tenham um emprego, um encaminhamento, a única coisa que eu posso dar para elas seria uma cultura né? Assim, o estudo! Mas se não tá querendo eu não posso fazer nada no caso, não vou ficar chateado de forma alguma, então não sei. Infelizmente ela não tá pensando assim.

Mariana: Uhum, mas a Estela é diferente né? Quer agarrar todas as oportunidades.

Henrique: Quer, a gente até falou para ela “não adianta também você querer agarrar o mundo, se você quer fazer uma coisa, mas não dá tempo, escolhe o que você acha melhor para você”.

Mariana: Fiquei sabendo que ela começou a trabalhar hoje, né?

Henrique: Ah, ela começou a trabalhar hoje?

Mariana: Então você não tava sabendo.

Henrique: Não.

Mariana: É que hoje ela tinha sessão comigo.

Henrique: Eu encontrei com ela hoje, mas eu tava indo pro meu escritório e ela tava descendo, ela me viu, mas era 7:30 da manhã.

Mariana: Então, foi ontem que a assistente social do lar me mandou uma mensagem dizendo que hoje ela não iria porque ela iria começar a trabalhar no escritório

Henrique: Ah, é? Que legal.

Mariana: Fiquei super feliz por ela, ela realmente ela quer guardar o dinheirinho dela, ela quer estudar, ela tem o sonho de fazer medicina.

Henrique: Uhum, não então é que a gente... Quando a gente colocou ela no inglês ela disse: “ah, eu queria fazer isso” ela estuda, faz espanhol, né? E aí nós a colocamos aqui, minhas filhas estudam aí e começou, no sábado ela faz aí e como a Vanessinha³⁶ a gente não sabia que ela não sabia ler, né? Porque ela falando não dá a impressão que ela não sabe tanto, então o dela... a Vanessa você não atende?

Mariana: Não, a Vanessa eu não conheço.

Henrique: A irmã da Estela.

Mariana: Não, o que eu conheço da Vanessa é o que a Estela me conta dela, mas é a visão da Estela sobre a Vanessa, a Vanessa mesmo eu não conheço.

Henrique: Então, lá é complicado, são quatro irmãos lá e depois teve mais um neném mais recentemente, o menino entrou também no projeto para apadrinhamento, o irmão.

Mariana: O Danilo?

Henrique: Danilo.

Mariana: Mas aí ele foi para outra família e que não deu certo, parece.

Henrique: Ah, não deu certo não... ele é meio difícil... complicadinho. Mas o que a gente acha assim tudo deles é carência afetiva, a Estela no começo era um pouquinho mais desconfiada, mas agora é bem tranquila em casa, tranquila... tem a liberdade total de... ela se sente em casa aqui, eu não sei o que ela fala lá para vocês, mas aqui é normal, não tem problema não, convive com a minha família, com a família da minha esposa.

³⁶ Irmã de Estela.

Mariana: Ela vem todo final de semana, né?

Henrique: É, a grande maioria das vezes a gente pega sim. Esse último final de semana a gente só ficou no sábado porque eu tinha um compromisso à noite, então não podia ficar no domingo com ela, então no sábado minha esposa pegou ela para vir pro inglês, ficou o dia inteiro, até a noite. Então tem final de semana que dorme e tem final de semana que não dorme. Teve a crisma delas, né? Esse final de semana retrasado que nós fomos à igreja, então assim ela tá bem tranquila, pelo menos o que eu sinto em casa ela tá tranquila. O trabalho ela não tinha falado ainda para nós.

Mariana: É, acho que talvez nem ela soubesse.

Henrique: Ela fez um exame de seleção antes?

Mariana: Então, eu também não sei. Ela não me contou, ela foi semana passada, na sessão ela não me contou.

Henrique: Eu sei que ela fez tipo um concursinho.

Mariana: Teve um que ela foi reprovada esse ano que ela não conseguiu, não que ela foi reprovada, não foi chamada.

Henrique: É, acho que ela fez na UNIESP uma provinha.

Mariana: Mas eu só sei também porque a assistente social me falou, porque ela não falou comigo, não sei se ela ficou ansiosa e queria contar só se desse certo, não sei o que aconteceu, mas ela não contou, mas eu fiquei feliz porque ela quer muito ter a independência dela.

Henrique: Então o que eu senti por parte da família dela. Como ela é uma pessoa mais responsável, a família dela vive chamando por parte não sei que mora fora chamando ela para ir, mas ela só, né? E você vê que ela não quer.

Mariana: Isso foi um processo para ela, porque ela não conseguia falar que não queria ir.

Henrique: Ela não queria magoar a outra parte.

Mariana: Até que uma época que a juíza se colocou “olha, fala que eu que não deixei, não precisa falar que ela não quer ir, fala que eu que não tô deixando” porque ela não conseguia falar esse não para família, porque é difícil mesmo.

Henrique: Sabe por que a gente começou, elas... a Vanessinha geralmente, faziam o *facetime* com as avós “vem ver minha avó” e tal e a gente não ia, um dia minha esposa se apresentou e tal, mas ficava “eu te amo, eu te amo, eu te amo” por parte de lá e tal, mas que amor é esse, né? Então, a gente falou: “não... se tem computador, celular, tem condição financeira”...

Mariana: Condição material, mas não afetiva.

Henrique: E afetiva falar que eu te amo lá de longe, que amor é esse para uma criança. Então, falava assim... “tá estranho”, aí começaram no WhatsApp, não sei o quê. Aí como a Vanessinha não sabe escrever gravava alguma coisa ou alguém escrevia por ela, então a gente começou a falar: “puxa, tá estranho” não é para... então por isso a gente cortou, cortou não... limitou.

Mariana: E o que você achava disso, por que você achou melhor cortar? Você achava que elas estavam sendo enganadas? Que falavam que amavam elas quando não era isso que a pessoa sentia? Era isso que você achava?

Henrique: Sabe sinceramente no íntimo eu acho isso por que...

Mariana: Não era sincero?

Henrique: É, porque é fácil falar a distância, não é?

Mariana: É.

Henrique: É complicado, no dia-a-dia você tá no lar, são crianças sem a família, então que amor é esse? Sei lá... nunca falei nada para elas em relação a isso, né? Eu e minha esposa já comentamos a respeito, mas não que eu falei: “corta que não quero que fale com ele” isso a gente ficava meio distante para que não houvesse esse vínculo conosco, elas lógico... são avós... A Estela não sei.

Mariana: E o que seria o amor então para você, se o que elas estavam falando parecia que não era amor?

Henrique: Então esse amor que eu falo assim, quando você quer, criança principalmente, sabe que o pai não tem condição, a mãe não tem condição, você vê suas netas num lar, ou não vem fazer visita, sei lá... Eu não sei qual é a participação delas em relação à criação delas, né? Sei lá esse amor é meio estranho, para mim é.

Mariana: Então você acha que pelo fato da Estela estar bem, não morar com você, é impossível que você sinta amor por ela por exemplo ou pela Vanessa? Você acha que amor seria só se ela morasse aqui.

Henrique: Não, não... de forma diferente. O que eu falo é assim, se você tem condições de ficar com a criança, de ter ela para criar, para ver o que tá comendo, não só material, o sentimento mesmo da criança, mais de perto. De longe é complicado para uma criança falar um dia você vai voltar para minha casa.

Mariana: Então de longe você fala em outra cidade, não longe aqui dentro da cidade.

Henrique: Aqui também é, aqui também é... se você tem uma família e você não vai nem visitar, é complicado, não sei se não tá ligando, vai se distanciando né? Então eu não sei, eu sinceramente na ocasião eu falei “esse amor é estranho” porque se tem condição... tem casa... não é tão assim pobre que não possa, lógico que cada um pode ter filhos, netos outros na casa, não sei, é que esse amor que eu falo é assim, eu sei que não vão ser minhas filhas, não tenho ciúme, não tenho nada, não é isso não. Eu sei que eu tô entrando, tô participando desse processo, quando nós entramos para dar essa orientação mesmo, tá? Orientação afetiva, orientação de educação, então para que no futuro cada uma tenha sua vida própria, né? E se precisar da gente a gente tá aqui, mas da família dela não sei, eu pouco vejo contato.

Mariana: Entendi, você se sente mais próximo delas do que a própria família extensa.

Henrique: É quando elas vão falar alguma coisa, agora que elas tão se abrindo mais, né? A Estela.

Mariana: Ela pede para vocês ajuda quando ela tá com algum problema.

Henrique: Não, ainda... Assim de família, família nunca, às vezes fala com a minha esposa, mas não sei se se abre tanto, um pouco reservada nesse sentido e a Vanessinha às vezes ela confunde um pouco, na ocasião que estava mais frequente aqui, o que é mãe... já chamou minha esposa de mãe, minha esposa sentou com ela e disse: “olha, eu tô longe de ser sua mãe, saiba que sou sua madrinha” então sabe? Querer substituir e eu a mesma coisa, eu acho que ela criou esse afeto com essa outra família, né? Achando que ia ter uma mãe e a gente abriu para ela, “não sou seu pai, não sou sua mãe, somos seus padrinhos e nada a mais do que isso” né?

Mariana: E o que é ser padrinho para você?

Henrique: Olha, no caso desse é justamente isso que eu falei para você, é orientar na falta do pai, não substituir o pai, mas era essa orientação que elas não têm no convívio de família. Pelo histórico são famílias assim... totalmente desunida por um monte de fatores e para mim família é que você tem... elas conviverem conosco e ver o que é uma família de verdade, né? Que você tem seus compromissos, horas de lazer, hora de falar sério, né? Então a gente sente que no começo era tudo meio que arredias, né? Uma pancada, né? A gente via que o próprio convívio com outras crianças, principalmente a Vanessinha, ela era agressiva, então esse convívio de família de como conviver com pessoas ela sempre meio que arredia em qualquer coisa. Ia brincar, se tava perdendo dava pancada mesmo. Olha não é assim né...

Mariana: É a maneira como ela se abria, reagia e aí vocês procuraram...

Henrique: Sempre pronta para atacar, então é onde a gente começou a ver que não é assim, pois isso a gente não foi dando tanto troca “olha você faz isso e eu te dou isso” não, a gente orienta de uma forma diferente, nem com as minhas filhas eu faço isso, não tem mérito com presente, né? E a gente não faz isso e eu também não fiz isso com elas, né?

Mariana: E como você as orientava?

Henrique: Conversando, né? Conversando.

Mariana: Explicava o porquê desse jeito e não daquele.

Henrique: É, porque até na reunião de escola eu fui uma vez na da Vanessa, para ver como ela agia, ela não queria que eu fosse, mas eu fui porque eu queria ver como que é o dia-a-dia, né? Mas assim puramente afetivo. E outra ela entrou numa fase de escola que o próprio governo faz um projeto de não excluir porque você não repete, né?

Mariana: É, progressão continuada parece que chama, né?

Henrique: É, que não dá uma criança com pessoa de oito, uma hora não dá certo.

Mariana: Não dá certo, é.

Henrique: Então não dá, você não saber ler e escrever na quarta série? O que ela tá fazendo ali não sei quantas horas sentada sem saber fazer um nada. Então não tem jeito mesmo, né? Então é isso aí. Então cada dia que a gente convive claro que vai conhecendo um pouquinho a mais, tanto nós em relação a ela quanto elas em relação a nós.

Mariana: Quanto tempo que elas, vocês se aproximaram?

Henrique: Acho que vai fazer um ano, vai fazer um ano, acho que novembro agora faz um ano.

Mariana: A Estela gosta muito de vocês assim... Tava pensando nisso recentemente, acho que ela ficou menos angustiada de um tempo para cá, porque antes ela tinha um negócio de querer fugir do lar, não de fugir concretamente, mas tipo “ai, preciso sair desse lugar senão vou ficar maluca” parece que isso, talvez a possibilidade de ir para outro lugar no final de semana, sair daquela rotina, eu tenho essa impressão assim...

Henrique: Então... É, a gente até tava conversando com a psicóloga, porque trocou a psicóloga lá, né?

Mariana: A do lar, né?

Henrique: É, e ela falou que ela não tava comendo no lar, não sei se ela comentou já com você.

Mariana: Final do ano passado acho que ela ficou sem comer.

Henrique: É, ela não comia.

Mariana: Porque a avó queria que fosse visitar e porque ela não conseguia dizer não, acho que foi no final do ano passado.

Henrique: É então, o motivo ela falava que não queria comer aquela carne sem tempero e aqui em casa comia para caramba, então bem... da idade, tenho outra da mesma idade e as duas quando se juntam.

Mariana: E comida diferente, né? Da que ela come todo dia.

Henrique: Só come, ela assim eu sinto que ela tem, se sente à vontade. É o que a gente espera, sabe? Ter um conforto, conforto que eu falo de se desligar dos problemas da casa e poder pensar nela. Então... não só dos irmãos que ela carregou um pouco disso de ter que ser a mãe das crianças sendo criança, né? Então a gente tá procurando não cobrar nada dela em relação aos irmãos, ela quando tá aqui é só ela só.

Mariana: É, mas em relação à escola ela fala, né? Assim, prova de inglês, ela fica muito preocupada de ir mal porque poxa vida vocês estão pagando curso de inglês para ela e ela quer corresponder, ela tem uma gratidão.

Henrique: É, porque assim a gente não cobra assim em nada, o esforço sim porque a gente sabe que tem dificuldades não é porque, mesmo filhos a gente tem às vezes esses problemas, né? Então ela... eu falo “você tem tempo para estudar, você não pode tentar pegar, abraçar e fazer tudo”, né? É que ela vê que a gente cobra das meninas. Cobra assim eu, a gente, eu cobro nesse sentido, minha filha mais velha quando eu pus no inglês pela primeira vez eu não via ela estudar, né? Aí um dia eu falei assim “você vai sair do inglês porque você não está estudando, e eu não vou pagar para “ah, eu estou fazendo um curso de inglês” o dia que você tiver vontade mesmo você pede de novo” eu tirei e aí... eu faço nesse sentido, mas cobrança de ter que tirar 10 não, não é isso, eu falo assim se você tá numa coisa para estudar, não sou rico para ficar fazendo essas coisas, a única coisa que a gente pode deixar para elas é o estudo, então é o que eu cobro delas, ter que passar e justificar o porquê estamos investindo nisso, né? A Estela a gente nunca cobrou, mas ela percebe que, lógico, que é onde eu fui cobrar também da Vanessa o Kumon, se você não quer... eu vou chegar num certo limite, né? “Se você não quer tem outras crianças que precisam” porque estar indo para me agradar é diferente, não é isso, está indo para você aprender, me agradar você não precisa me agradar não, não é por isso que você vai. Então é isso, acho que a Estela está ficando mais tranquila em relação a tudo aqui, não sei para frente trabalhando, mas ela está num bom, belo caminho pela frente.

Mariana: Tem sim, bom eu acho que era isso, você quer falar mais alguma coisa da sua experiência?

Henrique: Não.

Mariana: Então tá bom

Henrique: Aos poucos a gente vai... é o primeiro grupo que fez aqui.

Mariana: É então.

Henrique: E a gente participou de outro, parece que tá tendo outro pessoal que está fazendo apadrinhamento, não sabe se deu certo.

Mariana: É, assim... o que eu tenho lido sobre o assunto é que realmente em muitos casos a relação não avança, até por isso os meus motivos de querer conhecer isso, porque aqui é tão difícil levar um apadrinhamento, né? Vocês já estão há um ano, isso já é uma grande conquista.

Henrique: Olha, a experiência que eu falo, eu até falei numa palestrinha lá que o pessoal me chamou porque como a gente tinha dado certo a relação, a maioria achou que tinha que agradar muito.

Mariana: A criança.

Henrique: Agradar muito no sentido de não magoar ou dar bem material, né? Lógico que a gente dá, mas não é isso, o principal é você não fugir da sua rotina, não deixar as suas filhas, no meu caso que tenho filho, não deixar desconfortável porque senão você fica... desarmoniza tudo, você vai incluir mais alguém, então... não é membro da família, acaba sendo em algumas situações, mas o que eu senti é que muitas pessoas achavam que iam substituir uma solidão da própria pessoa com aquela criança.

Mariana: Você achou que tinha gente lá que queria suprir suas carências.

Henrique: Suas carências, é...

Mariana: Entendi por isso não tinha dado certo para elas, você acha...

Henrique: É, até numa reunião a gente ouviu umas crianças falar “eu não sou um cachorrinho para ficar”.

Mariana: As crianças falaram?

Henrique: É, uma das crianças ouvi falando “não sou um cachorrinho para passar tempo da outra”.

Mariana: Nossa... que coisa, né? Forte...

Henrique: Eles mesmo percebem.

Mariana: Perceberam, entendi...

Henrique: “ah, não tem o que fazer então vou lá pegar uma criança” não é por aí, então a nossa rotina não mudou, né?

Mariana: Você fala assim “em algumas situações acaba sendo da família” como assim? O que você quis dizer com isso?

Henrique: Não porque assim, você vai na casa das minhas irmãs, minha esposa tem um monte de irmãos né? E eles se reúnem lá, ela chega como se... Todo mundo a cumprimenta como se já soubesse, como se fosse da família mesmo, trata ela super... parece que entrou mais um membro na família. Então ela se sente tranquila em relação a isso, vai na minha sogra, ela já pede para fazer pudim, esses negócio... então meio que já... mas a Estela tá tranquilo, assim... lógico que deu certo também em relação que ela quer, não é só, ela quer participar e ela quer... ela tem um futuro, ela busca.

Mariana: Tem um projeto de vida.

Henrique: Tem, então algumas crianças... vai depender da idade, tem umas mais velhas lá que tem bastante dificuldade de relacionamento por isso fogem bastante, ela já não quer isso, né?

Mariana: É. Tá bom, obrigada viu Henrique, muito obrigada mesmo.

Henrique: Se precisar de alguma coisa a gente tá aí.

Mariana: E eu tô atendendo ela lá no consultório, se em algum momento vocês quiserem marcar de ir lá, né? Eu vou deixar meu telefone para vocês e aí em vez dela ir no horário dela, vocês podem ir, se estiver acontecendo alguma coisa e que vocês quiserem conversar.

Henrique: Tá, se você precisar da gente também.

Mariana: Não tem, muito difícil acontecer um problema com ela, mas às vezes vocês estão vendo alguma coisa que eu não estou vendo, né? às vezes ela fala para vocês e não fala para mim

Henrique: É, e às vezes não demonstra né? As atitudes.

Mariana: É então... tá bom?

Henrique: Tá joia.

Mariana: Obrigada

Henrique: Se precisar de alguma coisa nós estamos à disposição

Mariana: Obrigada.

ENTREVISTA COM MARTA

Mariana: Já foi adiantando, a janta tudo? Tô tomando o tempo de vocês. Bom, então eu já liguei, tá?

Marta: Tá joia.

Mariana: O quê que eu queria saber, Marta. Como que foi a sua história com o apadrinhamento, como você tá vivenciando isso, porque vocês decidiram ir para lá, se você puder me falar.

Marta: Aham, é eu já tinha assim vontade de alguma forma, né? Ajudar... até no início eu pensei em adoção, mas aí depois eu... vai passando o tempo né? E tem as filhas aí acaba desistindo, mas tem aquela vontade, aí eu fui lá uma vez conhecer e eles comentaram, deixei o meu nome, mas depois eu tinha até esquecido, aí a minha filha começou a fazer, fez acampamento e começou a fazer a visita lá.

Mariana: Você foi lá conhecer para adotar?

Marta: Não, para adotar não, eu só fui conhecer o lar, eu fui assim como voluntária, ver se eu posso fazer alguma coisa para estar ajudando e tal, aí eu conversei com a Paula aí ela disse: “olha, a gente está estudando, não é para agora, mas talvez vai ter apadrinhamento afetivo para o final de semana” aí eu deixei o meu nome. E aí depois minha filha começou a frequentar lá aos finais de semana para brincar com as crianças e aí ela ficou toda encantada e coincidiu deles estarem ligando e a gente começou. Então, foi mais assim a Vanessa que teve mais esse interesse e nós começamos a ir, frequentar, nós quatro e deu certo.

Mariana: Entendi, então tudo começou com você indo lá conhecer.

Marta: É, foi e conversei com a Paula.

Mariana: E como foi a preparação?

Marta: Olha, eu gostei da preparação... Eu acho que eles fizeram uma preparação bem legal, não sei se foram quatro ou cinco encontros, mas conversaram bastante conosco, falaram bastante de alguma forma ou outra que as crianças que às vezes estavam ali já tiveram uma perda, então se era para gente entrar no projeto era para entrar com vontade para não, como fala, não magoar nenhuma criança, foi tudo conversando antes. Lógico que depois que começou na prática mesmo, aí vem os ciúmes das filhas, isso aconteceu... mas... ah, do início! Daí foi assim, teve a preparação nossa, aí depois foram os encontros com as crianças aí você vai meio apreensiva, como será? E tal... mas foi muito bem preparado, o Elias fez uma brincadeira bem legal toda vez que a gente se encontrava tinha as brincadeiras então era bem... aos pouquinhos a gente ia conhecendo,

tendo aquele vínculo com as crianças e automaticamente a gente acaba que escolhendo, porque logo no início que você vê, você tem vontade de pegar todos.

Mariana: Ah, é? Você queria?

Marta: Nossa, dá vontade de pegar todos! Aí depois a gente vai conhecendo, vendo mais ou menos... meu marido não queria menino, né? Lá nós temos duas moças, é alguém para passar o final de semana em casa, aí vai acabar tirando a liberdade nossa, das meninas... então optamos por meninas, aí deu certo da Vanessinha e da Estela terem gostado de nós também e deu certo.

Mariana: E aí elas começaram a vir aqui visitar vocês.

Marta: É e foi assim, eu pelo menos achei, bem natural... eu pelo menos senti que elas ficavam, a Estela... a Vanessinha agora não tem vindo mais, né? Mas a Estela, a Vanessinha também sempre que veio ficou muito à vontade. Chega, fala o que quer, já vai pro quarto dela, né? Já organiza, se vai estudar pega as coisas.

Mariana: Quarto dela? Como assim?

Marta: É, tem um quarto que seria o quarto de visita que tem uma cama de casal, tem uma cômoda, nós separamos um espaço na cômoda para ela colocar as coisas dela.

Mariana: A Estela?

Marta: A Estela! É, ela fica à vontade, a cama é dela, ela chega já põe a bolsa, já se organiza. Quer comer a vontade, ela abre a geladeira, ela prepara... ela não tem preguiça, né? Preguiça tem de adolescente, minha filha tem a idade dela tem aquelas preguiças de adolescente... “Não, vai começar a trabalhar vamos todo mundo junto!! Vamos limpar, vamos organizar, vai todo mundo junto”.

Mariana: Faxina é sábado?

Marta: É, eu tenho uma moça que faz para mim né? Mas precisa dar uma organizada, uma limpada.

Mariana: Você trabalha fora?

Marta: Eu trabalho fora.

Mariana: O que vocês fazem?

Marta: Eu sou servidora pública e ele é corretor de seguros.

Mariana: Então fica o dia inteiro fora.

Marta: O dia inteiro fora.

Mariana: E sábado vocês não trabalham?

Marta: Não, sábado não... Aí minha filha mais velha faz cursinho a semana inteira e no sábado, aí sábado eu acordo cedo levo a Vanessa para o cursinho e pego a Estela pro inglês.

Mariana: A sua filha também se chama Vanessa?

Marta: Vanessa também, aham.

Mariana: Por isso vocês falam Vanessinha.

Marta: É, por isso fala Vanessinha e eu acho que tá dando certo! Qual foi a dificuldade que eu senti, foi mais os ciúmes das minhas.

Mariana: No começo ainda.

Marta: Ainda tem, ainda a gente percebe! Com a Estela é mais tranquila, porque a Vanessinha é bem carinhosa, então ela abraça, ela beija, então eu vejo que as minhas filhas ficam ali na retaguarda como se disse: “A mãe é minha” agora a Estela não, ela chega abraça e abraça quando vai embora então fica mais tranquila, mas a Vanessinha é mais carinhosa, é gostoso o carinho dela, mas a gente tem que ficar meio... e o que eu percebi é que o Lar preparou bem as crianças, eu achei... porque era aquela preocupação que a gente tinha delas terem... Se frustrarem ou terem uma ilusão de que iríamos adotá-las, mas não, elas foram assim bem tranquilas, tem a consciência que a nossa função é de orientar, ajudar mesmo, mas não temos a intenção de adotar, então achei que foi preparado bem.

Mariana: E você consegue separar as coisas na sua cabeça ou às vezes pensa em adotar? Ou isso já foi deixado lá atrás?

Marta: Não, foi deixado, foi deixado lá atrás... não.

Mariana: Não é uma coisa que você pensa.

Marta: Não, não penso mais, eu penso assim... por exemplo a Estela que vem mais, que fica mais, acho que a Estela é meio assim igual as minhas filhas, a gente vê que né, a forma de pensar, a forma de ver... Ela é estudiosa, ela tem um objetivo na vida dela, ela almeja, né? Ela vê o futuro lá na frente, então o quê que nós pensamos... De estar orientando de alguma forma estar ajudando, quando ela completar 18 anos ela sabe que ela pode contar conosco, se não tiver onde ela ficar, ela fica aqui, que nem o sonho dela é de fazer medicina, a intenção nossa é de tá, eu não falo nem financeiramente, não porque eu já tenho as minhas né? Eu não tenho condições, mas ajudar como... se acontecer dela passar numa faculdade pública fora, ela vai precisar de ajuda, né? Para se manter fora, então a gente vai ajudar, nós temos essa intenção, né? Esse objetivo, então tudo vai depender dela, se ela começar a folgar a gente vai começar a orientar, empurrar falar:

“Não, você tem que caminhar sozinha” da mesma forma que eu ensino as minhas filhas eu quero estar orientando ela, elas têm que caminhar sozinhas, elas tem que se manter sozinhas, elas tem que ser independentes! Né? Quer ajudar? Precisa de alguma coisa? Pode contar conosco, né? E é isso... a nossa intenção é essa, acredito que a do meu marido também seja essa.

Mariana: Ajudar ela a alcançar os sonhos dela.

Marta: Isso, eu falei para ela: “o que eu que quero em troca disso, eu quero ver você bem sucedida, para mim não vai ter nada melhor, nada mais gratificante do que ver que você vai estar bem lá na frente, você vai me pagar tudo de ver que você tá bem, de ver que você conseguiu, que eu pude de alguma forma estar ajudando, orientando, para mim isso já basta” né? Mais alguma coisa que você queira saber?

Mariana: Como é ser madrinha, é uma coisa nova para você? Você já tinha vivido essa coisa de ser madrinha em outro momento da sua vida? Ou é a primeira vez?

Marta: Madrinha afetiva a primeira vez, eu sou madrinha da minha sobrinha, minha família é grande, enorme.

Mariana: E você acha que é diferente ser madrinha da sua sobrinha e da Estela? Qual é a diferença?

Marta: É diferente porque a minha sobrinha tem o pai e a mãe, a minha sobrinha eu oriento quando precisa sim, mas eu não tenho a responsabilidade com a minha sobrinha, agora a Estela não, eu já me sinto responsável porque assim como ela não tem essa orientação de uma família para estar orientando ensinando o que é o melhor, mostrando para ela que tudo é possível e só depende dela, ela não tem, né? Então é diferente.

Mariana: Entendi, você acha que demanda mais.

Marta: Demanda mais, mas é prazeroso, é gratificante, eu falo... eu penso assim que o benefício não é dela, é meu.

Mariana: Por quê?

Marta: Ah, se você pensar bem, não é só... qual é a intenção? Ajudar? Sim! Mas tem um retorno por trás, porque a gratidão que a gente sente, gratificação aquela satisfação de você ajudar eu acho que é maior ainda do que ela tá recebendo, eu acho que seria até um pouco de egoísmo porque a gente se sente, eu pelo menos, eu me sinto tão bem, outro dia eu falei para as minhas filhas: “olha, eu tenho 48 anos e hoje eu posso falar que eu sou realizada na minha vida” porque tem coisas que a gente tem vontade de fazer e você fica na vontade, não realiza, você de alguma forma quer ajudar alguém, mas fica

e passa... porque ajudar algum sobrinho... beleza, já ajudei alguns sobrinhos, mas não é a mesma coisa, eu tô ajudando um parente, tô ajudando a minha família, então o que eu tô fazendo de bom? Nada! Tô ajudando os meus, agora você ajudar uma pessoa de fora, você ter essa disponibilidade de ajudar é gratificante, muito gratificante, eu até gostaria de fazer mais, mas eu tenho que dar uma maneirada.

Mariana: E por que é importante para você ajudar alguém?

Marta: É uma satisfação, né? Então você vai pensando “por que eu tinha vontade de adotar?” Né? Eu não sei, de repente eu não concretizei isso, né? Já fechei, eu e meu marido a gente já conversou, né? Tudo... definimos, não vamos adotar ponto final, mas acho que fica aquilo, né?

Mariana: Ficou um filho para trás.

Marta: Ficou um filho para trás, uhum!

Mariana: Mas você tinha planos de ter filhos biológicos?

Marta: Sim! Dois biológicos e um adotado.

Mariana: E um adotado, e aí o que aconteceu que você desistiu?

Marta: Primeiro que tinha a dificuldade financeira, muito difícil, tive a primeira e ainda veio numa fase que a gente tava bem complicado mesmo, aí falamos “não, um só e não vai dar para ter mais” aí vai melhorando um pouquinho e tivemos a segunda e aí você fica naquela né? Aí comecei “vamos adotar, vamos adotar” e ele não “não, não... as meninas...” “ah, então vai ser um menino... então vamos!” aí fica naquela e nunca concretiza, né? Até que um dia que ele falou assim: “não, não é isso...”

Mariana: Você acha que foi mais dele então, a questão de não adotarem foi mais dele.

Marta: Dele, é... aham... Mas assim quando nós começamos com o apadrinhamento afetivo foi até engraçado porque foi assim a família toda acabou se envolvendo, ele que tava assim... ele fala: “ah, vocês me colocaram aí e eu fui” aí eu falo: “e aí? Você se arrependeu?” ele diz: “não”. Num sábado de manhã que ele teve que levar a Vanessa, ele teve que acordar cedo, que nós saímos daí ficou combinado dele pegar as meninas, aí ele acordou tal, daí quando ele tava saindo eu disse: “amor, tá sendo difícil para você ir, você se arrependeu?” aí ele falou assim: “de maneira nenhuma, para mim é um prazer” aí que bom, né?

Mariana: Você acha que foi mais você e sua filha mesmo que estavam animadas com a ideia e ele comprou junto.

Marta: É e ele comprou junto e estamos aí, seja o que Deus quiser, eu acredito que está dando certo e que vai dar certo. Para você ver uma criança sem perspectiva, né? Você vê lá e fica pensando: quando completar 18 anos, enquanto tá lá tá bem, né? Recebe toda a instrução, tem roupa, tem comida, tem tudo, mas e aí? E depois? Uma hora entra uma tia, sai outra, aí falta né? Uma pessoa mesmo para orientar e elas saberem que elas têm um porto seguro, que completando 18 anos o que eu vou fazer, para onde eu vou? Acho que só de ter essa segurança já deixa mais tranquilo. Eu não falo isso para elas.

Mariana: Que elas podem vir para cá

Marta: Que elas podem vir, não falo... eu quero é que aconteça assim naturalmente e vai acontecer, e às vezes completa 18 anos e quer ir para casa da vó, da tia... então se sentir na obrigação de vir para cá não.

Mariana: Entendi.

Marta: Então fica à vontade, mas se vierem para cá, elas sabem que elas vão ter que batalhar para conseguir o delas, tem ajuda sim, terão... mas terão que batalhar mesmo.

Mariana: Então tenho uma boa notícia para você, a Estela começou a trabalhar hoje.

Marta: Sério? Mas já? Ela tá com 14...

Mariana: Sério... Ela não comentou comigo também, ontem a assistente social que me mandou uma mensagem dizendo que ela não iria à sessão hoje, porque eu a acompanho no consultório, né? Porque hoje ela ia começar a trabalhar, mas que semana que vem ela ia ao atendimento normal, não conversei com ela ainda, ela não me falou nada semana passada.

Marta: Hum... eu acho que ela não devia trabalhar, não.

Mariana: Sério? Achei que eu tava dando uma boa notícia.

Marta: Até quando ela fez uma provinha eu falei “não, vai e faz”, né? Mas eu pensei ela tem 14 anos, ela não vai passar agora porque ela tá numa fase que ela tá estudando, tem os cursos que ela faz, não sei se vai tomar muito tempo dela e se ela não vai conseguir estudar, não sei.

Mariana: É isso a gente vai ter que avaliar se começar a prejudicar os estudos.

Marta: Administrar, é...

Mariana: Vocês podem estar conversando com ela sobre isso.

Marta: Aham, mas é bom que aprende.

Mariana: E você tá falando de não folgar, é um sonho da Estela trabalhar, fazer faculdade, o movimento dela é de independência.

Marta: Aham, é... autonomia, importante... muito importante! O contrário da Vanessinha... A Vanessinha tava muito bem conosco, muito bem! Aí eu comecei, colocamos ela no kumon, né? E cobrando, cobrando dela “não, você tem que estudar, você precisa aprender a ler e a escrever para fazer um curso depois, um curso técnico e se virar, se manter sozinha” né? E aí deram o celular para ela, foi onde... Ela vinha com o celular em casa, eu falei: “olha Vanessinha, aqui em casa eu não quero que você use o celular, o dia que você aprender a ler e a escrever, você pode usar o celular em casa, enquanto você não aprender a ler e a escrever eu não quero que você use” aí ela não quis vir mais.

Mariana: Você acha que...

Marta: Eu acredito que foi por isso.

Mariana: Ela queria mais liberdade

Marta: Queria mais liberdade, e não é isso que eu quero, só que é difícil colocar... Eu não sei se ela não tem a maturidade para ela entender que ela precisa de autonomia, que ela precisa de independência, que ela precisa se desenvolver sozinha, ela não tem com quem contar, ela não tem uma família, ela não pode encostar em ninguém, né? Porque senão o que vai ser do futuro dela? Casar... beleza, você quer ser uma dona de casa por opção sua, ótimo! Mas casar e fazer o que? Depender do marido? E se não der certo o casamento, o que ela vai fazer? Por isso que eu gostaria que ela entendesse, mas eu acho que ela não tem essa maturidade para entender isso.

Mariana: E depois que ela parou de vir vocês... você conversou com ela porque ela não tava vindo?

Marta: Não, não... Por que da última vez foi essa vez que a gente conversou, eu cumprimento ela quando vou pegar a Estela e tal, mas ela vem correndo com o celular na mão e já mostrando as coisas... eu ainda falo pro meu marido “fui trocada por um celular”.

Mariana: Tá, mas aí vocês chamaram para ela vir de novo e ela falou que não queria vir?

Marta: É, então... na hora que a psicóloga da casa, ela que pergunta né se vai levar, e eu falo: “sim, as duas” e ela fala: “não, a Vanessinha não quer ir”.

Mariana: É, ela teve uma questão também com a família acolhedora, eu não conheço a Vanessa, né? Mas acho que isso mexeu muito com ela, talvez uma rejeição que ela sofreu lá, talvez até um medo de ser rejeitada aqui também, né? De não dar conta de corresponder.

Marta: Pode ser... pode ser...

Mariana: Não sei, né? Eu não conheço ela, mas tem muita coisa em jogo, talvez não tenha a ver com vocês.

Marta: É.

Mariana: Talvez eu até fale com ela para saber como é que foi para ela, mas acho que tem isso que você falou também do limite, às vezes não é igual ao que tem aqui, né?

Marta: Do limite... precisa! Porque na casa, eu percebo, como são muitas crianças às vezes fica só uma cuidadora...

Mariana: Não, eles não conseguem supervisionar, tá muito... tá precisando muito de mais profissionais lá.

Marta: É, uhum...

Mariana: Não tem condição.

Marta: Eu acho que tem que ser mais firme, não é com agressividade, com brutalidade, com grosseria, não! Firmeza de falar e mostrar o que é certo, o que é errado e o que precisa fazer, aí a lição do Kumon ela não tem feito e ela tava lendo bem, tava lendo bem, mas de repente começou... mas fazer o que, né?

Mariana: O que você sente nessa situação com o distanciamento da Vanessa, como tá sendo para você isso?

Marta: Eu fico triste por ela, muito triste! Porque assim, é até mesmo... da Estela é muito fácil, é fácil cuidar da Estela.

Mariana: Ela quase que se cuida sozinha e cuida dos outros ainda.

Marta: É, sim! É... E o que eu tô sentindo, foi melhor o afastamento da Vanessinha por causa da Estela porque eu acho que a Estela foi a vida toda mãe da Vanessinha e dos irmãos, então quando ela vem em casa agora ela não tem aquela responsabilidade, ela não tem ninguém para cuidar, né?

Mariana: De ficar preocupada se a Vanessa vai fazer uma arte ou alguma coisa assim, né?

Marta: É, ela não tem essa preocupação, então a gente vê que ela fica mais leve, mais tranquila! Mas por outro lado eu fico pensando na Vanessinha, né? Eu fico pensando assim, para mim era meio que um desafio, tanto é que eu conversei com ela bastante! Eu falei assim: “você é inteligente, você tem potencial, se você quiser você vai aprender a ler e a escrever, vamos? Você tem um ano para aprender a ler e a escrever” nossa... Beleza então vamos juntos! Coloquei ela no Kumon, conversei com a assistente social, conversei com o Elias que é.

Mariana: Psicólogo?

Marta: É psicopedagogo do lar.

Mariana: Psicopedagogo, ah tá... lá do lar.

Marta: Aí conversei com ele, ele falou: “não, o Kumon acho que para ela vai ser bom” então colocamos.

Mariana: Mas o lar não consegue acompanhar no dia-a-dia realmente e para ela vir aqui ou você ir lá durante a semana fica difícil.

Marta: Fica difícil, mas ela tava indo bem! Aí nas férias de julho... acabou que ela deu uma regredida.

Mariana: É, se ela viesse aqui no final de semana ela poderia fazer no final de semana até.

Marta: Sim, e aí ficou dois finais de semana que nós tivemos compromisso, aí as férias... Tive casamento, outro compromisso e ficaram duas semanas direto sem ver, aí quando fui ver já deu uma regredida.

Mariana: Cai.

Marta: Aí começou a não fazer lição, aí a gente conversava com a moça do kumon ela falou: “olha, ela não tem feito a lição” aí continua indo, sei que ela continua indo, porque a gente pergunta, mas a lição de casa...

Mariana: É, talvez tenha que conversar com o pessoal do lar lá, para ver se eles conseguem ficar mais em cima.

Marta: É, nós já conversamos bastante! A moça do Kumon eu já conversei bastante, mas... é que assim, é aquele monte de criança, né? Para fazer lição e ela tem 13 anos, né? Então você vai dar atenção para os menores, mas vamos ver... quem sabe uma hora não desperta, que ela amadureça emocionalmente mesmo para ver que ela precisa disso, que ela precisa ler e escrever, que é uma necessidade né?

Mariana: É, talvez ela não consiga entender essa necessidade ainda, né? Porque às vezes o cotidiano da instituição não faz ela sentir essa necessidade porque a comida tá ali, a casa tá limpa... Enfim, a rotina tá organizada e ela talvez não sinta que talvez ela vá precisar disso para vida dela cotidiana, né?

Marta: Uhum, é... vamos ver... Eu só sei que a Estela tá indo bem, é o que eu falo, às vezes fico com o coração apertado porque ao mesmo tempo em que sem a Vanessinha foi melhor para Estela, você fica com o coração apertado... com dó da Vanessinha.

Mariana: Uma coisa que, não sei quem falou agora, é que eles tinham pensado na família acolhedora para Vanessa, porque a Estela aonde ela vai todo mundo se apaixona e que daí a Vanessa estando sempre no mesmo lugar que a Estela ela sempre

ficava sendo aquela menina que não vai receber tanta atenção, ela sempre ficava em segundo plano.

Marta: É, sim.

Mariana: Então que eles iriam tentar uma família acolhedora para ela, para ela ter um lugar exclusivo para ela, sem essa Estela roubando a atenção.

Marta: Roubando a atenção.

Mariana: Né? Mas enfim, eu não sei o que aconteceu que não deu certo e tal, mas a Estela sofreu muito quando a Vanessinha ia para família.

Marta: Para família? Nossa.

Mariana: Chorou muito, que ela tem uma relação mesmo de mãe e filha com os irmãos, né? De querer cuidar, é como se ela tivesse perdendo uma filha.

Marta: Sim.

Mariana: E para ela foi um pouco isso, sabe? Mas acabou que a Vanessa voltou, né? E enfim, eu achava que ela poderia ter ido para família acolhedora e continuado tendo o contato com vocês, também não precisava ser uma coisa ou outra, né?

Marta: Sim, mas eu acho que foi a adaptação, eles começaram a fazer a adaptação no final de semana.

Mariana: Ah, então não tinha como ela vir aqui e lá ao mesmo tempo.

Marta: E aí depois que ela iria no meio da semana, aí daria para no final de semana ela vir.

Mariana: É, mas isso é tudo o que vocês podem conversar lá, né?

Marta: Uhum, mas é... eu tô esperando dela, não sei se ela vai ter essa maturidade, tô esperando dela, dela parar, pensar e ver o que ela quer, as portas estão abertas, mas eu não vou ficar insistindo.

Mariana: Você chegou a falar para ela: “vamo Vanessinha” você não chegou a falar nenhuma vez?

Marta: Não, não... um dia que eu fui pegar... eu até achei que ela viesse, né? Que eu fui pegar a Vanessa, ela veio e tal, me cumprimentou, me beijou, a gente conversando e tal e ela: “tchau” aí eu “como tchau, você não vai para casa?” ela “não, eu não vou” aí eu “ah, ta...” mas não pergunto, né?

Mariana: Quê que você sentiu quando ela falou isso nessa hora?

Marta: Ah, eu fiquei... aí eu pensei: “bom, ela deve ir para casa da família acolhedora então porque tava ali” daí eu falei: “então tá...” aí depois eu perguntei para Estela: “por que a Vanessinha não veio, ela vai para casa da família?” ela falou assim:

“não, não... ela não vai mais” eu falei: “por que, ela não veio?” “ah, não sei...” então tá, depois eu perguntei para Rosiane: “por que a Vanessinha não veio?” “ah, porque ela não quis” aí eu fiquei... ah... triste né? Puxa vida, não quis vir, parecia que gostava tanto de vir.

Mariana: Você se sentiu rejeitada assim...

Marta: É, eu senti... mas... é criança, né?

Mariana: É, de alguma forma, eu não sei aqui, né? Tô fazendo só suposições aqui, mas se ela foi rejeitada na família acolhedora, ela fez com você o que fizeram com ela talvez, né?

Marta: É, eu não tinha pensado nisso.

Mariana: Vamos ver como é rejeitar alguém já que eu fui rejeitada.

Marta: Pode ser.

Mariana: Eu realmente não sei, porque eu não a conheço.

Marta: Aham.

Mariana: Mas é muito comum a criança que foi rejeita começar a desfazer dos outros, né? Enfim, mas eu não sei o que pode ser, o que está acontecendo. Acho que foi um momento tenso, só de saber da situação de você se aproximar de uma família e a família desistir da coisa, nem sei se foi isso, mas acho que deve ter sido, né? Ou se ela não quis ir mais, não lembro, hein? Será que ela que não quis ir mais?

Marta: Eu também procurei não ficar perguntando muito para Estela.

Mariana: É, eu também não pergunto.

Marta: Preferi não intervir muito.

Mariana: Mas às vezes é outra coisa também, às vezes ela tá com... ela se sentiu cobrada lá assim como ela se sentiu cobrada aqui, não tem como saber. Acho que seria legal você dar uma conversada com ela, não de ficar insistindo, mas “Vanessa, eu queria saber por que você não quis ir mais” porque eu acho que só quem pode responder essa pergunta é ela, né? Você pode estar se sentindo rejeitada, mas talvez não seja isso, talvez não seja uma rejeição a você, talvez seja uma questão dela, mas a sensação é essa né? Nossa, fui abandonada.

Marta: Fui abandonada.

Mariana: Tem alguma coisa que eu não perguntei e que você gostaria de falar sobre a sua experiência?

Marta: Ah, no início que foi mais difícil, como eu te falei mesmo... mas por causa dos ciúmes delas, os ciúmes foi bem tenso no início porque foi muito... o encontro, né?

Tudo aquilo muito gostoso no início de estar conhecendo e tal, e de repente... é que você não conhece a Vanessinha, né?

Mariana: Não.

Marta: Mas a Vanessinha é muito meiga, muito carinhosa, beija, abraça, então ela ficava né? A minha filha mais velha que é a que mais queria, nossa ela ficou com muito ciúmes de um dia chorando ela falou para mim “eu não quero mais, não quero mais” aí e eu sempre fui muito firme na hora que eu falo, né? Daí eu falei com ela olhando nos olhos, “olha filha, você vai ter que aceitar! O que você tá sentindo, é bom que você fala, não tenha vergonha dos seus sentimentos, é o que você tá sentindo, é o que você tá falando e tem que falar! Só que não vamos parar, não é assim... nem que fosse um bichinho de estimação que você tivesse pegado e que você não queria mais, você não poderia abandonar! São crianças que já tiveram perdas na vida delas, né? De certa forma foram rejeitadas pela família... porque se não deu certo com o pai e com a mãe, cadê a vó e a tia? Não tem ninguém para cuidar, então são crianças que tiveram perdas na vida delas e não é assim não, você vai ter que trabalhar o seus ciúmes que a gente vai continuar” e foi.

Mariana: Um período difícil, né?

Marta: Então, o que foi difícil para mim foi esse, de administrar, até hoje dou uma administrada, percebo, procuro né? Olhar sempre se tá com ciúmes, se tem alguma coisa, mas agora já tá mais natural. A gente vê... no início beleza, não vai aceitar, mas ela ficava meio que assim sabe? não conversava muito, chegava e oi... oi... e só! Hoje não, hoje conversa de boa, brinca.

Mariana: É? Que idade tem a sua filha?

Marta: 18.

Mariana: 18.

Marta: 18! A menor tem 13, essa tem 18 e a de 18 que me deu mais trabalho.

Mariana: A que teve mais ciúmes e ela que foi lá no lar.

Marta: Aham, ela que foi lá no lar.

Mariana: Se arrependeu.

Marta: É, se arrependeu “vão pegar a minha mãe, hein?” aí fui conversando “olha o amor que eu sinto por você é seu, então ela não tá roubando nada seu, vem final de semana... a intenção não é adotar, fique claro, não fica assim não” aí fui trabalhando, trabalhando e deu certo. Porque a gente conversou bastante antes, principalmente eu e

meu esposo. Ele foi meio que assim, mas eu fui conversando com ele, ele ia às reuniões também “amor, são crianças que passaram por tantas coisas”.

Mariana: E a sua filha pensou em desistir e você? Pensou em desistir?

Marta: Não, em nenhum momento... nenhum momento...

Mariana: E o seu marido?

Marta: Ele eu acho que menos ainda, hein? Se eu em nenhum momento acho que ele menos ainda, eu admiro ele e ele gosta muito de crianças, você precisa de ver o carinho que ele trata ela. O engraçado que a minha família aceitou bem ela, minha mãe chama ela de neta quando vai lá “o pudim é da Estela, fiz o pudim para Estela” a família dele, a mãe dele principalmente, quando eu tinha a intenção de adotar ela vivia falando “ai não, Marta... não adota”.

Mariana: Ah, a mãe dele não queria que adotasse.

Marta: Não, não queria. Então eu achei que tivesse uma resistência, tanto é que quando ela soube foi quando nós fomos para casa dela, já com as duas... com a Estela e com a Vanessa.

Mariana: Ah, ela não mora aqui?

Marta: Ela mora, mora... Mas não falamos, nós íamos nas reuniões e tudo .

Mariana: Só ficou sabendo...

Marta: Ficou sabendo na hora que chegou para não ter interferência.

Mariana: E como é que foi?

Marta: Difícil, eu falei “amor, a decisão tem que ser nossa” né?

Mariana: Você achou que ela ia falar para vocês desistirem? Então você nem falou.

Marta: Sim, sim... não falei “se você não quiser é uma coisa, só não quero que tenha uma interferência fora e fala não”.

Mariana: E como foi quando vocês chegaram com as meninas lá?

Marta: Nossa, admirei! Foi super bem, super tranquila... aí depois que a gente conversou, explicou para ela, ela entendeu... nunca falou nada! Se tem vontade de falar não sei, mas nunca falou nada, não comentou! Pelo contrário, às vezes vamos lá no final de semana e pergunta “mas e as meninas?” Foi bem graças a Deus.

Mariana: Que bom, né? Que a família acolheu, não é só vocês... é importante.

Marta: E assim, quando eu comecei o meu irmão que é psicólogo falou “Marta, não faça isso... são crianças problemáticas” ele falou “são crianças problemáticas, não faz

isso... você tá na sua casa tranquilo, por que você quer fazer isso?” aí beleza, não falei mais com ele.

Mariana: Deixa eu fazer minhas coisas aqui...

Marta: Deixa eu fazer... Eu tenho uma amiga que sabe aquela amiga do serviço, confidente, eu comentei com ela “para que você vai arrumar dor de cabeça? Para quê? Você já se olhou no espelho e perguntou por que você tá fazendo isso? Pára!” não comentei mais com ela... falei assim: “acho que tem uma decisão minha, eu é que sei o que é melhor, porque é que eu quero, não precisa...” e hoje meu irmão vê... e ele trabalha no fórum, né? Lá de Paranaíba e ele vê o tanto que deu certo, ele está trabalhando nesse projeto agora e ele fala “isso dá certo!”

Mariana: É possível.

Marta: É possível.

Mariana: Não tem nada de outro mundo, né?

Marta: Não, não tem! Não tem... Depois você vê é tanto pouco o que você faz para ajudar um próximo que vale a pena.

Mariana: Tá bom, obrigada por ter me acolhido aqui também na casa de vocês e ajudado na minha pesquisa, para mim foi muito importante, né?

Marta: De nada!

Mariana: Agora eu vou falar com a Estela, né? E espero também que o meu trabalho ajude, na minha forma de ajudar, uma forma de contribuir com vocês, né?

Marta: Ajuda, ajuda sim...

Mariana: Mas acho que a expectativa do trabalho tem que ser servir, né? E referência para quem está tentando apadrinhar ou para quem está organizando o processo de apadrinhamento, acho que a questão é essa, conhecer o que acontece para poder aperfeiçoar, entender como isso influencia talvez na vida da criança, como é que vocês viveram isso... para mim é muito rica essa oportunidade! Tá bom? Acho que é isso...

ANEXO 1

**PROJETO APADRINHAMENTO AFETIVO
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
LAR SANTA FILOMENA
PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Crianças / Adolescentes de 0 a 18 anos

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Projetos CAE I, II, III e IV

Rua Luiz Carlos Ferrari, 125 – Jd. Itapura I – Presidente Prudente/SP – CEP 19035-010

Fone: 3223-4786 / 3903-7213 – CNPJ: 55.358.790/0001-73

www.larsantafilomena.org.br – larfilom@reciaprudente.org.br

PROJETO APADRINHAMENTO AFETIVO

S/C LAR SANTA FILOMENA

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

2016

Rua Luiz Carlos Ferrari, 125 – Jd. Itapura I – Presidente Prudente/SP – CEP 19035-010 Fone:
3223-4786 / 3903-7213 – CNPJ: 55.358.790/0001-73 www.larsantafilomena.org.br –
larfilom@reciaprudente.org.br

1- DADOS GERAIS

Nome da Executora: Sociedade Civil Beneficente “Lar Santa Filomena”

CNPJ: 55.358.790/0001-73

Endereço: Rua Luiz Carlos Ferrari, nº 125 - Jardim Itapura I CEP: 19035-010

Tel. (18) 3223-4786 Fax: (18) 3903-7213 Celular: (18) 99197-6890

Email: larfilom@reciaprudente.org.br ou
equipetecnica@larsantafilomena.org.br

Diretora Presidente: Viviane Patrícia Scucuglia Litholdo

Coordenadora: Paula de Góes Rosa

Técnicas do Acolhimento Institucional:

Lidiane Pereira Viana – Psicóloga

Eliana A Costa Costa – Assistente Social

Ana Lúcia de Lima Peixoto – Psicóloga

Rosiane Aparecida Gibim da Silva – Assistente Social

2 - APRESENTAÇÃO

A Sociedade Civil Beneficente “Lar Santa Filomena” é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 10 de novembro de 1960, por idealização do Sr. Florivaldo Leal e construção pelo Lions Clube, que inicialmente atendia crianças e adolescentes do sexo feminino de 0 a 18 anos. Em 1990, quando promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a entidade vivenciou a evolução das Políticas Públicas, ao processo de adequação, quanto à estrutura e realização dos serviços, buscando efetivar a garantia do direito e o desenvolvimento integral ao público infanto-juvenil, com atendimento individualizado ou em pequenos grupos, conforme assegurado por lei.

Com o envolvimento cada vez maior e com a problemática que abrange a criança e o adolescente, bem como interesse em contribuir para que estes sejam solucionados, esta entidade passou a participar efetivamente de vários momentos de debates e discussões com demais organizações e órgãos competentes, tais como: Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Secretaria de Assistência Social, dentre outros.

No ano de 2000 a entidade assumiu a responsabilidade de abrigar, como forma de proteção provisória e excepcional, crianças e adolescentes de ambos

os sexos na faixa etária de 07 a 12 anos, residentes no Município de Presidente Prudente. No decorrer do trabalho, surgiram necessidades fazendo com que a organização permanecesse constantemente na busca de novas conquistas.

Outros avanços foram possíveis, como a construção de casa-lar, priorizando o atendimento em pequenos grupos, irmãos residindo juntos e ampliação do espaço físico para novos atendimentos, deixando de ser uma organização específica de abrigo. Já em 2002, são implantados dois novos serviços, sendo o Abrigo Emergencial de Plantão-24h para meninas de 0 a 17 anos e meninos de 0 a 11 anos e 11 meses, residentes ou não no Município; e o projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania (atualmente denominado CAE – Conhecimento Além da Escola) complementar à escola, para atender criança e adolescente de 11 a 14 anos e 11 meses, que se encontravam em situação de risco social e pessoal.

Ampliando suas atividades, em 2006 o Lar Santa Filomena passou a desenvolver e administrar o Projeto Vitória, porém em espaço físico fora da entidade, ou seja, em uma casa nas proximidades da entidade, destinada a atendimento e proteção dos adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar.

No mesmo ano ocorreu a implantação do Projeto Cantinho do Sol (recurso próprio), direcionado a crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, filhos de funcionários e/ou inseridos na comunidade local. Em 2010 passou a receber recurso do Fundo Municipal da criança e adolescente - GEPAC - e passa a atender a comunidade, o respectivo projeto atendia 30 crianças em horário complementar à escola, com 6 anos de idade e regularmente matriculadas na rede municipal de ensino, na primeira série do ensino fundamental de alfabetização.

Na história da entidade, o quadro de projetos foi ampliado com as atividades do Projeto Superação e Projovem Adolescente, sendo o primeiro voltado à crianças e adolescentes com idade entre 12 a 17 anos e 11 meses, e o segundo dirigido à jovens de 15 a 17 anos e 11 meses, ambos em horário complementar à escola, totalizando em todos os projetos atendimentos.

Em 2012 implantou-se o Projeto Clave de Sol – Coral com Performance e encerrou as atividades do Projeto Projovem Adolescente por motivo de

demanda. Em 2013 houve termino dos Convênios do Fundo Municipal encerrando suas atividades: Projeto Superação, Cantinho do Sol e Clave do Sol. O Abrigo Emergencial de Plantão-24h parou seu atendimento, sendo remanejado para o Órgão Gestor. No mesmo ano implantou-se o Projeto LUMENA - Serviço de Reintegração Familiar para o Serviço de Acolhimento.

Na busca de garantir a criança e ao adolescente e seus familiares o acesso a bens e serviços o Lar Santa Filomena, atualmente desenvolve em seu espaço físico os seguintes serviços:

I) Serviço de Proteção Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Projeto CAE I, II, III e IV com capacidade para 220 atendimentos na faixa etária de 06 a 14 anos.

II) Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Abrigo Institucional: com capacidade para 35 crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos.

Considerando o longo período de acolhimento institucional, falta de perspectiva de reintegração familiar e as tentativas frustradas de colocação em família substituta, percebe-se a necessidade de efetivar o programa Apadrinhamento Afetivo na perspectiva de criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando, assim, as oportunidades de convivência comunitária e familiar, ampliando a rede de relacionamentos, possibilitando acesso a ambientes diversificados e saudáveis, disponibilizando atenção individualizada e carinho e ofertando sem custo nenhum, orientação para a vida futura.

3- O QUE É O APADRINHAMENTO AFETIVO?

O Apadrinhamento Afetivo tem como objetivo propiciar convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em acolhimento, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que possuem chances remotas de adoção ou reintegração familiar.

4 – CRIANÇAS INCLUIDAS NO PROJETO APADRINHAMENTO

Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, salvo exceções, em acolhimento institucional, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que possuem chances remotas de adoção ou reintegração familiar.

5 – QUEM PODERÁ APADRINHAR

O candidato que pretende apadrinhar a criança/adolescente deverá preencher os seguintes requisitos:

- Ter disponibilidade de tempo, Ter disponibilidade afetiva; os maiores de 21 anos de idade; apoiar e participar da vida do apadrinhado se comprometendo a visitá-lo e ou buscá-lo a cada mês para que o vínculo seja fortalecido.

6- PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS

- Cadastro na Sociedade Lar Santa Filomena;
- Apresentação da documentação exigida;
- Respeitar o processo de seleção e entrevista;
- Visitas técnicas nas residências;
- Aproximação dos cadastrados com a criança/adolescente de forma natural, respeitando a flexibilidade, o limite e o vínculo já estabelecidas por ela;
- Frequência, estagio e convivência da família com as crianças/adolescentes durante aos sábados, das 9h00 às 11h00, no período de 03 meses.

7- DIREITOS E DEVERES DOS PADRINHOS

- Tenha o desejo real de compartilhar sua vida com uma criança/adolescente;
- Disponibilidade e comprometimento;
- Seja capaz de oferecer escuta qualificada;
- Saiba dialogar e respeitar a condição peculiar de cada criança/adolescente;
- Facilidade de lidar com imprevistos nas relações interpessoais;
- Saiba reconhecer momentos de fragilidade e buscar auxílio técnico;
- Participar de encontros agendados com a equipe técnica responsável pelo projeto;
- Respeitar as regras e normas do projeto Apadrinhamento afetivo;
- Sempre que realizar passeio fora da cidade avisar com antecedência a entidade para que sejam tomadas as providencias cabíveis ;
- Os padrinhos deverão promover o bem estar da criança/adolescente;

8- DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CADASTRO

- Apresentação da cópia dos documentos pessoais – Carteira de Identidade, CPF, Certidão de casamento (casado) ou certidão de nascimento (solteiro) de todos os membros que residem na casa;
- Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);
- Comprovante de rendimento ou declaração equivalente (holerite, declaração de IRPF, declaração do empregador)
- Antecedentes criminais.

9 – METODOLOGIA

- Definição de parcerias: VIJ, MP, SAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR;
- Divulgação do projeto Apadrinhamento através da mídia;
- Evento de lançamento;
- Cadastramento de madrinhas e padrinhos;
- Seleção e formação das madrinhas e padrinhos;
- Seleção e formação dos afilhados;
- Entrevista e entrega de documentos;
- Encontro semestral com a equipe técnica através de oficinas, dinâmicas, orientações, troca de experiências, entre outros;
- Frequência, estagio e convivência da família com as crianças/adolescentes durante aos sábados, das 9h00 às 11h00, no período de 03 meses.
- O acompanhamento com as famílias, esta de forma periódica, podendo ser através das visitas ou por procura espontânea na entidade .

10- CONCLUSÃO

O projeto Apadrinhamento Afetivo é a oportunidade de resgatar o direito à convivência familiar e comunitária as crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, destituídos do poder familiar e com remota possibilidade de colocação em uma família substituta, ampliando as suas referências, oferecendo a eles a oportunidade de se relacionar dentro de outro ambiente, com novos exemplos de participação familiar e de cidadania dentro da sociedade.

Assim sendo, a figura do Padrinho ou Madrinha é essencial. Trata-se de alguém que vai auxiliar e acompanhar a vida de uma criança ou adolescente que está em um abrigo, e que tem pouca possibilidade de ser adotado. Por sua vez, Cada padrinho ou madrinha terá liberdade de escolher lugares para passear, ocasiões e demais atividades para realizar com o afilhado, participando efetivamente da vida da criança ou adolescente, seguindo as regras determinadas.

Contudo, a participação no projeto exige a frequência regular nos encontros agendados com a equipe técnica responsável pelo projeto; respeito às regras e normas, promoção do bem estar do menor; a oferta de um espaço de lazer e diversão e disponibilidade emocional, assim como propiciar passeios, momentos agradáveis e atividades alternativas, auxiliar nas perspectivas de vida e projetos futuros.

ANEXO

QUALIFICAÇÃO DO (A) REQUERENTE

1. Nome do(a) requerente:
2. Nacionalidade
3. Estado civil:
4. Profissão:
5. Endereço:
6. Empregador(a):
7. Local do trabalho:

COMPLEMENTO

Telefone residencial:

Telefone comercial:

Telefone celular:

recado:

RG nº

CPF/MF:

Tempo de residência na cidade:

Anteriormente residia em:

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Possui alguma doença? () Sim () Não -
Qual? _____
2. Toma algum medicamento? () Sim () Não -
Qual? _____
3. Possui algum vício? () Sim () Não - Qual?

4. Passou por algum procedimento cirúrgico? () Sim () Não - Qual?

5. Permaneceu em estado de internação? () Sim () Não - Por quê?
